



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA (PPGSP)**

CABRIELLA NOVELLO DE ANDRADE

**A CIDADE E A (IN) VISIBILIDADE FEMININA:
RELAÇÕES DE GÊNERO NA MONTES CLAROS – MG**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

CABRIELLA NOVELLO DE ANDRADE

**A CIDADE E A (IN) VISIBILIDADE FEMININA:
RELAÇÕES DE GÊNERO NA MONTES CLAROS – MG**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva.

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

De Andrade, Cabriella Novello

A Cidade e a (IN) Visibilidade Feminina: Relações de Gênero na Montes Claros – MG / Cabriella Novello de Andrade ; orientadora, Elizabeth Farias da Silva.

287 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referência

1. Sociologia Política. 2. Cidade. 3. Relações de Gênero. 4. (In)visibilidade feminina. 5. Lugar / Espaço. I. Da Silva, Elizabeth Farias. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

**A CIDADE E A (IN)VISIBILIDADE FEMININA:
RELAÇÕES DE GÊNERO NA MONTES CLAROS – MG**

Por

CABRIELLA NOVELLO DE ANDRADE

Dissertação, julgada para obtenção do título de **Mestre em Sociologia Política**, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Bergamo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Adriane Nopes
Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC

Florianópolis, 20 de novembro de 2015.

Dedico esta pesquisa ao meu esposo, que soube compreender as razões do meu recolhimento para produzir esta dissertação. Aos meus filhos, por compreenderem, pelo exemplo, que não há limite de idade para a absorção de novos conhecimentos. Aos meus pais, origem de minha inspiração para enfrentar mais este desafio. A eles, além da dedicatória desta conquista, dedico a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A produção textual de uma dissertação exige de nós um recolhimento, pois é o momento em que registramos todo o percurso de leituras, reflexões, pesquisas, análises, debates, etc. Revendo meu percurso metodológico descobri que alguns passos foram imprescindíveis para a concretização dessa pesquisa. E, no bojo dos aspectos acadêmicos-científicos, constatei a presença de pessoas que compartilharam seu conhecimento, suas leituras, suas reflexões, oferecendo seu apoio e incentivo. Também, ao relembra o caminho trilhado, vão surgindo os rostos daqueles que o tempo todo estiveram ao meu lado, compartilhando, ao seu modo, cada momento e nos fazendo ver, ao final, a importância que tiveram. Sem o apoio, a palavra, o sorriso, o abraço, o incentivo de cada familiar, cada amigo ou parente teria sido difícil a concretização desta vitória.

Primeiramente agradeço a Deus, fonte de todas as graças, tenho a firme certeza de que Ele esteve presente em muitos momentos de minha vida durante a elaboração deste trabalho. Inúmeras vezes senti a providência divina quando os obstáculos surgiam e eu me via abalada por eles. Foi pela proteção incessante de Deus que fui capaz de vencer cada um e chegar ao final desta empreitada.

Agradeço de todo coração ao meu marido, Adão, grande companheiro e amigo de todas as horas. A sua paciência, compreensão e tolerância foram fundamentais para que eu pudesse empreender meus estudos, desde as ausências durante as viagens, as alterações de humor por que passa uma mestrandia, até o momento em que eu me recolhia para a escrita solitária desta dissertação. Sei, meu amado esposo, que essa foi mais uma grande prova do seu amor por mim. Muito obrigada, você tranquiliza e enobrece o meu viver.

Fabrizio e Giovanni, meus amados filhos, vocês são a razão do meu viver e a certeza de que tudo vale a pena. Ser a mãe de vocês é para mim a maior e principal missão da minha vida. Ainda que esse período de estudo e pesquisa tenha imposto momentos de ausência, era por vocês e em vocês que eu me inspirava para chegar ao final. O apoio de vocês foi fundamental para que eu pudesse superar cada percalço que me sobreveio.

Aos meus pais, Pierina e Antônio, pelo exemplo de perseverança para a luta e simplicidade na conquista. Vocês me motivam a acreditar que um mundo mais justo é possível e necessário. Mesmo tão longe, meus queridos pais, sinto-os muito presentes, até parece que morarmos juntos até hoje. Joias raras, professores na luta pela vida e pelos filhos.

Aos meus irmãos, pelo incentivo, confiança e apoio aos meus estudos e por me ensinarem que a vida deve ser vivida com mais leveza.

À minha orientadora, Dr^a Elizabeth Farias da Silva, um agradecimento especial pela paciência, compreensão, disponibilidade, tolerância e orientação. O seu exemplo na arte de ensinar ficará sempre como modelo a ser seguido. A análise cuidadosa, os comentários importantes, a competência e capacidade com que me orientou foram estímulo e incentivo para que eu prosseguisse e me empenhasse na realização desta pesquisa.

Aos integrantes do grupo de pesquisa “Projetos globais e o estranho. Situações locais e o diverso - Cnpq” pelas análises cuidadosas, pela oportunidade da discussão, sempre na intenção de contribuir com o crescimento de minha pesquisa. Não posso deixar de mencionar os queridos amigos conquistados, Elaine Lima da Silva e Carlos Eduardo Bao, por terem tolerado minhas crises de insegurança; e Mônica Cristina de Oliveira Ribeiro pela atenção e valiosas contribuições.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela acolhida em Florianópolis, pelo incentivo à pesquisa, pela confiança e, acima de tudo, pelas discussões e críticas, que muito contribuíram para a evolução do meu olhar sobre o tema abordado.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, por ter propiciado esta conquista. Essa instituição tem demonstrado, por meio do incentivo à pesquisa, o quão importante é a capacitação profissional. Ao Programa de Bolsas para qualificação dos servidores – PBQS, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Aos colegas da turma do MINTER/2013, por tudo o que dividimos durante esses dois anos: conhecimento, ansiedades, dúvidas, tristezas, alegrias, apoio, trocas intelectuais, a convivência em Florianópolis, “troca de receitas”, tudo isso foi valioso para que suportássemos a distância dos familiares. À companheira Antônia, com quem dividi o quarto durante a estadia em Florianópolis, e também expectativas, angústias, sonhos, decepções. Foram dias de intenso aprendizado e convivência, obrigada por esses momentos que, com certeza, ficarão para sempre.

À professora Dr^a Alícia Gonçalves Castells, pelos comentários e sugestões em meu exame de qualificação, não esqueço seu comentário, “A cidade é um mapa social”, o qual muito me ajudou. À professora Dr^a Maristela Fabro, por sua atenção e valiosa contribuição em meu exame

de qualificação. Ao professor Dr. Alexandre Bergamo por sua sensibilidade e objetividade ao comentar e contribuir em meu exame de qualificação.

Aos meus alunos, Gabriel Santos, Giane Silveira e Késsila Aquino, pela cumplicidade e dedicação e pelo auxílio prestimoso com as entrevistas dos Grupos Focais.

À minha amiga de Floripa, Ms. Michele Gabriel, que tão bem nos acolheu em sua casa. Quando precisamos de guarida, foi anfitriã, guia, companheira, assistente, confiou em um grupo de amigos saídos de Montes Claros-MG sem nunca ter conhecido anteriormente nenhum deles, o que mais posso dizer, minha amiga, senão muito obrigada.

À professora, Márcia Reis, pela leitura atenciosa, as diversas correções e a ajuda para o sucesso deste trabalho.

E, por fim, um agradecimento especial a todas as mulheres que se dispuseram a participar dos Grupos Focais, por terem permitido que eu pudesse conhecer, por conta desta pesquisa, um pouco de suas vidas, experiências, angústias, desejos e sonhos. Pela oportunidade de trazer à tona, por meio dos seus apontamentos, um debate pertinente e construtivo para o tema desta pesquisa.

*Limito-me a humildemente —
mas sem fazer estardalhaço de
minha humildade que já não
seria humildade — limito-me a
contar as fracas aventuras de
uma moça numa cidade toda
feita contra ela [...]*

(Clarice Lispector, 1977)

RESUMO

A presente pesquisa intitulada A CIDADE E A (IN)VISIBILIDADE FEMININA: RELAÇÕES DE GÊNERO NA MONTES CLAROS – MG se configura como um estudo, cujo pressuposto é analisar a in(visibilidade) das mulheres no acesso aos espaços públicos da cidade a partir da perspectiva das relações de gênero. O estudo das relações de gênero é um campo de interfaces, com diferentes concepções e constituído a partir de diferentes posições teórico-epistemológicas, políticas e ideológicas que se modificam ao longo do tempo. De tal modo, o debate aqui empreendido teve como sustentação as ponderações de autores como Beauvoir, Perrot, Bourdieu, Saffioti, Joan Scott, Judith Butler, Rago, entre outros, os quais valorizam os estudos da vida cotidiana, criando novas investigações das mentalidades, dos sentimentos, da sexualidade, do gênero. Impeli, pois, por meio desta análise, abranger como as relações de gênero têm estabelecido o acesso das mulheres aos espaços públicos da cidade de Montes Claros, localizada na região norte do Estado de Minas Gerais e como a estruturação desses espaços tem interferido no cotidiano das montes-clarenses à medida que necessitam locomover-se constantemente para realizarem as mais diversas funções e atividades, e para adquirir bens e serviços tão necessários à reprodução da vida, os quais se encontram dispersos nos espaços da cidade. Na elaboração teórica deste estudo, a partir das conjecturas de autores como Taciana Gouveia (2005), Ana Fani Alessandri Carlos (1996), Gonzaga (2011), objetivei dentre outras metas, responder à problematização de como as mulheres de Montes Claros se sentem e se veem no acesso aos espaços públicos da cidade, entendendo que para elas desfrutar desse direito se torna muito mais difícil, tendo em vista que os espaços públicos não são planejados sob o ponto de vista das desigualdades de gênero. Como percurso metodológico adotou-se neste estudo a técnica do Grupo Focal, considerando que essa metodologia tem sido amplamente utilizada em pesquisas qualitativas com o objetivo de coletar dados através da interação grupal, e em estudos que necessitam de um método independente, servindo como a principal fonte de dados qualitativos, assim como ocorre em pesquisas que usam a entrevista individual ou a observação participante. Ao fim e ao cabo deste estudo, concluímos que as proposições aventadas nos permitem apreender, a partir dos relatos das mulheres entrevistadas (mães, donas de casa, profissionais liberais, universitárias, representantes de movimentos sociais) que os espaços públicos da cidade de Montes Claros se apresentam como um

lugar/espço com determinaões de gênero, onde as pessoas se cruzam, mas não têm a mesma liberdade de movimentação conforme o gênero, e mesmo se movimentando por todos os lugares/espços, raramente elas passeiam e quase sempre evitam os espços masculinos demais. O uso que as montes-clarenses fazem das ruas é mais prático do que lúdico: elas vão ao médico, pegam o ônibus para ir ao trabalho, fazem compras, levam e buscam os filhos na escola, elas “não se sentem legítimas nos espços públicos de Montes Claros, e não o ocupam com a mesma despreocupação” que os homens.

Palavras-chave: 1.Sociologia Política. 2.Cidade. 3.Relções de Gênero. 4.(In)visibilidade feminina. 5.Lugar/ Espaço.

ABSTRACT

This research entitled THE CITY AND (IN)VISIBILITY OF WOMEN: GENDER RELATIONS IN Montes Claros - MG is configured as a study whose premise is to look at the in(visibility) of women in access to public spaces of the city from the perspective of gender relations. The study of gender relations is an interface field, with different designs and made from different theoretical-epistemological, political and ideological positions that change over time, so, the debate here held had as support the thoughts of authors like Beauvoir, Perrot, Bourdieu, Saffioti, Joan Scott, Judith Butler, Rago, among others, which value the study of everyday life, creating new investigations of attitudes, feelings, sexuality, gender. We seek, therefore, through this analysis, to cover how gender relations have established women's access to public spaces of the city of Montes Claros, located in the northern region of Minas Gerais and how the structure of these spaces had interfered in the daily lives of montesclarenses citizens, as they must drive around constantly to perform the most diverse functions and activities, and to purchase goods and services as required for the reproduction of life, which are dispersed in the spaces of the city. In theoretical elaboration of this study, from the guesswork of authors like Taciana Gouveia (2005), Ana Fani Alessandri Carlos (1996), Gonzaga (2011), we seek, among other goals, to answer the questioning of how women in Montes Claros feel and find themselves in access to public spaces of the city, and to understand that in order for them to enjoy this right, it becomes much more difficult, given that public spaces are not planned from the gender inequalities point of view. The methodological approach adopted in this study was the technique of focus groups, considering that this methodology has been widely used in qualitative research in order to collect data through group interaction, and studies that require an independent method, serving as the main source of qualitative data, as well as in research using individual interviews and participant observation. At the end of this study, we conclude that the propositions exposed allow us to apprehend, from the reports of interviewed women (mothers, housewives, professionals, university students, representatives of social movements) that public spaces in the city of Montes Claros present themselves as a place/ space with gender determinatinos, but do not have the same freedom of movement as the genre, and even moving everywhere, they rarely wander and often prevent other male spaces. The use that the montesclarenses female citizens make of the streets is more practical than playful: they go to the doctor, take the bus to go to

work, shop, lead and seek their children in school, they "do not feel legitimate in public spaces in Montes Claros, and they do not occupy it with the same laid-back attitude than men".

Keywords: 1. Political Sociology, 2. City, 3. Gender Relations, 4. female (In)visibility 5. Places / spaces.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BR 135 – Rodovia que liga o meio norte do Brasil (Maranhão) e termina em Belo Horizonte (Minas Gerais)
ConCidades – Conselho das Cidades
EC – Estatuto da cidade
GF – Grupo focal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições Educacionais Superiores
MNRU – Movimento Nacional de Reforma Urbana
MPB – Música Popular Brasileira
NASPE – Núcleo de Atenção a Saúde Pitágoras
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organização não governamental.
PADU – Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de 1974
PD – Plano diretor
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de 1977
PDMC – Plano de Desenvolvimento de Montes Claros, de 1991.
PECPM – Projeto Especial Cidade de Porte Médio de 1980
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido da Republica
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC – Universidade federal de Santa Catarina
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
UBS - Unidades Básicas de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A pedra.....	167
Figura 2: Mulher que morreu três dias depois da queda.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – (G1) - Apontamentos sobre as integrantes.....	118
Quadro 02 – (G1) - Profissão e grau de escolaridade.....	119
Quadro 03 – (G1) - Participação em trabalhos voluntários.....	121
Quadro 04 – (G1) - Ocupação profissional e vida econômica.....	123
Quadro 05 – (G1) - Preconceito contra as mulheres na sociedade montes-clarense.....	125
Quadro 06 – (G2) - Apontamentos sobre as integrantes.....	127
Quadro 07 – (G2) - Profissão e grau de escolaridade.....	129
Quadro 08 – (G2) - Participação em trabalhos voluntários.....	130
Quadro 09 – (G2) - Ocupação profissional e vida econômica.....	134
Quadro 10 – (G2) - Preconceito contra as mulheres na sociedade montes-clarense.....	136
Quadro 11 – (G3) - Apontamentos sobre as integrantes.....	139
Quadro 12 – (G3) - Profissão e grau de escolaridade.....	141
Quadro 13 – (G3) - Participação em trabalhos voluntários.....	143
Quadro 14 – (G3) - Ocupação profissional e vida econômica.....	145
Quadro 15 – (G3) - Preconceito contra as mulheres na sociedade montes-clarense.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população rural e urbana do município de Montes Claros/MG.....	104
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO 1.....	53
O DIREITO À CIDADE: (in)visibilidade das mulheres.....	53
1.1 A cidade e a dominação masculina.....	58
1.2 A arquitetura urbanística: reflexo da exclusão das mulheres....	75
1.3 Acessibilidade diferencial: a mobilidade das mulheres nos espaços urbanos.....	86
CAPÍTULO 2.....	97
A PRINCESA DO NORTE.....	97
2.1 Montes claros: uma abordagem.....	98
2.2 A arquitetura da cidade e as mulheres montes-clarenses.....	108
2.3 PERFIL DAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS....	116
2.3.1 Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros.....	116
2.3.2 Perfil Participantes da pesquisa (G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros.....	126
2.3.3 Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.....	138
2.3.4 Considerações sobre o perfil das participantes.....	150
CAPÍTULO 3.....	159
VOZES DAS MULHERES DE MONTES CLAROS.....	159
3.1 Configurações sociais em grupos focais.....	159
3.2 A cidade de montes claros.....	163
3.2.1 O que gostam e o que não gostam na cidade.....	168
3.2.2 Sentimento de pertença à cidade de montes claros.....	172
3.2.3 Trabalho e capacitação na cidade de montes claros...	174
3.3 TRABALHO PROFISSIONAL E LUGARES ESPAÇOS.....	175
3.3.1 Percurso (roteiro) para o trabalho.....	175
3.3.2 Mulher ao volante: preconceito?.....	181
3.3.3 Categoria: passeio/calçadas.....	183
3.3.4 Escolha de roupa e calçado.....	187
3.3.5 Categoria: Terceira jornada.....	189
3.4 TRABALHO COM A FAMÍLIA LUGARES – ESPAÇOS....	195
3.4.1 Escola dos filhos.....	195
3.4.2 Cuidados com a saúde.....	200
3.4.3 Ir às compras.....	204

3.5 LAZER LUGARES – ESPAÇOS.....	208
3.5.1 Lazer no Shopping, Barzinhos botecos.....	208
3.5.2 Cultura local.....	211
3.6 SOCIABILIDADE E LUGARES – ESPAÇOS.....	217
3.6.1 Categoria: cotidiano nas relações com os vizinhos, amigas.....	217
3.7 CONSIDERAÇÕES DOS GF’S.....	229
3.7.1 Categoria: Ser mulher na cidade de Montes Claros é.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS.....	243
APÊNDICE.....	257
Apêndice A: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	257
Apêndice B: Termo de autorização para gravação de voz/ filmagem.....	258
Apêndice C: Descrição do perfil do entrevistado.....	259
Apêndice D: Guia de perguntas para o grupo focal.....	264
ANEXOS.....	267
Anexo I: A mulher invisível.....	267
Anexo II: Terríveis pressentimentos - Ruth Tupinambá Graça.....	267
Anexo III: Câmara rejeita criação de cota para mulheres no legislativo.....	273
Anexo IV: Deputados rejeitam cota para mulheres no Congresso.....	276
Anexo V: Cota mínima para mulheres no Legislativo passa em primeira votação.....	280
Anexo VI: Senado aprova cota mínima para mulheres no Legislativo.....	283
Anexo VII: Lugar de mulher é na Câmara e onde ela quiser!.....	286

INTRODUÇÃO

"Na França, a História é uma atividade muito prestigiada, e, portanto muito masculina".

Michelle Perrot,
maio de 1994 no Brasil,
"Colóquio

Sentimento(s), Identidade(s):
Os Paradoxos do Político".

Com formação inicial em pedagogia, sempre tive a atenção voltada para o tema da inclusão. Pensar os diversos processos que desencadeiam a exclusão e as consequências dessa é instigante, principalmente porque nos alerta para aqueles que se encontram à margem da sociedade e que, por isso, nem sempre são vistos como seres de direitos. A questão da exclusão seja qual for o âmbito em que ocorre tem constituído diversos debates nas mais variadas disciplinas. E esses debates me motivaram a fazer uma especialização em psicologia educacional. Para além das pertinências do curso, interessava-me entender como se processa a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, numa realidade social que precisa vencer preconceitos, rever valores e elaborar novos paradigmas diante de uma educação para todos.

Posteriormente, ainda com o tema da inclusão rondando minhas inquietações, matriculei-me em uma disciplina isolada do mestrado na linha "Gênero e subjetividade" na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, disciplina essa ministrada pela professora Cláudia Maia. Durante os estudos da disciplina tive contato com uma extensa bibliografia voltada para a questão das relações de gênero¹. As

¹ A socióloga francesa Michèle Ferrand em entrevista a revista Estudos Feministas, Florianópolis, salienta "o emprego do termo *gênero* como equivalente de "sexo social", no masculino e no feminino, remetia essencialmente ao cultural, podendo dar a entender que o sexo biológico era um dado "primeiro", não cultural, existindo antes do social, imutável, inatingível. Enquanto que, aos nossos olhos, tratava-se justamente de uma releitura social e hierarquizada de diferenças anatômicas que, em si mesmas, não possuíam significação nenhuma. Entretanto, o termo relações sociais de sexo era longo, pesado, difícil de utilizar nos títulos, etc... e, com a influência das anglo-saxãs e a ajuda das instituições internacionais, as feministas francesas puseram-se, pouco a pouco, a utilizar o termo; principalmente em equipes de pesquisa como

várias discussões e debates foram compondo um arcabouço de questionamentos acerca das questões de inclusão e relações de gênero.

A formação em Arquiteta Urbanista também impulsionou minhas análises para a profissão. Objetivava, pois, relacionar as questões referentes à inclusão, as quais há muito me incitavam para aspectos relacionados à cidade. E no bojo dessas demandas, a inclusão nas relações de gênero era um assunto que emergia como norteador de uma proposta de pesquisa, cuja intenção era discutir a respeito da cidade sob a perspectiva inclusiva, entendendo-a como lugar/espço que deve oferecer a todos e a todas, indistintamente, direitos iguais em todos os sentidos. Pois, a meu ver, o desrespeito à diferença é sinônimo de menos direitos e oportunidades. A cidade é plural e a pluralidade dos sujeitos que a compõem e das relações que nela se estabelecem fazem dela um campo privilegiado de lutas. As disparidades dos espaços da cidade afetam distintamente os grupos sociais. Carlos (2007, p.26) corrobora que “A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir”.

Nessa perspectiva, as ponderações da autora contribuíram para alguns questionamentos: se é um modo de viver, como estão vivendo as mulheres na cidade? Sendo um modo de pensar, como elas pensam e vivenciam suas relações na cidade? E ainda, sendo um modo de sentir, seria, então, pertinente questionarmos como se estabelece esse sentir na vivência das mulheres na cidade?

Esses e outros questionamentos rondavam as minhas elucubrações sob um ponto de vista mais abrangente, ou seja, ponderar a cidade na perspectiva do gênero e das relações de dominação masculina instituídas em seu interior. Assim, a intenção de compreender a mobilidade da mulher nesse contexto de dominação propiciou a produção do trabalho final da disciplina mencionada. Destarte, considerando esses aspectos, o artigo intitulado “A constituição do feminino no espaço urbano” foi apresentado à disciplina da professora Cláudia Maia, com embasamento teórico em autoras como Judith Butler (1997), Joan W. Scott (1990), Margareth Rago (1985) e Guacira Lopes

o MAGE (Mercado do Trabalho e Gênero) ou nos *Cahiers du Genre*, que sucederam os *Cahiers du GEDISST*, porém, sempre com uma certa reticência, em razão de seu aspecto redutor. Por isso, emprega-se frequentemente a terminologia bastarda de *relações de gênero*, no sentido de manter uma ideia dinâmica. Rev. Estud. Fem. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 set. 2015.

Louro(1997), entre outras, as quais abordam a respeito das relações de gênero. Também, foi possível, por meio desse processo de escrita do citado artigo, tomar conhecimento da Carta Europeia Para A Igualdade Das Mulheres E Dos Homens Na Vida Local (2006). A Carta enuncia alguns fatores, os quais têm afetado, sobremaneira, a vivência das mulheres na cidade.

Aqui destaco uma das grandes justificativas para esta pesquisa, a “Carta Europeia Para A Igualdade Das Mulheres E Dos Homens Na Vida Local”, representou, pois, a desencadeadora de nossa proposta de pesquisa, tendo em vista que trazia de modo pertinente alguns aspectos, que possibilitavam abranger como as cidades são pensadas e erigidas de forma discriminatória em relação às mulheres. Assim, refletir sobre a distribuição dos espaços da cidade; a mobilidade das mulheres por esses diversos espaços; as possibilidades de acesso ao emprego; o número e a qualidade de serviços comunitários, em especial os que se destinam ao amparo de crianças e idosos; acesso ao centro de decisões no que se refere à cidade, à cultura e ao lazer; a segurança e os fatores de insegurança na cidade, bem como a melhoria da mobilidade para todos e para todas são, entre outras, algumas implicações do tema de nossa pesquisa.

Também a Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia, em 1996, foi um evento de grande repercussão, o qual justifica, a meu ver, a relevância deste estudo, considerando que trouxe para o rol de debates as relações de gênero no espaço da cidade. O documento produzido a partir dessa conferência aponta, entre outras preocupações, o desenvolvimento de homens e mulheres em um meio ambiente saudável e estimulador das potencialidades. Conforme consta no texto do Habitat II,

As mulheres e os homens vivem a cidade de maneiras diferentes, de acordo com seus papéis e com as suas responsabilidades a partir da divisão sexual do trabalho. Esta se exprime, não somente a partir da diferenciação das tarefas atribuídas às mulheres e aos homens, mas igualmente através do acesso e controle de recursos, assim como na valorização das atividades de uns e de outros. As relações sócio-culturais entre os sexos se revela em particular na organização espacial da cidade e tem muitas implicações nas políticas de estruturação urbana e na maneira pela qual as

idades são planejadas e geridas (UNCHS-HABITAT II - Cúpula das Cidades - Istambul, 1996).

Nesse sentido, ainda, de acordo com o documento da Plataforma Política da Rede Mulher e Habitat da América Latina (2006, p.18), “as mulheres são relegadas da esfera pública e, ao mesmo tempo, excluídas das preocupações e vontade política daqueles que lideram os processos de mudança social”. Vale destacar que esses estudos trouxeram contribuições relevantes para a solução de algumas questões, mas também suscitaram outras de igual proeminência para se pensar como a estrutura atual das cidades atende às necessidades das mulheres, as quais, a partir do século XVIII, conforme expõe Peter Stearn (2010), em sua obra, *História da sexualidade*, passaram a sair de casa para trabalhar fora. Além dos aspectos convencionalmente ligados à vida doméstica, como o cuidado com os filhos e a manutenção do lar, realidade cada vez mais frequente no seio das famílias, destaco também questões de ordem moral, como o assédio e a insegurança a que estão propensas, principalmente no retorno para casa, após o trabalho. A responsabilidade de cuidar de familiares idosos acometidos de alguma enfermidade (pais, tios, avós etc.), tarefa assumida pela maioria das mulheres, tem impossibilitado a conciliação com a dupla jornada de trabalho.

Para além dos fatores de classe social, etnia, religião e outros, bem como das demandas da população em geral, visto que o Estado nem sempre atua de forma eficiente no atendimento das necessidades da sociedade, entendemos que, em relação às mulheres, essa realidade é ainda mais agravante, uma vez que a dificuldade em acessar os serviços públicos complexifica a mobilidade das mulheres nas cidades. Os usos que elas fazem da cidade estão relacionados a uma condição que lhes é própria, sendo assim, muitas vezes não podem recorrer a alguns serviços, os quais nem sempre oferecem horários alternativos.

Ao verificar as distinções de acesso e mobilidade existente para homens e mulheres, considerando que os primeiros não estão inseridos em muitas das situações vivenciadas pelas mulheres, percebi que curiosamente essas questões não compõem a pauta das disciplinas oferecidas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo. Assim, não se vislumbra uma discussão voltada para as necessidades das mulheres, ou seja, muitas dessas necessidades têm sido ignoradas pela produção acadêmica e, conseqüentemente pelo planejamento urbano relativo à

cidade, o que contribui com a (in)visibilidade desses processos e, em grande medida, impedem as ações reparadoras.

Os estudos de gênero relacionados às temáticas espaciais ainda são produções acadêmicas tímidas no Brasil. Porém, observa-se que os poucos pesquisadores empenhados em desvendar a íntima relação entre gênero e espaço tem subvertido a tradição das pesquisas. Não é comum estabelecer relações de deslocamentos na cidade à temática do gênero, há muito se considerou que a inclusão entre espaço urbano e classes sociais é que condicionava a espacialização de determinados grupos sociais. Porém, as relações que são engendradas no espaço são múltiplas e paradoxais e inúmeros fatores sociais indicam que o espaço não possui a mesma acessibilidade compartilhada e realizada pelos diversos grupos sociais, sendo vivenciada de múltiplas formas, como enfatizam Ornat e Silva (2007). Os autores, ao realizar uma análise sobre os diferentes deslocamentos de homens e mulheres nos espaços da cidade, compreenderam que essas diferenças fazem parte da produção do espaço da cidade, embora seja um tema pouco explorado.

Também Corrêa (2001), em seus estudos, abre um leque de possibilidades para que possamos compreender os deslocamentos pelo viés de gênero. O autor considera os espaços da cidade como espelhos e condicionantes sociais, além de apresentá-los de forma fragmentada e articulada, sendo um campo simbólico e de lutas. Com diferentes objetivos para acessar os fragmentos da cidade, a sociedade promove uma dinâmica espacial que não se restringe aos imperativos das classes sociais. São acionados outros reflexos da vida social que historicamente estão embutidos nos papéis sociais que construímos.

Ainda segundo Ornat e Silva (2007), são os papéis socialmente pré-definidos que diferenciam o comportamento dos corpos nos deslocamentos espaciais. A dicotomia normatizada entre corpos masculinos e femininos incumbiu-se de condicionar as espacialidades dos corpos a favor do gênero, das etnias, das classes, da religião, dentre os múltiplos fatores da vida em sociedade. Porém, nem a assimilação das normas do gênero é tão eficientemente internalizada quanto o acesso aos espaços, por isso mesmo essa dinâmica gera inúmeros tencionamentos que complexificam a vida na cidade, devido à rede multidimensional de sociabilidades que a constitui e que nela é reproduzida.

Por sua vez a bibliografia estrangeira tem desenvolvido interessantes trabalhos que alertam para as situações de exclusão vivenciadas pelas mulheres na cidade. Na área da geografia, os registros sobre o tema datam de 1986, a partir da publicação de Aurora

Ballesteros², a quem cabe o mérito de ter introduzido o estudo das relações que se estabelecem entre espaço e gênero. A autora inova ao explorar a análise do espaço com a incorporação da perspectiva do gênero.

Posteriormente outras investigações se destacaram aprofundando no desenvolvimento dessa temática. No que se refere ao conceito de gênero, as primeiras pesquisas vincularam-no ao universo das mulheres, desvinculando-o da experiência masculina. Todavia, na atualidade, tem-se uma superação dessa perspectiva e os novos enfoques não somente incluem essa experiência, mas também promovem o seu cruzamento com diversas variáveis, tais como etnia, idade, etc.

Para esta pesquisa, a partir da definição hierárquica associada ao gênero, a qual estabelece relações assimétricas de poder, motivando a designação de espaços e promovendo comportamentos distintos baseados numa estrutura “desigual”, procurei na literatura pertinente, tanto nacional quanto estrangeira, a possibilidade de identificar as motivações, causas e características mais comuns no comportamento espacial diferenciado para as mulheres. Estas, quase sempre, são expropriadas do seu direito de ir e vir por conta das assimetrias de gênero presentes nas práticas sociais legitimadas pelo discurso social, o qual se reflete nas formas de apropriação do espaço público.

A entrevista da prefeita de Strasburgo³, Catherine Trautmann, em 1994, a Véronique Degraef, apresenta uma crítica ao fato dos espaços da cidade ser uma construção resultante de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, nos quais se apresentam relações assimétricas de gênero. Abaixo um trecho da entrevista, que ilustra os mecanismos socialmente estabelecidos, que orientam, segundo o gênero, o comportamento espacial diferenciado.

As mulheres estão atentas ao funcionamento concreto das coisas. Por exemplo, para o agenciamento de zonas de pedestres eu vejo, eu mesma como se passa. Na maioria dos casos os engenheiros são homens e eles raciocinam com sapatos de homens. O planejamento de uma cidade, se a queremos acessível e confortável para todos, bem então, é preciso pensar que as

² BALLESTEROS, Aurora. El uso del espacio em la vida cotidiana . Madrid: Servicio de publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1986

³ Disponível em: <http://www.habiter-autrement.org/22_sex/18_genre.htm>. Acesso em 11 set. 2012.

mulheres nem sempre têm sapatos baixos. Se o pavimento é confortável para uma mulher, isto quer dizer que uma pessoa deficiente também pode circular sem mudanças de nível, dificuldades. O que eu tento fazer a [*sic*] nível político é partir das dificuldades concretas das pessoas. A situação das mulheres me importa neste sentido, na variedade de situações por que passam as mulheres... Não é suficiente reivindicar a paridade ou igualdade; é preciso ir busca-la e as mulheres são capazes de fazê-lo. Eu penso que é muito importante porque estou convencida de que as mulheres, na sua maneira de trabalhar em política, procuram sempre soluções alternativas ao invés de relações de força. (Catherine Trautmann, Prefeita da cidade de Strasburgo - em entrevista a Véronique Degraef em 1994).

A citada entrevista representou “uma ponta do *iceberg*” para o meu interesse de pesquisa quando ingressei no programa de mestrado em Sociologia Política da Universidade federal de Santa Catarina – UFSC. Percebi que os meus estudos anteriores ainda não apresentavam respostas plausíveis para abranger sobre as relações de gênero estabelecidas na cidade e, conseqüentemente não ofereciam aporte para a construção da pesquisa em nível de dissertação. Assim, pensando na realidade brasileira, procurei aprofundar meus estudos nas bibliografias nacionais que tratam do tema, bem como nas publicações estrangeiras, as quais foram usadas como possibilidade de comparação e entendimento do que está sendo debatido em relação à mobilidade e acessibilidade das mulheres aos espaços da cidade.

Um documento de abonada importância para o debate acerca das relações de gênero, o qual foi amplamente utilizado nas discussões empreendidas nesta pesquisa, é o Estatuto das Cidades do Brasil (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001). A partir do estudo cuidadoso do citado Estatuto, foi possível aferir que as cidades têm sido apresentadas, comumente, como lugar/espaço de concentração de riquezas e de reprodução de tragédias decorrentes da exclusão social; como obra do esforço coletivo que resulta em proveito de poucos; como ambiente da segregação que desenha o mapa da desigualdade social. A dificuldade do acesso a terra tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, os altos preços do solo urbanizado determinam a segregação populacional por estratos de renda e impõem

ônus sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta. Obrigados a procurar alojamento em áreas distantes e precariamente providas de serviços públicos, são exatamente os mais pobres os que arcam com os custos mais elevados de transporte e de acesso a bens e serviços urbanos.

A negação do direito à cidade se expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental. Paralelamente, as camadas mais ricas continuam acumulando cada vez mais e podem usufruir um padrão de consumo de luxo exagerado. É no contexto dessa contradição expressa na segregação urbana que explode a violência e cresce o poder do crime organizado nas cidades. Os paradigmas hegemônicos do urbanismo e do planejamento urbano têm revelado seus limites e não estão conseguindo dar respostas aos problemas contemporâneos das grandes cidades (Maricato, 1996).

A construção do Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU, percorreu várias décadas de um processo acirrado de embates, de idas e vindas com a confrontação de interesses divergentes, com parceria a outros movimentos sociais (moradia, transporte, saneamento), associações de profissionais (arquitetos, advogados, sanitaristas, assistentes sociais, engenheiros), entidades sindicais, entidades acadêmicas e de pesquisa, ONGs, integrantes da Igreja Católica (egressos do movimento religioso denominado Teologia da Libertação), servidores públicos, além de prefeitos e parlamentares progressistas, criaram o Fórum pela Reforma Urbana, com a finalidade de unificar todas as iniciativas dos movimentos urbanos que faziam reivindicações específicas e fragmentadas naquele momento.

O MNRU reuniu diferentes representações em torno de alguns pontos prioritários da política urbana que ganharam unanimidade. A organização desses pontos resultou numa agenda que constituiu uma proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, subscrita por 131 mil eleitores, a qual foi apresentada à Assembleia Nacional Constituinte. Pela primeira vez na história do Brasil, a Constituição Federal/1988 (nos artigos 182 e 183) passou a contar com um capítulo dedicado ao tema das cidades e incorporar a função social da cidade e a função social da propriedade.

No entanto a regulamentação dessa lei ainda demorou mais um tempo de lutas e embates e no dia 10 de julho de 2001 foi aprovada a importante Lei Federal nº 10.257, chamada "Estatuto da Cidade". A lei

reconhece e qualifica o **direito às cidades sustentáveis** como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. É a concretização dos direitos humanos na cidade através da garantia “do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (artigo 2º, I).

Mais do que seus instrumentos, foram os três princípios do Estatuto da Cidade — cumprimento da função social da cidade e da propriedade; justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização; e a gestão democrática da cidade — que levaram a mensagem que mobiliza os movimentos na defesa e na pressão sobre o poder público municipal para sua implementação.

A aprovação do Estatuto da Cidade consolidou um novo paradigma não só para o planejamento das cidades, mas também para a sua gestão, especialmente ao regulamentar os novos instrumentos jurídicos de implementação de políticas urbanísticas. Desta forma, o Estatuto da Cidade descentralizou a competência em matéria de política urbana, consolidou e fortaleceu o papel dos municípios no planejamento e na gestão das cidades (Ribeiro; Cardoso, 2003) apesar dos problemas urbanos – envolvendo a questão habitacional, o saneamento ambiental, a mobilidade e os transportes – ter dimensões que necessitam de tratamento nacional, seja pela sua importância ou pela sua amplitude, nos quais o Governo Federal continua tendo um papel relevante. Para Maricato (2010, p. 6), a Constituição Brasileira de 1988, promulgada em um momento de ascensão das forças sociais que lutavam pela democratização do país, assegurou ao poder municipal a competência para definir o uso e a ocupação da terra urbana, e o EC reforçou essa orientação autônoma e descentralizadora.

Para tanto, a efetiva materialização do EC em leis e, sobretudo políticas públicas, depende fundamentalmente da ampla mobilização da sociedade brasileira, dentro e fora do aparato estatal, tendo em vista a determinação de um prazo de cinco anos para que as cidades que ainda não tivessem um Plano Diretor o produzissem. Assim, o Estatuto dá uma importância significativa aos Planos Diretores, ao determinar que seja neles que se faça a regulamentação dos instrumentos urbanísticos propostos.

Antes de vigorar a Lei nº 10.257, já estava em vigor a Medida Provisória nº. 2.220, de 4 de setembro de 2001, com força de lei, destinada a salvaguardar o direito de posse sobre bens públicos, instituiu a concessão de uso especial de imóvel urbano àqueles que preenchem as

condições fixadas na mesma norma. Assim, preconiza o art. 1º da Medida:

Aquele que, até 30 de junho de 2001, possui como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Por sua vez, o artigo 2º dispõe:

Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Essa Medida Provisória inviabiliza qualquer conduta destinada a retirar os ocupantes (família ou população de baixa renda), que já havia se instalado, pelo prazo de cinco anos, ininterruptamente e sem oposição até 30/06/01. De acordo com Paulo Luciano de Souza Teixeira, juiz de direito do TJ/RJ, de forma inédita, o sistema jurídico pátrio instituiu uma espécie normativa que impõe ao Estado o dever de regularizar a posse da terra, satisfazendo as exigências do bem-estar social. Trata-se da maior expressão da efetividade do direito à moradia, instituído pela Emenda Constitucional.

No Encontro Nacional pelo Direito à Cidade no Rio de Janeiro, em julho de 2002, foi aprovada a “**Carta pela implementação do Estatuto da Cidade**”, com a participação de diversos movimentos populares e dos demais segmentos sociais, constitui-se num documento de orientação dos diferentes atores sobre a Lei e, ao mesmo tempo, num

manifesto político que contém os princípios do movimento pela reforma urbana. (grifo meu).

A aprovação do Estatuto da Cidade não garante por si só a democratização da gestão das cidades. A partir da aprovação, a implementação do Estatuto da Cidade passa a ser uma bandeira constante nas mobilizações dos movimentos nacionais e de suas bases locais, é reivindicado e cobrado das autoridades públicas em todos os níveis de governos. O Estatuto da Cidade ressalta a importância dos municípios, onde ocorre grande parte das disputas e tensões, por isso, para implementar o Estatuto da Cidade é indispensável a formulação e aprovação do Plano Diretor, pois ele é necessário para aplicar os novos instrumentos urbanísticos.

O Plano Diretor é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados, lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. Ele deve identificar e analisar as características físicas, as atividades predominantes e as vocações da cidade, os problemas e as potencialidades. É um conjunto de regras básicas que determinam o que pode e o que não pode ser feito em cada parte de cidade. O Plano Diretor, como processo de discussão pública, que analisa e avalia a cidade que temos para podermos formular aquela que queremos, direciona a forma de crescimento, conforme uma visão de cidade coletivamente construída e tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e preservação dos recursos naturais.

Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, para presidente da República, em 2003, e com a criação do Ministério das Cidades, o qual era também uma reivindicação da agenda dos movimentos sociais urbanos, tem início uma nova etapa de avanço das demandas sociais, a regulamentação do Conselho das Cidades, através do decreto n.º 5.031, de 2 de abril de 2004. No primeiro artigo desse decreto, o governo estabeleceu que o Conselho das Cidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, tendo por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme disposto no Estatuto da Cidade.

Não obstante essa diversidade é preciso ter explicitado que a representação social no Conselho das Cidades está vinculada aos segmentos sociais com capacidade de organização nacional e presença

na cena pública, e que conseguiram de alguma forma legitimidade social na temática urbana.

Além disso, constata-se que alguns segmentos sociais importantes têm pequena representação, ou ainda não se fazem representar nesse espaço, como por exemplo, o movimento ambientalista, as organizações ligadas aos catadores de resíduos sólidos, **organizações feministas** e o movimento negro, colocando como desafio ampliar os segmentos sociais envolvidos com a dinâmica do Conselho das Cidades. (grifo meu).

Todavia, em relação à composição de gênero, percebe-se a **predominância masculina no Conselho das Cidades**, em todos os segmentos sociais, apesar das grandes diferenças entre estes. Porém cabe registrar a mudança ocorrida da I para a II Conferência das Cidades, decorrentes, em grande medida, das discussões envolvendo a adoção de critérios de gênero na composição desse espaço [...] podemos perceber que as mulheres ocupavam apenas 15,5% das 71 vagas titulares do Conselho das Cidades na gestão 2004-2005 e passam a representar 22,6% na gestão 2006-2007.(grifo meu).

Nesse sentido, Gonzaga (2011, p.59) corrobora que as mulheres acumulam às segregações da classe social a segregação por gênero. Realidade agravada se for negra, indígena e lésbica. A primeira solução é tomar consciência desse fato; a segunda é organizar-se por segmentos, constituindo uma força política para ter condições de ocupar os espaços políticos de gestão da cidade garantidos no Estatuto da cidade desde 2001, no caso do Brasil. Assim como os organismos de política pública para as mulheres nos Conselhos.

Em contrapartida, Maricato e Santos Junior (2007, s/p) alertam que essa análise não deve se limitar a composição do Conselho, pois, no que diz respeito a questões de gênero e etnia, o **Plano Diretor** apenas determina que a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil.

[...] mas abranger a avaliação das políticas e resoluções aprovadas, **já que a categoria gênero se constitui em um dos principais elementos articuladores das relações sociais no contexto urbano**. Sua utilização “nos permite entender como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos

normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante”. (MACEDO, 2002, p. 57/58, grifo meu).

Apesar disso, o Conselho das Cidades não aprovou nenhuma resolução ou política afirmativa para as mulheres, o que indica que a questão de gênero ou ainda não foi reconhecida como um aspecto relevante, ou está muito secundarizada na agenda do Conselho.

As abordagens empreendidas neste estudo tem fundamentação teórica nas ponderações de autoras como Taciana Gouveia (2005), Ana Fani Alessandri Carlos (1996), Terezinha de Oliveira Gonzaga (2011), as quais discutem a entrada das mulheres em todas as instâncias e em todos os níveis de debate e decisão sobre a promoção de uma sociedade mais emancipada, livre de estereótipos que travam a disposição favorável às mulheres em matéria de planejamento e serviços urbanos habitacionais, de segurança e de mobilidade. E também trabalhos acadêmicos como a tese “Reverendo a História da Arquitetura: uma Perspectiva Feminista”, de Ana Gabriela Godinho (2004), que parte do pressuposto de que as mulheres têm sido sistematicamente excluídas da produção do conhecimento e do discurso da história da arquitetura unicamente em razão de seu sexo.

O aporte teórico selecionado para a nossa pesquisa coaduna com as questões levantadas pela Carta Europeia Para A Igualdade Das Mulheres E Dos Homens Na Vida Local, como já mencionado, o qual aponta para a mudança de mecanismos e mentalidades, bem como para a necessidade de “remover os obstáculos” que impedem o pleno acesso das mulheres à cidade. Essa exclusão incita o debate contemporâneo sobre uma nova perspectiva de planificação e planejamento das cidades, em que o recorte da dimensão de gênero seja indispensável para garantir o direito das mulheres à cidade a partir do horizonte de “pensar e remodelar a cidade através do olhar das mulheres aporta um novo equilíbrio e outra dimensão” (Carta europeia das mulheres na cidade - Rumo ao direito à cidade para as mulheres, 2006).

Ao me submeter à qualificação do mestrado, os apontamentos dos professores que compunham a banca, de forma esclarecedora, despertaram para aspectos, que não haviam sido debatidos e analisados, ou que talvez tivessem passado despercebidos, a saber: as mulheres de

fato têm a percepção de que a cidade é discriminatória nas relações de gênero? Que diagnóstico foi ou tem sido feito da situação das mulheres na cidade? Essas, entre outras considerações, possibilitaram perceber a importância de trazer para o centro do debate a percepção das próprias mulheres sobre a cidade e sua vivência com os diversos espaços por onde circulam. Se, no dia a dia, elas realmente vivenciavam a cidade da mesma forma que os homens? Se de fato existem distinções nessa vivência e quais são?

Guardadas as devidas proporções, essas novas indagações passaram a direcionar a minha intenção de pesquisa, tendo em vista que me reportava a uma realidade bastante peculiar. Interessava-me compreender a mobilidade e acessibilidade das mulheres no espaço urbano de Montes Claros, cidade localizada no Norte de Minas Gerais.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo precípua analisar, na perspectiva de um recorte de gênero, os espaços de Montes Claros, cidade localizada no norte de Minas Gerais, os quais pressupostamente se configuram como masculino, a partir da perspectiva das mulheres selecionadas para este estudo. Como objetivos específicos, pretendemos discutir como tem sido a mobilidade das mulheres pelos espaços públicos da cidade de Montes Claros; quais as relações que elas estabelecem com esses espaços; e quais os enfrentamentos por que passam na acessibilidade a esses espaços. Interessa-nos também identificar, por meio da fala de nossas entrevistadas, a perspectiva profissional vinculada a determinados espaços de (in)visibilidade feminina. Ainda objetivei abranger como alguns espaços são vistos como masculinos e outros femininos na perspectiva de mulheres mães, donas de casa, profissionais liberais, universitárias, representantes de movimentos sociais, as quais constroem, a partir das relações estabelecidas com os espaços por onde circulam, suas vivências na cidade.

No que se refere à metodologia, adotei neste estudo a pesquisa qualitativa, de caráter interpretativo, a partir de discussões de questões previamente elaboradas para esse fim, por meio da técnica de Grupo Focal, com base na análise de conteúdo. Contudo o foco não se encontra na análise dos conteúdos manifestos nos grupos, mas na fala das participantes, a qual permite inferir o sentido oculto, as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados. A técnica do Grupo Focal, com análise elaborada a partir da fala das entrevistadas, observando também gestos e expressões significativos no contexto da discussão, foi aplicada mediante um questionário respondido pelas participantes e de suas falas durante as reuniões dos grupos.

Para o desenvolvimento do Grupo Focal parti da entrevista semiestruturada, a qual se configura como “um dos principais meios que tem o investigador para realizar uma coleta de dados” (TRIVIÑOS,1987, p.143). Essa metodologia possibilita à pesquisadora/moderadora a flexibilidade de perguntas para novos questionamentos, propiciando um leque de percepções e representações, podendo-se analisar os valores, crenças, motivações e sentimentos provocados no público-alvo. Considerando tal perspectiva Triviños assevera que,

[...] parte de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento que o informante, seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos feitos pelo investigador, esta resposta poderá gerar uma série de novos questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

O uso do Grupo Focal, para Ruediger e Riccio (2006, p.151), apresenta características que ampliam a visão do pesquisador por permitir-lhe “intervenção em tempo real no curso da análise e, ainda, confrontar as percepções de participantes em suas similitudes e contradições a respeito de um tema, ou grupo de temas, relacionados com o objeto de pesquisa”. Guimarães (2006, p.157) também corrobora esse pensamento, tendo em vista a riqueza do procedimento, o qual possibilita à pesquisadora valer-se dos recursos verbais advindos das reações manifestadas pelos componentes do grupo. Segundo o autor, “[...] pressupõe a opção por coletar dados com ênfase não nas pessoas individualmente, mas no indivíduo enquanto componente de um grupo”.

Assim, considerado as relevâncias da técnica de Grupo Focal, a análise foi elaborada a partir dos dados sobrevividos do questionário respondido, considerando o perfil das participantes e a comunicação oral dessas. Os testemunhos foram registrados por meio de gravações de áudio e vídeo feitos durante a realização das reuniões dos Grupos Focais. Ressalto que a falas das entrevistadas foram reproduzidas tal qual as gravações, como forma de garantir a fidelidade das informações obtidas, tanto que os registros próprios da linguagem oral foram

respeitados, bem como as repetições enfáticas das participantes de cada grupo. De tal modo, considerando as opiniões e experiências das participantes, voltou-se para o tratamento científico da pesquisa, a fim de se afastar qualquer possibilidade de indução.

O trabalho com os Grupos Focais pressupõe que o número de grupos seja correspondente à extensão do conteúdo que emerge dos mesmos. Assim, a definição da quantidade e das características dos grupos, bem como a escolha das participantes, foi orientada de forma a contemplar as diversas visões existentes e favorecer a expressão dos distintos posicionamentos em relação às questões investigadas. Como forma de validação da metodologia, primeiramente realizou-se em 19 de novembro de 2014 um Grupo Focal experimental com discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas Santo Agostinho – FACET, na cidade de Montes Claros. Esse foi utilizado como grupo-piloto a fim de se verificar a adequação do roteiro de perguntas, dos tempos previstos e das instruções dadas aos participantes.

Nesse sentido, para a formação dos Grupos Focais, de acordo com as necessidades da pesquisa, delimitou-se como principal categoria mulheres residentes no município de Montes Claros. A definição dos Grupos Focais foi composta de modo a permitir a manifestação de diversas opiniões sobre as questões relacionadas ao cotidiano das participantes no ir e vir pela cidade. Também se procedeu à seleção considerando características secundárias, ou seja, os diferentes atributos pessoais e profissionais de cada participante. Nessa perspectiva, optei por diferenciar as participantes em três categorias, o que também definiu o número de grupos.

Assim sendo, compõe o Grupo Focal 1 (G1) Arquitetas e Urbanistas, que atuam na cidade de Montes Claros; bem como alunas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerando que a cidade tem se tornado um importante polo estudantil, abrigando universitárias de regiões adjacentes e também de diversos localidades do país. Esse primeiro grupo foi denominado G1 – Mulheres Técnicas: Arquitetas e Urbanistas. O Grupo Focal 2, com a denominação G2 – Mulheres Participantes de Movimentos Sociais, exercendo um trabalho basilar nas comunidades periféricas da cidade, essas mulheres estão engajadas na luta pelos direitos daqueles que se encontram em vulnerabilidade social. Elas reivindicam melhorias e garantia de políticas públicas para a população carente da comunidade onde moram. O último Grupo Focal, o de número 3 – G3, constituído por mulheres que residem em bairros periféricos, em sua maioria, são chefes de família, exercendo fora dos

lares profissões como doméstica, artesãs, sacoleiras, entre outras. Para nomear este grupo tomaremos de empréstimo o termo que Goffman, sociólogo da Escola de Chicago usa “classe-desprivilegiada em alta-conta” (Goffman, 2009, p. 104),⁴ sendo assim foi denominado G3 – Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

O convite para participar da pesquisa ocorreu de forma diferenciada por contato pessoal, telefônico ou eletrônico, de acordo com a possibilidade de cada convidada. As participantes do G1 receberam o convite via e-mail e também por contato telefônico. Para a convocação dessas participantes encontrei alguns obstáculos, foram convidadas oito arquitetas, porém três desistiram alegando acúmulo de serviço; duas não atenderam às ligações após o primeiro contato; uma chegou a comparecer na sessão, mas se retirou poucos minutos do início da reunião; e somente duas realmente participaram. As outras cinco são acadêmicas e se dispuseram prontamente em participar da pesquisa. Essa situação obrigou um ajuste dos grupos devido à alteração de horários, desistências e confirmação de outras participantes não previstas. Destaco que a mobilização para a pesquisa foi feita entre final de novembro e início de dezembro, dias de finalização de semestre letivo e também de recessos e feriados em função das comemorações de fim de ano, e isso acabou comprometendo a abordagem das convidadas, considerando os compromissos próprios da época.

No caso do G2 fizemos uma visita à sede dos movimentos sociais, localizada no centro da cidade de Montes Claros, para um primeiro contato com a coordenadora. Esta se colocou à disposição para auxiliar no que fosse necessário e mostrou-se bastante surpresa ao tomar conhecimento do tema dessa pesquisa e comentou: “já fomos a rua por tantos direitos e, no entanto, nunca discutimos o direito das mulheres à cidade. Acho muito importante essa pesquisa e tenho certeza que teremos muitas mulheres querendo participar”. O convite foi realizado em um encontro das associações e movimentos de Montes Claros no dia 21 de setembro de 2014, momento em que havia a presença de muitas

⁴ O autor observa que, entre os grupos desfavorecidos, como os velhos, os obesos, os doentes mentais, etc., as mulheres figuram à parte na estrutura social, já que, “nas sociedades ocidentais, a mulher é idealizada como um objeto puro, frágil e precioso”. Em consonância Farge “este discurso pletórico e repetido sobre as mulheres sobre a sua natureza é atravessado pela necessidade de contê-la, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma ausência” (Farge; Davis apud Duby ; Perrot, 1990, p. 09)

mulheres. A indicação foi feita entre elas mesmas, gerando o chamado “efeito dominó”, uma foi chamando as que estavam à frente de algum movimento ou associação e essas prontamente se comprometeram em participar, somente uma das convidadas não pôde, ao que enviou justificativa no dia da sessão. Ressalto que, ao serem solicitadas para opinar em relação ao local dos encontros posteriores, unanimemente escolheram a sede do movimento.

Quanto às integrantes do G3, resalto as peculiares dessas, moradoras da periferia da cidade de Montes Claros algumas são empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais em escola, e uma auxiliar de biblioteca. Todas foram convidadas por indicação, o convite foi pessoal e, das oito convidadas, somente uma não pôde comparecer, e enviou-nos uma justificativa para o não comparecimento. Essas participantes, em decorrência da distância de suas residências do local onde aconteceriam as reuniões e, também, por terem uma condição financeira inferior às demais, receberam um ajuda de custo para o traslado.

As categorias definidas para o trabalho com os Grupos Focais foram elaboradas conforme os propósitos desta pesquisa, considerando as proposições de Vichas (1982, p113), o qual pondera que os grupos devem ser homogêneos quanto aos aspectos de interesse da pesquisa e definidos conforme a pesquisa a ser realizada. Essa condição é importante para que haja identificação e integração entre os sujeitos participantes durante os encontros e ainda para que não haja posições extremamente conflitantes entre os membros do grupo. As participantes normalmente sentem-se mais confortáveis para expressar suas dúvidas, opiniões e ansiedades, em relação ao tema, quando estão entre colegas.

Considerando que quanto maior for o grupo maior será o tempo de espera para a manifestação de cada participante e que essa espera pode desestimular ou mesmo propiciar o esquecimento do assunto por parte dos integrantes, meu estudo foi desenvolvido com pequenos grupos constituídos de 6 a 10 participantes. Esse número foi definido para que cada uma se sentisse à vontade e encontrasse espaço propício para expor sua opinião. Vale ressaltar que trabalhar com um grupo maior pode fragilizar a interação entre os participantes, inviabilizando o contato, o ‘olho no olho’, o compartilhar. Também os grupos com um número de participantes reduzido, além de dar a oportunidade para que todas se manifestem, facilita o trabalho da moderadora durante o debate, tendo em vista que ela poderá identificar tópicos relevantes e ideias adicionais, que podem surgir durante a discussão.

Desse modo, o debate foi desencadeado a partir dos comentários ou ideias de cada participante. Isso, em grande medida, facilitou a reprodução nos jogos de conversação, através do qual foi possível verificar em suas falas as relações macrosociais. Outro aspecto importante é a seleção dos locais para a realização dos trabalhos em grupo, assim, procurei realizar os encontros num local apropriado, com fácil acessibilidade e que oferecesse conforto e tranquilidade para as participantes. Também levei em consideração o silêncio do ambiente para não comprometer a gravação em áudio.

Feitos os primeiros contatos, agendei o encontro do G1 para uma sala de aula de um colégio particular da cidade, o qual era de fácil localização e acessibilidade. Atentei para os aspectos de segurança das participantes, agendando um local, em que elas pudessem se sentir seguras ao chegar e ao sair do prédio. Os encontros do G2 foram realizados na sede dos movimentos sociais, como já mencionado, e fora indicado pelas próprias integrantes do G2. A meu ver, tal indicação se deveu ao fato de ser um espaço já frequentado por elas, portanto, “familiar”. Também ressalto que se trata de um local de fácil acesso, que tem à disposição a circulação de ônibus coletivo para todas as regiões da cidade.

Para o G3, foi agendada uma sala de aula de uma faculdade que funciona nas dependências do *shopping Center* da cidade, este é também um lugar/espço de fácil acesso, muito bem atendido por ônibus coletivo e por outros meios de transporte. A fim de estimular a presença e participação de todas nos encontros oferecemos às participantes dos grupos 2 e 3 uma ajuda de custo para as despesas com a locomoção, contudo, as componentes do G2 dispensaram o auxílio. Às integrantes do G1 não foi oferecida a ajuda de custo, visto que a maioria possui carro e as que não têm recorreram à carona das outras amigas.

Antes de iniciar a sessão de cada Grupo Focal as salas foram preparadas para o desenvolvimento das atividades. A moderadora instalou os recursos tecnológicos, tais como: computador, projetor, filmadora; necessários à condução do trabalho. As participantes convidadas, inicialmente leram e assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme prevê a metodologia de Grupo Focal. No intuito de criar um ambiente agradável, além de receber cada participante de maneira cordial, em todos os grupos foi reservada uma mesa na sala de discussão com lanches e sucos para degustação das participantes durante toda a reunião. A fim de se evitar que o tema do GF fosse abordado precocemente em conversas informais, o que poderia arrefecer a discussão, foi distribuído um

questionário Perfil de autopreenchimento, visando à obtenção de informações básicas sobre cada participante (idade, formação, profissão, área e tempo de atuação, endereço residencial) para posterior análise.

Elaborei, conforme previsto pela técnica de GF, um roteiro de entrevista com o objetivo de orientar a moderadora no decorrer da sessão, dando-lhe maior controle sobre a situação e também assegurando maior representatividade do grupo. Esse roteiro foi cuidadosamente planejado, sequenciando-se os aspectos do tema a ser discutido, construído por perguntas centradas em seis categorias definidas a priori, com aproximadamente seis questões básicas, as quais foram subdivididas para estimular ou esclarecer a discussão. De tal modo, foi possível favorecer a expressão das participantes por meio da exposição de suas opiniões, experiências e percepções sobre os temas relacionados.

Conforme já citado, o número de integrantes em cada grupo variou de 6 a 8, sendo o G1 com 8, o G2 com 6 e o G3 com 7 participantes. Os encontros foram realizados no período de 1 a 13 de dezembro de 2014. Cada sessão teve a duração de 2h, ocorrendo no horário de 18h às 20h. As sessões foram conduzidas por uma moderadora; uma co-moderadora; um responsável pelo equipamento de gravação; e uma observadora e controladora do tempo. A estrutura foi alterada de acordo com a disponibilidade da equipe de pesquisadores, no entanto, a estrutura mínima de uma moderadora, uma co-moderadora foi respeitada em todos os grupos. O primeiro encontro obedeceu ao seguinte protocolo: acolhida e agradecimento pela presença e participação de todas; exposição e explicação dos objetivos do encontro; motivação para a participação, explicando sobre a relevância do estudo, bem como a importância de cada participante para o desenvolvimento da pesquisa; e, por fim, a autorização para gravar o encontro. Nesse momento a moderadora expôs sobre o sigilo das informações, garantido o anonimato das participantes, tendo em vista que seriam usadas na pesquisa apenas as transcrições das entrevistas, sem identificação dessas. Também esclareceu que somente os integrantes da equipe teriam acesso às gravações e essas seriam inutilizadas ao final do trabalho.

Não se pode negar que algumas dificuldades foram inevitáveis, no entanto, a maioria das mulheres demonstrou bastante interesse e fez todo esforço para participar das atividades. De forma desprendida, abriram mão de uma tarde em favor da pesquisa. Foi alvitrada, pela equipe de pesquisa, a possibilidade de formar um grupo com homens para posteriormente se fazer contrapontos, porém, como já aludido, a época (final de ano) não favorecia o prolongamento dos estudos e era necessário que concluíssemos as sessões, pois as transcrições das

gravações demandariam muito tempo. Assim, optei por não aumentar o número de grupos definidos inicialmente.

A construção e desenvolvimento desta dissertação foram empreendidos a partir dos relatos dos grupos focais, considerando e respeitando o posicionamento, as ideias e depoimentos das participantes. Para a análise dos relatos, tomei como referência autores e pesquisadores que têm se empenhado no debate e discussão do tema dessa pesquisa. Também procurei trazer para este estudo um pouco da história do *locus* de pesquisa, no intuito de situar nossos leitores e colocá-los a par da realidade de Montes Claros, que, desde sua constituição, tem evidenciado aspectos de desigualdades entre homens e mulheres. Nos dias de hoje a cidade tem alcançado importante proeminência no campo educacional, dada a quantidade de faculdades e educandários instalados, o que, em certa medida, contribui para um aumento populacional.

Esse fato, entre muitos outros, desponta, a meu ver, como grande responsável para as muitas desigualdades de gênero que se observa no espaço urbano da cidade. Isso, em termos, apresenta-se como um paradoxo, tendo em vista a pressuposição de que onde há mais “conhecimento”, possivelmente há, também, menos desigualdades. Todavia, verifiquei grandes discrepâncias no que se refere ao gênero nos usos dos espaços da cidade de Montes Claros quando o assunto é mobilidade feminina por esses diversos lugares/espaços. Destaco que, conforme as próprias entrevistadas, alguns espaços da cidade são proeminentemente masculinos e, quase sempre, as mulheres que se aventuram frequentá-los ou mesmo transitar por eles não são vistas com “bons olhos”, até mesmos por outras mulheres.

Outra questão relevante é a insegurança vivenciada pelas mulheres ao transitar por certos lugares/espaços da cidade, principalmente em determinados horários e também em relação ao tipo de vestimenta que estejam usando. Aqui vale ressaltar que tal situação não é privilégio da cidade de Montes Claros, contudo, por se tratar do meu campo de pesquisa, é a ela que me referi e procurei retratar neste estudo.

Como forma de atender aos pressupostos deste trabalho dissertativo, o mesmo foi organizado em três capítulos. Desse modo, no primeiro intitulado “O direito à cidade: (in)visibilidade das mulheres”, o qual apresenta como subtópicos: “A cidade e a dominação masculina”; “Acessibilidade diferencial: a mobilidade das mulheres nos espaços urbanos”; discorreremos sobre as relações de dominação percebidas e, até mesmo, vivenciadas nos espaços da cidade. As conjecturas desse capítulo procuram abranger a vivência das mulheres no acesso ao

trabalho, lazer, educação ou, ainda, na simples mobilidade cotidiana. O que, a meu ver, as coloca como seres invisíveis, considerando a cidade como uma construção resultante de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, nos quais se apresentam relações assimétricas de gênero.

Nesse capítulo o embasamento teórico fundamenta-se nas ponderações de autores como Menezes (2003), Carlos (2007), entre outros, os quais apresentam importantes contribuições para o entendimento do conceito de cidade e de como a vida urbana passa a compor a vida das mulheres. Para abranger as relações de gênero como determinantes na organização do espaço físico da cidade, bem como dos períodos de circulação apropriados às mulheres, me embasei nas proposições de autores como Rago (1985), Saffioti (2001), Perrot (2013), Andrade (2002), Gouveia (2005). As valiosas contribuições de Bourdieu (2012), Certeau (2003), Corrêa (2003), Gonzaga (2011) possibilitaram entender o espaço da cidade como resultante de práticas sociais e, portanto, produto das relações de dominação existentes na sociedade.

O segundo capítulo, denominado “A princesa do Norte”, é constituído de quatro subtópicos: “Montes claros: uma abordagem”; “A arquitetura da cidade e as mulheres montes-clarenses” e “Perfil das participantes dos grupos focais”, este último apresenta três subdivisões “Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros”; “Perfil Participantes da pesquisa (G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros”; “Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros”, o quarto e último deste capítulo “Considerações sobre o perfil das participantes”.

Ainda sobre o segundo capítulo, inicialmente apresentei uma breve abordagem acerca da cidade de Montes Claros, considerando alguns aspectos referentes à sua formação histórica, bem como sua constituição e características. Esses apontamentos sobre a cidade de Montes Claros possibilitam, em certa medida, abranger a trajetória da cidade, localizada na região norte do Estado de Minas Gerais, em que se percebe algumas distinções masculinas nas origens de sua projeção arquitetônica. Para a construção desses dois itens do capítulo, fundamentei a análise nas obras de algumas memorialistas montes-clarenses, como Yvone Silveira, Zezé Colares (1990) e Ruth Tupinambá (2010), as quais registram aspectos valiosos do cotidiano das mulheres montes-clarenses e de como eram vivenciados os espaços públicos da

cidade, o que nos permite apreender reflexos daquele tempo no ir vir das mulheres na atualidade.

No item Perfil das participantes, apresentei as categorias analisadas nesta pesquisa. A análise de cada categoria prioriza a realidade das mulheres montes-clarenses na sua mobilidade pela cidade. O perfil das entrevistadas, exposto no segundo capítulo, fornece pistas para compreendermos como elas vivenciam os espaços da cidade e qual a percepção que têm dos diversos espaços por onde se movimentam. E ainda, considerando as falas das participantes, podemos abranger as relações de dominação masculina que persistem na organização dos espaços da cidade.

O terceiro capítulo, cujo título é: “Vozes das mulheres de Montes Claros” foi subdividido em sete itens: “Configurações sociais em grupos focais”; “A cidade de montes claros”; “Trabalho profissional e lugares espaços”; “Trabalho com a família e lugares-espaços”; “Lazer e lugares-espaços”; “Sociabilidade e lugares-espaços” e “Considerações dos GF’s”, os quais foram subdivididos conforme as categorias identificadas nas entrevistas.

Por último, nas considerações, procurei ressaltar acerca das problemáticas e pressupostos aventados e as perspectivas que podem ser ainda demarcadas no futuro. Uma importante observação a ser feita no campo “considerações” é que esse termo deve ser tomado, pelo menos teoricamente, apenas como proposta didática de fechamento deste estudo, tendo em vista que as questões de configuração de uma mobilidade desigual para as mulheres em relação aos homens são complexas e estão longe de serem esgotadas em um único estudo.

Destarte, pretendemos, ao fim e ao cabo dessas conjecturas, que este estudo seja apenas a ponta do *Iceberg*, como ocorreu comigo, quando da minha iniciação nos estudos acerca da temática em questão, e que, assim, faça insurgir outras tantas produções acadêmicas, as quais também discutam o instigante tema da (in)visibilidade feminina e as relações de gênero na cidade.

O DIREITO À CIDADE: (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES

“Da História, muitas vezes a mulher é excluída”.

Michelle Perrot

Na tarefa de compreender a questão de gênero nos espaços urbanos da cidade de Montes Claros, Minas Gerais, e de como as desigualdades entre homens e mulheres se evidenciam por meio desses espaços, revelando relações de dominação, mapear os ambientes nos quais estão inseridas as montes-clarenses, se mostra um exercício, no mínimo, relevante. Aqui ressaltei que o conceito de dominação é entendido segundo a teoria de Bourdieu (1990), o qual trata da questão da “dominação masculina”, principalmente a partir de uma perspectiva simbólica. Por esse conceito, o autor compreende o poder que estabelece significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força.

Os sentimentos, os pensamentos, as visões de mundo dessas mulheres ganham inteligibilidade nas raízes do “chão social” de suas experiências, como mães, donas de casa, profissionais liberais, universitárias, representantes de movimentos sociais etc. Essas experiências, em grande medida, são construídas a partir das relações estabelecidas com os espaços por onde circulam no dia a dia de suas vivências na cidade.

Como forma de abranger as relações de dominação percebidas e vivenciadas nos espaços da cidade seja no acesso ao trabalho, lazer, educação ou, ainda, na simples mobilidade cotidiana, investiguei a história de mulheres montes-clarenses, cuja realidade evidencia aspectos em que são, muitas vezes, apropriadas do seu direito de ir e vir, de ser e de estar na cidade.

Assim, ao pensarmos a cidade enquanto espaço público, a que todos têm direito⁵, fazem-se necessários breves apontamentos, considerando que esses podem nos indicar uma chave interpretativa para as relações de dominação que permanecem no âmbito das cidades e, no

⁵Legitimado pela Declaração dos Direitos Humanos – ONU, 1948 e pela Conferência Internacional do Habitat II, realizada em Istambul no ano de 1996. Na esfera nacional, sua legalidade é assegurada pela Constituição Federal, no Estatuto da Cidade – Lei Federal n.º 10.257/01, na medida provisória 2.220, na Carta Nacional do Direito às Cidades – 2001.

caso desta pesquisa, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Vale ressaltar que não é minha intenção chegar ao final deste capítulo com uma definição pronta e acabada do que seja cidade e de como essa acolhe de forma diversa aqueles que nela habitam, mesmo porque essa pode ser analisada a partir de diferentes aspectos, sejam religiosos, econômicos, sociais ou políticos.

Consoante Menezes (2003, p. 221), há muito, desde o século XIX, a vida urbana e a rua passaram a fazer irremediavelmente parte de nossas vidas. Nas suas ponderações, o autor assevera: “onde a aura deixa de habitar as coisas e os homens. A ruptura das fronteiras sociais, dos privilégios estatutários e o surgimento da cidadania são elementos cruciais para a consolidação de uma sociedade historicamente determinada – capitalista”. De tal modo, aferi que a discussão em torno do tema cidade faz parte dos grandes debates das ciências humanas. E, num dado contexto, pode adquirir contornos diversos, bem como ser analisado a partir de diferentes prismas.

Carlos (2007), em sua obra “O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade”, pondera que a cidade ora é pensada como quadro físico, um simples mapa aberto na prancheta, ora como meio ambiente urbano e, nessa dimensão é “naturalizada”. Nos dois casos, conforme a autora, ignora-se o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo. Na antiguidade o termo *pólis* era usado tanto para se referir a uma “cidade” no sentido estrito, como para “cidade-estado”, ou seja, uma comunidade autossuficiente e autônoma politicamente. Assim, a autora supracitada pontua que a historiografia moderna adotou a convenção cidade-estado para se referir à *pólis*, no sentido político; e cidade, para a malha urbana.

Portanto, neste capítulo, ponderando a cidade na perspectiva do gênero e das relações de dominação masculina estabelecidas em seu interior, a discussão a respeito do termo se revela como obra e produto de uma realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana.

Nesse sentido, Carlos assevera:

O sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem [*sic*] e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-

espacial, evidenciando a vida na cidade (CARLOS, 2007, p.20).

A proposição acima aponta para a necessidade de se considerar a prática socioespacial que se realiza na cidade, expressando o desafio de desvendar a realidade urbana, bem como as possibilidades que se desenham no cotidiano da vida cidadina. Destarte, nessa perspectiva, estamos desobrigados de reduzir o sentido de cidade à condição de reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana. Também, vista sob esse aspecto a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana com toda a sua multiplicidade, seja social, cultural ou de gênero.

Para Scott,

a adoção da categoria gênero surge num contexto de construção da crítica de que os estudos sobre as mulheres estavam voltados para as próprias mulheres sem considerar o aspecto relacional entre estas e o sexo oposto. A experiência do movimento feminista na década de 60 revelou uma forte rejeição a esta forma de interpretar a realidade fundada no determinismo biológico, a partir da noção de sexo ou de diferença sexual, passando a utilizar a palavra gênero, como uma maneira de se referir à organização social da relação⁶ entre sexo (SCOTT, 1990, p. 5).

Ainda segundo a autora, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Portanto, é um dos primeiros modos de dar significado às relações de poder. Assim, considerando a dominação presente no âmbito da cidade, esta revela-se com uma constituição própria que, na maioria das vezes, privilegia um determinado grupo social ou ainda o homem em detrimento da mulher, se tornando espaço de hierarquização, levando-me aos seguintes questionamentos: os espaços da cidade de Montes Claros privilegiam o masculino? Seja público ou privado, de status

⁶ Aqui ressalto que Scott nas suas conjecturas sempre apresenta o termo “relação” no singular, entretanto, nesta pesquisa, optei pelo uso do termo no plural (relações) que, conforme Michèle Ferrand (2005), passou a ser usado dessa forma por influência das anglo-saxãs com o objetivo de reduzir a denominação anteriormente utilizada.

elevado ou inferior esses espaços são apropriados às mulheres? Elas encontram nos espaços urbanos a possibilidade de se mobilizarem com segurança? Nessa perspectiva, a questão é entender como a cidade tem sido estruturada de forma a privilegiar as necessidades masculinas em detrimento das necessidades específicas femininas e, ainda, como isso tem revelado e determinado a condição das mulheres no espaço urbano.

No que se refere aos espaços públicos, quanto às relações de gênero, Andrade (2002) adverte que indagar sobre os espaços de ação das mulheres na cidade, na vida urbana e no interior dos lares é colocar uma demanda mais complexa do que definir sua adscrição ao privado ou sua função pública e cívica, pois,

[...] ao mesmo tempo em que construíam para as mulheres situações na vida pública em que sua operação independente era crucial para os destinos da comunidade – legitimando assim a possibilidade de reivindicações políticas como as das mulheres da Lisístrata, de Aristófanes –, não podemos dizer que, na vida privada na qual era vista como mulher, mesmo em sua subordinação aos homens da família, ao marido, mesmo não tendo aparentemente um lugar próprio, as mulheres não poderiam ter uma ação independente. Também temos, nos textos literários gregos, vários testemunhos desses espaços de independência feminina na esfera do oikos [...] (ANDRADE, 2002, p.196-197).

Na presente pesquisa, interessa-me analisar a mobilidade das mulheres no espaço da cidade, como ocorre sua circulação por esses espaços, suas funções, pertencimentos e vivências. Meu campo de pesquisa é a cidade de Montes Claros, Minas Gerais, e é dentro desse campo, a partir de sua realidade socioespacial, que empreendemos esta discussão considerando as implicações e adversidades que, na maioria das vezes, possivelmente coloca as mulheres montes-clarenses numa condição desprivilegiada em relação aos homens, uma vez que os espaços urbanos possivelmente foram pensados para o público masculino.

Corroborando com essa afirmativa, Gouveia, em seus estudos sobre Mulher e Cidade, enfatiza que falar das desigualdades entre mulheres e homens não é apenas tratar da questão do acesso desigual aos espaços e processos das cidades, mas é reconhecer que essas

desigualdades são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Conforme a autora,

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres- o que é importante, mas não o suficiente – enquanto que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e consequentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura. (Gouveia, 2005, s/p).

Nessa direção, a fim de abranger a distinção aferida por Certeau (2003) entre espaço e lugar, visto que nas relações de coexistência o conceito de espaço muitas vezes se funde com o de lugar/espaço, perquiri as dinâmicas de mobilidade das mulheres de Montes Claros. Também, apoiada nas proposições de Gonzaga (2011), interessa-me perceber o espaço da cidade como lugar do fazer social, visto que aí se dão os encontros, consumo, trabalho, lazer e lutas sociais. Nesse sentido, vale destacar a importância dessas considerações na delimitação do meu campo de pesquisa.

O estudo das relações de dominação demanda articulação com a relação de gênero, a fim de que se apreendam situações de desigualdade, a exemplo do machismo, homofobia, violência contra mulheres, e outras. Portanto, nessa empreitada, alguns teóricos serão imprescindíveis para o embasamento de tal articulação, dentre os quais destaco: Bourdieu (2012), Saffioti (2001), Biroli (2010), Motta (2012), Perrot (2013), Rago (1985).

A fim de melhor abranger as discussões em torno do espaço da cidade como produto social das relações de dominação dos grupos e/ou indivíduos e, no caso desta pesquisa, das mulheres, estas são consideradas como integrantes do processo de produção e apropriação

desse espaço. Embora seja um tema pouco explorado, carente de análises mais aprofundadas e embasadas, as diferentes espacialidades desenvolvidas por homens e mulheres representam um campo de pesquisa profícuo, pois nos ajuda a analisar a constituição e arquitetura dos espaços das cidades, visto que esses espaços muitas vezes oferecem restrição de acesso às mulheres, fator que se agrava mediante sua condição social.

Ainda nessa perspectiva, analisaremos as distribuições funcionais do espaço público urbano, cujas normas, conforme aponta Perrot (1998), quase sempre são determinadas pela lógica masculina. De tal modo, é minha intenção considerar as relações de gênero nas construções femininas, demonstrando que, segundo Domosh(1996) *apud* Silva (2007), o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela arquitetura urbanística. Birolì (2010) entende que as diferenças de gênero não se constituem como heranças biológicas, mas como reproduções culturais dialéticas.

A reflexão em torno dessa questão possibilita compreender e discutir o espaço do ponto de vista do gênero, o qual reproduz a segregação espacial das mulheres e, no caso deste estudo, a partir dos apontamentos das participantes selecionadas para integrar os GFs, apreender como “a cidade praticada se insinua no texto ou no conceito da cidade planejada e visível” (CERTEAU, 2003) e, assim, entender como se processa a mobilidade de mulheres-mães, mulheres-trabalhadoras, mulheres-estudantes e mulheres-integrantes de movimentos sociais nos espaços da cidade em questão.

1.1 A CIDADE E A DOMINAÇÃO MASCULINA

“Uma mulher em público está sempre deslocada”
Pitágoras.

Segundo Benévolo (1993), a cidade como local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e, ao mesmo tempo, privilegiado, sede da autoridade, nasce da aldeia⁷, e se forma a partir do

⁷ No Ocidente, a palavra “Ville” para designar aquilo que chamamos de cidade, é muito tardia. Até os séculos XI e XII, escreve-se quase que estritamente em latim e, para designar uma cidade, usa-se “civitas”, “cité” ou urbs, a rigor, mas basicamente civitas. [...] uma “villa” [...] é o centro de um grande domínio. Do ponto de vista dos materiais, a construção modesta, mesmo quando se usa a

momento em que os serviços passaram a ser executados por aquelas pessoas que não cultivavam a terra e, portanto, não tinham essa obrigação. Essas eram mantidas pelas que cultivavam, com o excedente do produto total. De tal modo, nasce o contraste entre dois grupos sociais, os dominantes e os subalternos.

A sociedade se torna complexa e, tendo a cidade como centro maior, projetou sua complexidade e se transformou com grande velocidade, determinando um salto civilizador e a abertura de novos caminhos, com mudanças profundas na composição e nas atividades da classe dominante, que influíam sobre toda a sociedade. Goitia (1992, p.44), nos seus estudos sobre a história do urbanismo, afixa “o grande desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade não é um feito recente: é resultante de um longo processo histórico”.

Le Goff (1998), na obra “Por amor às cidade” descreve que na Roma antiga os termos relacionados à cidade denotavam educação, cultura, bons costumes e elegância. O denominado Renascimento⁸ e o

pedra: não se pode falar de castelo. [...] a villa é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor; em consequência é um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas de poder em geral, sobre todas as pessoas, os camponeses e os artesãos que vivem nas terras ao redor. [...] quando se passa a dizer em francês, “la ville” (o italiano conservará o termo città), marcar-se-á bem a passagem do poder do campo para a cidade. O termo “villa”, esse se aplicará à aldeia nascente a partir dos séculos IX e X (Le Goff, 1998, p.12).

⁸ As mudanças ocorridas na Europa, como o desenvolvimento do comércio e das cidades e a expansão marítima, foram acompanhadas por um intenso movimento cultural. Essas transformações faziam os europeus acreditarem que viviam em um novo tempo, muito diferente daquele que imperou durante toda a Idade Média. Por isso, os europeus dos séculos XIV ao XVI acreditavam estar presenciando o verdadeiro Renascimento. Assim, em grande parte da Europa, começaram a surgir escritores e artistas preocupados em expressar os valores daquela “nova” sociedade. Em grande parte, essas atividades culturais eram financiadas por ricos comerciantes e banqueiros. O comércio com o Oriente permitiu que muitos comerciantes europeus, principalmente de cidades de Veneza e Florença, na península Itálica, acumulassem grandes fortunas. Enriquecidos, alguns desses comerciantes, bem como governantes e papas, passaram a financiar a produção artística de escultores, pintores, arquitetos, músicos, escritores, prática ficou conhecida como *mecenato*. E ao mesmo tempo que impulsionava as artes e as ciências, contribuía para reafirmar a autoridade política daquelas pessoas que financiavam e protegiam os artistas. Afinal, os

início dos tempos modernos permitiram uma nova representação e produção do espaço urbano. Por sua vez, a revolução industrial, a nova dinâmica econômica, social, técnica e política imprimiram grandes transformações às cidades, modificando não somente o seu tamanho, mas sua forma, estrutura sociotécnica, modos de vida e, também, as modalidades de concepção e de funcionamento.

Alguns autores se dedicaram ao estudo das cidades e seus problemas, entre os teóricos da Sociologia clássica destacam-se autores como Marx, Engels, Weber, Simmel e outros que contribuíram para a origem do que mais adiante se denominaria como Sociologia Urbana. Weber (1976), por exemplo, criou uma tipologia das cidades da mesma forma que fez com as relações de dominação. Para o autor, as modernas metrópoles são como a moldura de um quadro no qual os diversos elementos do sistema capitalista estão dispostos: o dinheiro, o capital, o modo capitalista de produção, a mercadoria.

Sendo, pois, um reflexo social fragmentado, o espaço urbano das cidades capitalistas é profundamente desigual e, também, mutável. Isso é uma característica que não acontecia da mesma forma nas cidades pré-capitalistas nas quais a mobilidade social era muito menor. O capital nas cidades capitalistas não tem limites em seu poder de expansão e desenvolvimento.

Nesse sentido, Rolnik assevera que,

não há mais muralhas, ao contrário da cidade antiga, a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios (ROLNIK, 1995, p. 10).

Com a finalidade de captar, interpretar e analisar a cidade com essas características de expansão e desenvolvimento, e ainda com os inúmeros conflitos espaciais, sociais, econômicos, políticos decorrentes desse desenvolvimento, Lefebvre (1999) aponta que o estudo de uma

que recebiam financiamento expressavam, em grande parte, valores defendidos pelos *mecenas*.

cidade implica em situar as descontinuidades em relação às continuidades e vice-versa, uma vez que “a sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas” (p.,15). Embora existam características gerais que estabelecem, de alguma forma, parâmetros de análise que definem certos tipos de cidades, cada uma delas tem em sua história e desenvolvimento características próprias, contradições e conflitos, “continuidades e descontinuidades” que a fazem única.

Georg Simmel (1976), no início do século passado, dedicou-se ao estudo sobre a cidade grande e moderna analisando as relações permeadas por atitudes e sentimentos característicos da passagem do século XIX para o século XX, como a indiferença, a reserva, a propensão ao conflito, a moda, o lazer. De acordo com o sociólogo, a cidade é o lugar/espço onde passa a imperar a racionalidade capitalista ou, como apontado anos depois por Habermas (1989), o lugar/espço em que a racionalidade do mundo sistêmico se contrapõe à racionalidade do mundo da vida. Para Habermas, na sociedade capitalista, duas formas de racionalidade da ordem social imperam na cidade: uma estratégica relacionada às funções econômicas e políticas, necessária à manutenção da vida e sua reprodução e, outra, comunicativa, na qual o entendimento intersubjetivo se daria pela mediação linguística acerca dos fatos, normas sociais e vivências subjetivas.

As transformações que passam a ocorrer nas cidades, principalmente a partir do século XIX, além de afetar de diversas formas as relações entre os indivíduos e desses com o espaço, suscitaram a construção de diferentes representações sobre o que é a cidade, sobre seus espaços concretos e sociais. São novos problemas, novos conflitos sociais e espaciais, novas configurações que passam a fazer parte do cotidiano das cidadinas.

Assim, o estudo das cidades compreende as mudanças porque passam e como essas mudanças afetam seus habitantes, transformam dimensões da vida social, muitas vezes despercebidas, mas que, aos poucos, vão conformando novas formas de relacionamentos e, numa relação dialética entre indivíduo e espaço concreto, conformando novos espaços de sociabilidade.

Desse modo, considerando que a cidade é carregada de subtendidos, o que, por vezes, dificulta defini-la com exatidão, podendo ser analisada a partir de diversos prismas. Ponderei, pois, a necessidade de se levar em conta que o modelo de cidade deverá ser reestruturado de acordo com a realidade a ser estudada. Nessa perspectiva, alguns

elementos são recorrentes nos estudos que abordam sobre a cidade, tais como: a homogeneidade social, étnica e de crenças, a posse de um território, defesa e divisão do trabalho, elementos de culto, relações de dominação e poder, entre outros. Lefèbvre traz considerações, mostrando que:

Lê-se a cidade porque ela se escreve, ela foi uma escrita. Elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. [É preciso ainda compreender]o contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida quotidiana. As relações imediatas, o inconsciente do ‘urbano’, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que nos tête-à-tête) aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições , as ideologias – isso não pode ser esquecido na decifração) (LEFÈBVRE , 1960, p.55-56).

Assim, as cidades podem ser percebidas como espaços frágeis e articulados, os quais reforçam, muitas vezes, a segregação e autosegregação dos indivíduos. A abstração excludente das cidades estabelece e, até mesmo, avigora as diferenças, quer sejam, de caráter social, político, cultural ou econômico, produzindo uma sociedade em redes horizontais, mas hierarquizadas; fragmentadas, mas globalizadas. Ao se discutir a relação de dominação que se estabelece nos espaços urbanos, convém reportar ao universo e dinâmica da *pólis*⁹ grega, que representava o palco de reflexões e ações de interesse público, configurando-se como instância privilegiada do exercício de poder, uma vez que ali eram tomadas as grandes decisões.

A forte estrutura da *pólis* garantia a reprodução do pensamento e práticas dominantes. Esse caráter excludente afetava diretamente mulheres, escravizados e estrangeiros, visto que apenas os homens livres eram considerados como sujeitos e, portanto, é que podiam participar

⁹ O termo *pólis* era usado na Grécia antiga tanto para se referir a uma cidade no sentido estrito, quanto a uma cidade-estado, isto é, uma comunidade autossuficiente e autônoma politicamente. Disponível em: <www.jlourengo.com/JLSN/Grecia%20Antiga02.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

das assembleias que aconteciam na *Ágora*¹⁰. Para Martin (2005), esse tipo de organização social era considerado um avanço no que se refere ao compartilhamento do poder, contudo, é emblemático quando se investiga a quem esse poder era atribuído. Conforme a autora Nuria Belloso Martin:

Na polis grega, a esfera pública era essencialmente a esfera da política, para qual eram eleitos somente os homens livres. Escravos e mulheres não podiam estar entre aqueles que se dedicavam à vida ativa, à ação, ao discurso. Passaram-se séculos e se impuseram novas formas de governo, persistindo, entretanto, a histórica exclusão das mulheres do espaço público. Reduzidas ao espaço privado, a situação vivida pelas mulheres na sociedade europeia[*sic*] do século XVII e XIX não diferencia muito de sua situação na sociedade greco-romana ou na Idade Média [...] A condição feminina, vivida nas diferentes classes e status de uma sociedade fundada por homens, somente pode buscar um caminho próprio, de ampla reformulação política, jurídica e social, depois dos acontecimentos revolucionários do fim do século XVIII. (MARTIN, 2005, p. 60)

O universo e a dinâmica da *pólis* eram essencialmente distintos dos modelos contemporâneos de sociedade e representavam o pensamento de uma época em que as mulheres eram submetidas a uma condição de exclusão total, no caso da *pólis*, e uma exclusão parcial na família, visto que eram subordinadas ao poder do pai, marido ou senhor. O critério de sexo tem sido fundamental para demarcar a menos valia das mulheres traçando, ao longo dos séculos, um caminho de menor titularidade. Se na Grécia Antiga as mulheres e os escravizados eram excluídos dos direitos de cidadania, teoricamente era possível aos últimos alcançar a liberdade em virtude de feitos heroicos. Contudo,

¹⁰ Benévolo (1993) descreve a *ágora* como a própria assembleia dos cidadãos, “que se reúne para ouvir as decisões dos chefes ou para deliberar. O local de reunião é usualmente a praça do mercado (que também se chama *ágora*), ou então, nas cidades maiores, um local ao ar livre expressamente aprestado para tal (em Atenas a colina de Pnice)”. A nova organização espacial na *Pólis* grega seria, portanto, fruto de uma nova concepção de poder político e social.

para as mulheres não havia possibilidade de superar sua condição de sexo. Também no Império Romano as mulheres eram excluídas da esfera política e subordinadas ao homem no âmbito da vida privada, com base no do conceito de *pater familiae*¹¹.

A proposição de que a História sempre consistiu em atributo dos dominantes pode até ser considerada “lugar comum” ou ainda um exagero, visto que não se pode negar as transformações nos costumes e nas relações sociais ocorridas ao longo do tempo. Todavia, uma breve incursão no universo histórico da humanidade já nos revela eventos de homens ilustres e poderosos e seus feitos. Esses grandes homens é que sempre foram retratados e sobressaíram em detrimento daqueles que, mesmo fazendo parte da história e integrando-a, não tiveram destaque ou foram mencionados. Nesse sentido, as ponderações de Perrot (2013, p. 18) nos ajudam a entender que “o relato da história constituído pelos primeiros historiadores gregos ou romanos diz respeito aos reinados, aos homens ‘ilustres’ [...]”.

O mundo social tende a determinar estratégias e práticas que dão legalidade ao poder e à dominação. Essas práticas e estratégias, muitas vezes, na percepção das pluralidades de gênero, depreciam determinados comportamentos, valorizam e legitimam outros em um sentido reformador. A meu ver, essa é uma maneira de justificar, de modo individual ou coletivo, as escolhas e comportamentos masculinos numa disputa de poder e dominação. Segundo Bourdieu,

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a retificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia[*sic*] ou de mercado, reservada

¹¹ O *pater familiae* era, na Roma antiga, a pessoa ou indivíduo que tinha o poder e dominação de família legal sobre cada um dos seus membros. Essa pessoa, imersa em uma sociedade tempos antigos patriarcais muito típicas, trabalhava com o objeto de manter a sua casa e defender o que era necessário, ou seja, era a pedra angular sobre a qual toda a família era mantida. Ele tinha a responsabilidade de governá-la da maneira mais adequada de acordo com os seus interesses, mas não só da unidade familiar em si, mas os *gens* a que pertenciam e que a ele estavam relacionadas por laços sagrados. Disponível em: < <http://conceptodefinicion.de/pater-familia>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina com o estábulo, a água e os vegetais [...] (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Michelle Perrot (1992, p. 178), ao tratar das mulheres como parte dos excluídos da História, afirma que o século XIX acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual. Cada sexo tem a sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predestinado, até em seus detalhes. Paralelamente existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis **“Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos.”** (grifo meu).

Nessa direção, Perrot corrobora que até o final do século XIX as mulheres não possuíam visibilidade e valorização, quando muito, uma aparição subordinada e aprisionada por uma leitura androcêntrica do mundo, salvo raras exceções. É como se elas não existissem ou fossem destituídas da capacidade de protagonizar as suas próprias vidas e a história. Ávila (2000, p. 9), assevera “os homens tinham história, as mulheres tinham destino”. As relações de poder estabelecidas no âmbito das cidades evidenciam que os espaços urbanos, ao longo do processo histórico, eram reservados aos homens, reforçando a dominação conferida às mulheres. Aos homens, o convívio social e o prazer sexual no espaço público; às mulheres, funções femininas restritas ao âmbito privado.

Em muitas sociedades a (in)visibilidade e o silêncio das mulheres representavam a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição, para os gregos, era a *stasis*, a desordem. Ainda segundo Perrot (2013), as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, seu acesso à escrita foi tardio, e suas produções domésticas eram rapidamente consumidas ou dispersas, muitas vezes, por elas mesmas, afinal eram apenas mulheres, cuja vida não contava muito. Para a autora:

A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo

menos fora do acontecimento (PERROT, 2013, p.16).

Pelo exposto, podemos aferir que as mulheres não tinham direito aos espaços da cidade. Confinadas em casa, ou no que lhes serviam de casa, elas não apareciam no espaço público. Motta (2012, p. 84) pondera a respeito da dificuldade de se encontrar uma história das mulheres, dada à condição de eternas prisioneiras da vida privada e do cotidiano. Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à (in)visibilidade. Portanto, a atuação delas também é invisível, visto que o ambiente privado da família e do lar fora o espaço ocupado por elas. Scott (1992, p. 75), ao destacar as vozes do século XX, evidencia a escritora Virginia Woolf, que, em 1929, em sua obra *A room of one's own* (Um teto todo seu), divaga sobre as inadequações da história das mulheres e a necessidade de ser reescrita, acusando a tendência da historiografia existente de seguir uma postura parcial e insuficiente, deixando claro seu perfil eminentemente masculino e excludente.

A filósofa Simone de Beauvoir (1970), mais tarde, em sua obra, *O segundo sexo*, também reafirma a “incompletude” da história, que embora pretendesse “Universal”, desconsiderava uma metade da humanidade, as mulheres. Estas, extorquidas de seu passado, não tinham motivo para orgulharem de si mesmas. Maria Odila Dias (2001), em seu texto *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, corrobora que o cotidiano de mulheres analfabetas e escravizadas em documentos escritos era uma forma avessa à lógica do século XIX, e quando encontrados, geralmente eram registros de viajantes, cujos relatos apresentavam estereótipos de preconceito. Ainda, segundo Dias.

[...] tratava-se de mulheres negras de tabuleiro vendendo seus quitutes nas ruas, de lavadeiras, passadeiras, engomadeiras. Mulheres pobres trabalhando nas ruas, onde não se via mulheres de classes dominantes e que os preconceitos acabavam por impor silêncio e omissão sobre onde moravam e como sobreviviam. (Dias, 2001, p.23).

Segundo Michelle Perrot (2005, p.9), durante muito tempo o relato histórico se esqueceu das mulheres, relegando-as ao silêncio. Contudo, isso não se restringiu à historiografia, mas também ao cotidiano das mulheres, visto que o seu acesso à fala pública e atuação

política estava, em muitos sentidos, restrito. Nesse sentido, a autora discorre que, no século XIX, a narrativa no ocidente estava centrada na esfera pública, contemplando as ações políticas das figuras masculinas, o que tornava inviável, impensável e até mesmo impossível uma análise mais apurada a respeito das mulheres. As suas atuações nos espaços públicos eram esparsas, pouco consistentes e bastante limitadas. A autora complementa que Michelet¹² foi o primeiro historiador a evocar uma história sexuada. Todavia, mesmo considerando a importância que ele conferiu à interação entre os sexos para o desenvolvimento de uma sociedade, o autor, assimilou a mulher à natureza e o homem à cultura, enunciando que uma inversão nos papéis desempenhados por cada sexo levaria a humanidade à ruína, ou seja, o autor reproduziu as representações de inferioridade imputadas às mulheres no século XIX.

Nos limites entre o espaço público e o privado, às mulheres cabiam as atividades ligadas ao âmbito privado, tais como os cuidados com a casa e com os filhos; quanto aos homens, sua atuação estava direcionada ao espaço público. Assim, evidenciam-se os lugares/espacos e as áreas de atuação e mobilidade das mulheres, criando-se uma “segregação sexual da cidade”. Ainda que o espaço público fosse permitido às mulheres, a estas eram impostas restrições, tanto de horários como de vestimentas.

¹² Historiador francês nascido em Paris, considerado um dos maiores historiadores de todos os tempos, conhecido como o primeiro historiador a afirmar que não eram as grandes personalidades e sim as massas os principais agentes das mudanças sociais, originando os ideais da revolução francesa. Filho de um tipógrafo modesto, nasceu pouco após a Revolução Francesa, que marcou a transição da Idade Média para a Modernidade. Começou a escrever seus primeiros livros antes mesmo de se formar em letras (1817) e começou a lecionar na escola preparatória. Nomeado diretor do setor de história dos arquivos nacionais (1834), passou a ensinar no Collège de France (1838). Perseguido por suas ideias liberais e por seu posicionamento contrário ao segundo império, acabou preso (1851) e perdeu os cargos públicos. Voltou-se, então, inteiramente ao trabalho de historiador até seus últimos dias, em Hyères. Na sua obra destacaram-se *Tableau chronologique de l'histoire moderne* (1825), *Précis de l'histoire moderne* (1827), *Histoire de France* (1833), primeira parte, *Histoire de la révolution française* (1847-1853) e *Histoire de France* (1855-1867), segunda parte, além de obras líricas e de trabalhos irreverentes tais como *Les Jésuites* (1843). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JuleMich.htm>> Acesso em: 15 de jan. 2015.

Perrot (2005, p. 27) aponta que, ao longo da história, o espaço privado sempre foi considerado ideal para as mulheres, e que a participação nos assuntos da cidade, principalmente na política, era considerada uma atividade viril e conseqüentemente um *locus* masculino. A autora pondera que a representação da figura pacífica, ociosa mulher como nascida para ser mãe e cuidar da casa, ou seja, o pensamento simbólico da diferença entre os sexos atravessou o tempo tornando-se um poder estruturante da sociedade. Desta forma, refletindo sobre as “mulheres públicas”, Michelle Perrot dá uma contribuição muito importante para a discussão conferindo que a atuação feminina em público torna-se mais frequente durante o século XIX, pois até aquele momento estava reservado “[...] para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres o privado e seu coração, a casa”. A autora argumenta que:

O homem público desenvolve um papel importante e reconhecido, participa do poder, e é candidato em potencial ao Panteão dos grandes homens, que a pátria homenageia. Por outro lado, a mulher pública é depravada, debochada, lúbrica, venal, muitas vezes “rapariga”, é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, território de passagem, sem individualidade própria. O espaço ao mesmo tempo em que a regula, e a exprime, a torna visível. (PERROT, 1998, p.10)

Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os gêneros. A diferenciação de gênero organiza, pois, tanto o espaço físico como os períodos de circulação apropriados às mulheres, gerando o que Perrot (2005) denomina de segregação sexual do espaço público. Dessa segregação, surgem os “lugares proibidos às mulheres”, principalmente o político, o judiciário e o intelectual e, conseqüentemente aqueles que lhes são apropriados, como lavanderias, grandes magazines e salões de chá, sendo considerados como lugares/espços de sociabilidade feminina. Aferimos, pois, que os espaços de mobilidade das mulheres são restritos à sua condição de mulher, ligados às funções da casa ou, então, a aspectos sociais em que estejam inseridas.

Para Perrot (2005), nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, os paradigmas tradicionais que dominavam a disciplina, como o Marxismo,

por exemplo, perderam um pouco da sua força e, além disso, a aproximação com a Antropologia possibilitou que novos elementos de análise fossem introduzidos, levando os historiadores a se interessarem pelas relações familiares. De tal modo a família passou a se constituir em um espaço privilegiado, no qual se podia observar parte da atuação feminina, assevera Perrot (2005).

Outro fator ligado a um contexto social mais amplo, diz respeito à efervescência de transformações, a partir dos movimentos feministas¹³, ocorridos na França no final do século XIX e início do século XX. Essas, em grande medida, contribuíram para que os paradigmas historicamente erigidos fossem modificados. De tal modo, a participação das mulheres no processo histórico ganhou novos contornos, e a (in)visibilidade que lhes era imputada aos poucos foi dando espaço para um novo fazer histórico. Segundo Matos (1997, p. 94), “as mulheres **tornaram-se visíveis e entraram em cena**. Nessa produção recente mais significativa, poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados.” (grifo meu).

Gonzaga (2011), em sua tese “A cidade e a arquitetura também mulher: projetos arquitetônicos e gênero” propicia certa abrangência a respeito das transformações históricas e algumas prováveis conquistas das mulheres, todavia, ao final, a autora ressalta que o lugar/espaço reservado às mulheres ainda é a cozinha. De acordo com Gonzaga,

¹³ A primeira onda feminista teria ocorrido no século XIX e início do século XX. A segunda (a mais famosa) ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. E a terceira teve início na década de 1990, e vem até os dias atuais. A importância do movimento feminista é tamanha, que não haveria como medi-la em palavras, já que suas consequências proporcionaram as mais profundas mudanças de *status quo* da história recente da humanidade. São avanços tais como o direito ao voto, direito ao aborto, aos métodos contraceptivos, às leis de proteção à mulher, leis contra o assédio sexual e contra o estupro. Há também os avanços nas leis trabalhistas, como a licença maternidade e a determinação de salários iguais, tanto para homens, como para mulheres que exerçam a mesma função. A maior parte das lideranças feministas foram, no decorrer da história, constituídas por mulheres brancas de classe média da Europa Ocidental e da América do Norte (EUA). Contudo, desde a década de 1960, surgiram líderes negras e de outras etnias. Há até um braço do movimento conhecido como Feministas Negras. Disponível em: <www.colegioweb.com.br/movimento-feminista> . Acesso em: 05 fev 2015.

As grandes mudanças iniciadas na Idade Média e as invenções paulatinas que mudaram a sociedade e a economia organizaram a mudança de populações para concentrações nas cidades, o século XIX viu a mão de obra fabril ser ocupada também pelas mulheres, na história do capitalismo. Brutal concessão na mudança das tarefas que lhes eram permitidas pela nova organização social. No século que passou, as profissões que vinham sendo construídas por escolas e universidades garantiram o acesso feminino a estas instituições com certa relutância, como o direito ao voto, mas indicam com grande veemência que **o lugar a que elas pertencem é ainda o mesmo – a cozinha** – [...] (GONZAGA, 2011, p.13, grifo meu)

Para Saffioti (2004, p.61), “o poder ainda é macho, rico e branco”. A proposição da autora constitui uma referência ao poder que também se manifesta na condição de classe, gênero e etnia, intimamente relacionado(s) a(os) sistema(s) de dominação/exploração capitalismo-patriarcado-racismo, entendidos numa unidade simbiótica, tornados inseparáveis ao longo do processo histórico. Saffioti aborda que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, essas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria, então, a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. A autora defende que, dentro do binômio dominação-exploração das mulheres, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que cabe ao gênero feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

Bourdieu (2012), na obra “A dominação masculina”, ressalta que o movimento feminista trouxe muitos frutos positivos para a organização social, abrindo novos espaços e frentes de atuação que ainda não existiam para as mulheres. No entanto, o autor salienta que a abertura do espaço público para elas não representou uma igualdade nas relações de gênero. O processo de diferenciação entre homens e mulheres apenas se deslocou, passando a atuar muito mais na apreciação do valor da atividade masculina e feminina, ou seja, a forma de

organização social androcêntrica permanece. Também, Perrot (2005) considera que o trabalho desenvolvido pelas mulheres sempre foi considerado de menor importância. As atividades domésticas não são consideradas significativas, pois não geram nenhum ganho financeiro.

É comum ouvir dizer que quando uma mulher não trabalha fora do lar ela não faz nada, desconsiderando os esforços de organização da casa e educação dos filhos. Perrot observa que mesmo as mulheres tendo conquistado o mercado de trabalho, esse segue, como já nos disse Bourdieu (2012), uma rígida divisão sexual, pois existem “profissões de mulheres” que adotam um conjunto de critérios, visto que essas atividades não podem impedir que as mulheres continuem exercendo suas funções domésticas, consideradas como primordiais. Assim, para Bourdieu, uma mudança social, que promova igualdade nas relações de gênero, deve partir das instituições que produzem e reproduzem um imaginário sexista, tais como: família, escola, Igreja e Estado.

Para Salzman (1992, p.19), existem discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. Conforme pondera o autor, esses discursos legitimam a ordem estabelecida, justificam a hierarquização dos homens e do masculino, e das mulheres e do feminino em cada sociedade determinada. São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro gênero e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada gênero.

A opressão das mulheres não se finda com o espaço urbano e, tampouco é uma problemática exclusiva do mesmo. O direito das mulheres à cidade é obstaculizado, e a exploração é um dos pilares da produção desse espaço. Nesse sentido, a contribuição analítico-propositiva **baseada na percepção da (in)visibilidade** das mulheres associada e alimentada pela produção de um espaço desigual que tende a homogeneizar a tudo e a todos (as), reforçando a (in)visibilidade de gênero, ou mesmo o lugar das mulheres nos espaços urbanos. Gouveia elucida:

Assim, há uma similitude no interrogar se as mulheres **são sujeitos ocultos** nas cidades e afirmar que as mesmas estão em todos os lugares. Essa similitude, por sua vez, revela uma diferença: uma coisa é constatar a presença das mulheres na cidade, outra completamente distinta é pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e a dinâmica das relações das desigualdades entre mulheres e homens. Falar das desigualdades não é

apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. (GOUVEIA, 2005, p. 35) (grifo meu).

Apresentar essas breves considerações a respeito das cidades e da **(in)visibilidade** das mulheres, para além das questões históricas, guardadas as devidas dimensões, pode servir de proposição para percebermos que o direito à cidade não era de todos, pois muitos, e no caso em questão **“as mulheres”, eram (in)visíveis**. Também nos ajuda entender aquilo que, nos dias hodiernos, por vezes, parece está oculto, mas confirma uma trama complexa de relações dominantes e, no caso meu interesse de pesquisa, revela que o “estar” e o “transitar” fisicamente em um dado território não significa automaticamente ocupá-lo como espaço próprio, como espaço público, como lugar de cidadania.

A (in)visibilidade das mulheres está ligada também à estrutura dos espaços políticos decisórios da cidade, em geral ocupados por nenhuma ou poucas mulheres, pensando uma cidade que se sustenta nas opressões de gênero, em particular as mulheres de baixa renda. É nessa perspectiva que a teoria liberal instituirá a dicotomia público-privado a partir de uma lógica assimétrica de dominação. Costa (2005) entende que essa dicotomia define o público com as questões da política e do poder político, enquanto o privado é definido como a vida doméstica, familiar. Esta se situa fora dos marcos da política, o qual é tido como naturalmente masculino, o espaço público é, pois, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante, conforme assevera McDowell (1999).

A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral, coloca as mulheres em um lugar/espaço marginal, o dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão no lugar/espaço central que, de acordo com Danièle Kergoat (2012), aponta práticas sociais de resistências. Primeiro, resistências para a manutenção da tradição ou do *status quo*, comumente aqueles que exercem o papel de dominação; e, segundo, resistências ao estabelecido no sentido de gerar mudanças e transformações. Isso estabelece conflitos que geram consequências cotidianas e processuais no modo como o espaço urbano é produzido e reproduzido.

Em outros termos, o público é concebido como o político diz respeito ao Estado, as instituições sociais, a economia. O que, a meu ver, justificou a não intervenção histórica do confinamento das mulheres no espaço doméstico. Sendo, portanto, uma verdadeira negação da existência das mulheres como cidadãs, como portadoras de direitos sociais, políticos. Ao refletirmos sobre o conceito de naturalização, que, segundo nos esclarece Viana (2009), é um processo do pensamento que não produz a realidade, tal como as “desigualdades” (de classe, etnia, gênero, etc.), mas simplesmente as interpreta como sendo naturais ao invés de produtos sociais e históricos. O autor entende que a naturalização é um processo mental interpretativo, o qual não cria a desigualdade ou qualquer outro fenômeno e nem é sua causa, sendo, no máximo, uma ideologia ou representação que a reproduz e reforça. Logo, nesse sentido, a naturalização não é um processo puro do pensamento, pois é preciso que haja determinada relação social concreta para que ela possa ser naturalizada.

Desse modo, considerando, pois, as ponderações de Viana, podemos aferir que a mobilização das mulheres pelos espaços públicos da cidade foi e continua naturalizada, assim como ocorre com os ditos “papéis femininos”, principalmente os do meio familiar, como se fossem dotadas de tarefas naturais à sua biologia. Essas tarefas são geralmente desempenhadas pelas mulheres gratuitamente, ao custo da sua autonegação econômica e cultural, uma vez que elas pertenciam ao espaço privado. Nesse sentido, verifiquei que a dominação masculina se apresenta de forma tão silenciosa ou “invisível” que suas vítimas são muitas vezes incapazes de reconhecer que estão submetidas a ela, e esse não conhecimento tem suas raízes solidificadas na cultura de um povo, o qual reproduz a dominação de geração em geração, levando a mesma a ser vista como algo natural e normal. Desse modo, conforme Arendt, o espaço privado significa,

[...] ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação _objetiva_ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. [...] o homem [*sic*] privado não se dá a conhecer, e, portanto, é como se não existisse. (ARENDDT, 2001, p.47)

Nesse contexto, retomo as ponderações de Bourdieu (2012) para pensarmos a cidade de Montes Claros e as relações de dominação masculina presentes nos espaços públicos da cidade. Ao refletir sobre essa dominação, verificamos que muitas vezes ela se apresenta de forma silenciosa ou até mesmo (in)visível. As mulheres, vítimas dessa ascendência masculina, quase sempre não reconhecem que estão submetidas a ela. Vale destacar que esse não conhecimento tem suas raízes solidificadas na cultura de um povo, que reproduz a dominação de geração em geração levando a mesma a ser vista como algo natural e normal.

Para Bourdieu (2012), o desconhecimento é uma forma de perpetuação da dominação masculina, pois quem não percebe que está sendo violentado simbolicamente é incapaz de se insurgir contra e, assim, acaba reproduzindo a lógica dominante. E sendo simbólica ela é capaz de causar efeitos práticos e visíveis nos dominados, tais como sua manifestação através de emoções corporais, como vergonha, humilhação, culpa, onipotência, submissão e admiração. Assim, considerando as proposições do autor, podemos aferir que submissão feminina não é algo inato às mulheres, mas está inscrita na construção prática da lógica androcêntrica, a qual conduz as relações sociais e suas estruturas objetivas. Assim, fazendo com que as mulheres sejam vistas como um ser inferior ao homem e essa inferioridade também passa a ser sentida e consentida pelas próprias mulheres, as quais não podem ou não lhes é permitido romper com as barreiras físicas e simbólicas impostas pela ditadura da masculinidade. No dizer de Bourdieu:

sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, p. 8)

De tal modo, o autor considera que a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas e é vista como algo normal e natural e, por isso, não é questionada. Para ele, a consonância/aceitação entre as “estruturas objetivas” e as “estruturas cognitivas”, torna possível a

aceitação da divisão da sociedade entre homens e mulheres como algo normal, natural e legítimo. Nas palavras do autor, a dominação masculina está tão enraizada em nossa cultura que encontra condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento. A divisão sexual do trabalho, a produção e reprodução biológica e social convergem para exaltar/beneficiar os homens e assim colaboram com o *habitus* masculino¹⁴.

Nessa perspectiva, haja vista que a dominação masculina se processa por meio do conhecimento ou até mesmo do desconhecimento de seus subordinados, é importante abrangermos como as montes-clarenses percebem os espaços públicos e como se veem nesses espaços. Essas questões, entre outras, serão aprofundadas nos capítulos subsequentes desta pesquisa. No subitem, abaixo, a partir de abordagens e discussões de pesquisadores e estudiosos do tema, propomos uma reflexão a respeito do planejamento arquitetônico urbanístico, que desconsidera o ir vir das mulheres nos espaços das cidades e como elas percebem e concebem esse planejamento.

1.2 A ARQUITETURA URBANÍSTICA: INDICATIVA DA EXCLUSÃO DAS MULHERES

*“O mais escandaloso dos escândalos
é que nos habituamos a eles.”*

Simone de Beauvoir

Para que possamos perceber as distinções na arquitetura e no urbanismo é necessária certa sensibilidade de gênero¹⁵ às sutilezas que

¹⁴ Conforme nos esclarece Bourdieu, o *habitus* fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim, podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês etc.); individuação porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas (p.175-177).

¹⁵ De acordo com Jane Jenson da UdeM – Universidade de Montreal (Canada) [...]Se desde os anos 1960 os sistemas de proteção social deram certo espaço às reivindicações dos movimentos das mulheres, em nome da igualdade, atualmente, as políticas públicas que valorizam o investimento social reduzem a sua importância, apesar do fato de que uma **sensibilidade de gênero** faça parte de sua abordagem [...]. As ideias políticas no centro do investimento social se

cerceiam o direito de ir e vir feminino. Como foi exposto na parte inicial desta análise, historicamente as cidades foram concebidas e construídas segundo uma perspectiva que não incluía as mulheres como sujeitas beneficiárias do espaço público. Ou seja, a gestão pública, o crescimento das cidades e, principalmente o viver social foram processos eminentemente masculinos e, em grande medida, a presença das mulheres nas cidades se traduzia em uma violência simbólica sistemática, uma vez que o espaço público não era pensado para as mulheres.

Em um mundo androcêntrico é de se imaginar que o desenvolvimento urbano tenha ignorado as necessidades das mulheres em particular. Às mulheres é reservado o passaporte de turistas em cidades construídas para os homens e urbanizadas de acordo com o deslocamento deles pelas ruas e avenidas. Tornar as cidades “mais amigáveis” para as mulheres envolve a compreensão da sua rotina e da sua relação com o espaço urbano. Esse entendimento abrange, em boa parte, as conquistas femininas que transformaram a realidade das mulheres nos últimos anos. Assim, o espaço público no caso das cidades é o indicativo das relações sociais e econômicas de cada época e, o espaço privado compõe esse sistema que aparentemente assumiu a modernidade, mas, em sua essência mantém por várias formas a mesma opressão e discriminação sobre os corpos das mulheres com nova roupagem.

Nas considerações de Perrot (2013, p. 178), a cidade é como um teatro dirigido pelos homens, no qual as mulheres são o cenário, a decoração, marionetes manipuladas pelos mesmos, que decidem onde e como podem frequentar esse espaço. Assim, verifica-se que o fato das mulheres estarem presentes em espaços masculinos não significa que elas sejam respeitadas ou tenham voz nesses lugares/espacos, pois

mostram todas preocupadas com o destino e a situação das mulheres [...] uma sensibilidade de gênero se encontra, atualmente, no cerne das perspectivas que valorizam o investimento social. A contribuição econômica das mulheres, bem como a sua participação na vida social pelo viés do *care*, estão na ordem do dia e os especialistas propõem ajudar as mulheres a conciliar à vida profissional com a vida familiar [...] Desde o início do século XXI, a sensibilidade ao gênero inspira outros tipos de intervenções políticas, mas hoje, como ontem, podemos somente constatar a fraqueza dos compromissos a favor da igualdade homens-mulheres, que nos permite questionar as relações de poder de gênero.

“reificar, deificar a mulher é uma maneira de colocá-la ‘em seu lugar’, sobre os altares, isto é, à parte e em parte nenhuma”.

A cidade quase sempre é pensada como um cenário, todavia, ela não é estática. Trata-se de um organismo dinâmico e complexo que reflete os valores da sociedade. E assim como se verifica traços marcantes de exclusão na sociedade, a cidade também, por meio de sua arquitetura, apresenta esses traços de diversas maneiras. É evidente que os grupos sociais marginalizados não têm sua parcela do direito à cidade reconhecida. É o caso das mulheres, se as cidades se mostram pouco democráticas, a situação para as mulheres não é boa. As relações de poder e controle comuns do espaço privado no sistema patriarcal se reproduzem no espaço público. A cidade, em vez de representar a autonomia das mulheres, ser o lugar/espaço da liberdade como é para os homens, acaba se tornando uma forma de opressão de gênero. A vivência das mulheres no espaço urbano é diferenciada e mais precária do a dos homens.

que A vulnerabilidade das mulheres nas cidades se evidencia em aspectos com os quais ela está constantemente exposta na sua mobilidade. De tal modo, ruas escuras, demora no transporte público, assédio dentro e fora dos coletivos e falta de segurança são exemplos de problemas das violências a que as mulheres estão sujeitas no seu e vir na cidade. Nesse sentido, Gonzaga (2011), ao discutir sobre a segregação espacial das mulheres, cita Calió (1992, p.174), a qual afirma que: “a cidade, produto de cada sociedade e de suas contradições, reproduz espacialmente a situação de discriminação social vivida pelas mulheres, pois nela a divisão do espaço e do tempo expressa as mesmas divisões existentes na sociedade”. A mobilização das mulheres nos espaços urbanos está quase sempre relacionada aos seus afazeres diários no âmbito familiar, ou seja, o uso que fazem dos espaços da cidade está sempre condicionado às suas funções de mãe, esposa e dona de casa. Ainda segundo Gonzaga,

[...] a mulher como principal administradora do cotidiano da família, vive em eterna corrida contra o relógio, tentando combinar e conciliar o emprego com os afazeres domésticos, com os horários da escola das crianças, com as contas a pagar, com o doente de quem tem que cuidar etc. (GONZAGA,2011, p.175).

Para Gonzaga (2011), no planejamento urbano a estrutura de gênero é configurada na interação com outras relações sociais, como as de etnia e de classe. As proposições da autora nos ajuda a compreender como tais relações têm sido percebidas na arquitetura urbanística como reflexo de exclusão das mulheres nos espaços da cidade. Todavia, antes de adentrar na questão, faz-se necessário uma incursão no pensamento de Certeau (2003), para abranger a distinção que ele apresenta para os termos espaço e lugar. Além de subsidiar a delimitação do meu campo de pesquisa, como anteriormente mencionado, dialogar com o autor propicia entender os lugares e espaços de mobilidade das mulheres montes-clarense.

Na visão do citado autor, o espaço é um lugar praticado. Somente se realiza enquanto vivenciado. Para que um determinado lugar se torne um espaço é necessário que os indivíduos (*sic*) exerçam dinâmicas de movimento nele através do seu uso. Ao ser ocupado, o espaço é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado. Os dispositivos que transformam o espaço em lugar são efêmeros, mas adquirem essa condição por uma vivência temporal do indivíduo em determinado lugar. Ainda segundo Certeau, o espaço público só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, pressupondo um tipo de enraizamento – provisório – com tais lugares. As transições de um lugar a outro, realizadas pelo coletivo de praticantes das cidades geram reflexões constantes nas passagens de lugar para lugar-praticado, de anônimos para portadores de identidade. Assim ajuíza:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade... Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis (CERTEAU, 2003, p.201).

Nessa perspectiva, podemos considerar que o lugar se estrutura na relação do “eu” com o “outro”. Seria então, metaforicamente, o palco da nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e a nós mesmos. De tal modo, dialogando com as proposições de Leite (1998), podemos inferir que o lugar, como produto da experiência pessoal vivida, é permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e

sociais, e adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele. Também Carlos (1996) considera o espaço como uma construção tecida por relações sociais no espaço vivido, garantindo uma rede de significações e sentido, tecidos pela história e pela cultura. Assim, para a autora, o lugar tem usos e sentidos diversos e, portanto, abarca a vida social, a identidade e o reconhecimento.

Na diferenciação proposta por Certeau (2003, p. 201) o lugar é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade”. Desse modo, seria possível entender o lugar como uma rua, uma praça, quando planejada e construída, como a malha viária de uma cidade, ausente de significado, e o espaço como a prática do lugar, ou seja, como as pessoas o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências.

Assim, entendemos que as mulheres, em seus itinerários cotidianos, simbolizam o lugar a partir das interferências, tanto corporais quanto cognitivas, nessas configurações físicas. Portanto, “[...] a rua geometricamente definida pelo urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 2003, p. 202). O autor salienta ainda que os lugares são moldados pelas pessoas, essas os transformam em espaços, que inserem e inscrevem camadas simbólicas que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados. Estes são compartilhados simbolicamente através da comunicação e modificam os usos que as mulheres fazem desse espaço. Certeau assevera:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo [...] uma história múltipla, sem autor nem espectador, formado em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços. (CERTEAU, 2003, p. 171)

Para além das discussões que podem ser empreendidas em torno dos conceitos e diferenciações de espaço e lugar, interessa-me, nesta abordagem, entender como a arquitetura das cidades, nos dias atuais, e no caso deste estudo, da cidade de Montes Claros, indica a exclusão das mulheres e a consequente dominação masculina sobre o espaço, revelando um modelo urbanístico que incide de forma injusta e desigual sobre as mulheres.

O espaço da cidade é produto social e as ações dos grupos e/ou indivíduos são elementos integrantes do processo de produção e apropriação desse espaço. Essa apropriação se dá por meio da interação entre os diversos locais no espaço urbano, ocorrendo o acesso aos diversos objetos espaciais através dos deslocamentos diários de pessoas. Portanto, a cidade revela-se concretamente no lugar/espaço, no plano da vida cotidiana, nas relações que se estabelecem. Todavia, ao se pensar as questões referentes ao planejamento urbanístico observa-se que, na maioria das vezes, as mulheres quase sempre são excluídas desse processo. Em grande medida, as cidades são tomadas como uma entidade à parte de seus moradores e, segundo Corrêa (2003), pensada como resultado de forças econômicas transacionais, das elites locais, de *lobbies*¹⁶ políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro. Assim, mostra-se como um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade.

Gonzaga (2011, p.60) apresenta um importante questionamento ao abordar sobre o planejamento urbano: “por que incorporar a perspectiva de gênero no planejamento?”. Em resposta, a autora aponta que a sociedade é formada por homens e mulheres e que cada um desses tem papéis diferenciados e, conseqüentemente, suas necessidades também o são. De tal modo, de acordo com Gonzaga, quem planeja deve conhecer essas diferenças e, mais que isso deve aprofundar o seu entendimento, para não reproduzir também no planejamento urbanístico da cidade as desigualdades já tão presentes no seio da sociedade.

Maricato (2000) alude que o urbanismo brasileiro, entendido como planejamento e regulação urbanística, não tem compromisso com a realidade concreta. Trata-se de ideias fora do lugar/espaço, pois, supostamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, conforme os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Entretanto, justamente por esse motivo, também podemos considerar que estão no lugar/espaço, visto que se aplicam a uma ínfima parcela da população, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Nas palavras de Maricato:

¹⁶ Lóbi (também grafado lobby) ou grupo de pressão é um grupo de pessoas ou organização que tem como atividade buscar influenciar, aberta ou secretamente, decisões do poder público, especialmente do poder legislativo, em favor de determinados interesses privados. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/lobbies>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O planejamento urbano modernista/funcionalista contribuiu, no Brasil, para reforçar o processo político e econômico que construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista um importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Com abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc.) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada (MARICATO, 2000, p.123).

Sendo as cidades brasileiras tão desiguais, são diversamente desiguais para homens e mulheres, contudo, as mulheres são afetadas de forma mais desigual por problemas comuns¹⁷. Os diversos sujeitos têm acesso desigual à cidade, e as mulheres, especialmente as mais desprovidas economicamente, encontram maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços.

Tratemos de uma larga parcela da sociedade a qual tem sido identificada dentre os mais vulneráveis, as mulheres responsáveis pelo domicílio. Ainda que na atualidade se perceba alguma responsabilização do homem na esfera doméstica, dada às crescentes mudanças por que passa a sociedade, as mulheres ainda são, em sua grande maioria, as principais responsáveis pelos trabalhos referentes à esfera da

¹⁷ Das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que seja aquela pessoa que era reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para famílias em áreas urbanas e diminuiu consideravelmente (24,8%) para famílias em áreas rurais. Do total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda, 38,7% tinham a mulher nesta condição. Quando se observa o tipo de composição familiar, a proporção de mulheres responsáveis pela família foi inferior à média nacional naquelas compostas por casal com filho (23,8%) ou casal sem filho (22,7%). Por outro lado, naquelas formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho(s), as mulheres foram maioria na condição de responsável (87,4%). Disponível em: <http://www.cut.org.br/imprimir/standpoint/3b45794b3869c23a3da405ffd6b221a/f/>, acesso em 15 mar 2015.

reprodução, como o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, entre outros¹⁸. Assim, na inexistência ou precariedade de algum serviço público, são elas as mais diretamente afetadas e prejudicadas¹⁹. Também, a ausência de qualidade urbanística das ruas e calçadas e a precariedade do transporte público prejudicam de forma mais intensa a mobilidade das mulheres, visto que, segundo aponta Gonzaga (2011), em seus estudos, são elas as responsáveis diretas pela administração de seus lares, e muitas, na maioria das vezes exercem dupla jornada, quando não tripla se possui filhos. Sem desconsiderar a grande massa populacional das cidades brasileiras (homens, crianças, jovens, adolescentes e idosos) que carecem de políticas afirmativas em todas as esferas sociais, podemos considerar que o *déficit* urbanístico tem

¹⁸ Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. No trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade passou de 79,7% para 75,7% entre os homens e de 50,1% para 54,6% entre as mulheres. As mulheres tiveram o maior aumento real do rendimento médio de todas as fontes na comparação entre 2010 e 2000 (12,0%), mas a disparidade permanece alta: elas ganham em média 68% do que eles ganham. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

¹⁹ Saneamento é inadequado em 28,3% dos domicílios urbanos sob responsabilidade de mulheres. Considerou-se como saneamento adequado urbano as habitações com acesso simultâneo ao abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta. No Brasil, em 2010, do total dos domicílios urbanos cuja responsabilidade era de mulheres, 28,3% tinham saneamento inadequado. Na região Norte verificou-se um percentual bem acima (70,0%) e no Nordeste, 46,3%. Essas proporções foram de 12,2% no Sudeste, 24,2% no Sul e 44,4% no Centro-Oeste. Nos domicílios urbanos em que a responsabilidade era de homens, esse percentual foi de 29,0% no país, similar, portanto, ao apresentado para as mulheres responsáveis. Proporção de jovens de 15 a 17 anos que só trabalham é maior entre os homens. Em 2010, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que só trabalhava era quase o dobro entre os homens se comparada à das mulheres (7,6% e 4,0%, respectivamente). Na área urbana, 17,8% dos homens e 13,2% das mulheres estudavam e trabalhavam, enquanto na área rural esse percentual sobe para 27,7% e 15,8%, respectivamente. Por sua vez, há uma proporção maior de mulheres de 15 a 17 anos que não estudava nem trabalhava (12,6%) comparada à dos homens (9,1%) e a diferença por sexo desse indicador atinge 6,3 pontos percentuais na área rural. Essa situação está relacionada à maternidade, na medida em que 56,8% das adolescentes dessa idade que tiveram filhos estavam fora da escola e do mercado de trabalho, enquanto 9,3% daquelas que nunca foram mães encontravam-se nessa mesma condição. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

endereço, sexo e cor, ou seja, são mulheres, na maioria negras, chefes de família e residentes nas periferias.

Outro aspecto que devemos salientar nessa rede de relações desiguais é que as mulheres tornam-se com frequência, chefes de família. Conforme dados do censo do IBGE (2000), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. Também são elas que comumente assumem a responsabilidade dos filhos diante de um casamento desfeito. Em muitos casos, a figura da avó se torna central na família. Lopes, Neri e Park discorrem que:

diversos problemas relacionados aos pais das crianças motivam as avós a assumirem a criação dos menores: pais adolescentes despreparados para cuidar dos filhos, desempregados, usuários de drogas, em conflito com a lei, portadores de doenças mentais, falecidos precocemente, separados, recasados sem a aceitação das crianças por parte do novo cônjuge e ainda, abuso infantil e/ou abandono por parte dos progenitores (LOPES; NERI; PARK, 2005, 2013, 32).

Ainda, segundo o IBGE, o rendimento médio das mulheres em 2008 correspondeu a 71,3% do rendimento médio dos homens, mesmo apresentando um melhor nível de escolaridade. A pesquisa aponta que a remuneração das mulheres com curso superior chegou a ser, em média, 40% inferior que a de seus pares masculinos. E não há investimentos em serviços públicos de qualidade que possam ampará-las, gerando desta forma de acordo com Diane Pearce²⁰ uma “feminização” da pobreza.

Novellino (2004) analisa estudos sobre a feminização da pobreza a partir da introdução do conceito de Pearce, a qual entende que a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que as mulheres com filhos passam a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. De tal modo, para estudar esse processo, Pearce examina as possíveis e diferentes fontes de renda (trabalho, pensão

²⁰ O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. – IPEA, nov.2005

alimentícia, seguro social e programas de renda mínima), procurando evidenciar os motivos pelos quais a pobreza atinge mais duramente as mulheres chefes de famílias do que os homens chefes de famílias nucleares.

Conforme Novellino, outros estudos semelhantes ao empreendido por Pearce associam a pobreza feminina à ausência de um homem adulto no domicílio, o qual foi e continua a ser visto como aquele cujo papel é o de principal provedor da família. A autora cita o trabalho desenvolvido por Mary Garcia Castro, com o título *Feminização da pobreza em cenário neoliberal*, o qual fora apresentado na I Conferência Estadual da Mulher, no Rio Grande do Sul.

De acordo com Novellino, Castro (1999) observa a feminização da pobreza no contexto do mercado de trabalho e de políticas públicas de emprego ativas (medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho) ou compensatórias, tais como: treinamento, renda-mínima. Garcia chama a atenção para o uso do conceito feminização da pobreza para justificar medidas normativas compensatórias, que elege um restrito grupo de beneficiários, deixando de fora uma larga faixa da população em condição semelhante.

Assim, verifica-se que as políticas públicas se voltam mais para a sobrevivência de mulheres pobres e seus filhos, não apresentando políticas de gênero que conduzam a um maior e real “empoderamento” das mulheres pobres. Novellino reforça dizendo que mesmo quando usam o termo “empoderamento” em algum programa, como o *Empowerment Training* para mulheres chefes de domicílio, do Plano Nacional de Combate à Pobreza 1994-1998 do Governo da Costa Rica, ele é entendido como alcançado através de discussões e treinamento, o que pode dar início ao processo mas não o solidifica.

A maior parte das políticas públicas de gênero para as mulheres podem ser definidas como políticas sociais assistencialistas centradas em programas tais como provisão de ajuda alimentar; programa de renda mínima, programas de bolsa-de-estudos. Na perspectiva de Novellino:

Essas políticas assistencialistas são voltadas para a família, assumindo a maternidade como o papel mais importante para as mulheres. Um grande problema desses tipos de programas é que eles criam dependência ao invés de ajudar as mulheres a se tornarem mais independentes. Acima de tudo, elas não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionadas ao planejamento de políticas para as mulheres. Sua principal

preocupação é atender às necessidades práticas das mulheres relacionadas às suas funções reprodutivas. (NOVELLINO, 2004, s/p).

As precariedades e a falta de estrutura dos espaços públicos das cidades resultam na exclusão daqueles que habitam a cidade, exclusão que incide com maior peso sobre as mulheres, considerando que são elas as mais diretamente afetadas por tais precariedades no dia a dia de suas atribuições diárias. O acesso das mulheres aos espaços públicos se apresenta como empecilho para que possam exercer com dignidade sua cidadania.

De acordo Gouveia (2005), as mulheres, em geral, não são reconhecidas pelas políticas públicas. E, quando isso ocorre, se dá de forma muito limitada. Podemos citar as políticas de habitação, nas quais este reconhecimento limita-se à titulação da moradia em nome das mulheres. A garantia de segurança para as mulheres nas cidades é uma medida intrinsecamente ligada à infraestrutura e aos transportes públicos, já que o risco de violência normalmente aumenta à noite, quando as ruas e parques possuem iluminação inadequada e os meios de transporte são menos disponíveis e frequentes. Esses, pela insegurança que oferecem e pela dificuldade de acessibilidade não propiciam o livre transitar das mulheres pela cidade.

A violência²¹ é outro fator de exclusão ao qual as mulheres são submetidas diariamente, tornando a sua mobilidade ainda mais restrita, visto que as coloca em situação de risco e “acuadas” em seus ambientes domésticos, familiar ou conjugal. O acesso à cidade é uma questão central no que diz respeito à radicalização da cidadania, mas parece não compor a pauta dos debates públicos. Possuir acesso à cidade, sem as marcas da desigualdade, significa vivenciá-la, integrar-se ao espaço público, locomover-se a qualquer hora, significa, sobretudo, a possibilidade de intervenção, identificação e diálogo com os espaços da cidade, expressão de encontros e descobertas. Nessa perspectiva, Gonzaga cita Calió, que salienta,

²¹ No mundo inteiro, meninas e mulheres sofrem com assédio, machismo e violência nos espaços públicos. O medo, muitas vezes, impede que elas façam algum trajeto, limitando seu ir e vir na cidade. Isso acontece porque o espaço urbano não foi planejado sob a perspectiva de gênero. Serviços públicos de má qualidade, como transporte, iluminação pública, educação, policiamento e moradia, afetam diretamente a vida de milhões de mulheres. E índices de violência contra a mulher apontam que elas estão cada vez mais vulneráveis. Disponível em: <<http://www.cidadesseguras.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

A mulher dificilmente se sente à vontade em sentar numa praça sozinha para ler, pensar na vida e relaxar, porque logo algum homem , passando por ali e vendo uma mulher sozinha, sente-se no direito de importuná-la [...]afinal uma mulher sozinha, em um parque ou em uma praça, está querendo alguma coisa... (GONZAGA, 2011, *apud* CALIÓ, 1992, p. 175)

A partir da ponderação acima, podemos aferir que um espaço público, pretensamente destinado ao lazer e diversão, não oferece às mulheres uma integração harmônica com o espaço, pois essa se vê frente ao risco de ser assediada e, na ótica da “dominação masculina”, são as próprias mulheres que se expõe a tal risco. As mulheres são submetidas à avaliação de que estar sozinha num espaço público representa intenções adversas àquela que seria simplesmente descansar ou usufruir do conforto daquele espaço.

Ainda, refletindo sobre o usufruir do ambiente público, outro apontamento interessante feito por Gonzaga diz respeito ao fato de que quando a mulher se encontra na praça acompanhada por crianças, a avaliação é que se trata de uma mulher cumprindo o “sagrado” dever de mãe de família e, assim, está segura, não incorrendo no risco de ser importunada. Nessa situação a praça representa uma extensão do lar que, conforme conceituação de Calió, citada por Gonzaga (2011), é o lar expandido em que a mãe acompanha e cuida dos filhos que dela dependem.

1.3 ACESSIBILIDADE DIFERENCIAL: A MOBILIDADE DAS MULHERES NOS ESPAÇOS URBANOS

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana; ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação "objetiva" com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDETT, 2005, p.68).

A história das mulheres como um campo de estudo, conforme Scott (1990), envolve uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. Conforme a autora, o estudo dos gêneros, inicialmente focado na história das mulheres, passou a ser apreendido como assunto de mulheres e, especificamente de feministas, ou como uma história relacionada aos aspectos da vida privada, da casa, da família, do sexo e da reprodução, em oposição ao domínio público da existência. Como já aludido, Simone de Beauvoir, escritora francesa e feminista foi uma das referências para a construção da história do pensamento feminista do século XX. O ponto fundamental de seu trabalho é o de que as mulheres não tinham história, assim, como poderiam avançar nas conquistas do espaço público e sentir orgulho de si próprias?

Para a filósofa, não se nasce mulher, torna-se mulher. A partir dessa posição, nos anos sessenta, as seguidoras de Beauvoir, as militantes feministas, fortalecem-se na sociedade. As discussões sexistas características da esfera privada, em que o mundo doméstico era considerado como o “verdadeiro” espaço das mulheres, foi rompido com a ocupação fora do lar que algumas passaram a assumir. A mudança social ocorrida na segunda metade do século XX é discutida por Rago (1985, p. 160), ao abordar sobre a ocupação do espaço público pelas mulheres. De acordo com a autora, a concepção de ser mulher, antes atrelada à maternidade, à esfera privada e ao casamento, para o contexto da modernização socioeconômica levou as mulheres ao mercado de trabalho, movimento importante, ainda que advindo de tensões e conflitos, principalmente pela dupla jornada de trabalho a que foram submetidas. E acrescenta: “Uma leitura otimista dessa tendência contemporânea possibilita vislumbrar uma sociedade que se feminiliza”.

Também Michele Perrot (2007), em sua obra “A minha história das mulheres”, se dedica a abordar o complexo tema das mulheres nas cidades. A autora traça um perfil da trajetória das mulheres desde a antiguidade aos tempos modernos, evidenciando que as várias formas de confinamento por que passaram, como o convento, a casa da família, o bordel, o harém, o gineceu, ou o castelo feudal, impuseram às mulheres o destino do espaço privado. E o livre acesso ao espaço público, que hoje podemos vislumbrar, é uma conquista muito recente. Durante muito tempo, elas foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à (in)visibilidade, como já abordado. São (in)visíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. O espaço público pertence aos homens e poucas mulheres se aventuram nele. São (in)visíveis, pelo silêncio das fontes,

porque, como são pouco vistas nesses locais públicos, pouco se fala delas.

Assim, interessa-me analisar a mobilidade das mulheres nos espaços urbanos na atualidade a fim de compreender a acessibilidade aos espaços públicos das cidades, que na maioria das vezes acontece de forma desigual para homens e mulheres. Tal fator evidencia permanências de uma sociedade patriarcal em que o sexismo, conforme discute Pereira e Soares (2006), revela distintas mobilidades para as mulheres nos espaços da cidade. De tal modo, ressalto o quanto a condição de ser mulher na atualidade se reflete no acesso aos espaços urbanos. A acessibilidade é explorada pelas intersecções do privado e do público na construção da luta pelo acesso das mulheres ao direito às cidades. Segundo Corrêa (2003), esses espaços se apresentam fragmentados, articulados, reflexo e condicionante social, evidenciando uma relação desigual em que aos homens, na maioria das vezes, compete o livre trânsito pelos diversos espaços da cidade. Em contrapartida, às mulheres é restrito o direito de ir vir, dadas as diversas situações de exclusão a que são submetidas quando do acesso ao espaço público.

Essa questão é desenvolvida por Gonzaga (2011) em seus estudos, quando se reporta à constatação de que as mulheres vivenciam a cidade de maneira diferente dos homens e que a trama das relações sociais de gênero é algo culturalmente construído no processo histórico da humanidade. Assim, ser mulher com as imposições e encargos advindos da sociedade, intervém de modo considerável em sua mobilidade e acessibilidade ao espaço público. Nesse sentido, a autora destaca,

[...] a gravidade de os serviços urbanos em nenhum momento terem sido pensados levando-se em consideração as especificidades das mulheres e das relações de gênero. Apesar da inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, o espaço público não foi adequado para recebê-la. [...] O que mais interfere é a sua condição de mulher, com a dupla jornada de trabalho, tripla quando mães, e os problemas de pertencer a uma classe social²² discriminada. Essa condição é agravada principalmente pela maternidade e por falta de infraestrutura (creches,

²² Ressalto que este aspecto (classe social) não é o foco deste estudo.

escolas de tempo integral) (GONZAGA, 2011, p.47).

Considerando as ponderações da autora, me reporto à ideia de que o espaço privado reservado às mulheres originou-se das múltiplas relações humanas construídas por meio de processos materiais e históricos. Nesse sentido, Domosh (1996) *apud* Silva (2007) retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura. Portanto, as práticas sociais de gênero foram processadas de forma que representações, normas, valores sociais e símbolos, ao materializarem-se nas sociedades, imprimiram a “diferença sexual”.

As questões relacionadas ao direito das mulheres à cidade representam um grande desafio para a geografia urbana “feminista”²³, que é o de tornar as mulheres visíveis. Aqui, faz-se necessário esclarecer que as chamadas “geografias feministas” têm seu espaço-tempo próprio e que sua abordagem não se desenvolve com a mesma intensidade em todos os países. Também devemos considerar, conforme aponta Silva (2003), que no Brasil um pequeno número de pesquisadores se dedica a essa temática. As discussões das relações de gênero e espaço urbano têm relevo na geografia norte-americana e europeia, as quais contribuem significativamente para legitimar o tema enquanto debate científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo, enquanto parâmetro simbólico. A importância desses estudos, entre outros aspectos, está centrada na identidade feminina como agente importante na compreensão do espaço e também por assumir o compromisso de abordar questões de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero.

Na década de 1970, a historiografia geográfica é marcada pela luta das mulheres por sua visibilidade como produtoras de conhecimento e como protagonistas de temas de pesquisa. Isso, em grande medida, fez emergir, de acordo com Smith (1996), entre outras, questões relacionadas ao lugar/espaço das mulheres na divisão social do trabalho,

²³ Geografia feminista é considerada um subcampo da Geografia, sendo mais associado à Geografia Humana. O subcampo não se apresenta de forma unificada em termos de métodos e teorias, pelo contrário, sua designação tem sido reivindicada no plural “Geografias feministas”, dada a diversidade de pensamentos que congregam esta vertente do pensamento geográfico. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

as dificuldades que se lhe apresentam ao acessar o que é produzido pelo urbano. O deslocamento das mulheres do espaço privado, percebido como seu espaço de excelência, para o público, sinalizado pela sua crescente inserção no mercado de trabalho, traz um conjunto de elementos, significados, emoções, concepções de mundo, relações sociais, racionalidade, que evidenciam as complexas relações que se estabelecem no espaço denominado como de todos/as.

Para Fenster (2006), as discriminações e desigualdades experimentadas nas construções sociais são resultado de relações de poder patriarcal. O espaço é criado ou produzido pelas práticas sociais e, portanto, é produto das relações sociais e de poder existentes na sociedade. Vale destacar que a construção de esferas públicas não se constitui mecanicamente na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços públicos, visto que o deslocamento para o público não representa uma ruptura das suas condições de vida e das relações estabelecidas no espaço privado, ou seja, não quer dizer que as mulheres ao ocupar o espaço público, “abandonam” o privado. Elas transitam em ambos, redefinindo limites e concepções do que é público e do que é privado. Assim, cabe questionar se de fato esse processo de redefinição contribui para romper com a rígida dicotomia entre o que é público e o que é privado, entre o que é inerente aos homens e às mulheres.

Ao analisarmos os espaços públicos das cidades, é possível pensar numa suposta segregação sexual das cidades, visto que, na maioria das vezes, embora abertos à mobilidade, restringem a circulação das mulheres, principalmente em relação a determinados horários e até mesmo ao traje que estejam usando. Para Michelle Perrot, as normas de acesso ao espaço público são determinadas pela lógica masculina. A autora assevera:

[...] o espaço da cidade nunca é simples para as mulheres. Contudo, de dia, elas circulam à vontade, contanto que tomem certas precauções. Mas, à noite, a cidade pertence aos homens e às mulheres profissionais dedicadas ao uso deles. As outras correm perigo. (PERROT, 1998, p.29)

A mobilidade das mulheres nos espaços públicos se processa de forma diferencial. Essa mobilidade, diferentemente daquela exercida pelos homens, quase sempre está relacionada às características de deslocamento como: motivo, destino e intensidade de deslocamento. As diferenças de deslocamento de homens e mulheres evidenciam uma

desigualdade em relação à vivência do espaço. Os homens deslocam-se a maiores distâncias e com uma maior intensidade. Diversamente, as mulheres vivenciam um espaço próximo ao seu local de moradia. Essas relações assimétricas são constituídas através do que se espera do comportamento social masculino ou feminino. Os destinos que se objetiva com os deslocamentos, além de estar relacionados ao acesso daquilo que é produzido no espaço urbano, estão ligados à construção cultural dos papéis que homens e mulheres exercem nos seus respectivos grupos sociais, ambos possuem destinos específicos de deslocamento referenciados nesses papéis. Culturalmente, os homens são os provedores da família; já as mulheres, quando circulam nos espaços urbanos, o fazem para garantir a manutenção de suas famílias e organização da casa. Assim, podemos verificar que as relações de homens e mulheres com os espaços da cidade, quase sempre, são construídas por intermédio das relações sociais, as quais são atravessadas por construções de gênero.

Martinez (2009) assevera que os espaços urbanos estão desenhados para valorizar a produção e menosprezar a reprodução, o que não significa que as mulheres não participam do trabalho produtivo e vice-versa para os homens. Contudo, esse delineamento imprime pressão especial sobre as mulheres, considerando que elas transitam nos dois âmbitos (público e privado) e que possuem maior variedade de necessidades e de “papéis” dentro da cidade. Ou seja, estou falando de uma parcela da população (as mulheres), que realiza um maior número de deslocamentos na cidade e também é a que tem a sua mobilidade mais reduzida: seja por restrição de horário, por lugares/espaços propícios ou não à sua circulação.

De acordo com Gonzaga (2011, p. 42), os serviços que necessitam no uso diário que fazem da cidade, os lugares/espaços de trabalho, centros comerciais, postos médicos, escola dos filhos, entre outros serviços, estão todos dispersos, distantes de suas moradias, o que dificulta a mobilidade das mulheres para acessá-los. Também os espaços de lazer, parque e praças não são próximos das suas habitações. A adjacência aos usos cotidianos da cidade é importante para as mulheres, considerando a variedade de necessidades e papéis que ocupa dentro da cidade. Também, comumente elas fazem parte do mercado informal²⁴,

²⁴ A proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada aumentou de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010. Este crescimento, no entanto, foi inferior ao observado para os homens, cuja proporção aumentou de 36,5% para 46,5%. O diferencial entre os sexos passou de 3,8 pontos percentuais em 2000 para 6,7

não tendo acesso às políticas trabalhistas, como vale-transporte, que possam “agilizar” ou facilitar sua locomoção no perímetro urbano. Aqui, ressalto que talvez essa seja uma realidade mais própria das cidades interioranas e de menor porte, como no caso de Montes Claros, meu campo de pesquisa. Entretanto, é sabido que nas grandes metrópoles a estrutura dos transportes públicos está bastante esgotada e não oferece qualquer dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras.

Além de trabalharem mais horas, de permanecerem mais tempo nos transportes, as mulheres ainda precisam acordar mais cedo e dormir mais tarde, considerando que são elas as responsáveis por cumprir com as obrigações domésticas no interior de seus lares²⁵. Não se pode negar

pontos percentuais em 2010. O crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao dos homens (de 50,0% para 59,2%). Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em: 18 nov. 2014.

²⁵ Mulheres possuem formação em áreas que apresentam menores rendimentos. Em 2010, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária. Dentro da população total na faixa etária citada, 15,1% das mulheres frequentavam ensino superior contra 11,4% dos homens. Consequentemente, o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens na faixa etária de 25 anos ou mais. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, onde 12,5% das mulheres completaram a graduação contra 9,9% dos homens. As áreas gerais de formação nas quais as mulheres com 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, “Educação” (83,0%) e “Humanidades e Artes” (74,2%), são justamente aquelas com menor rendimento mensal médio entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.811 e R\$ 2.224, respectivamente). O diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, onde as mulheres recebiam 66,3% do rendimento dos homens. A taxa de atividade mostra a proporção da população em idade ativa (PIA, de 16 anos ou mais) que se encontra trabalhando ou procurando trabalho. Entre 2000 e 2010 esta taxa se manteve estável (de 64,5% em 2000 para 64,8% em 2010), apresentando, no entanto, variações na desagregação por sexo: de 79,7% para 75,7% entre os homens e de 50,1% para 54,6% entre as mulheres. Dentre os grupos etários analisados, a taxa de atividade dos homens de 16 a 29 anos foi responsável pelo maior recuo entre 2000 e 2010 (de 81,0% para 74,6%). Esta tendência também foi observada para o grupo de 30 a 49 anos (de 91,9% para 88,8%), mas não para os grupos de 50 a 59 anos (crescimento de 76,8% para 78,1%) e de 60 ou mais (de 37,4% para 38,7%). Entre as mulheres de 16 a 29 anos, a taxa de atividade cresceu de forma mais branda (de 56,3% para 58,8%) do que o observado para os demais grupos etários: de 61,1% para 68,1% nos grupos de 30 e 49 anos e de 39,0% para 50,2% entre 50 a 59 anos, por exemplo. A taxa de atividade se distribuiu de forma

uma sutil mudança em relação à divisão das tarefas domésticas, atualmente, já se observa a participação dos homens em uma ou outra atividade do lar, porém ainda é um dado insignificante, frente ao número de mulheres que estendem suas atividades, nos finais de semana, em seus domicílios.

A acessibilidade das mulheres aos espaços urbanos se apresenta de forma restrita. Entre outros fatores que condicionam tal restrição, a infraestrutura das cidades e os usos dos espaços citadinos estabelecem diferenciações de mobilidade, colocando-as numa condição desprivilegiada. É comum que as mulheres evitem certos itinerários ou mesmo deixem de frequentar determinados lugares/espacos, ainda que públicos, em decorrência do risco de assédio, violência ou então por serem responsabilizadas de se exporem ao perigo, quando se locomovem por determinados espaços da cidade e em determinados horários. O medo e a desconfiança acompanham as mulheres nas ruas²⁶.

pouco desigual entre as mulheres brancas (56,2%) e pretas ou pardas (53,1%) em 2010, ainda que as diferenças tenham aumentado em relação a 2000. Há diferença de 10,5 pontos percentuais entre as taxas de atividade das mulheres que viviam em áreas urbanas (56,0%) e rurais (45,5%), comportamento que não apresentou a mesma intensidade entre os homens (76,4% e 72,2%, respectivamente). Constatou-se uma baixa participação das mulheres no mercado de trabalho na região Nordeste (48,2%), quando comparada às demais regiões. A taxa é ainda menor no meio rural (40,0%).

²⁶ O IPEA constatou que muitos brasileiros culpam as mulheres vítimas de estupro pela conduta dos seus agressores. Os dados obtidos apenas confirmam a perpetuação de uma cultura patriarcal e a sua desconstrução é um grande desafio do nosso país. “A maioria esmagadora dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em apenas 1,8% dos casos. Quando a vítima é criança 4,1% dos agressores são os próprios pais ou padrastos e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Em geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, forte indício de que o inimigo aproveita a relação de suposta confiança da vítima e da cultura da violência doméstica. Ainda de acordo com a Nota Técnica, 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima...”

Segundo o estudo apresentado pelo IPEA, a violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. A cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. Tal argumento é capaz de justificar a ocorrência

Intimidadas pela violência sexual, as mulheres se veem limitadas quanto ao acesso aos espaços públicos. Elas sentem medo de praças vazias, de ruas desertas, de pontos de ônibus e de todo tipo de transporte público, de becos escuros. Portanto, “forçosamente” acabam imprimindo ao seu cotidiano práticas que lhes garantam mais segurança, como evitar transitar por certos locais, deixar de frequentar alguns ambientes, principalmente se forem distantes se forem tipicamente masculinos e também em relação ao horário de retornarem para suas casas. São práticas as quais se veem obrigadas, que talvez lhe garanta certa segurança, contudo, tolhem sua liberdade de ir e vir. Além disso, muitas vezes, as meninas e as mulheres acabam sendo culpadas pelos crimes de que são vítimas, sendo acusadas de usar roupas curtas, indecentes ou de andar sozinhas pelas ruas.

Os pesquisadores do tema urbano, aqui destaco Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago e Tereza de Oliveira Gonzaga, entre outros, procuram nas entrelinhas da história sobre o mundo público – sobre o processo de formação das cidades, de urbanização intensa, de metropolização, de industrialização– onde estão as mulheres e como se deu sua entrada no espaço público com o tempo. No caso das autoras citadas, observei que elas procuram dar visibilidade às mulheres na história de São Paulo, partindo de uma história macro para uma micro, a partir da voz dos próprios sujeitos. Entretanto, há que se destacar que essa visibilidade não é uma tarefa fácil, pois muitas vezes as informações produzidas não faziam a distinção de gênero, nem sempre havia a produção de informações que permitisse contar histórias a partir de outros olhares.

preponderante no Brasil dos estupros contra as mulheres (89% das vítimas) perpetrados pelos homens (98,2% dos agressores).

As pesquisas citadas causaram tamanho alvoroço exatamente por esse motivo: relembrou os brasileiros, e principalmente as brasileiras, de que, infelizmente, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal. Ou seja, nossa organização social ainda é baseada na crença da dominação de homens sobre as mulheres, que por sua vez devem se sujeitar à sua autoridade e vontade. Inegável que nas últimas décadas as mulheres ganharam espaço na vida pública, porém o ordenamento patriarcal é reiteradamente reforçado em nossa cultura pela própria sociedade, seja na desvalorização das mulheres em todos os aspectos, seja na aceitação implícita da violência sexual. Lívia Magalhães, publicado em 04/2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27429/a-culpabilizacao-da-mulher-vitima-de-estupro-pela-conduta-do-seu-agressor#ixzz3jMoE5weH>>. Acesso em 20 ago. 2015.

Comumente, a literatura centrada no tema da desigualdade de gênero, geralmente distante do tema do território, próxima das pesquisas sobre trabalho e ou desigualdades de renda, se preocupam com questões de diferenciação entre homens e mulheres, trabalhando a diferença, para chegarem à noção de igualdade. É certo que, na atualidade, alguns trabalhos, como os referenciados acima, obtiveram êxito ao rastreamem a história a partir do olhar de gênero. Gonzaga (2011), por exemplo, ao contar a trajetória do movimento de mulheres na luta por creches na cidade de São Paulo, aponta que essa luta criou uma demanda para que fossem pensados projetos específicos de arquitetura e de localização onde esses equipamentos eram carentes. Conforme a autora,

[...] a reivindicação por creches [feita pelos movimentos de mulheres] foi extremamente significativa, constituiu um sinal de mudança nas relações sociais de gênero, aprofundando a transformação das relações familiares que já se verificava havia décadas, mas que se intensificou na medida em que as mulheres maciçamente foram obrigadas a participar do mercado de trabalho, devido ao arrocho salarial que impedia seus maridos ou companheiros de prover sozinhos o sustento da família. (...) E o resultado foi que a rede municipal de creches construída na cidade de São Paulo acabou por cumprir importante papel como um elo estruturador no processo de urbanização da periferia (GONZAGA, 2004, p.45).

Não se pode negar que as mulheres sofrem uma influência da vida doméstica que se traduz diretamente na vida pública. Inevitavelmente, ela leva consigo o espaço doméstico para o público, como se observa na pesquisa de Gonzaga, em que a autora traz considerações de Calió sobre o conceito de “lar expandido”. A autora citada por Gonzaga, diz que:

[...] quando a mulher não está em seu local de trabalho, está presente nos espaços ditos feminino da cidade (supermercado, feira, posto de saúde) verdadeiras extensões do espaço privado do lar. Fica claro que o espaço admitido para as mulheres é o “espaço público expandido do lar”. (CALIÓ, 1992, *apud* GONZAGA, 2011, p.175).

Nessa perspectiva, ainda, considerando as ponderações da autora, talvez fosse possível pensar que essa é uma realidade presente apenas na vida das mulheres casadas, e que as solteiras e sem filhos seriam, então, mais favorecidas para aproveitar o espaço urbano. No entanto, não é isso que se verifica, pois na arquitetura excludente das cidades proibições, exclusões, violência simbólica, conforme Bourdieu (2012), estão presentes no cotidiano de todas as mulheres, sejam casadas, mães, solteiras, com ou sem filhos.

CAPÍTULO 2

A PRINCESA DO NORTE

*"Montes Claros, montesclareou
Meus olhos cegos de poeira e dor..
Tudo é previsto pelos livros santos
Que só não falam que o sonho acabou"*

Montesclareou

(Georgino Jr colaboração de Gustavo Mameluque)

Neste capítulo, inicialmente apresento uma abordagem sobre Montes Claros, meu campo de pesquisa. De forma breve discorreremos sobre aspectos referentes à formação histórica da cidade, bem como sua constituição e características, o que possibilita abranger, em certa medida, a trajetória dessa cidade, localizada na região norte do Estado de Minas Gerais, cujo percurso histórico, nas ponderações de Silveira (1999) traz, na sua projeção arquitetônica, fortes marcas de dominação masculina.

Nessa perspectiva, atendendo aos objetivos propostos neste estudo que, dentre outros, procura analisar, especificamente na cidade de Montes Claros, a acessibilidade aos espaços públicos que, quase sempre, se apresenta de forma desigual para as mulheres, colocando-as numa condição adversa; pretendemos ponderar como ocorre nos dias atuais a mobilidade dessas mulheres no espaço urbano da cidade em questão, considerando trabalhadoras, estudantes, mães, casadas ou solteiras, jovens ou adultas, que diariamente circulam pela cidade, produzindo relações de convivências com os espaços ou, na maioria das vezes, sendo excluídas deles, quando se vêm obrigadas a mudar itinerários, horários e ambientes que frequentam.

2.1 MONTES CLAROS: UMA ABORDAGEM

*É muito fácil todo passarinho voa
toda mata eu sei que é boa,
Quando não tem alcapão
tem nada não
caminho é por onde se passa
e mês que vem
eu vou de trem pra montes claros.*

De Trem Pra Montes Claros
(Charles e Faiçal)

O município de Montes Claros está localizado no norte de Minas Gerais, distante 422 Km da capital, Belo Horizonte. A área territorial é de 3.569 km², dos quais cerca de 39 km² compõem o perímetro urbano e o restante constitui a zona rural. Conforme dados do censo demográfico de 2012, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município chega a 361.915 habitantes. É o sexto mais populoso do estado e o 62º do Brasil. Segundo o IBGE (2012), o Produto Interno Bruto (PIB), a exemplo do que ocorre nacionalmente, baseia-se na agropecuária (R\$ 146.124), indústria (R\$ 1.085.535) e serviços (R\$ 3.492.133) ²⁷.

Montes Claros é cidade-polo de uma região com mais de dois milhões de habitantes. É considerada como “cidade da arte e da cultura”, promove anualmente as tradicionais Festas de Agosto, que conjuga fé e costumes de um povo. A Prefeitura Municipal de Montes Claros descreve o município como de economia diversificada, com destaque para um comércio que abastece “grande parte das cerca de 150 cidades situadas na sua região de abrangência e onde estão instaladas as principais redes de lojas e atacadistas do Brasil, proporcionando opções de compras em vários setores” (RODRIGUES, 2013).

No setor de prestação de serviços, são 3.411 pequenas, médias e grandes empresas disponíveis no município. A agropecuária que já foi a principal atividade do município, ainda representa fatia relevante na economia local. Há também a construção civil e a indústria que possui 1.066 pequenas, médias e grandes unidades em atividade ²⁸.

²⁷ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314330&idtema=134&search=minas-gerais|montes-claros|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>> Acesso em: 11agos. 2014.

²⁸ Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm>. Acesso em 03 nov. 2014.

Montes Claros é também reconhecida como o segundo maior entroncamento rodoviário do país, pela classificação do PRN – Plano Rodoviário Nacional²⁹, devido à facilidade de acesso a importantes regiões brasileiras. A cidade oferece voos diários para Belo Horizonte, São Paulo e Salvador; transporte de cargas, Ferrovia Centro-Atlântica, para as regiões Sudeste e Nordeste; muitos órgãos dos governos federal e estadual; além de sete hospitais, dezenas de clínicas particulares. O município mantém 23 centros de saúde, três policlínicas e pronto-atendimento de equipes do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU).

Circulam, diariamente, três jornais. Operam dois canais de televisão e inúmeras emissoras de rádio. A cidade é bem servida de associações esportivas e recreativas. O mercado da Construção Civil cresce em ritmo acelerado. O progresso intelectual projeta a cidade país afora, com grande quantidade de IES – Instituições Educacionais Superiores, o que lhe confere a denominação de Polo Universitário do Norte de Minas. São 13 instituições de ensino superior particulares e os campi da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e da UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, que, conforme dados da Prefeitura Municipal, oferecem 50 cursos de graduação, além de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Nos últimos anos a cidade acolhe algo em torno de 30 mil acadêmicos e pós-graduandos, abrigando uma significativa parcela de estudantes de cidades circunvizinhas, bem como de outros estados brasileiros.

O Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, fundado por Marina Lorenzo Fernandez Silva, filha do patrono, é uma referência nacional como estabelecimento especializado em educação musical. A cidade agroindustrial também exporta cultura, o Grupo Banzé exhibe o canto e a dança do povo montes-clarenses para plateias de além-mar, a produção cultural do município é vendida no comércio exterior como artigo de luxo. Essa exportação cultural também se destaca na tradução para outros idiomas das obras literárias de Darcy Ribeiro, Manoel Hygino dos Santos e Cyro dos Anjos, ou ainda na gravação, em estúdios europeus, dos valseados que saíram da rabeça de Zé Coco do Riachão.

A renomada pintora Yara Tupinambá ornamenta, com seus murais inspirados na paz mundial, o edifício-sede das Nações Unidas,

²⁹ Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, disponível em: <<http://www.der.mg.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2014.

em Nova York. Como expoente da MPB – Música Popular Brasileira, Beto Guedes tem suas canções divulgadas em outros países, muito além das fronteiras do município. Destacam-se, ainda, artistas que vieram para a cidade e aqui se instalaram adotando-a como terra natal, como é o caso de Konstantin Christoff e Samuel Figueira, Godofredo Guedes, da musicista Dulce Sarmento. O já falecido artista plástico Ray Colares – Raymundo Colares – cujo trabalho fora premiado na Bienal de Veneza³⁰.

Montes Claros é o resumo do Norte e canaliza tanto benefícios como problemas sociais. É uma cidade amena e saudosista, que congrega como patrimônio cultural o folclore, a carne de sol, a Festa Nacional do Pequi, o Psiu Poético, os madrigais de Yvonne Silveira, escritora, memorialista e poetisa, Ruth Tupinambá e Zezé Colares, renomadas escritoras memorialistas, o eixo etílico-filosófico do Café Galo, Cristal e redondezas, dos tipos populares de “Alá-lá-ô”, do galante Mané Quatrocentos³¹, da boneca de Leonel³² e do seu dono, de quem se contam passagens pitorescas. A cidade das coroações de Nossa Senhora, realizadas no mês de maio nas diversas igrejas, das folias de Reis, dos folguedos juninos; e também afro-luso-brasileira das festas de agosto, dos catopês de mestre Zanza, dos caboclinhos e da marujada de Miguel Sapateiro³³.

³⁰ Nesse sentido, vide obra “Raymundo Colares e o Fogo Alterante da Criação”, de autoria de Felicidade Patrocínio. A autora é estudiosa de Ray Colares há dez anos, conheceu o biografado, viu boa parcela de sua obra numa grande exposição e entrevistou gente que conviveu com ele. Assim, passo a passo foi montando a figura excêntrica de quem, aos seis anos, vindo para Montes Claros, foi morar junto ao Cine Fátima, o mundo inteiro ali do lado, fato que deve ter influenciado em suas escolhas.

³¹ Tipos populares e pitorescos da cidade, assim apelidados pro saírem às ruas cantando marchas carnavalescas, como no caso de “Alá-lá-ô”, que alegrava as ruas por onde passava cantando marchinhas. Manoel Quatrocentos assim fora apelidado porque comumente usava o numeral (valor) quatrocentos para pedir esmolas nas ruas da cidade. Disponível em: <<http://montesclaros.com/historia.asp>>. Acesso em: 11 agos. 2014.

³² Boneca gigante criada por Leonel Beirão de Jesus, antigo morador da cidade, falecido em 1969. A boneca era feita de pano colorido de chita, fazia propaganda para empresas, mas alimentava os folguedos da cidade antiga, bucólica e rural, motivando catarse coletiva.

³³ Nesse sentido, vide: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, volume 5, 2010.

O IBGE (2010) compara a origem de Montes Claros a tantos outros municípios do sertão brasileiro, que nasceram graças às ações dos bandeirantes. “Presume-se que o atual território desse município tenha sido primeiramente devassado pela expedição denominada ‘Espinosa-Navarro’, que partira de Porto Seguro a 13 de junho de 1553”. Foi, no entanto, Antônio Gonçalves Figueira, expedicionário da ‘bandeira’ de Matias Cardoso, adjunto do “Governador das Esmeraldas”, Fernão Dias Paes Leme, quem fundou Montes Claros.

No início do século XVIII, o bandeirante baiano Antônio Gonçalves Figueira recebeu do donatário da capitania hereditária de Porto Seguro a carta de sesmaria da Fazenda Montes Claros, para nela semear e pastorear. Ao desbravar áreas do Vale do São Francisco, fundou, no início daquele mesmo século, as fazendas de Jaíba, Olhos d'Água e Montes Claros. A escolha do nome, Montes Claros, atesta o IBGE (2010), deve-se à localização, à margem do rio Verde Grande, “próximo de montes calcários, despidos de vegetação e, por isso mesmo, sempre claros”. A economia começou a ganhar forma a partir do trabalho escravo, primeiro de índios e, depois, dos negros. Procedeu-se, então, ao cultivo da terra e à criação de gado, que gerou os primeiros núcleos de população. Era o surgimento do povoado de Formigas, onde se ergueu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora e São José.

A vasta possessão abrangia tudo que a vista alcançava, entre as serranias claras que compõem o horizonte da cidade de Montes Claros, encravado dentro do latifúndio, fundaram, inicialmente, o povoado de Cruzeiro, localizado nas proximidades do atual Clube Campestre Lagoa da Barra. Entretanto, uma epidemia de varíola forçou o êxodo dos cruzeirenses para outro ponto da sesmaria, a margem de um córrego piscoso de água potável, com um céu azul claro demasiadamente bonito, que ainda chama a atenção dos recém-chegados à cidade.

Por sanção da Regência e resolução da Assembleia-Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província, a povoação de Formigas foi elevada à categoria de vila, em 13 de outubro de 1831. O ato de instalação ocorreu a 16 de outubro do ano seguinte, com o nome de Vila de Montes Claros de Formiga. No dia 3 de julho de 1857, a vila recebeu foros de cidade, e, dessa forma, passou a denominar-se Montes Claros.

A historiadora Virgínia de Paula³⁴, filha do médico, escritor e também historiador Hermes de Paula, esclarece que, no Império, existiam vilas, todas elas emancipadas, mas isso não dava às vilas status de cidade, só alcançado após o cumprimento de alguns critérios de desenvolvimento. No caso da Vila de Montes Claros de Formigas, a elevação se deu 26 anos depois da emancipação, ou seja, em 1857. A primeira Câmara Municipal surgiu em 1832. Hermes de Paula chegou a produzir um livro, “Legisladores de Montes Claros – 1832 a 1982”, como uma alusão ao primeiro centenário de emancipação, mas que não fora editado.

A cidade foi prosperando, mandou voluntários para a Guerra do Paraguai, elegeu deputados, apareceram os primeiros letrados, instalou a escola normal com professores habilitados da própria cidade e ganhou o primeiro jornal, "Correio do Norte", em 1884. No início do século XX, Montes Claros recebeu os cônegos premonstratenses, de batina branca, que vieram da Bélgica com a missão de propagar a fé católica e instruir a juventude³⁵. Nesse mesmo período foi fundado mais um colégio, mais um jornal, um grêmio dramático e um modesto observatório astronômico. A pacata urbe sertaneja resplandeceu em noites e dias luminosos, convertida em cidade grega do Século de Péricles, superlotada de atores, cantores, instrumentistas, menestréis, jornalistas. Um dos discípulos dos “padres brancos”, como eram chamados os premonstratenses belgas, João Chaves, compôs a moda "Amo-te muito", que ostenta a glória de ser considerada o hino nacional da seresta brasileira. Nem só de saraus, flauta e violão vivia o montes-clarense romântico e boêmio do passado. Nesse ínterim, o jurista Gonçalves Chaves governou a província e redigiu o livro de Direito de Família, do Código Civil Brasileiro. Ruy Barbosa, admirador do governante da província o apelidara de "mestre de Direito Constitucional".

Em 1926, o apito do trem de ferro, trazido pelo norte-mineiro Francisco Sá, ministro da Viação, registrou o ingresso da cidade na era da nova tecnologia. Vinte anos depois, o prolongamento dos trilhos rumo à Bahia e ao Nordeste colocou a “Princesa do Norte” na corrida para o desenvolvimento econômico e social. Em fevereiro de 1930, consoante Nascimento (2003, p.51), em sua tese: VIOLÊNCIA NO SERTÃO: Uma prática natural ou atentado às regras e às leis no norte

³⁴ Cronista montes-clarense, filha do médico, escritor e historiador, Hermes de Paula. Disponível em: <<http://montesclaros.com/mural/cronistas>>. Acesso em: 25 agos. 2014.

³⁵ Nesse sentido, vide Cruz (2009).

de Minas e em Montes Claros entre 1830-1930, em meio a tiros e correria, a cidade ganhou as manchetes da imprensa mundial. Segundo Nascimento “um sangrento conflito entre facções políticas rivais, e Dona Tiburtina, esposa do deputado João Alves, que se opunha ao deputado Camilo Prates, foi mitificada como mulher corajosa e personagem da História do Brasil”.

De acordo com Braga (1985, p.32), na década de 1960, a cidade viveu a “fase dourada” da expansão econômica planejada e financiada pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, originada de emenda do, então, deputado José Esteves Rodrigues, que criou parques industriais e modernizou a exploração da economia rural. Iniciou-se, então, a atual fase de modernização da cidade, marcada pela gestão histórica do prefeito António Lafeté Rebello, que introduziu a cidade na era do planejamento urbano e do asfalto para toda a comunidade. Braga pontua que: “A intensa industrialização incentivada pela SUDENE provocou, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 profundas transformações em seu sistema produtivo e nas condições de vida da população da cidade e região”.

De acordo com o IBGE (2012), em 1960 a população urbana do município de Montes Claros era de 46.531 habitantes, enquanto a população rural era de 85.971. Na década de 1970 a população urbana quase dobrou, passando para 85.154 habitantes, enquanto que a população rural diminuiu para 31.332. E assim aconteceu sucessivamente e, segundo o último censo realizado, registrado no ano de 2010, a população urbana passou para 344.427 habitantes, enquanto a população rural diminuiu para 17.448, conforme Tabela 01, abaixo.

Tabela 1 - Distribuição da população rural e urbana do município de Montes Claros/MG

Distribuição da população rural e urbana do município de Montes Claros – MG				
Anos	Urbana	Rural	Total	Grau de urbanização
1960	46.531	85.971	132.502	35,11%
1970	85.154	31.332	116.486	73,10%
1980	155.313	21.995	177.308	87,59%
1991	227.295	22.270	249.565	91,07%
2000	289.006	17.724	306.730	94,22%
2010	344.427	17.448	361.915	95,16%
2013	-	-	385.898 ⁽¹⁾	-

(1) Dados estimados

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Acesso em 18.05.2015

Conforme evidenciam os dados à medida que a população urbana aumentava ocorria uma considerável retração da população rural, o que indica a migração da área rural para a urbana, impactando a urbanização de Montes Claros. A população de baixa renda da cidade passou a ocupar áreas de encostas e de proteção aos mananciais, intensificando o processo de expansão das áreas periféricas, produzindo um ambiente urbano segregado, carente de infraestrutura e composto por construções precárias. Desta forma, Montes Claros vai se constituindo, segundo Leite e Pereira (2008, p.56), de “muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade”.

A cidade passou por várias interferências de ações políticas, moldando, alterando, reestruturando o espaço urbano através de ações pontuais, as quais não levaram em conta os interesses de expressiva parcela da população. Assim, a Lei Orgânica Municipal, o plano diretor, o plano plurianual, entre outros, são instituídos à luz dos ideais modernos europeus higienistas e estéticos, de negação do antigo, seguindo uma setorização muito acentuada. O I Plano Diretor, iniciado em 1969 e concluído em 1970, visava orientar o uso do solo e a ocupação do espaço urbano. Segundo Fonseca (2010, p. 92), essa “característica normativa, visando modernizar vem acompanhada das

leis de ‘urbanismo e zoneamento’, ‘classificação de uso de solo’ e ‘código de obras’, a fim de regulamentar as edificações existentes”.

Essa ordem rígida de planejamento das cidades foi esquematizada pela vertente técnico-racional, na virada dos séculos XIX para o XX, por diversos urbanistas puramente técnicos, inspirados na Carta de Atenas (Nov/1933) do movimento moderno que tinha como primícias o embelezamento e a higienização no ordenamento das cidades, valorizando o aumento das densidades; o descongestionamento do centro das cidades; o aumento dos meios de circulação e o aumento das áreas verdes. Lessa e Silveira discorrem que:

As reformas urbanas que se seguiram, sem o devido respeito ao passado da cidade, que teria representado importante presente ao seu futuro ou às futuras gerações, descaracterizaram e/ou destruíram antigos casarões e sobrados, igrejas e logradouros que compunham o conjunto ambiental de edificações, detentores de grande relevância para a comunidade, por documentarem a cultura, a história e a evolução urbana de nosso município (LESSA e SILVEIRA, 2012, p.12).

Baseado nessa ordem moderna o I Plano Diretor de Montes Claros (1970), inicialmente negou o antigo com as demolições das originais edificações bandeiristas coloniais, valorizando o aspecto plástico-formal da arquitetura moderna na organização da cidade. Com o intuito de melhorar o condicionamento do tráfego viabilizou a criação de avenidas, importante instrumento na reestruturação urbana e facilitador da execução das redes sanitárias da cidade, evidenciando uma política da época embasada em um ideal racional moderno europeu.

A setorização da cidade beneficiava as condições de deslocamento da cidade, mas na maioria das vezes os investimentos públicos aliados à iniciativa privada, especulação imobiliária beneficiavam a elite montes-clarense. Conforme Silva (2008, p.72), o I Plano Diretor da cidade de Montes Claros “serviu como uma espécie de oficialização ou carta de intenções da elite dirigente local aos organismos nacionais e internacionais responsáveis pela modernização do país e das cidades brasileiras”, gerando novos ideais modernos baseados nos moldes burgueses europeus.

Na década de 1980 foi implantado, na região oeste da cidade, o loteamento Ibituruna e simultaneamente foi construído o primeiro condomínio fechado de classe alta e classe média alta em áreas servidas

por toda infraestrutura, fazendo emergir uma periferia privilegiada, enquanto que a classe de baixa renda foi afastada para a região leste da cidade, região essa carente de serviços públicos e de infraestrutura urbana³⁶.

O assentamento irregular evidenciou ainda mais a segregação da cidade, demonstrando que seu crescimento ainda é regulado por interesses das classes detentoras de poder e capital, o que revela o contraste social da cidade de Montes Claros. De acordo com os princípios modernistas a ordem se refere a todas as coisas, porém, só se aplica a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Maricato assevera que,

A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente... O urbanismo brasileiro entendido aqui como planejamento e regulação urbanística não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas (MARICATO, 2002, p.122).

Nessa perspectiva, a proposta moderna de ordenar, embelezar e sanear a cidade, influência de Le Corbusier, foi difundida como preceito, inquestionável e imprescindível. A aplicação dos instrumentos de planejamento da cidade de Montes Claros, segundo Fonseca (2010), foi orientado pela aplicação de planos, projetos e instrumentos urbanísticos, pressupondo uma característica segmentada sem a preocupação em integrar as dimensões sociais e culturais, influenciadas por uma perspectiva urbana técnico-racional. De tal modo, os planos de desenvolvimento para Montes Claros mostraram corresponder aos ideais modernos como é o caso da necessidade pelo embelezamento da cidade. Segundo Leite e Pereira (2008), na década de 1990, Montes Claros recebe uma grande população de baixa renda proveniente de cidades vizinhas, ocasionando um crescimento periférico, caracterizado por um processo de intensa segregação. Para os autores, esse crescimento ocorre de forma desordenada e horizontalizada.

³⁶ Nesse sentido, vide Prefeitura Municipal de Montes Claros/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (2007). Disponível em:< <http://www.montesclaros.mg.gov.br/secretarias.htm>>. Acesso em: 10 fev 2015.

A partir da década de 2000, verifica-se uma grande expansão do setor de Serviços em Montes Claros. Ainda, conforme Leite e Pereira, o processo de expansão urbana ocorrido gerou novos tipos de segregação em decorrência de um maior adensamento da área, com a ocupação dos vazios existentes dentro da malha urbana. Isso se deve ao processo migratório, que pode ser configurado pela demanda das localidades vizinhas à procura do comércio, do atendimento na área da saúde, e da educação, dada a existência de diversos núcleos educacionais de nível superior e profissionalizante, como já apontado anteriormente.

Ao assumir fundamentos puramente ordenadores do espaço a população é cidade e relegada aos espaços periféricos, em favor da prevalência das necessidades funcionais da cidade. A realidade contextual de Montes Claros, ainda não teve efetivadas suas políticas de ação democrática em favor da população.

De acordo com as ponderações de Maricato,

A Constituição Federal de 1988 exigiu uma lei complementar — o Estatuto da Cidade — que foi aprovada apenas 13 anos depois. A Constituição e o próprio Estatuto exigiram ainda que a função social da propriedade e outros preceitos se subordinassem ao Plano Diretor municipal. A maior parte dos PDs municipais, por sua vez, está remetendo os instrumentos que regulam a função social da propriedade para lei municipal complementar. Muitos municípios brasileiros ainda não têm aprovadas essas leis **complementares e muitos elaboraram PDs genéricos, cheio de boas intenções, mas sem efetividade.** (MARICATO, 2010, p. 22) (grifo meu).

A cidade de Montes Claros teve vários Planos para orientação de crescimento da cidade: o Plano Diretor de 1970; o Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de 1974; o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1977; o Projeto Especial Cidade de Porte Médio (PECPM de 1980), definidos por órgãos federais; o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC), de 1991; o Plano Diretor elaborado em 1995, que não chegou a ser aprovado; o atual Plano Diretor de 2001, nestes últimos houve uma maior descentralização das ações do poder público, deixando a cargo da

prefeitura as ações mais diretas sobre o planejamento da cidade, tornando o processo de elaboração desses planos mais democráticos.

De acordo com Fonseca (2010), esses planos não possuem uma concepção holística da cidade. Com a intenção de manter a cidade com “ares de moderna”, não assegurou a participação efetiva da diversidade social, mesmo no que diz respeito às relações de gênero, o que significa que as ações do poder público continuam pontuais e setorializadas, sem obedecer ao planejamento de forma efetiva, aliado a isso o intenso crescimento da cidade sobrecarregou a estrutura urbana e as tentativas de planejamento existente ficaram, como na fala das pessoas da cidade, “engavetadas”.

2.2 A ARQUITETURA DA CIDADE E AS MULHERES MONTES-CLARENSES

*Ah, cidade! Quando saio de suas fronteiras
é somente por saber que alguém perguntará:*

_você é de onde?

*E eu cheio de orgulho é claro responder:
sou dos montes, é claro.*

Charles Canela

Como na maioria das cidades coloniais brasileiras, a formação arquitetônica de Montes Claros se assemelha à tradicional, em que as famílias de melhor poder aquisitivo constroem seus sobrados e casarões nos arredores da igreja na praça principal. O crescimento e desenvolvimento comercial propiciam a abertura de novas ruas e acessos com linhas e nervuras entrecortadas. Conforme discorre Moura,

[...] com uma arquitetura urbanística bastante peculiar, Montes Claros apresenta um fenômeno curioso nas construções erguidas quando do surgimento da cidade: uma ornamentação autóctone que se cristalizou em um estilo local, com frisos, cunhais, pilastras com capitéis trabalhados em relevo, que por vezes lembram o romântico, mas no geral fogem de qualquer influência tradicional ou barroca, sendo de forma, composição e execução primárias ou bárbaras [*sic*] (MOURA.,2003. p. 56).

Em Montes Claros, a correspondência entre a arquitetura religiosa e o organismo social apresenta-se evidente na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. A construção da igreja, como já apontado, foi iniciativa de um único indivíduo que se uniu a outros para a afirmação do povoado nascente e para o estabelecimento de uma referência religiosa. A arquitetura residencial do município acompanhava as necessidades da época e do lugar e a produção do espaço urbano como um processo dinâmico que permeava a dimensão social e econômica materializava-se na cidade sob diversos aspectos, alterando sua morfologia, sua extensão e conteúdo social. O capitalismo moderno, como base da produção da cidade atual, encontrou nos agentes promotores do espaço urbano a condição de moldar esse espaço seguindo suas próprias lógicas.

Rodrigues (2013), em sua obra *Memórias em Disputa: Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade*, corrobora que as delimitações dos espaços urbanos de Montes Claros há muito fazem parte do contexto sociopolítico local, revelando aspectos de uma segregação que, quando das origens da cidade, era dividida politicamente entre “pelados” e “estrepes”³⁷. Sendo que os moradores da parte alta da cidade pertenciam ao grupo dos “pelados”, e os que moravam na parte de baixo, ao grupo dos “estrepes”.

Dando continuidade à explanação sobre aspectos constitutivos dos espaços públicos de Montes Claros que, desde sua origem, já delimitava os lugares/espaços apropriados para as mulheres e como essas deveriam adequar suas posturas e vivências nesses espaços, tomo como fundamentação as obras das memorialistas montes-clarenses, Yvone Silveira; Zezé Colares (1990) e Ruth Tupinambá (2010), cujas publicações apresentam registros valiosos do cotidiano das mulheres montes-clarenses e de como elas vivenciavam os espaços públicos da

³⁷ Segundo Dário Teixeira Cotrim, Estrepes e Pelados eram dois grandes partidos – os únicos da cidade – eram igualmente poderosos, contando com respeitáveis forças políticas bem equilibradas, que se refletiam por vários outros municípios. Além dos apelidos geográficos da cidade, havia também os apelidos das facções políticas. Quem morava na parte de cima pertencia ao grupo dos “pelados”, e quem morava na parte de baixo, ao grupo dos “estrepes”. esses nomes se originaram das duas bandas de músicas existentes naquela ocasião: “A Banda de Música Operária” da parte alta da cidade e “A Banda de Música Euterpe” da sua parte baixa. Em razão disso, os nomes “pelados” nasceu da corruptela de “Operário” e “estrepes” da corruptela de “Euterpe”. Disponível em: < http://www.ihgmc.art.br/revista_volume11.html >. Acesso em: 14 ago. 2014.

cidade, o que possibilita apreender reflexos daquele tempo no ir vir das mulheres na atualidade.

Historicamente, a cidade de Montes Claros traz marcas de submissão e exclusão. Diversos autores têm desenvolvido pesquisas em torno do tema, apresentando aspectos de uma cidade que fora erigida com bases excludentes, em que se observa clara distinção entre os menos favorecidos e as classes mais abastadas. Dentre esses autores destaque Pereira (2002), o qual, em seu livro “A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX”, ao retratar os anos 50 e a região de Montes Claros naquele período, procura recuperar as relações conflituosas entre os segmentos sociais da época frente à política desenvolvimentista, a qual justificava as ações do Estado brasileiro naquela fase. Nessas relações entre o Estado, as elites locais e a população emergem práticas cotidianas de dependência, favores e compromissos, os quais compõem não só as práticas de dominação, como as estratégias de inserção política dos montes-clarenses. Nesse sentido, o autor atenta para o caráter recíproco da dependência e para os limites da dominação.

Os apontamentos do autor não atentam para a diferenciação de gênero no acesso aos espaços públicos, visto que esse tema não é pressuposto do seu estudo. Todavia, as ponderações do autor, ainda que abordem aspectos referentes às representações políticas da época, cujas posturas evidenciavam práticas excludentes e até mesmo discriminatórias, que ajudam a compreender como se dá, na atualidade, a distinção de gênero no que se refere à mobilidade das mulheres na cidade, se considerarmos que o estudo acurado das relações predominantes revela uma cidade marcada pela miséria, pela dependência e por práticas acentuadamente personalizadas, nas quais se fundam as instâncias do público e do privado.

Na obra “Montes Claros: eterna lembrança”, de autoria de Ruth Tupinambá (2010, p. 27), o capítulo intitulado *Rua dos Marimbondos* descreve a topografia da rua, a qual, segundo Tupinambá, era revestida de um péssimo calçamento. Nas palavras da autora “o calçamento era péssimo em toda a sua extensão daquele pé de moleque carozudo, em que dificilmente uma dama poderia se equilibrar por menor que fosse o salto do seu sapato”. Outro aspecto apresentado pela autora é o fato de que a rua era dividida ao meio e, na parte de baixo, residiam “mulheres do mais baixo nível social e econômico, mal vistas pela sociedade, condenadas como se não fossem, também, filhas de Deus”. Tupinambá deixa entrever nos seus relatos a história de mulheres subjogadas a se

locomoverem somente pelas ruas que lhes eram próprias, ou seja, aquelas frequentadas por boêmios, cachaceiros e malandros.

A meu ver, a segregação espacial urbana³⁸ observada na antiga Montes Claros se revela como fator de dominação sobre mulheres, que não correspondiam ao que era socialmente imposto a elas na época. Para Rago (1984, p. 122), mesmo coagida pela miséria, a prostituta simboliza a negação dos valores dominantes e por isso é destinada a viver confinada em espaços constrangedores. Com sua imagem construída para se opor à mulher honesta – casada e boa mãe, ela é acusada de ameaçar e subverter a boa índole masculina: “Por isso ela deve ser enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas sanitárias”.

Ainda de acordo com a autora, a preocupação com a prostituição e com as mulheres pobres do submundo prendeu-se muito mais à vontade de normatizar os comportamentos femininos, em geral, e especialmente ao desejo de definir um código moral de condutas para as mais abastadas. Assim, não fumar na rua, não assobiar, não circular desacompanhada à noite tornaram-se exigências para todas as mulheres, sob pena de serem identificadas como prostitutas e, por isso, relegadas a um espaço próprio, que lhes permitissem, segundo Tupinambá,

[...] assentar-se em tamboretas do lado de fora dos camarotes, fumando enormes cigarros de palha, um copo de pinga na mão, embriagadas, tagarelando com homens de má aparência, assíduos frequentadores daqueles botequins, discutido sobre jogo de bicho (naquele tempo era franco) contando seus sonhos, procurando palpites para fazerem sua fezinha [...] Usavam vestidos bastante decotados, onde os seios pontudos pareciam querer saltar fora e o enorme rachão das saias deixando à mostra coxas grossas, com sinais de varizes, retratos dos excessos, falta de cuidado e de assistência médica. Muitas vezes usavam quimonos de fazenda fina, onde a transparência

³⁸ Segregação espacial urbana é quando as classes sociais ficam concentradas em determinadas regiões ou bairros de uma cidade. Essa segregação ocorre em locais onde há uma grande diferença de renda entre os grupos, uns possuem todas as condições de moradia e serviços, e outros não possuem nada parecido. Disponível em: < <http://urbanidades.arq.br> >. Acesso em: 8 mai. 2015.

mostrava as formas e o contorno dos largos quadris (TUPINAMBÁ, 2010, p.28).

Pelo exposto, podemos apurar que não só as moradoras da parte baixa tinham sua mobilidade cerceada, mas também as da parte alta. Pertencentes a classes mais abastadas ou à elite montes-clarense, essas mulheres deveriam pautar-se por uma conduta ilibada, a qual restringia seus espaços de circulação, sob pena de serem colocadas em nível de igualdade àquelas que habitavam a parte de baixo da rua. Assim, a restrição de mobilidade, de um modo ou de outro, era imposta a todas as montes-clarense. Para Rago (1991, p. 57), “o espaço público burguês era conformado como essencialmente masculino e a mulher dele participava como alguém que vivia em território alheio”.

Silveira e Colares (1999, p.69), na obra *Montes Claros de Ontem e de Hoje*, trazem importantes contribuições por meio dos relatos sobre a cidade e dos espaços pertinentes às mulheres montes-clarense, principalmente àquelas de “boa família”. Conforme relatam as autoras, em 1912 surgiram os lampiões assentados em pequenos postes de candeia, protegidos contra chuva e vento. Essa fora uma iniciativa da Câmara Municipal, e somente a parte comercial da cidade era beneficiada com a iluminação de azeite. Nas palavras das memorialistas: “a população continuava aflita e sem liberdade para transitar nas ruas, à noite. Principalmente as mulheres de bem, estas não podiam nem circular por aquelas ruas pouco iluminadas”. Pelos apontamentos das autoras, podemos vislumbrar aspectos de uma realidade contextual, que restringia a mobilidade das mulheres nos espaços da cidade, evidenciando, já naquela época, os perigos a que estavam expostas.

Retomar alguns fatores históricos e sociais da ocupação e do desenvolvimento do espaço territorial leva à percepção de como se constituiu o espaço urbano em Montes Claros, o que nos permite identificar os principais aspectos locais que incidem em sua configuração e importância regional. Montes Claros, no século XVIII e início do XIX, representava com propriedade as cidades sertanejas. Leite e Pereira (2008) ponderam que a cidade “se resumia apenas ao entorno da Praça Dr. Chaves, mais conhecida como Praça da Matriz, onde está localizada a Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José”. (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 45).

Todavia, em fins do século XIX, esse cenário sofreu alterações e os mesmo autores atestam que “Montes Claros já se definia como o principal núcleo urbano do Norte de Minas, a capital do sertão mineiro” (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 45). Beneficiada por ser um entreposto

comercial e em consequência de sua abertura a novos mercados, que favoreceu a expansão da atividade agrícola e pecuária, a cidade passa a atrair um considerável fluxo migratório que se fixa criando um centro urbano. Assim, verifica-se que a formação urbana em Montes Claros repercutiu o mesmo processo identificado no âmbito nacional, em que as relações do campo e da cidade prevaleceram, não possibilitando a constituição de uma rede urbana articulada, mas polarizada, uma vez que concentrou funções urbanas e comerciais em sua região.

A privilegiada posição geográfica da cidade lhe rendeu transformações, permitindo a sua ligação com os principais centros urbanos do país. Assim, reconhecida pelo seu preponderante processo de desenvolvimento territorial e nos diversos aspectos setoriais, Montes Claros se destacou como o principal referencial urbano na região do Norte de Minas Gerais. Consoante Leite e Pereira (2008), a implantação estratégica da Rede Ferroviária, em 1926, contribuiu, sobremaneira, para integrar efetivamente a região norte mineira às demais localidades do país, destacando o território da cidade de Montes Claros como principal núcleo urbano regional. Os autores ponderam que isso ocorreu devido à posição geográfica de Montes Claros, por ser a maior cidade norte mineira, por sua extensão territorial e também pela diversidade de atividades desenvolvidas. De tal modo, conforme consta no Plano de Desenvolvimento de Montes Claros – PDMC,

O processo de urbanização do Município ampliou-se, concomitante a um aumento no número dos pequenos estabelecimentos industriais, ligados basicamente ao setor tradicional, com maior significância para os ramos de produtos alimentares, têxteis, cerâmicas, de madeira, etc. [sic] (PDMC, 1991, p. 09).

Assim, Montes Claros, por diversos aspectos, acaba enquadrando-se ao cenário globalizado das cidades modernas. As maiores vertentes desse processo se devem às políticas desenvolvimentistas do século XX, as quais transformaram a cidade. Esta passou de uma economia agropecuária para uma economia de serviços. Como intermediário nesse processo a economia industrial garantiu, pois, a urbanização da cidade e a expansão de suas relações econômicas, políticas e sociais com os maiores centros comerciais do país. Verifica-se, portanto, que a urbanização de Montes Claros ocorreu sob os pressupostos industriais, o que remeteu a uma série de

transformações, modificando o cenário econômico, político e social da cidade. A implantação da SUDENE incidiu de forma direta a vida dos habitantes de Montes Claros e deflagrou um processo de migração. Como consequência a cidade foi palco, segundo estimativas do IBGE (2000), de um expressivo crescimento populacional, passando de 46.531 habitantes na área urbana, em 1960, para 85.154, em 1970. Essa dinâmica culminou no ano de 2000, em mais de 289.006 residentes na zona urbana.

Assim, conforme destacam Leite e Pereira (2008, p. 62), o processo de expansão urbana de Montes Claros se evidencia a partir de 1970, pressupondo uma perspectiva técnica e conservadora, “o crescimento e o direcionamento dessa expansão vão ser definidos de acordo com os interesses dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano”. Isso se confirma com o I Plano Diretor, visto que “serviu como uma espécie de oficialização ou carta de intenções da elite dirigente local aos organismos nacionais e internacionais responsáveis pela modernização do país e das cidades brasileiras” (SILVA, 2008, p.72).

Diante do exposto, é possível verificar que a configuração do espaço urbano de Montes Claros se deu de forma irregular, acarretando, em grande medida, uma segregação socioespacial. Segundo Pereira (2004), verificou-se em Montes Claros um crescimento urbano, num padrão urbanístico disperso, mas com alto grau de concentração espacial dos equipamentos e da infraestrutura nos bairros de alta renda. Para Park e Burgess(1998), a segregação se relaciona à localização de grupos semelhantes em um mesmo espaço, pois gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações. Lago (2000) considera que há uma tendência das famílias se deslocarem para áreas de status econômico similar. Assim, a mobilidade residencial produz o padrão de segregação, sendo interpretada como um fenômeno do mercado imobiliário em que a oferta de moradia é tratada como uma variável constante e a mudança de residência como uma forma adaptativa das famílias. No caso de Montes Claros, é possível perceber uma nítida ocupação pelas classes mais altas das regiões oeste e sudoeste da cidade. Os bairros localizados nessas regiões possuem, em geral, boa infraestrutura, ruas largas, sistema viário bem articulado, facilidade de acesso e são mais arborizados. O bairro Jardim São Luiz, por exemplo, localizado na zona oeste, teve sua ocupação iniciada na década de 1950, e desde o momento da sua implantação, parece ter sido eleito pela população de melhor renda da cidade (população fluente e formadora de

opinião), como um dos melhores locais para se morar em Montes Claros.

Dessa forma, podemos aferir que a população de alta renda tem condição de escolher (por iniciativa própria) onde quer viver (residir, trabalhar, circular, divertir). A isso Lago (2000) denomina segregação voluntária. Já a involuntária se refere às populações de baixa renda, que, por forças diversas, se vêm obrigadas a morar em determinados espaços da cidade, não tendo, na maioria dos casos, opções de escolha. A mercantilização do espaço urbano de Montes Claros conduz à formação de uma cidade dividida em diferentes zonas homogêneas (em termos de renda, aspectos culturais, qualidade da residência e outros). Vale ressaltar que, as cidades se constroem sujeitas às várias forças que moldam os interesses de ocupação e, muitas vezes, a população de baixa renda é direcionada por “forças maiores”, não tendo real acesso à cidade da mesma forma que os demais.

Essa breve incursão nos aspectos referentes à constituição da cidade, possibilita, de certo modo, trazer a tona considerações a respeito da constituição irregular dos espaços urbanos de Montes Claros, o que nos leva a abranger as discrepâncias que se estabeleceram nesses espaços. Essas, por sua vez, revelam desigualdades de acesso para os cidadãos, tendo em vista que esse está subordinado ao poder aquisitivo dos moradores. Assim sendo, se essas desigualdades imprimem ao montes-clarense restrições de acesso aos espaços da cidade, as mulheres são, a meu ver, as que mais sofrem com a segregação espacial, visto que a cidade se apresenta ainda mais desigual para elas. Nesse sentido, entendemos que a desigualdade é quando as diferenças implicam em vantagens para uns e desvantagens para outros, em termos de acesso a recursos simbólicos, materiais, financeiros, serviços, direitos etc. Ou seja, um contexto de "igualdade" seria aquele em que, mesmo com as diferenças entre indivíduos, todos teriam o mesmo acesso aos bens da sociedade.

O universo empírico deste estudo, constituído por mulheres montes-clarense, que cotidianamente acessam os diversos espaços da cidade, nos dá a dimensão de que quando se trata da construção de parâmetros que retratem as nuances da desigualdade com relação ao acesso à cidade, a variável gênero se mostra como elemento importante para compreender o processo de mobilidade das mulheres na cidade de Montes Claros. Assim, as participantes dos Grupos Focais foram selecionadas a partir de categorias de composição relativamente heterogêneas, o que permitiu contar com a necessária diversidade de atributos pessoais. As fichas Perfil apresentam as principais

características socioeconômicas das participantes no que diz respeito à idade, cor ou etnia, escolaridade, locais de moradia etc.; bem como informações sobre a sua inserção profissional.

2.3 PERFIL DAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

*Quantas chances eu desperdicei,
Quando o que eu mais queria,
Era provar para todo o mundo,
Que eu não precisava provar nada pra ninguém.*
Renato Russo

Neste subtópico apresento o perfil das participantes selecionadas para os GFs, como forma de expor a realidade das mulheres que compõem cada grupo. Aqui destaco que são composições relativamente heterogêneas, o que permitiu contar com uma diversidade de atributos pessoais necessários à pesquisa, possibilitando também uma correspondência de ideias entre as participantes no momento em que partilham suas realidades ao responderem perguntas específicas apresentadas pela moderadora. As fichas Perfil são valiosos instrumentos que permitiram identificar as principais características socioeconômicas das participantes no que diz respeito à idade, cor ou etnia, escolaridade, locais de moradia etc.; bem como coletar informações sobre a sua inserção profissional.

2.3.1 PERFIL PARTICIPANTES DA PESQUISA (G1) MULHERES TÉCNICAS: ARQUITETAS E URBANISTAS QUE ATUAM NA CIDADE DE MONTES CLAROS.

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre. Porque alguém disse e eu concordo que o tempo cura, que a mágoa passa, que decepção não mata. E que a vida sempre, sempre continua.

Simone de Beauvoir

Como já mencionado, foram organizados três Grupos Focais, o G1 – grupo um – é formado por oito integrantes, sendo três Arquitetas Urbanistas, com curso de especialização, docentes do Ensino Superior e que trabalham com a elaboração de projetos arquitetônicos; cinco

estudantes acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo que duas trabalham e estudam, e as outras três, somente estudam.

Conforme os Quadros 1 e 2, abaixo, a faixa etária das integrantes do G1 varia entre 22 e 54 anos. Quanto ao meio de locomoção utilizado por elas, duas, que são estudantes, dependem de transporte coletivo e as demais possuem veículo próprio. No que se refere ao local onde moram, cinco declaram morar em regiões próximas ao centro da cidade, duas em condomínio e somente uma mora em bairro de periferia. Seis integrantes são casadas, naturais de Montes Claros; duas são solteiras e naturais da cidade de Janaúba, Minas Gerais, localizada a 130 km de Montes Claros. Quanto à ocupação profissional, quatro são estagiárias remuneradas, duas são autônomas, uma tem empresa própria e uma é estudante. O tempo de atuação profissional varia entre cinco a vinte e nove anos. Em relação à escolaridade, quatro ainda estão cursando o Ensino Superior, e as outras quatro são formadas e têm especialização em Arquitetura e Urbanismo.

Quadro 1: Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8
Idade	23	34	54	39	39	47	22	23
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Origem	Moc- MG	Moc- MG	Moc- MG	Janaúba	Moc- MG	Moc- MG	Moc- MG	Janaúba
Localidade do domicílio	Condomínio fechado: Ideal mais	Bairro Região central da cidade	Bairro da região central da cidade	Condomínio fechado Villa Bela Toscana	Bairro Região central da cidade	Bairro Região central da cidade	Bairro da periferia da cidade	Bairro prox. a região central da cidade
Bairro em que mora	São Judas Tadeu	Roxo Verde	Jd Panorama	Cândida Câmara	Ibituruna	Morada do sol	Jd São Geraldo	Ibituruna
Há quantos anos?	5 meses	5 anos	10 anos	6 anos	3,5 anos	14 anos	15 anos	1,5 anos

Quadro 2: Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8
Atualmente você:	Trabalha e estuda	Trabalha e estuda	Apenas trabalha	Trabalha e estuda	Apenas Trabalha	Apenas estuda	Trabalha e estuda	Apenas estuda
Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?	Desenhista	Faculdade	Arquiteta	Arquiteta	Arquiteta	Faculdade	Estagio	Estudante
No seu trabalho principal, você é:	Estagiário remunerado	Estagiário remunerado	É dono de negócio, empregador	Trabalho por conta própria, é autônomo	Trabalho por conta própria, é autônomo.	Não trabalho	Estagio remunerado	Estagio remunerado
Há quantos anos atua na atual profissão?	5 anos	-	29 anos	13 anos	15 anos	-	5 meses	-
Meio de transporte mais utilizado:	Ônibus	Carro próprio	Carro próprio	Carro próprio	Carro próprio	Carro próprio	Ônibus	Carro próprio
Qual o seu grau máximo de escolaridade?	Superior Incompleto	Superior Incompleto	Especialização	Especialização	Especialização	Superior completo – especialização	Superior incompleto	Superior incompleto

Ainda referente ao G1, o Quadro 3 interroga sobre a participação ou envolvimento das entrevistadas com algum serviço voluntário/assistencial. Assim, quatro delas não atuam em nenhum tipo de trabalho voluntário; três prestam auxílio financeiro a algum tipo de associação, e uma realiza trabalho voluntário. Aqui ressalto que o auxílio financeiro assistencialista é uma forma de prestar ajuda de forma imediata/temporária. Esse tipo de ajuda traz algum prazer ao doador, porém sem um envolvimento efetivo.

Quadro 3: Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8
Você é membro de alguma associação de bairro ou parecido?	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Você presta algum tipo de serviço assistencial, ajuda financeira ou trabalho voluntário?	Não	Sim- Lar das Velhinhas	Sim	Sim	Sim – Projetos da Igreja Católica e Lar São Vicente de Paula (Bocaiuva)	Não	Não	Não
Se você assinalou “Sim” para a questão anterior, que tipo de ajuda você presta?	-	Auxílio Financeiro	Auxílio financeiro; Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Auxílio financeiro; Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Trabalho voluntário.	-	-	-

O Quadro 4 faz referência à renda familiar mensal das participantes do G1, cuja média varia de 1 a 15 salários mínimos, sendo que 3 são responsáveis pelo seu próprio sustento e também contribuem parcialmente para o sustento da família. Três são sustentadas por familiares; duas recebem assistência de algum familiar; uma é responsável por seu próprio sustento e não auxilia na renda familiar.

Quadro 4: Perfil Participantes da pesquisa (G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8
Qual é a sua renda familiar mensal?	1 a 2 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos	10 a 15 salários mínimos
Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?	Trabalho e sou responsável apenas por meu próprio sustento	Trabalho e sou sustentada parcialmente por minha família e outras pessoas	Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família	Trabalho, sou responsável apenas por meu próprio sustento	Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família	Não trabalho e sou sustentada por minha família e outras pessoas	Trabalho, e sou sustentado parcialmente por minha família e outras pessoas	Não trabalho e sou sustentada por minha família e outras pessoas
Quantas pessoas (contando com você) contribuem para a renda da sua família?	2	1	2	2	2	1	3	3
Quantas pessoas (contando com você) vivem da renda da sua família?	2	5	3	2	2	4	4	3

Abaixo, no Quadro 5, inquiri se as integrantes do G1 identificam preconceito contra mulher na sociedade montes-clarense, se elas próprias já sofreram algum tipo de preconceito, se já foram vítimas de ato violento e se identificam alguma violência contra a mulher na cidade de Montes Claros e ainda a opinião delas sobre a participação da mulher na cidade. A esta última questão elas complementaram a frase, apontando se é uma participação moderada ou fraca, com necessidade de melhorar. Nesse sentido, duas participantes não identificam preconceito contra a mulher na sociedade montes-clarense, três identificam pouco, uma afirma identificar o preconceito e uma identifica muito. Quanto à questão sobre já terem sofrido algum tipo de preconceito por serem mulher, somente L3 e L8 declaram ter sofrido preconceito. No entanto, todas as participantes declaram já ter identificado algum tipo de violência contra a mulher na sua cidade. Para quatro dessas participantes a atuação da mulher na cidade é moderada e precisa melhorar; para duas é fraca, mas vem melhorando com o passar dos anos; e para uma é fraca e esta não acredita que isso venha se modificar nos próximos tempos.

Quadro 5: Perfil Participantes da pesquisa
(G1) Mulheres Técnicas: Arquitetas e urbanistas que atuam na cidade de Montes Claros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	
Você identifica preconceito contra as mulheres na sociedade montes clarense.	não	Sim, moderadamente	Sim, um pouco	Sim, um pouco	não	Sim, moderadamente	Sim	Sim, muito
Você já sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de ser mulher?	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Você já foi vítima de algum tipo de ato violento?	não	Não	Não	Não	não	Não	Não	Não
Você identifica algum tipo de violência contra as mulheres na sua cidade? explique.	Sim, violência doméstica, abuso sexual	Sim, violência física e psicológica, não só na cidade mas no País também	Sim, o machismo ainda é predominante e em nome dele várias mulheres são espancadas...e a sociedade	Não	Sim, agressão pelo companheiro (espancamento)	Sim, violência doméstica física e/ou psicológica.	Sim, mulheres que sofrem violência física ou verbal, principalmente pelos maridos.	Sim, casos de mulheres que sofrem violência física ou verbal.
Na sua opinião, a participação da mulher na cidade...	É moderada e ainda precisa melhorar	É moderada e ainda precisa melhorar	É moderada e ainda precisa melhorar	Não tenho uma opinião formada sobre o assunto	É moderada e ainda precisa melhorar	É fraca e não creio que vá mudar muito nos próximos tempos	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.

2.3.2 PERFIL PARTICIPANTES DA PESQUISA (G2) MULHERES FRENTE A MOVIMENTOS SOCIAIS DA CIDADE DE MONTES CLAROS

“No Brasil”, disse uma líder ambientalista da Zona Norte de São Paulo aos burocratas da ONU, “a mulher hoje é a grande catalizadora das mobilizações coletivas, e enxergar-nos como meras máquinas reprodutivas é querer perpetuar as distorções que estão levando o mundo ao beco sem saída em que nos encontramos” (in Gonzaga -caderno de Meio Ambiente, 1992)

Os Quadros 6 e 7 apresentam informações relativas ao G2 (Grupo dois). Esse grupo é constituído de 6 mulheres, cuja faixa etária varia entre 44 e 65 anos, três são casadas; duas, solteiras e uma é divorciada.

Quadro 6: Perfil Participantes da pesquisa (G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
Idade	44	62	55	56	58	65
Estado civil	Solteira	casada	casada	Separa/divorciada	Solteira	casada
Origem	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Bahia
Localidade domicílio	Bairro Região central da cidade	Bairro na periferia da cidade	Bairro na periferia da cidade	Bairro na periferia da cidade	Bairro Região central da cidade	Bairro na periferia da cidade
Bairro em que mora	Nossa Sra. de Fatima	Santo Inácio	Maracana	Vila Greice	Monte Alegre	Jardim Eldorado
Há quantos anos?	43 anos	31 anos	30 anos	36 anos	58 anos	33 anos

Apesar de terem se apresentado na sessão como donas de casa, na ficha perfil apenas duas declararam trabalhar em casa. Nesse aspecto pondero que isso se deve ao fato de que, para elas, as atividades exercidas no lar não podem ser consideradas como trabalho, haja vista que não afere renda.

Duas pertencentes do G2 são professoras, uma leciona na pastoral do menor, e a outra é Coordenadora de Projeto Social, esta é a única que ainda estuda. Sobre o grau de instrução das participantes, duas possuem especialização; duas fizeram o ensino superior, uma possui o Ensino Médio incompleto e a outra o Ensino Fundamental incompleto. Quanto à moradia, duas residem na região central da cidade e as outras quatro em bairros periféricos. O meio de transporte que utilizam é o coletivo ou mototáxi³⁹, somente uma possui carro particular.

³⁹ Mototáxi é um tipo de transporte público individual na qual os passageiros têm ampla escolha de local de embarque ou desembarque, o que não acontece com as modalidades de transporte em massa. É semelhante ao táxi, porém utilizando uma motocicleta em vez de um carro. A palavra mototáxi é um neologismo que foi cunhado no Brasil pela justaposição do sufixo *moto*, redução de motocicleta e da palavra táxi. Segundo alguns estudiosos, esse serviço já existia na Alemanha desde 1987 e na Bolívia desde 1992. O serviço de mototáxi surgiu no Brasil no ano de 1994, na cidade Cratéus, Paraná. Na época, um funcionário do Banco do Brasil, comprou 10 motos para alugar, destinadas ao transporte de pessoas. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

Quadro 7: Perfil Participantes da pesquisa
(G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
Atualmente você:	Trabalha e estuda	Apenas Trabalha	Aposentada	Do Lar	Aposentada	Aposentada
Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?	Coord. de Proj. social	Professora	Prof. Da Pastoral do menor há 24 anos	Do Lar	Professora	Trabalho de casa e social
Há quantos anos atua na atual profissão?	17 anos	23 anos	Atuei 26 anos em sala de aula	36 anos casada e 22 de pastoral	34 anos	33 anos
Meio de transporte mais utilizado:	Ônibus, á pé, Mototaxi, Carro próprio	Ônibus, á pé, Mototaxi, Carro próprio	Ônibus, Mototaxi	Ônibus	Carro próprio	Ônibus, á pé
Qual o seu grau máximo de escolaridade?	Especialização	Superior completo	Especialização	Médio incompleto	Superior completo	Fundamental incompleto

Quadro 8: Perfil Participantes da pesquisa.
(G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
Você é membro de alguma associação de bairro ou parecido?	Associação de moradores. Comitê de combate a corrupção/ Centro de defesa da cidadania/ pastorais sociais	Sim, Associação, Movimento de mulheres, pastorais sociais	Sim, Pastoral do menor, Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, cerradania, comitê contra corrupção eleitoral, caritas	Sim, Pastoral do menor e caritas	Sim, pastorais sociais	Pastoral
Você presta algum tipo de serviço assistencial, ajuda financeira ou trabalho voluntário?	Sim	Sim- Pastorais Sociais	Sim	Sim	Sim	Sim
Se você assinalou “Sim” para a questão anterior, que tipo de ajuda você presta?	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Trabalho voluntário	Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário

O Quadro 8 traz informações sobre o trabalho voluntário, apontando que todas as participantes do G2 realizam trabalhos diversos com adolescentes, idosos, doentes. Também estão envolvidas com grupos de associação de moradores e integram o comitê de combate à corrupção e o Movimento de mulheres, entre outros.

Quadro 8: Perfil Participantes da pesquisa.
(G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
Você é membro de alguma associação de bairro ou parecido?	Associação de moradores. Comitê de combate a corrupção/ Centro de defesa da cidadania/ pastorais sociais	Sim, Associação, Movimento de mulheres, pastorais sociais	Sim, Pastoral do menor, Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, cerradania, comitê contra corrupção eleitoral, caritas	Sim, Pastoral do menor e caritas	Sim, pastorais sociais	Pastoral
Você presta algum tipo de serviço assistencial, ajuda financeira ou trabalho voluntário?	Sim	Sim- Pastorais Sociais	Sim	Sim	Sim	Sim
Se você assinalou “Sim” para a questão anterior, que tipo de ajuda você presta?	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Trabalho voluntário	Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário.	Doações de alimentos...; Trabalho voluntário

No Quadro 9, que se segue, sobre a renda familiar duas declararam possuir uma renda de 1 a 2 salários mínimos, outras duas de 2 a 5 salários mínimos, uma declarou não possuir nenhuma renda, e a outra não declarou. Das que declaram ter renda, uma delas é a principal responsável pelo sustento da família; duas contribuem parcialmente para o sustento da família; uma não trabalha; uma é aposentada e a outra não declarou.

Quadro 9: Perfil Participantes da pesquisa (G2) Mulheres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
No seu trabalho principal, você é:	- Empregado Assalariado - Presta serviço assistencial ou religioso com alguma remuneração		Não trabalho, estou aposentada fazendo trabalho voluntário	Não Trabalho	Empregado Assalariado	Não trabalho
Qual é a sua renda familiar mensal?	2 a 5 salários mínimos		2 a 5 salários mínimos	Não tenho	1 a 2 salários mínimos	1 a 2 salários mínimos
Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?	Trabalho e sou a principal responsável pelo sustento da família		Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família	Não Trabalho	Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família	Aposentada
Quantas pessoas (contando com você) contribuem para a renda da sua família?	2		2	2	3	2
Quantas pessoas (contando com você) vivem da renda da sua família?	5		3	3	3	2

No Quadro 10, ao serem questionadas sobre o tema preconceito, das cinco participantes do G2, quatro apontaram existir muito preconceito contra a mulher na sociedade montes-clarense, uma declarou que identifica um preconceito moderado, outra não declarou e, três delas disseram já ter sofrido preconceito por serem mulheres. Quando arguidas sobre violência contra a mulher na cidade de Montes Claros todas identificaram vários tipos de violência, como doméstica, violência de discriminação racial, homofobia, discriminação no trânsito, abuso e exploração, assédio moral, *Bullying*⁴⁰ “Gorda” “pretinha”, “mora na favela: é prostituta”, “sem vergonha”, “não tem trabalho de carteira social porque é preguiçosa”, espancamento, agressão psicológica e física. Outras duas apontaram que a participação da mulher na cidade de Montes Claros é moderada e ainda precisa melhorar; e para quatro delas ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.

⁴⁰ O *Bullying* não é uma prática recorrente somente entre crianças, adolescentes e jovens, está inserido em diversos aspectos da vida das pessoas, inclusive dentro do âmbito profissional. Uma pesquisa realizada pela empresa norte-americana *Workplace Bullying Institute* aponta que a prática do *bullying* tem crescido entre as mulheres no ambiente de trabalho. Segundo esse mesmo estudo, são 50,2% das mulheres contra 44,7% dos homens que realizam este tipo de agressão. O *bullying* feminino, no entanto, é realizado de forma mais sutil, através de fofocas, maledicências, exclusão ou apelidos maldosos. Disponível em: <<http://www.idepro.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2014.

Quadro 10: Perfil Participantes da pesquisa (G2) Múñeres Frente a movimentos sociais da cidade de Montes Claros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6
Você identifica preconceito contra as mulheres na sociedade brasileira?	Sim, muito		Sim, muito	Sim, muito	Sim, muito	Sim, moderadamente
Você já sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de ser mulher?	Sim		Sim	Não	Sim	Não
Você já foi vítima de algum tipo de ato violento, tal como sequestro, seqüestro relâmpago, espancamento, estupro, ou outro?	-	Não	Não	Não	Não	Não
Você identifica algum tipo de violência contra as mulheres na sua cidade? explique:	Sim, violência doméstica, violência racial, homofobia, transito, abuso e exploração	Sim, violência doméstica, assalto, roubo	Sim, violência doméstica, Assédio moral, Bule: “Gorda” “pretinha”, mora na favela é prostituta, Sem vergonha – Não tem trabalho de	Muito bulhi, discriminação racial, espancamento, psicológica	Muita discriminação racial, por ser negra, violência no transito.	Minha vizinha já foi agredida pelo seu marido

Na sua opinião, a participação da mulher na cidade...	É moderada e ainda precisa melhorar	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos; É moderada e ainda precisa melhorar	carteira social - é preguiçosa.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos;
---	--	--	---------------------------------	--	--	--	--

2.3.3 PERFIL PARTICIPANTES DA PESQUISA (G3) MULHERES DESPRIVILEGIADAS DA/NA CIDADE DE MONTES CLAROS

**“Para ella la culpa,
Para él la disputa.”**

Mujeres Creando

O Quadro 11 traz apontamentos sobre as integrantes do G3 (grupo três). Esse grupo constituiu-se de sete participantes, todas elas moradoras da periferia⁴¹ da cidade, na Zona Norte, afastadas do centro urbano. Quanto ao estado civil, 5 são casadas, uma é viúva e outra é solteira. A idade dessas mulheres varia de 24 a 50 anos.

⁴¹ Aqui usei o conceito de periferia definido por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, os quais afirmam que periferia são “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”. (1979, p. 147)

Quadro 11: Perfil Participantes da pesquisa
(G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
Idade	49	50	45	47	47	39	24
Estado civil	casada	casada	Viúva	Solteira	casada	casada	casada
Origem	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais
Localidade do domicílio	Bairro na periferia da cidade	Conj. Hab. COHAB	Bairro na periferia da cidade	Bairro na periferia da cidade	Bairro na periferia da cidade		Conjunto Habitacional
Bairro em que mora	Vila Sion	J K	Esplanada	Jardim Primavera	Vila Atlântida	Village I	Clarice Atayde
Há quantos anos?	23 anos	27 anos	16 anos	11 anos	25 anos	12 anos	14 anos

O perfil apresentado no Quadro 12 evidencia que nenhuma das participantes estuda atualmente, mas todas declaram terem feito o Ensino médio completo. Com relação ao meio de locomoção, cinco delas dependem de transporte coletivo, uma utiliza a bicicleta e outra anda a pé.

Quadro 12: Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
Atualmente você:	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho	Apenas Trabalho
Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?	Serviços Gerais (cozinha)	Biblioteca/Fac. Sto Agostinho	Auxiliar de serviços gerais	Serviços gerais	Doméstica	Limpeza	serviços gerais
Há quantos anos atua na atual profissão?	14 anos	-	2 anos e 6 meses	2 anos e 8 meses	35 anos	1 ano e 7 meses	8 meses
Meio de transporte mais utilizado:	Ônibus	Ônibus	Ônibus	Ônibus	Bicicleta	Ônibus	A pé
Qual o seu grau máximo de escolaridade?	Médio completo	Médio completo	Médio incompleto	Médio completo	Médio completo	Médio completo	Médio completo

O Quadro 13 indaga sobre a participação em trabalhos voluntários, sendo que somente uma das componentes participa de algum tipo de associação (Pastoral do menor e Cáritas) e nenhuma presta serviço voluntário.

Quadro 13: Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
Você é membro de alguma associação de bairro ou parecido?	não	não	não	Sim, Pastoral do menor e caritas	Não	não	Não
Você presta algum tipo de serviço assistencial, ajuda financeira ou trabalho voluntário?	não	Não	não	Não	Não	Não	Não
Se você assinalou “Sim” para a questão anterior, que tipo de ajuda você presta?	-	-	-	-	-	-	-

Quanto à renda familiar e ocupação profissional, o Quadro 14 mostra que uma trabalha como auxiliar de biblioteca, outra é doméstica, ou seja, trabalha em casa de família, e as demais trabalham como auxiliar de serviços gerais (limpeza em escolas da cidade). Três declararam ter renda familiar de 1 a 2 salários mínimos; as outras quatro, menos de um salário mínimo. Uma das participantes declarou ser sustentada parcialmente pela família, três contribuem parcialmente para o sustento da sua família; as outras três são as principais responsáveis pelo sustento da família.

Quadro 14: Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
No seu trabalho principal, você é:	Empregado assalariado	Empregado assalariado	Empregado assalariado	Empregado assalariado	Empregada doméstica mensalista ou diarista	Empregado assalariado	Empregado assalariado
Qual é a sua renda familiar mensal?	1 a 2 salários mínimos	1 a 2 salários mínimos	1 a 2 salários mínimos	Menos de 1 salário mínimo	Menos de um salário mínimo	Menos de um salário mínimo	Menos de um salário mínimo
Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?	Trabalho e sou a principal responsável pelo sustento da família	Trabalho e sou sustentada parcialmente por minha família ou outras pessoas	Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da família	Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da família	Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da minha família	Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da minha família	Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da minha família
Quantas pessoas (contando com você)	4	4	1	1	4	2	2

contribuem para a renda da sua família?								
Quantas pessoas (contando com você) vivem da renda da sua família?	3	-	3	2	6	7	3	

No Quadro 15, em relação ao preconceito contra a mulher na sociedade montes-clarense, duas disseram não identificar, uma disse que percebe um pouco e as outras quatro disseram perceber muito preconceito. Quanto a terem sofrido algum tipo de preconceito pelo fato de serem mulheres duas relataram que sim, já sofreram, enquanto as outras quatro falaram não terem sofrido. No entanto, quando foi questionado se identificavam algum tipo de violência contra a mulher em Montes Claros, três delas responderam que sim, e até exemplificaram. Em relação à participação da mulher na cidade uma disse que ainda é muito fraca e custa a melhorar. As outras 6 disseram que ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.

Quadro 15: Perfil Participantes da pesquisa (G3) Mulheres desprivilegiadas da/na cidade de Montes Claros.

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
Você identifica preconceito contra as mulheres na sociedade brasileira?	Não	Sim, muito	Não	Sim, muito	Sim, um pouco	Sim, muito	Sim, muito
Você já sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de ser mulher?	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Você já foi vítima de algum tipo de ato violento, tal como sequestro, seqüestro relâmpago, espancamento, estupro, ou outro?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Você identifica algum tipo de violência contra as mulheres na	-	Sim, uma pessoa ao sair de casa foi violentada	-	Só podia ser mulher no volante, mesmo sendo	-	-	Sim, quase a todo momento presença

sua cidade? explique:	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	por um pedreiro que já estava esperando sua saída	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	boa motorista, todos acham que a mulher no volante é um perigo	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	brigas familiares, entre vizinhos, etc.
Na sua opinião, a participação da mulher na cidade...	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é muito fraca e custa a melhorar.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.	Ainda é fraca, mas vem melhorando muito com o passar dos anos.

2.3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DAS PARTICIPANTES

*“Nosso suor sagrado,
É bem mais belo que este sangue amargo”*
Renato Russo

Ao analisarmos os quadros que expõem informações sobre as componentes de cada GF, vislumbro algumas divergências, mas também alguns traços em comum. Apesar de serem grupos que apresentam peculiaridades em relação a locais de moradia, escolaridades, renda familiar, entre outras, é possível verificar que, quando me reporto a questões referentes ao ser mulher e às demandas próprias da condição de mulher, algumas opiniões são confrontantes.

No quesito faixa etária, observo que as mulheres do G1 e do G3 possuem idades equivalentes, no entanto, ao se fazer um comparativo, o G2 apresenta uma diferença significativa. Assim, enquanto o G1 e o G3 partem da idade de 22 anos, o G2 parte de 44 anos, representando duas décadas de diferença em relação aos outros grupos.

Quando comparada a escolaridade podemos notar que o G1 e G2 apresentam maior nível de escolarização, apesar do G2 ter uma participante com Ensino Médio e outra com Ensino Fundamental incompletos, também duas têm grau superior e, igualmente, ao G1 possuem duas participantes com especialização, há de se observar que as outras integrantes do G1 são acadêmicas, ou seja, em processo de conclusão do Ensino Superior. Já no G3 todas declararam ter estudado somente até o Ensino Médio.

Outro dado significativo é a renda familiar das participantes, enquanto no G1 a maioria possui faixa salarial de 5 a 10 salários mínimos, o G2 é menor, de 1 a 5 salários, e ainda essa faixa salarial é menor no G3, em que quatro participantes declararam ter renda menor que um salário mínimo.

Comparando a participação em trabalhos voluntários, enquanto no G1 somente duas prestam auxílio financeiro a entidades filantrópicas; no G3 nenhuma exerce nenhum trabalho voluntário, já no G2 todas as participantes exercem trabalhos voluntários.

Analisando o local de moradias, verifiquei que as participantes do G1 moram em locais mais privilegiados da cidade; duas participantes do G2 residem na região central da cidade e as outras quatro, em bairros de periferia. Por sua vez, todas as integrantes do G3 moram na periferia da

cidade. Tal fato coaduna com as ponderações de Renato Cymbalista⁴² (2008, s/p), o qual, em seu artigo “Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade”, assevera que “a pobreza urbana tem endereço, sexo e cor: mulheres, na maioria negras, chefes de família que moram nas periferias”.

Assim, entendemos que essas mulheres, em decorrência da distância de suas habitações, ou seja, por estarem mais longe dos bairros centrais, e dada a situação socioeconômica, têm maior dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos. Para elas, é impossível trabalhar por perto, estudar perto de suas casas. Nos lugares/espços onde moram não há opções de trabalho, por isso percorrem longas distâncias, também não há opções de lazer. Isso fica evidente na fala de L3, componente do G3: “sair de casa para se divertir significa voltar mais cedo, antes da diversão terminar”. Essa situação reafirma que ser mulher nas periferias da cidade é conviver com as diferenças geográficas impostas por um sistema que afasta o pobre cada vez para mais longe, corrobora Cymbalista (2008,s/p).

A análise dos perfis dos grupos evidencia que alguns problemas, como os apontados acima, diminuem quando se mora em locais mais centrais e também em decorrência do poder aquisitivo. Visto que além dos bairros mais centrais serem melhor atendidos por serviços públicos, como saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo e espaços de lazer para as famílias, as que possuem uma situação econômica melhor, quando não atendidas por tais serviços, têm como recorrer a alternativas que minimizem essas carências, custeando-as com recursos próprios, como no caso das mulheres do G1 que informaram frequentar os *shoppings* da cidade nos finais de semana. Contudo, ressaltamos algumas questões que não são restritas às mulheres da periferia ou de baixa renda, como os problemas enfrentados no trânsito, e a segurança a que

⁴² Docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, grupo de disciplinas Urbanização e Urbanismo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2006). Coordenador do núcleo de urbanismo do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (2003-2008). Pesquisador de Pós doutorado do IFCH-UNICAMP, no projeto temático "Dimensões do Império Português" (2008-2010). Parecerista ad hoc FAPESP. Editor Adjunto da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (2010-2012). Presidente do Instituto Pólis (desde 2012).

estão expostas na mobilidade diária. L3 do G1, sobre o seu percurso de casa à faculdade e vice-versa, mesmo em seu próprio veículo, relatou: “eu me sinto bastante insegura ao parar no semáforo, há muitos casos de pessoas que foram assaltadas. E também as avenidas nesses horários são mal iluminadas e desertas, facilitando a ação de delinquentes”.

No que tange ao preconceito sofrido pelas mulheres, nos G1 e G3 somente duas participantes informaram perceber tal situação. No G2, quatro das cinco mulheres declararam perceber e até mesmo terem sofrido algum tipo de preconceito. Conforme relataram o preconceito maior ocorre no trânsito. Nos três grupos foram apresentadas situações vivenciadas pelas próprias participantes, a partir das quais podemos aferir que essas mulheres, muitas vezes, só pelo fato de serem mulheres, são subestimadas. Como podemos notar na fala de L3 do G1: “a gente quando sai na rua dirigindo, quase sempre recebe xingamentos e até gestos obscenos eles fazem pra gente”.

Quando se trata de questões referentes aos direitos e envolvimento comunitário, podemos identificar, por meio da análise dos perfis das componentes, que as mulheres do G2 são mais politizadas, tanto que algumas delas (3), conforme informaram, estão engajadas em um grupo denominado “Movimento de mulheres”, no qual discutem e estudam questões de relação de gênero, o que propicia um debate em torno das nuances desiguais presentes no seio da sociedade. Nesse grupo, o G2, percebemos um diferencial, visto que elas possuem uma visão mais ampla dos problemas vividos pela comunidade a qual pertencem, tanto que fizeram uma análise bastante “sofisticada”, até histórica das condições vividas pelos moradores da comunidade, onde habitam. Algumas falas das integrantes do G2 revelam que elas são politicamente e socialmente conscientes dos problemas que enfrentam no dia a dia e não se deixam acomodar, de fato vão à luta.

Camurça; Gouveia (2005), em trabalho intitulado “O Que é Gênero? Um Novo Desafio para as Trabalhadoras Rurais”, consideram que as mulheres têm tentado fazer do espaço de todos o espaço de todas. Para as autoras, elas têm ocupado o espaço público. Elas fazem isso ao trazerem para o debate os problemas da vida privada para serem discutidos e modificados. Ainda consoante às conjecturas autoras:

Fazer ação política é transformar um problema particular e privado em problema público e coletivo. Fazer política é ocupar o espaço público do debate, da manifestação, das ruas e das praças. Isto é, as mulheres ao fazerem política estão

transformando as relações de gênero, já que, tradicionalmente, não se espera isso delas (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004, p.32).

Nesse sentido, a fala de L3 do G2 é bastante emblemática:

O que me incomoda muito é a questão do comodismo das mulheres, porque nós vivemos numa sociedade amordaçadas, e talvez por medo de um coronelismo, ainda muito forte na região, nós mulheres nem sempre somos ouvidas. Você veja, por exemplo a educação, que está sucateada... a Saúde de Montes Claros vai muito mal, o pobre não tem direito à saúde, tem pessoas que quando consegue fazer o exame que chega ao médico e pede o exame de novo porque aquele exame já *tá* muito velho... a impunidade com as pessoas que roubam o dinheiro público, que a gente paga em tudo,... o dinheiro é desviado e a gente não tem nada de qualidade, nem a educação, nem a saúde, nem o saneamento básico... nós temos muitas pessoas que poderiam estar cuidando da segurança pública e hoje são formadores da insegurança pública, como por exemplo, a exploração sexual, quantos policiais envolvidos!... não tem planejamento, eles fazem conjunto habitacional, parece que fala assim, eu vou colocar lá não *é* pessoas não, vou colocar lá *é* bosta, porque não fazem escola, não fazem unidade de saúde, não fazem nada, só entregam a casa e os meninos acabam enfraquecendo o espírito familiar, porque tem que ficar na casa da *vó*... quem aqui já discutiu o conjunto habitacional? nós mulheres, por exemplo, ninguém *é chamada* pra discutir, então eles fazem do jeito deles, rouba o dinheiro do jeito deles.

Por meio da fala, acima, percebemos como existe uma preocupação para que as mulheres tenham representatividade na esfera pública. As ponderações de L3, do G2, possibilitam entrever um olhar sensível às desigualdades presentes na sociedade montes-clarense, e aqui ressaltado que essa preocupação se revela maior em relação às mulheres. Pois condizente às explanações de L3 “nós mulheres vivemos amordaçadas”, isso, em grande medida, reproduz a (in)visibilidade feminina na cidade.

Nesse contexto, verifiquei que as mulheres vêm percebendo a importância e necessidade de participação junto às tomadas de decisões políticas da cidade, já é comum, a presença delas nas reuniões da Câmara Municipal, superando a visão de que as mulheres não estão aptas para participar da vida pública, como propõe Gouveia:

aqui novamente surge a questão da dicotomia geral/específico e da fragmentação das políticas públicas, na medida em que essas duas faces de uma mesma lógica terminam por criar uma espécie separação entre os sujeitos políticos considerados aptos para disputarem os sentidos e as orientações gerais das lutas e políticas e aqueles considerados sujeitos apenas reivindicatórios que atuam dentro desta concepção – que ainda é fortemente dominante na nossa ação política – apenas a partir de seus próprios interesses para resolução de carências específicas. No caso em questão se as mulheres estão abrigadas sob a rubrica de grupos sociais pode-se inferir que elas não são consideradas como sujeitos políticos capazes de falar em seu próprio nome, bem como que sejam capazes de pronunciar um pensar e uma ação sobre a dinâmica das cidades. A mínima referência feita às mulheres nesses processos políticos reafirma a desigualdade e o seu ocultamento como sujeitos (GOUVEIA, 2005, s/p).

Entre as participantes do G2 observei que existe um grande interesse em reivindicar junto aos representantes políticos melhorias para seus bairros e conseqüentemente para a cidade, elas estão sempre atentas às demandas. Segundo ponderações dessas participantes, os administradores da cidade não possuem sentimento de pertença. Para elas, isso reafirma a ideia de que o bem público não tem dono, não precisa ser cuidado. As falas abaixo retratam as preocupações das integrantes do G2:

O Prefeito, (risos de todas) as administrações... o que eu não gosto de Montes Claros acho que exatamente isso, porque parece que quem chega para administrar não tem essa beleza que a gente escutou aqui agora, uma identidade com a cidade, não tem a questão da pertença, então não se sente

obrigado ou não se sente parte dela, faz muito por isso, então isso é uma coisa que eu não gosto muito aqui em Montes Claros.

Quando a gente fala nessa questão da gestão, é porque na verdade se você for olhar a questão de ter direito, os direitos sociais, você vai olhar que ela passa por esse viés, é um viés que quem administra vai dar direito a uma saúde de qualidade vai dar direito a uma moradia de qualidade vai dar direito a uma educação de qualidade, então isso, é o que nós não temos ainda efetivado, a gente sabe que existe os direitos garantidos, mas a efetivação disso não, e até por um processo político, e aí esse norte de Minas ainda impera, esse resquício de um coronelismo muito forte.

A gestão em Montes Claros não é bacana, não é boa, então os que estão a frente disso aí, dessas administrações passadas e passando sem nenhuma mudança efetiva, e a gente percebe que parece que o desejo deles de administrar, o objetivo não é servir a cidade, mas explorá-la, explorar o servidor, o trabalhador, o pobre, e aí a gente percebe que é uma gestão para se promover e isso é que nos dá uma tristeza uma agonia.

O que eu não gosto em Montes Claros é saúde, educação e a assistência não tem para criança e para o adolescente... o idoso é muito jogado, acho que acham assim: não serve mais pra votar e não serve mais pra gente cuidar.

O que mais me incomoda na cidade de Montes Claros é de uns anos pra cá, é essa questão da *mortandade* dos jovens, são mortos por causa do tráfico de drogas... Mas hoje com a corrupção que está aí, e o povo sabe da corrupção e ainda vota nos corruptos, conhece, são pessoas conhecidas, a gente tenta alertar, mas é indiferente pra eles. Hoje Montes Claros é uma cidade que está bem maltratada devido a essas situações... . Tem uma avenida que passa muito carro, veio dinheiro pra construir a avenida, construíram em outro bairro

que não tinha nada a ver, e é dessa forma que a gente fica triste com a cidade de Montes Claros, devido às *más* administrações.

As considerações das participantes revelam uma preocupação com os aspectos administrativos, o que me leva a perceber uma apreensão em relação ao planejamento da cidade. Essas, mulheres, a meu ver, têm, a seu modo, uma ideia bem definida do que seja um Plano Diretor que de fato atenda as necessidades e demandas do município.

No Brasil os planos diretores dos municípios de Santo André-SP e São Paulo-SP, de acordo com Gonzaga, vêm trabalhando e documentando como, a partir do olhar transversal de gênero, tentaram construir metodologias para que esse olhar reflita em ações concretas sobre a cidade. Segundo esta autora, o município de Santo André, na gestão do Prefeito Celso Daniel, do Partido dos Trabalhadores - PT, desenvolveu uma mobilização de mulheres para que propusessem diretrizes e ações específicas para o Plano Diretor, por meio da Assessoria dos Direitos da Mulher e de vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Ainda, de acordo com Gonzaga, o município de Santo André se antecipou:

A primeira experiência no Brasil a partir da qual o movimento de mulheres passou a discutir a gestão e reordenação democrática do espaço urbano foi um trabalho árduo, realizado em Santo André, que culminou com a inclusão de um plano setorial no Projeto de Lei do Plano Diretor – aliás, o único Plano Diretor do país a contemplar a questão específica da mulher –, intitulado Plano Municipal dos Direitos da Mulher, enviado à Câmara Municipal daquela cidade em 1991. Este processo representou um grande amadurecimento na discussão de mulher e cidadania (GONZAGA, 2011, p.38).

Foi possível, por meio do caráter interativo dos grupos focais, compreender algumas atitudes, preferências, necessidades e sentimentos das mulheres participantes. A discussão foi estruturada de tal forma que permitiu obter informações relevantes, a partir dos relatos e apontamentos apresentados pelas integrantes de cada grupo, tanto em relação aos tópicos específicos quanto às questões mais complexas

relacionadas a dificuldades, necessidades ou conflitos não claros ou pouco explicitados, como os que foram debatidos nos grupos.

De tal modo, confrontar as ponderações de cada grupo e, conseqüentemente das mulheres selecionadas para os GFs, trouxe esclarecimentos, revelando peculiaridades que as distinguem, mas também as coloca em pé de igualdade quando se trata de aspectos referentes às situações em que a elas é negado o direito de ir vir pelos espaços da cidade. No capítulo seguinte, as vozes das participantes nos darão uma dimensão desses aspectos de exclusão e possibilitarão entrever situações vivenciadas por elas que as coloca em nível de desigualdade em relação aos homens. Pois, conforme comenta Gonzaga (2011, p. 64), [...] “nesse imbricar relacional, entre homem e mulher, é a mulher quem leva maior desvantagem. E ao aplicá-la nas estatísticas, nos diagnósticos aparecerá o que está explícito no espaço construído e em sua estrutura social”.

CAPÍTULO 3

VOZES DAS MULHERES DE MONTES CLAROS

Cria na cidade planejada, uma cidade metafórica ou em movimento como a que sonhava Kandinsky: “uma grande cidade, construída segundo todas as regras da arquitetura e frequentemente sacudida por uma força que desafia os cálculos”.
(CERTEAU, 2008, p. 191).

3.1 CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM GRUPOS FOCAIS

A partir do enfoque da mobilidade espacial, apresento, neste capítulo, as vozes das participantes deste estudo, por meio das quais procuro analisar como as montes-clarenses vivem a cidade de Montes Claros, tendo em vista que cidades mais justas e democráticas podem ser medidas pelo grau de acesso das mulheres aos seus espaços. Assim, considerando que a categoria gênero é um dos elementos articuladores e estruturantes das relações sociais no contexto das cidades, aqui o tomo como código de condutas socialmente construídas e não como resultantes naturais das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Pois segundo preconiza Scott:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p.75).

Nessa perspectiva, procuro abranger, a partir dos relatos de minhas entrevistadas, como tem se estabelecido cotidianamente o acesso

das mulheres aos diversos espaços por onde se movimentam. Convém ressaltar que o acesso das mulheres à cidade pode, na maioria das vezes, estar impregnado de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas que conferem ao homem uma posição, historicamente, dominante, como já aludido nos capítulos iniciais deste estudo. Todavia, entendemos que esses símbolos, conceitos e institucionalidades não são totalmente cristalizados, mas construídos de maneira relacional.

De tal modo, os lugares/espaços de constrangimento, como a rua em determinados horários, ou ambientes de confinamento, como as residências localizadas distantes dos bens e serviços, são elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como são barreiras (in)visíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade. Conforme adverte Rose,

os espaços da cidade possuem suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nesse sentido, o outro não está necessariamente fora, mas, ainda que capturado e oprimido, desenvolve estratégias desconstrucionistas[*sic*], exercendo uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Desse modo, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (ROSE, 1993, p.86).

Noutra passagem, a mesma autora pondera que a mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a etnia, a religião e a classe social a que pertence. Segundo Rose (1993), todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre ‘nós’ e os ‘outros’ devido à sua plurilocalidade nos espaços da cidade. Nesses termos, é possível conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e essas pluralidades não se configuram como blocos homogêneos. A realidade socioespacial é, pois, um campo contratual, por meio do qual é redesenhada, redefinida e, também, transformadora da acessibilidade das mulheres, sejam elas mães, trabalhadoras, chefes de família, engajadas em movimentos sociais, jovens ou não, escolarizadas ou não.

As entrevistadas residem em áreas diversas da cidade, são profissionais liberais, acadêmicas, engajadas em associações de bairros,

residentes em bairros periféricos, em sua maioria, são chefes de família e acessam, em virtude de suas necessidades e condição, sejam familiares, de trabalho, educação ou lazer, lugares/espços que nem sempre lhes são favoráveis, considerando a ótica de dominação masculina. Assim, na perspectiva de que a estruturação espacial é uma dimensão específica e restrita da cidade, procuro, a partir das vozes das entrevistadas, abranger como se dá a mobilidade dessas mulheres nos espaços da cidade, como elas se veem ao acessarem esses espaços e quais as percepções que têm desses espaços, bem como as estratégias que adotam para terem “direito” aos espaços da cidade.

Destarte, como forma de abranger os pressupostos desta pesquisa, através da técnica de Grupo Focal, coletei dados diretamente das falas das participantes de cada grupo, os quais revelam suas experiências e percepções em torno do tema proposto. De acordo com GATTI (2005, p. 11) o trabalho com GF permite compreender os processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes. Sendo assim, constitui-se em uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, os quais são relevantes para o estudo do problema visado.

A metodologia de Grupos Focais possibilita, ainda, a coleta de dados qualitativos por meio de entrevistas caracterizadas pelo uso explícito da interação grupal para a produção de dados e *insights*, que seriam menos acessíveis fora do contexto interacional, ou seja, o GF permite a obtenção, para análise, de um material que não surgiria em uma conversação casual, nem em resposta a perguntas previamente formuladas pelo investigador.

Na intenção de atender as principais indicações para o uso do GF, apontadas por Nery (1997), delineei os grupos de forma coerente, tendo em vista a investigação proposta e considerando as motivações, desejos, estilos de vida das integrantes de cada grupo, garantindo a participação de todas na discussão. Para a explanação, procurei adequar o ambiente, tornando-o ideal para a realização dos encontros, levando em consideração a fácil acessibilidade, privacidade e conforto das participantes. Também atentei para as interferências sonoras, para a postura de acolhimento das participantes, procurando nos distanciar do tema, a fim de possibilitar posições contrárias de maneira respeitosa e hábil, uma vez que o grupo focal não é um texto com respostas certas e

erradas, espaço para preleções pedagógicas ou para persuasão, conforme adverte Nery (1997).

Para a composição do GF Morgan (1998) *apud* Barbour (2009, p.87), traz importante observação:

os grupos focais devem ser homogêneos em termos de contexto de vida, não de atitudes. Portanto, são estabelecidos alguns critérios associados às metas da pesquisa, sendo importante uma composição que se baseie em algumas características homogêneas dos participantes, mas com variações entre eles para que apareçam opiniões diferentes ou divergentes, a escolha das variáveis a serem consideradas depende do problema da pesquisa, do escopo teórico em que ele se situa e para quê se realiza o trabalho.

De tal modo, tomando como referência os apontamentos acima considere a homogeneidade e heterogeneidade da população alvo, bem como o número de membros da equipe envolvida no trabalho. Com maior profundidade para interação grupal, a dimensão de cada grupo foi de 6 a 8 pessoas. Como forma de atender os pressupostos deste estudo algumas categorias foram elencadas de modo que pudéssemos compreender as demandas das mulheres no acesso aos espaços da cidade. Nesse sentido, as trajetórias socioespaciais percorridas por elas evocam, segundo Certeau (2003), um movimento temporal no espaço, a unidade de sucessivos “pontos” percorridos, compreendidos como a casa, a escola, a rua, os ambientes frequentados. A trajetória é desenhada por seus agentes sociais em questão, mulheres que traçam perspectivas, visões de mundo, esperanças e desesperanças.

Com efeito, traçar e compreender os trajetos, os caminhos feitos e significados pelas mulheres montes-clarenses, possibilita perceber como elas representam o olhar a si mesmas e às outras nos espaços por onde circulam. Para tanto, elenquei algumas categorias, a partir das quais perscrutei o que as participantes gostam e o que não gostam na cidade de Montes Claros; o sentimento de pertença que têm em relação à cidade; os percursos (roteiros) percorridos para o acesso ao trabalho, os preconceitos e subjugações a que são submetidas quando estão ao volante; a

locomoção por passeios e calçadas irregulares; as roupas e calçados adequados aos espaços por onde transitam; a terceira jornada; a escola dos filhos, os cuidados com a saúde, compras, lazer, *shoppings*, barzinhos e botecos, as relações com os vizinhos; e, por fim, o que é, na perspectiva dessas mulheres, ser mulher na cidade de Montes Claros.

Vale ressaltar que, embora o debate tenha sido conduzido da mesma forma e na mesma sequência, cada GF estabeleceu uma dinâmica própria. Nas diversas situações, durante as sessões, alguns grupos enfatizaram determinados aspectos das relações ou das condições de trabalho que em outros foram apenas mencionados. Em alguns grupos determinadas questões foram debatidas de modo mais acirrado, o mesmo não ocorrendo em outros. Também, por diversas vezes, ocorreu de uma questão, que seria discutida posteriormente, ser abordada a partir daquela que incitara o debate. O tempo, a profundidade e a frequência com que os temas foram discutidos também variaram de grupo para grupo.

Morgan (1997) assinala que a diretividade assegura o foco no tema, mas pode inibir o surgimento de opiniões divergentes que enriqueceriam a discussão. De tal modo, considerando que essa é uma realidade prevista ao se utilizar a técnica de GF e que a flexibilidade facilita a interação do moderador, optei pelo reagrupamento das falas de acordo com os temas abordados e não pela ordem cronológica em que foram colocados. O trabalho proporcionou informações de excelente qualidade uma vez que todas as questões colocadas foram objeto de reflexão e debate pelo conjunto das participantes.

3.2 A CIDADE DE MONTES CLAROS

*[...]cresceu desordenadamente , tanto vertical como horizontalmente, sem um Plano Diretor que a transformasse numa cidade bem traçada com todos os requisitos necessários ao seu desenvolvimento físico, econômico e social...[...]
É que o progresso de uma cidade não deve ser baseado só na economia. Ilizmente o ter suplantou o ser...[...]*

Ruth Tupinambá Graça

A cidade de Montes Claros começou assim, alerta Tupinambá (2010), desordenadamente, sem a direção de um Plano Diretor⁴³, valorizando o ter em detrimento do ser, revelando desigualdades que talvez ultrapassem as questões sociais, ancorando nas relações desiguais de etnia, cor, etnia e, para o interesse desta pesquisa, de gênero. O traçado da cidade revela marcas de espaços e lugares que representam um grande desafio no que diz respeito à mobilidade urbana. Consoante Fonseca

As diferenças na ocupação espacial da cidade já mostravam as desigualdades no uso e ocupação do solo, bem como o aumento da periferia. Obras eram realizadas de acordo com os interesses da elite e opções de planejamento urbano não representavam item de importância nas administrações municipais. (FONSECA, 2010, p.92).

Para Fonseca, essa realidade se comprova em decorrência de o primeiro plano diretor da cidade só ter sido aprovado na década de 1970. A análise desse plano permite concluir que ele tinha uma “característica normativa e visando modernizar vem acompanhado das leis de ‘urbanismo e zoneamento’, ‘classificação de uso de solo’ e ‘código de obras’, a fim de regulamentar as edificações existentes” (p.92).

Souza (2006), em seu trabalho “Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana” considera fundamental para o desenvolvimento social e espacial das cidades a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Esses dois elementos, conforme o autor, devem ter uma relação de complementaridade, ou seja, “qualquer um dos dois, se tomado isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento socioespacial” (p.72).

Ainda segundo Souza (1997), em outro estudo intitulado “Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social”, três fatores principais contribuíram para que o espaço durante

⁴³ O primeiro Plano Diretor de Montes Claros foi elaborado em 1954, o mais atual é de 2001 e foi adaptado da cidade de Belo Horizonte. Apesar de considerar que as cidades têm problemas semelhantes, o Ministério das Cidades determina em 10 anos o prazo de validade de um Plano Diretor. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2015/mar-15/not_25_03_15_3567.php>. Acesso em: 10 mar. 2015.

muito tempo fosse desconsiderado pelas teorias de desenvolvimento. O primeiro fator é que a Geografia era considerada superficial para as Ciências Sociais; o segundo, a Economia e a Sociologia não objetivavam a espacialização dos estudos que versavam sobre o desenvolvimento; e, por fim, havia uma resistência em relação ao espaço, justificado pela ineficiência das escalas mais amplas de análise.

Nessa perspectiva, o autor assevera que os estudos que consideravam a análise espacial do desenvolvimento levavam em consideração apenas o teor econômico. E esse viés não é suficiente para determinar o desenvolvimento, tendo em vista que “o conceito renovado de desenvolvimento só possuirá concretude e operacionalidade ao se valorizar o espaço social como dimensão analítica, já que a sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço (p.32)”.

Luiz Cláudio, arquiteto montes-clarense, pertencente a uma geração de modernistas, em artigo publicado na Revista Tuia⁴⁴, discorre que,

[...] uma série de fatores tem transformando Montes Claros num verdadeiro caos. Ruas estreitas, moradia precária, trânsito e poluição são alguns resultados da falta de planejamento. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce, a qualidade de vida dos moradores [*sic*] piora. Por isso é de suma importância um planejamento contínuo através de planos estratégicos, porque é preciso cuidar do futuro, já que a cidade é a nossa grande casa, e quem constrói a cidade é o cidadão, e são as leis decorrentes que bem definem o que o cidadão deverá cumprir (REVISTA TUIA, 2014, p.47).

O atual Plano Diretor da cidade de Montes Claros, aprovado em agosto de 2001, foi elaborado com base em outros municípios, sem considerar a realidade da sociedade montes-clarense. Em síntese, Fonseca considera que esse Plano representa um instrumento influenciado por uma visão urbana técnico-racional, sem a preocupação de integrar as dimensões sociais e culturais, como preconiza o Estatuto da Cidade. De acordo com Fonseca:

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.issuu.com/tuia>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Ao assumir fundamentos puramente ordenadores do espaço a população é excluída da cidade e relegada aos espaços destinados à sua ocupação, desconsiderando sua real importância nesse processo, em favor da prevalência das necessidades funcionais da cidade. [...] O contexto de Montes Claros, ainda não teve efetivas suas políticas de ação democrática em favor da população. (Fonseca, 2010, p. 119)

Nessa perspectiva, não se pode desconsiderar a origem espontânea da cidade, que surgiu a partir de uma fazenda de gado. Entretanto, seu desenvolvimento urbano passou por várias interferências de ações políticas, moldando, alterando, reestruturando o espaço urbano através de ações pontuais, que não levaram em conta os interesses de expressiva parcela da população. Esse processo gerou um território fragmentado, marcado por um intenso processo de “periferização”, abrangendo diretamente a população de baixa renda.

Essa fragmentação, a meu ver, se revela nos muitos espaços da cidade que trazem marcas de uma exclusão àqueles e àquelas que tem sua circulação restrita aos espaços periféricos da cidade. Como no caso da “famosa Pedra”, situada no alto da avenida Dulce Sarmento, próximo à BR 135, lugar/espaço em que é recorrente a prostituição infantil e outros tipos de exploração sexual. Nesse espaço, meninas ainda bem jovens, mas também mulheres maduras, segundo discorre Araújo (2014, p.15), expõem “seus corpos seminus, colocando-se em risco, em muitíssimo risco e amparadas pela segurança de um homem contratado por elas para as defenderem”. A situação apresentada pela autora em seu artigo “*As maculadas: panorama atual da prostituição feminina em Montes Claros*” possibilita apreender a insegurança a que essas mulheres estão submetidas. Supostamente, pela condição em que se encontram não seria necessário serem salvaguardadas por um homem, no entanto, mesmo nessa dada circunstância elas se vêm dependentes da figura masculina. Estão submissas à proteção de um homem que as defende de possíveis furtos ou mesmo de serem enganadas por seus clientes.



Figura 1: A pedra. Foto de Neto Macedo. Publicada na revista Tuia, nº1, (p.57)

As lavanderias comunitárias, onde algumas mulheres exercem suas funções de lavadeiras, são lugares/espços que também se revelam como espaço de segregação sem uma infraestrutura que lhes garanta segurança, visto que a maioria está localizada em regiões periféricas, dificultando o acesso daquelas que ali exercem suas atividades, bem como das que necessitam desse tipo de serviço.

Outro aspecto que observei em relação aos espaços periféricos da cidade reservados às mulheres diz respeito aos conventos e seminários religiosos, constatei que aqueles que abrigam mulheres religiosas localizam-se distantes do centro urbano da cidade, estão nas regiões afastadas e na maioria são construções adaptadas para esse fim. A título de exemplo, ressaltei o convento das Carmelitas localizado no bairro Monte Carmelo, o qual fica mais ou menos a oito ou dez quilômetros do centro da cidade, em contrapartida o Seminário dos padres diocesanos está localizado no bairro Ibituruna, área nobre e central da cidade⁴⁵. Talvez, por si só, isso não evidencie uma segregação

⁴⁵ Conforme levantamento, constatei 5 conventos femininos localizados em áreas distantes e periféricas da cidade: Convento Carmelo Maria Mãe da Igreja e Paulo VI (Montes Carmelo), Convento das Irmãs da Divina Providência (Nossa Senhora de Fátima), Convento Santa Terezinha do Menino Jesus (Delfino Magalhães); Convento das Irmãs Dominicanas (Maracanã) e Congregação da Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros (Jaraguá). Em

das mulheres aos espaços mais distantes, contudo, se verificarmos o processo de formação histórica da cidade, podemos aferir que há muito, segundo aponta Silveira (1999), os espaços destinados às religiosas desde o início de formação da cidade sempre foram os mais afastados.

As mulheres selecionadas para esta pesquisa ao serem inquiridas a respeito dos lugares/espaços por onde se movimentam na cidade de Montes Claros, apresentaram impressões e posicionamentos que mostram suas preferências em relação a esses lugares/espaços, bem como ao que a cidade lhes proporciona no seu ir e vir. Assim, o subtópico abaixo apresenta essas preferências e também aquilo que não as agrada em relação à cidade.

3.2.1 O QUE GOSTAM E O QUE NÃO GOSTAM NA CIDADE

A primeira categoria, o que gostam e o que não gostam na cidade de Montes Claros, que abriu a discussão, foi utilizada como forma de descontrair e estabelecer um clima de entrosamento entre as participantes. Iniciar o debate com um assunto voltado para um posicionamento mais pessoal, além de favorecer uma inter-relação entre as participantes, possibilitou, por meios de questões adjacentes e de igual relevância, identificar como essas mulheres veem a Cidade de Montes Claros e o que lhes é mais agradável quando pensam na cidade onde moram.

Ao abordarem o que gostam, algumas participantes apontaram aspectos que lembram uma cidade interiorana, mesmo já sendo uma cidade grande. Um apontamento unânime no G1 e G2, também em relação ao que gostam, foi o fato de que a cidade oferece possibilidade de crescimento profissional com oferta de vários cursos de capacitação. As considerações de L2 do G2 revelam as motivações para avaliar a cidade como um importante referencial de educação e capacitação: “[...] eu vim em luta de me formar para que eu pudesse continuar a carreira de professora”. Do mesmo modo L3 revela a sua dedicação e esforço para aproveitar a oportunidade de ter acesso a uma formação. Em sua fala fica evidente as adversidades por que passou até conseguir se formar. Vale destacar que essa uma realidade presente na vida de muitas

contrapartida, os 5 seminários, que abrigam religiosos estão localizados em área nobre da cidade, nos bairros centrais: Seminário Arquidiocesano (Ibituruna); Seminário Premonstratense (Melo); Seminário Sagrada Família (Ibituruna) Seminário Propedêutico São Pio XX (Ibituruna); Arautos do Evangelho (Ibituruna) todos esses localizados em bairros nobres e centrais da cidade.

mulheres, as quais procuram galgar uma posição de destaque seja no âmbito pessoal ou profissional:

E quando eu vim pra cá, com o incentivo até de umas irmãs da igreja, eu voltei a estudar... mas como foi difícil, com criança pequena, indo pra escola, sem dinheiro ir pra escola, e a pé, saindo de lá do Santo Inácio, só quem conhece sabe a distância, do Santo Inácio a escola Normal a pé, era uma hora, tinha que sair seis horas da tarde chegava na escola Normal sete horas, saía de lá onze e chegava em casa meia noite. Isso deixando meu menino pequeno, então foi assim que eu consegui me formar, passei no concurso e comecei a trabalhar.

Sobre o que não gostam os três grupos demonstraram insatisfação em relação à cidade, porém com diferentes apreensões. As participantes do G1, por exemplo, mostraram-se preocupadas com o intenso aumento da população, sem que se tenha um planejamento efetivo, com investimentos que não poderiam ser aprovados pelos trâmites burocráticos normais, criando aglomerados na região central da cidade, amargando congestionamentos cada vez maiores. L1 do G1, L3 do G1 enfatizam:

A quantidade de veículos que entrou na cidade em um ano foi uma coisa, assim (...). Eles têm uma estimativa, praticamente, a frota, né, em Montes Claros em dois anos, ela quadruplicou. É muito carro.

E a sensação que a gente tem é que daqui a 5 ou 10 anos, nem sei se leva isso tudo, vai ser impossível transitar.

Não comporta um empreendimento daquele porte. Você fica sem entender, porque, como? Agora mesmo tenho um empreendimento de 10 andares com centro clínico, tentando aprovar na prefeitura, um nível imenso de exigência, é numa avenida! E como que tem um empreendimento daquele? Então (...) eu não consigo entender.

Porque é uma cidade com um tamanho, assim, bom, mas que não é bem cuidada, não está bonita. O físico, tem o fato físico de a cidade não ser bonita, realmente tem sim uma questão cultural.

Na abordagem sobre o que não gostam, percebemos por parte das integrantes do G3 um sentimento de insatisfação. Em relação a pontos positivos da cidade, elas apontaram alguns projetos sociais esporádicos, como campanhas de saúde e esportes nos bairros onde moram. Conforme L2 e L5,

Ah... eu não gosto é de nada; tá tão feia essa cidade, tão acabada, tão jogada no lixo. Tá um caos! Tá precisando de uma reforma geral, principalmente nas praças. O pessoal da área de saúde mesmo tá sempre lá fazendo mesmo (se referindo as campanhas de saúde) é igual sobre o câncer da mulher, do homem. Agora mesmo vai ter, eles vão aferir a pressão, etc. Então essas coisa assim é uma coisa boa naquela praça que me incentiva muito, mas mesmo assim ainda tá precisando melhorar demais.

[...] assim que melhorou bastante, foi essa ginástica pros idosos né, que era do curso da área de saúde.

A ginástica no caso no meu bairro tem né, usa, eles colocaram (pausa) aquela ginástica ao ar livre né, então as mulher fazia com gosto.

É unânime nos três grupos os problemas enfrentados em relação à saúde pública na cidade. O Município é protagonista político habilitado para trabalhar pela concretização de um serviço público de saúde de qualidade⁴⁶, porém os serviços prestados em saúde pública e a abrangência desses mostra o descaso com o atendimento aos menos favorecidos. As participantes dos GFs elencaram alguns aspectos, tais como: filas intermináveis, longo período de espera por atendimento médico, burocracia para marcação de exames laboratoriais, falta de profissionais em algumas especialidades, falta de remédios, estrutura

⁴⁶ Nesse sentido, vide Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (org). Prioridades para o desenvolvimento sustentável e integrado no Norte de Minas. Montes Claros, 2002.

física ruim das Unidades Básicas de Saúde - UBSs. Conforme apontaram, a falta de estrutura e a superlotação dos hospitais públicos são dilemas que necessitam ser revistos na cidade. L6 do G3 relata a precariedade da saúde e a dificuldade de chegar até o posto: “É (...) saúde a gente tem problemas, já aconteceu de eu sair de casa, por exemplo, e levar 40 ou 50 minutos para chegar no posto e ainda não ser atendida por falta de médico”.

L7 do G3 relata sobre as dificuldades que sua irmã encontrou para fazer o pré-natal:

Teve um caso que eu vivi, que foi o da minha irmã, minha irmã sofreu um conflito na gravidez e a enfermeira do posto tinha que encaminhar ela para um pré-natal de alto risco e não encaminhou. E minha irmã, sabe o que aconteceu? bestinha, né? Eu falei não! eu vou lá na Secretaria de Saúde e vou procurar. Fui lá, falei, na maior educação, sabe? Falei com a pessoa lá que nem lembro o nome mais. Expliquei o caso, a pessoa ligou lá para o PSF, sabe? A gerente do posto já mudou totalmente e falou: “Não, manda ela vir aqui que nós vamos atender ela”. Sabe, precisou de uma pressão para poder encaminhar a Tatiane para o pré-natal de alto risco. E quando encaminhou, encaminhou lá onde o Judas perdeu as botas. (risos) Para dificultar para a Tatiane ir. Mas como, né, meu marido tem moto, eu combinei com ele de levar ela e trazer toda vez, lá no NASPE, ó onde nós mora! Nós mora no Clarice Athaide pra ir no NASPE? lá no Ibituruna, tinha como ela ir sabe? Mas longe de mais, era complicado. Ai fui combinei com ele de levar e buscar ela. Ai, terminou, sabe? Ai o bebê por causa desse acontecimento, o bebe nasceu com um probleminha, sabe? Teve que ficar internado. Então assim, se nós fôssemos uma pessoa ruim, sentimento ruim, a gente tinha pegado o nome dela, denunciado ela, entendeu? Não poderia seguir a enfermagem, ela não poderia ser mais enfermeira, algum tipo, não sei. Mas a gente relevou, a criança melhorou, tá todo mundo saudável, mas é triste, é triste o PSF da minha casa, do meu bairro.

Destaco nessa passagem que o bairro Ibituruna, citado por L7, localiza-se em área considerada nobre, cujos moradores, dada a sua condição social, não necessita de serviços de atendimento gratuito, como o que é oferecido pelo NASPE – Núcleo de Atenção a Saúde Pitágoras. Todavia, é nessa região que se encontram as instalações do referido núcleo. O bairro Clarice Atháide, no qual reside a entrevistada, localiza-se em uma região totalmente oposta àquela do Núcleo, assim sendo, cotejei as inconveniências por que passam as moradoras dos bairros periféricos no acesso aos bens e serviços oferecidos pela cidade.

3.2.2 SENTIMENTO DE PERTENÇA À CIDADE DE MONTES CLAROS

A cidade de Montes Claros se configura para a maioria das integrantes dos GFs como um espaço de identificação e de pertencimento. Os relatos das mulheres mostram o quanto sentem a cidade como sua, ainda que ela revele desigualdades que as coloca em situação desfavorável como quando acessam os espaços. L7 do G1 adverte que: “Nesse ponto (de ônibus), no outro não. Aquele em frente a faculdade é cheio de árvore e não tem iluminação nenhuma. Eu mesma não tenho coragem de ficar lá esperando a lotação, é muito arriscado”. L5, do mesmo grupo, complementa: “É até perigoso”. Nesse sentido a rua e o espaço público são apontados por elas como de sinônimo de risco.

Podemos perceber que as referências que as mulheres estabelecem com cidade estão intimamente ligadas aos aspectos culturais que ainda estão muito presentes nas relações sociais como quando comparam a cidade de Montes Claros a “uma roça grande”, pois, segundo elas, apesar do crescimento desordenado, ainda proporciona a liberdade de uma cidade pequena

Eu não largaria Montes Claros não, eu gosto muito daqui. Eu acho que [...] eu nasci aqui, entendeu? Eu cresci aqui. Amo minha família que está aqui também. Eu não tenho nada que reclamar de Montes Claros. Montes Claros é uma roça grande. Por mais desenvolvimento que a gente já teve...Mas aquela cultura de cabeça pequena, né? Todo mundo preocupado com a vida de todo mundo, todo mundo se metendo na vida de todo mundo, interiorano mesmo, né?

Eu adoro andar a pé, adoro andar a pé. Então, em Montes Claros você consegue sair de um lugar e ir para outro... Em Montes Claros você tem essa liberdade para fazer esse tipo de coisa. Andar a pé, de interagir com outros espaços, eu gosto disso em Montes Claros.

A sensação de pertencimento de quem nasci no lugar é diferente. Ai depende. Você tem uma visão e eu posso ter outra. Eu nasci aqui, eu vivenciei isso e participei desse crescimento assustador em Montes Claros.

Observei que no G2 o sentimento de pertença à cidade é mais evidente. A cidade é narrada por elas de forma romântica, poética, saudosista com histórias de vida construídas na cidade.

Montes Claros, terra querida, onde eu nasci e me criei, eu me identifico muito com a música de Tino Gomes “Montes Claros, Montes Clareou”, quando ele fala das ladeiras, até que Montes Claros não tem muita ladeira não, mas quando a marujada desce os Morrinhos é uma maraaavilha, essa cidade onde eu nasci e me criei , sai duas vezes, mas voltei, e é onde eu vou ficar, sempre viajando, mas voltando pra Montes Claros, minha terra querida.

Verifiquei que esse senso de pertencimento possibilita a criação de um vínculo forte do G2 com a cidade, lhes dando força e incentivo para lutar por uma causa. Elas afirmam o gosto pela cidade com orgulho de viverem nela, sentem o dever de lutar pela melhoria de Montes Claros.

Eu gosto, eu amo a minha cidade... referência familiar...me identificar com a região...de morar e estar na minha cidade.

Eu também gosto. Eu amo Montes Claros!... e com todas as dificuldades que tem enfrentado, eu acho que a gente vai sobrevivendo diante dos problemas, e vai gostando por causa dos resultados.

Eu me sinto bem em Montes Claros porque eu sinto aqui é minha morada em todos os aspectos.

Mas é isso mesmo! Eu mesma moro aqui há bastante tempo, né, e vejo isso também, né, que é um lugar bom de morar, eu amo morar aqui, meus filhos também. As vez fala de mudar, eles fala eu não saio daqui porque amo Montes Claros.

Por outro lado, no G3, somente uma participante afirma gostar de morar em Montes Claros, a omissão deste grupo em relação ao sentimento de pertença à cidade pode estar relacionado ao fato de residirem na periferia da cidade, afastadas, isoladas, se sentem excluídas. Isso, a meu ver, possivelmente seja um fator relevante para que essas mulheres não tenham desenvolvido um sentimento de amor à cidade e, conseqüentemente, não tenham criado laços afetivos com ela. L6 do G3 chega a mencionar a vontade de sair da cidade: “Ah... se fosse para eu ir embora, por exemplo, para BH [...] Mas Montes Claros é bom, não é ruim não”. A voz da participante deixa transparecer uma certa insatisfação, é como se em outro lugar/espaco (na capital) tivesse a expectativa de uma vida melhor.

3.2.3 TRABALHO E CAPACITAÇÃO NA CIDADE DE MONTES CLAROS

Verifiquei que no referente a trabalho e capacitação profissional, tanto o G1 quanto o G2 concordam sobre a condição de oferta de emprego e de capacitação profissional em Montes Claros. Conforme ponderaram as participantes, a cidade se destaca no campo educacional, dada a quantidade de instituições que abriga e a diversidade de cursos que oferece. Também mencionaram alguns programas governamentais, que têm possibilitado o acesso, principalmente daqueles mais carentes, ao curso superior. As assertivas de L3 do G1 e de L6 do G2 comprovam essa visão de Montes Claros como uma cidade que oferece uma boa condição de acesso à educação e à profissionalização:

Montes Claros é hoje polo universitário. Passou a ser um polo industrial, um polo estudantil, universitário, né?

Montes Claros, eu acho que aqui, eu, enquanto profissional cresci muito.

Tem trinta e três anos que moro aqui... Eu vim pra trabalhar, ajudar no sustento da minha família. Eu vim para estudar, porque perdi meu cargo de professora.

No G3 nenhuma das participantes se referiu a questões de trabalho ou de capacitação. Apesar de 6 das 7 integrantes trabalharem como auxiliares de limpeza em escolas públicas da cidade, nenhuma fez menção à cidade como polo educacional ou centro de capacitação. A meu ver, as mulheres do G3 estão mais atentas aos problemas domésticos e ocupações familiares, não sendo relevante para elas o acesso ao ensino superior ou mesmo cursos de capacitação.

3.3 TRABALHO PROFISSIONAL E LUGARES ESPAÇOS

3.3.1 PERCURSO (ROTEIRO) PARA O TRABALHO

A abordagem sobre roteiro para o trabalho apresentou certa variedade de apontamentos, em virtude da realidade de cada participante, ou por terem condução própria, ou em decorrência dos lugares/espacos onde moram, ou ainda pela condição social de cada uma. No G1, por exemplo, somente duas mulheres usam transporte coletivo, as outras possuem carro próprio, por esse motivo, a maior preocupação destas últimas quanto ao percurso é o local de estacionamento. Assim, elas disseram traçar um mapa mental antes de sair de casa, delineando um itinerário mais viável para determinado horário e que possibilite vaga para estacionar o automóvel. As participantes L2, L5, L8, L3 relataram:

Eu também sempre passo o roteiro antes. Quando é algum lugar que eu não tenho costume de ir eu pergunto para o meu marido "Qual é a rua melhor para eu passar?". Ai ele fala: "Por ali o trânsito vai estar mais lento, é mais organizado". Eu sempre tento fazer este roteiro e pensar também já no estacionamento.

Eu crio esse quadro mental, mais que o meu marido. Eu que tenho que criar para ele quando ele está de carro. Mas se você fizer: "esse e esse

caminho?". Ai ele diz: "Ah, tá". Ele sempre faz o caminho mais longo porque ele não sabe. Na hora que eu vou sair, na hora que eu vou eu penso : como vou virar aqui para pegar a mão da escola, então eu já tenho um traçado mental, traço todo o roteiro.

As pessoas estão pegando esse costume de carro e perdendo o de andar. Todo mundo quer parar na porta do lugar. Se estão longe porque é proibido parar lá, rua estreita não pode parar. Então, chega no estacionamento (...). Hoje mesmo fui ao mercado com minha mãe e parou uma caminhonete no meio da via e atrás de mim. Eu tive que chamar o homem para tirar a caminhonete. As pessoas têm igual esse despreparo (...)No crescimento se olha muito mais para o lado comercial. Aquele Itaú que está sendo construído, ali na Barão do Rio Branco, é um prédio de 32 andares, com 7 andares de estacionamento. Na época que eu era estagiária lá na prefeitura, o Itaú não foi aprovado, o projeto não foi aprovado. Mas como há pessoas de influência, eles conseguiram esta aprovação. Ali na rua já é engarrafado, tem a escola.

Você fica sem entender, porque, como? Agora mesmo tenho um empreendimento de 10 andares com centro clínico, tentando aprovar na prefeitura, um nível imenso de exigência, é numa avenida! E como que tem um empreendimento daquele? Então (...) eu não consigo entender. E outros que não tem estacionamento ligados à saúde. A lei, a resolução determina que clínicas com a partir de 500 metros quadrados tem que ter estacionamento e tem várias clínicas. E ai você fica (...).Toda vez que eu vou ao centro, eu penso exatamente (...). Primeira coisa, onde tem um estacionamento? Eu já levei tanta multa gente, aí eu cheguei à conclusão de que o estacionamento é a coisa mais barata que existe. A coisa mais barata que existe. Porque é aquela coisa, eu vou lá rapidinho, então não vai ter guardinha e eu vou parar aqui rapidinho. Mas é impressionante, em questão de segundos chega com o bilheteinho.

Não existe clínica que tenha espaço para estacionar. (vozes) (...) Minha enteada também estava com a perna quebrada e eu fui levar ela no gastro. Eu cheguei e parei na rua, ela desceu e aí eu fui estacionar e ela ficou me esperando.

As outras duas integrantes do mesmo grupo que utilizam transporte coletivo se queixam da superlotação, principalmente nos horários de “pico”. Para L7 e L1, os problemas de acessibilidade ao transporte coletivo são variados, conforme expõem:

Os ônibus que também andam superlotados. Eu tenho costume de ir para a faculdade de 2601, passam duas, três lotações no ponto da minha casa e não param. Eu tenho que pegar a lotação⁴⁷ no máximo 6h45, se não eu não chego na faculdade.

A acessibilidade, eu vejo aqui em Montes Claros, as lotações não tem condições boas, principalmente para os cadeirantes. Às vezes o elevador está quebrado. Não consegue colocar o cadeirante na lotação.

No G2 somente três integrantes possuem carro, contudo uma delas não dirige. As que não possuem e a que não dirige, segundo informaram, geralmente andam a pé ou de mototáxi. Elas apresentaram diversas críticas às condições dos pontos de ônibus, que, de modo geral, não possuem estrutura física e quando possui são escuros e sujos, visualmente poluídos, o que as deixa bastante inseguras. Algumas relataram ser comum ocorrerem furtos nos pontos de ônibus. Segundo disseram, não existe policiamento nesses locais, sobretudo, em horários noturnos, quando os pontos ficam mais desertos. Algumas falas ilustram bem essa situação: “é um risco fica nesses pontos esperando lotação. Uma vizinha minha foi assaltada, levaram o celular dela, ela tava voltando da faculdade”.

É possível perceber pela fala das participantes a insegurança e o medo da violência que vivenciam nos pontos de ônibus. Assim, comumente adotam posturas que limitam sua mobilidade, como, por exemplo, mudar o itinerário ou então esperar por colegas ou amigas para

⁴⁷ Denominação comumente utilizada pelos moradores da cidade para os ônibus que fazem o transporte coletivo de passageiros.

não fiquem sozinhas nos pontos de ônibus, como afirmou L4 do G2: “na hora de volta pra casa, espero alguma colega pra não ter que ficar sozinha esperando a lotação, o ponto é muito escuro e tem hora que não passa nem um policial”.

A maioria das participantes relatou dificuldades para fazerem o trajeto de casa ao trabalho ou vice-versa. Dependentes de transporte públicos ou particulares, elas revelaram se sentir inseguras quanto ao percurso para o trabalho. As vozes das participantes, transcritas abaixo, revelam uma diversidade de situações que as colocam propensas a toda sorte de transtornos, principalmente aquela que dependem dos serviços públicos:

Os ônibus superlotados, às vezes eu entro e na segunda praça eu desço com medo do ônibus quebrar. Eu acredito que qualquer veículo tem a quantidade de peso que ele pode suportar, então aqui ele não *tá* nem aí, eles *superlota* o ônibus, não quer saber quantos quilos tem ali dentro naquele pedacinho de coisa ali que é o ônibus. Então são ônibus superlotados (L3 do G2).

E eles *tá* fazendo a mudança dos pontos de ônibus lá no Eldorado sem comunicar, mudou de rua sem *nós ficar* sabendo. Eu fui na MC Trans, por causa que passou um rapaz lá e quase que acidenta nós, com um monte de gente, passou com tudo sabe? (L7 do G2).

Tem lugar que você passa *tá* escuro demais, no ponto de ônibus. Esses dias eu já falei com Pretinha, ainda falei com ela que é vereadora sabe? Falei Preta do céu, aqueles dois pontos de ônibus, não lembro aonde que é, é muito escuro sabe? (L6 do G2)

Os pontos de ônibus não têm estrutura nenhuma, nem mesmo no centro da cidade que é muito escuro, o principal é a praça doutor Carlos que *tá* tudo muito escuro, quem chega depois de dez horas da noite é uma calamidade. (L5 do G2).

Eu moro num bairro que o ponto de ônibus é na porta. Não tem cobertura os pontos de ônibus, se estiver chovendo, molha, se não estiver com uma

sombriinha adeus chapinha, adeus cabelo (L4 do G2).

O povo no ponto de ônibus esperando, com água nos pés, vira aquela bagunça. Não tem cobertura nos pontos de ônibus, aquele do centro da praça doutor Carlos se tá ali dentro no ponto de ônibus e chovendo na gente do mesmo jeito (L4 do G2)

A coisa que eu mais olho aqui nessa questão de ponto de ônibus é isso, as luzes nas ruas, *tá* sem luz pra todo canto, *tá* faltando lâmpada. Quando a gente faz manifestação eles ficam duas semanas ali pondo mais carros nas ruas, depois que as vezes não estão gritando mais, aí começa demora demais os ônibus, tem ponto que você fica até quarenta minutos. Escuros, quebrados. A cidade está abandonada.(L3 do G2)

Montes Claros não tem ponto de ônibus, a gente tem ponto de ônibus nas praças centrais, mas nos bairros não tem ponto de ônibus, não existe uma estrutura de ponto de ônibus hoje na cidade. Ele pega a porta da sua casa e coloca como um ponto de ônibus, põe como se fosse um piquete, ali é um ponto de ônibus, mas não tem uma infraestrutura adequada pra acolher ... Além dos nossos pontos de ônibus *são* sujos, você olha a sujeira visual, cartazes. Existe até uma lei municipal que fala que não pode pregar cartaz em ponto de ônibus, não pode colocar cartazes nesses espaços. Então você olha que é uma poluição, além de você estar cansado, você chega do serviço, *tá* vindo do médico, você encontra aquele monte de trem feio ali na praça, no ponto de ônibus, nas áreas centrais aqui da cidade. Eles mexeram na praça, no ponto de ônibus, desestruturou todo o ponto de ônibus pra tampar um buraco, um bueiro. O povo teve que mudar sem comunicar, teve que mudar, sair correndo, se via lotação passando o povo vooooooooooooo sai correndo pra que? Pra poder pegar o ônibus. É um desrespeito com a população (L 1 do G2).

Quanto aos depoimentos das participantes do G3, duas relataram morar próximo ao trabalho e, portanto, para essa situação específica não carecem de transporte. Entretanto, para as situações em que necessitam, como ir ao centro para realizar compras ou alguma consulta ao médico, entre outras, vivem os mesmos dilemas das demais. Verifiquei que as diversas situações de insegurança e desrespeito são constantes no cotidiano dessas mulheres, tendo em vista que as precariedades do transporte público da cidade de Montes Claros, conforme relataram, afeta todas as mulheres. L2 do G3 conta os percalços enfrentados no acesso aos coletivos:

Eu já chorei muito no ponto de ônibus, eu não tenho paciência de esperar ônibus não. Que eu vou a pé ou eu pego carona. Não tenho paciência porque lá no lugar onde que eu moro, antes vinha três ônibus. Agora depois que fez a linha Renascença só tem um e pra mim sai lá de casa pra pegar o Renascença, pra mim sair é uns quinze ou vinte minutos que eu fico esperando. Ó, eu não tenho paciência de esperar ônibus, não tenho! Já chorei muito né meu fio pra esperar ônibus. Difícil demais! Quando você pega, cê pega cheio demais.

Da mesma forma constei essas inconveniências nas fala de L5, L1, L2 e L4:

Que ônibus, onde eu moro tem três linhas de ônibus, mas demora demais, e aí eu perco muito tempo no ponto e eu prefiro ir de bicicleta.

Muito cheia, mas vem poucos atrás sabe. O motorista só faz assim ó (e faz sinal de cheio com a mão) (todas concordam)”

O Renascença que tem muito ônibus, esse negócio que demora demais, e outros que passa cheio, nunca que pega esse ônibus vazio, sempre cheio. Parece que é o mais cheio, né? Um dos, né? O mais cheio.

É escuro, é parado, é assim... como se diz né, se eu perder o último ônibus, adeus! Eu tenho que correr atrás de um taxi, se tiver dinheiro, se não,

eu ligar pra algum parente que, realmente, a partir de oito horas tem que tá lutando, olhando pra um lado e pro outro com cuidado e não vê um policial, a não ser os membros de barraquinha que eles fica lá sondando alguma coisinha’.

3.3.2 MULHERES AO VOLANTE: PRECONCEITO?

Durante muito tempo construiu-se no senso comum um estereótipo relacionado à mulher. Chauí (1997) entende o estereótipo como “crenças, valores, saberes, atitudes que julgamos naturais, transmitidos de geração em geração sem questionamentos, e nos dá a possibilidade de avaliar e julgar positiva ou negativamente coisas e seres humanos (p.,116).

De tal modo, a representação construída acerca do outro e de nós mesmos é decorrente das relações sociais, portanto, de acordo com Moreno (1999, p.28), “não é a biologia ou os genes que determinam como devemos ser e nos comportar, quais são nossas possibilidades e nossos limites, mas a sociedade”. Os comentários das participantes dos GFs evidenciam termos que frequentemente são utilizados como forma de distinguir homens e mulheres, considerando as diferenciações das relações de gênero presentes na sociedade.

Nesse sentido, Silva (1988) aponta algumas expressões que aludem a uma diferença de valores entre homem e mulher, quase sempre inferiorizando o feminino, assim:

[...] “agir como homem” significa agir com bravura, ser valente, corajoso. Mas, “agir como uma mulher” é ser covarde, maricas, fraco, etc. “Bancar o homem” é bom, seja para qualquer um dos sexos. Mas “bancar a mulherzinha” é insultante quando dita para um homem. Existe até o termo “hombridade” (cujo morfema lexical é homem) significando nobreza de caráter, dignidade. Mas não existe o correspondente “mulheridade” (SILVA, 1988, p. 57).

De tal modo, expressões como “mulher ao volante, perigo constante” ou “só podia ser mulher” são termos recorrentes nas falas das entrevistadas ao reportarmos à categoria preconceitos sofridos pelas mulheres quando estão ao volante. Observei que no G1 esse debate foi mais acirrado, visto que as integrantes desse grupo são as que mais

comumente vivem essa realidade no seu dia a dia. Por terem veículo próprio (a maioria) elas, quase sempre, estão envolvidas nesse tipo de situação. É o que se percebe nas ponderações de L2,

Eu estacionei primeiro ali na rua de traz, só que como vou sair tarde vai ser perigoso. Tive que estacionar na carga e descarga aqui na frente porque não tinha lugar para estacionar. E as pessoas quando veem já falam é mulheer, a gente sofre um preconceito (...).

Verifica-se na fala de L5, abaixo, como já abordado, que esses estereótipos não são representações somente referentes ao outro, mas a nós mesmas também, o que reforça o entendimento de que se trata de uma ideia concebida no seio das relações sociais. As próprias mulheres participam inequivocamente desses ideários construídos e cristalizados contra o gênero feminino.

Meu marido sempre diz assim: "É mulher, só podia ser". Na hora que ele fala, fico sentida, mas não falo nada, pois eu falo isso também. Tenho mania de dizer pro meu marido quando ele tá nervoso no trânsito: "Calma meu bem, é uma mulher". Tipo assim (...) (risos) Como assim? Então, às vezes, eu mesmo me vejo fazendo esse tipo de comentário. Ok gente, realmente, mulher no trânsito, perigo constante. (risos).

L6, também do G1, traz considerações que levam a perceber uma outra representação referente às mulheres. Segundo a participante,

Raramente você vê um acidente grave envolvendo mulher. Eu acho que as mulheres dirigem muito bem. Elas têm uma paciência muito grande e elas cuidam dos outros, elas se preocupam com o que tá na volta, as bicicletas. A mulher pensa mais (...). Porque a mulher anda mais cautelosa, ela anda devagar. Ai vem uma falta de respeito, porque, como que eles fazem aquele sinal horreroso para gente? Hoje duas vezes aconteceu comigo. Aí meu Deus, a vontade que eu tive era de ir e dar uns bordeus nele. Mas aí, eu falei não, não posso fazer isso porque vai dar problema. Infelizmente esse preconceito existe.

Essa representação, a meu ver, é assimilada de forma natural pela participante, visto que sua fala evidencia uma construção cultural de que as mulheres são mais cuidadosas, cautelosas, pensam mais nos outros, o que se revela como a reprodução da herança patriarcal, como uma “ordem das coisas”, conforme colocado por Bourdieu. Nas palavras do autor,

Como se diz algumas vezes para falar daquilo que é normal, natural, a ponto de ser inevitável, é porque ela está presente, em estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, nos habitus, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e ação (BOURDIEU, 2012, p.137).

O G2 não se manifestou quanto às representações de que “trânsito e mulher não combinam” ou de que “uma mulher ao volante representa perigo para os transeuntes”. Também as participantes do G3 não apresentaram considerações sobre essa questão.

3.3.3 - CATEGORIA: PASSEIO/CALÇADAS

Trafegar pelas ruas da cidade de Montes Claros foi uma questão que suscitou um debate acirrado em todos os grupos. Os principais problemas identificados pelas participantes foram os buracos e desníveis das calçadas, realidade presente não só nas ruas centrais da cidade como também nos bairros, conforme apontaram nos seus relatos. Segundo elas, não é fácil ter que se “equilibrar no salto”, pois as calçadas desniveladas e mal conservadas são, na visão delas, o pesadelo para as mulheres de salto alto e para os idosos também, lembraram.

Em Montes Claros as ruas são pequenas. Hoje eles fizeram um projeto para aumentar as calçadas, que vai contra nós. Para acessibilidade dos deficientes. Só que na verdade a questão das ruas ficou muito estranha, ficaram mais estreitas (L5 do G2)

Então eu, enquanto pedestre, morro de medo porque as calçadas, você tem que ir para a rua para poder conseguir andar. As pessoas ainda param nas calçadas para bater papo, tem os

ambulantes que tomam conta das calçadas com suas mercadorias (L3 do G3)

Você tem que dar aquela descidinha da calçada para poder continuar. É obstáculo demais nas calçadas. Eu tenho que ir para a rua, tenho que ir para a rua, por causa das calçada irregular, muito degrau e aqui a cidade é uma cidade plana (L5 do G2)

Às vezes não tem nem calçada (...), e ainda colocam entulho, material.

As ruas são muito estreitas. Os passeios não tem a dimensão apropriada. Por isso que algumas ruas foram fechadas (L4 do G1).

E a questão das ruas de Montes Claros, não tem passeio pra você andar, aqui não tem passeio, os lugar que tem passeio *é* cheio de escada, no passeio e outros local *é* terra mesmo, não dá pra andar, os passeios estreitos demais, principalmente em bairro, no bairro os passeio não tem, tem que andar na rua mesmo dividindo com os carros (L7 do G2).

É mesmo nos bairros não precisa nem contar com passeio que não tem não. As pessoas que *é* deficiente aqui pra andar em bairro ou nas ruas de Montes Claros *ele* sofre mais, porque *ele* tem que dividir a rua com os carros, não tem passeio pra andar de cadeira.

Também tem hora que os passeio tá tomado de lixo. Além dos passeios *ser* estreitos eles costuma colocar até barzinhos nos passeios, materiais de construção e fica pouco espaço para o pedestre (L2 do G2)

Passeio, hoje Montes Claros, apesar de que alguns estudos apresenta que o vendedor que *tá* ali com os carrinhos *é* uma questão cultural da nossa cidade, mas *é* um dificultador hoje, porque não temos passeios adequados na cidade e onde tem *é* espaço pra carrinho de vendedor (L5 do G3)

Tô vendo essas reformas no centro da cidade aqueles passeios, falam que são passeios para um adaptação do centro da cidade. Eu tenho me perguntado muito se aquilo realmente é uma adaptação (L5 do G2)

Eu desço do ônibus com as sacolas de compras, igual muitas aqui falaram, aí o passeio, tem um pedacinho que eu contorno assim, muito altos e baixos, e eu tenho que andar no meio da rua, porque o moço fez o passeio dessa altura assim(mostrou com a mão), não tem como, acho que era alto, cê tem que contorná, e assim você segue até chegar em casa, é um sofrimento (L1 do G2)

Os passeio é tudo errado (mostrando com as mãos os desníveis). Eles fazem um tanto de buraco, um tanto de telhado, não sei , é mau (...). Na avenida que eu pego o ônibus, costumava as calçadas ter degraus. Tudo calçada alta (L 7 do G2).

“Eu cai no centro por causa de calçada. Fui que levar um exame, segurei o exame para ele não caí e derramar, aí machuquei meu braço o joelho assim, doeu viu, vou fala com você é difícil andar nessas calçada (L5 do G3).

A preocupação com precariedade das calçadas da cidade e o risco a que estão expostas ao transitar por elas foi um assunto recorrente em todos os grupos. L4, do G2, comentou sobre uma reportagem, a qual transcrevemos o lide abaixo, que, segundo ela, representa o descaso com a segurança das pessoas na rua. E L4 fez questão de frisar: “e a vítima, coitada, foi uma mulher”.



Figura 2: Mulher morreu três dias depois da queda. Foto: Gleise Keller Assunção/ Rede Bom Dia

Morreu na manhã desta quarta-feira (10) uma mulher de 64 anos que escorregou em "santinhos" espalhados em frente à Escola Francisco Alves Brisola, no Núcleo Geisel, um dos 87 locais de votação nas eleições do último domingo (7) em Bauru (SP). Ela havia fraturado a bacia na queda. [conforme texto original] Socorrida pelo Corpo de Bombeiros e encaminhada ao Pronto-Socorro Central, no mesmo dia a idosa precisou ser transferida para o Hospital Estadual por conta da gravidade da fratura. Segundo a assessoria do hospital, a mulher já apresentava problemas de saúde e, agravados com a fratura na bacia, não resistiu⁴⁸.

Por meio da reportagem percebemos que as condições de precariedades de ruas e calçadas é comum em outras cidades brasileiras. Quando o assunto é acessibilidade, extensas reportagens são exibidas pelos meios de comunicação como forma de denunciar o descaso para com os transeuntes.

⁴⁸ BONORA, Mariana. Idosa que escorregou em 'santinhos' morre por complicações da queda. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 12 out. 2014.

Nesse sentido, as mulheres estão, quase sempre, sujeitas a esse tipo de inconveniente, como podemos certificar na fala de L2 do G3: “não dá nem pra andar de salto pelas ruas de nossa cidade, é tanto buraco, que a gente corre o risco de quebrar o pé”.

3.3.4 - ESCOLHA DE ROUPA E CALÇADO

“Você tem que prestar atenção no sapato que você tá, no ônibus você tem que prestar atenção na roupa que você está vestindo” (L6 do G3).

Iniciar essa categoria com a fala de L6 do G3 já nos dá a dimensão de como as mulheres se veem dentro dos coletivos. Desse modo, preocupar-se com a roupa e o calçado que vão usar são inquietações apresentadas pelas mulheres, sobretudo, as do G2 e G3, que, segundo expuseram, são as que mais fazem uso desse tipo de transporte. As narrativas em relação aos deslocamentos realizados pelas mulheres quanto ao controle do vestuário, confirmam a naturalização dos códigos de honra internalizados pelas próprias mulheres que promovem, por conta disso, uma autorregulação do tipo de roupa, calçados, locais e horários que podem ou não caminhar, insistindo na atribuição de fatores externos para justificar o assédio ou abuso, reproduzindo o comportamento que transforma a vítima na culpada.

Esse assunto de ônibus, de sair de casa, se você, por exemplo, vai sair com saltinho mais ou menos, você não pode nem sair, às vezes, por exemplo, você vai num casamento e vê como é que é, você já vai com uma sandália pequena e pra entrar dentro da igreja já põe outra. Já vê como é que é assim né (L6 do G2)

O transporte, você não pode sair, a gente já é bem prático, é um chinelo, uma sandália baixa e você vai pôr uma roupa pra ir num casamento, pelo menos pra eu pegar no meu ponto que é perto da igreja que é o santuário, não tem condições pra pegar um ônibus. Então a cidade toda cheia de buracos, você mesmo andando de carro você perde pedaço do pneu na rua. Então a situação da cidade não é boa (L5 do G2).

Eu até falei, se a praça doutor Carlos continuar daquele jeito no final de semana... pra mim foi uma tristeza ver aquilo daquele jeito, pessoas fumando... Um som muito alto e aquele monte de gente, roupa indecente e pessoal fumando e as crianças, gente com criança no braço. Começaram umas seis horas em diante (L6 do G2).

Você pega um ônibus aqui, chega ali no meio ele quebra você fica ali no meio da estrada. Como é que você põe um salto pra andar? Você pega um ônibus pra poder andar de salto, já chega que não dá pra andar de salto dentro dos ônibus aqui porque é uma buraqueira na rua, o primeiro balão você cai, você arranca, solta o sapato e você cai. Se não achar lugar para sentar, tem que ir entrando e sentando e você cai, e nunca acha ônibus vazio pra você sentar porque os ônibus aqui só *anda* assim, principalmente a minha linha de ônibus que é a 2601, então só anda assim, não precisa pôr o salto porque se você pôr o salto você morre (L4 do G2).

Esses dias a lotação estava muito cheia e a menina estava escorada perto da porta. Um homem chegou perto dela e ficou ali. Pensei "deve ser porque a lotação tá cheia", deve ser por isso. E a lotação foi esvaziando, foi esvaziando e esse homem não saía de traz da menina, não saía de traz da menina. Ai, na hora que eu ia avisar ela, eu acho que ela percebeu, olhou para traz e viu que a lotação estava vazia e que ele ainda estava atrás dela, ai ela saiu ... Mas é assim, muito, muito difícil. Constrangedor, você tem que prestar bem atenção na roupa que você está vestindo (L7 do G2).

Observei que as entrevistadas se sentem desprotegidas ao utilizarem o transporte coletivo, situação que se agrava, conforme relataram, de acordo com a roupa que estejam usando, ou seja, ao saírem de casa, elas devem se preocupar com os trajes para que não sejam assediadas. Pela fala das participantes, verifiquei que elas percebem os locais mais propensos a tais situações, ainda que esses não sejam restritos a determinados espaços, visto que a cidade, de modo geral, tem

apresentado alto índice de violência⁴⁹, principalmente no que diz respeito às mulheres. Nesse sentido, Ruas *et al* (2014, p. 262) corroboram que na cidade de Montes Claros as vítimas mais prevalentes nas pesquisas sobre violência de gênero, são do sexo feminino, com 89,3% dos casos no ano de 2013, enquanto 10,7% foram do sexo masculino no mesmo ano.

Gonzaga (2011) ressalta que, na luta contra a violência, é possível encontrar a preocupação das mulheres com áreas subutilizadas, vazias, na medida em que as mesmas são vistas como ameaça à sua segurança. A maioria das narrativas das entrevistadas justifica uma mudança de postura em relação às roupas, aos calçados ou à maneira de portar no acesso aos transportes públicos, bem como aos espaços da cidade. Aferi que, como forma de garantir minimamente a proteção de seus corpos, sua dignidade, bem como sua integridade física as mulheres percebem que lhes é necessário algumas adequações seja na mobilização por determinados lugares/espaços, nas roupas, calçados ou ainda no transporte que utilizam. Muitas vezes, as mudanças foram iniciadas após alguma experiência, como mudar de assento dentro do ônibus ou ainda se vestir de maneira mais “adequada”, como se percebe na fala de L7 do G2, citada acima.

3.3.5 - CATEGORIA: TERCEIRA JORNADA⁵⁰

Com presença expressiva no mercado de trabalho, as mulheres vêm ampliando continuamente sua participação nos mais diversos cargos e funções, no entanto continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar, pelo cuidado dos filhos e dos idosos. A situação agrava-se com a crescente demanda por qualificação, exigindo que essas trabalhadoras cumpram, muitas vezes, a terceira jornada de trabalho: profissional, familiar e educacional. Mesmo mulheres provenientes de estratos sociais elevados precisam enfrentar pressões e discriminações relativas ao gênero na divisão social do trabalho, na inserção no mercado e na construção de suas carreiras e apesar de as mulheres fazerem referência ao início de uma revisão da divisão sexual de tarefas do lar, a empregada doméstica ainda se revela fundamental nesse

⁴⁹ De acordo com a Secretaria Estadual de Defesa Social, Montes Claros ocupa o 5º lugar no *ranking* mineiro da criminalidade. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/mg/grande-minas>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

⁵⁰ Nesse sentido, vide: A mulher brasileira nos espaços públicos e privado (2004).

processo de delegação e de conciliação. Os relatos abaixo evidenciam as realidades das entrevistadas, nas suas jornadas diárias. Essas têm que conjugar as diversas obrigações do dia a dia com os cuidados com os filhos, a casa, as compras, entre outras.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵¹, as mulheres trabalham 5 horas semanais a mais que os homens. O tempo calculado leva em consideração a jornada fora e dentro de casa, incluindo as atividades domésticas. Segundo os dados, os homens trabalham 43,4 horas por semana fora de casa e 9,5 horas em casa, enquanto as mulheres possuem uma jornada de 36 horas no mercado de trabalho e 22 horas em casa. Para a OIT as mulheres entraram no mercado de trabalho, contudo, não se eximiu de suas atividades domésticas, acabando por acumular as atividades fora do lar com as familiares, ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma mudança na divisão sexual do trabalho.

Os relatos abaixo evidenciam realidades vivenciadas pelas entrevistadas, as quais, na maioria das vezes, exercem a tão propagada “terceira jornada”

A gente acaba indo muito, né? (se referindo ao centro) Leva menino, busca menino, meu pai também tem problema de saúde, então, eu que tenho que estar sempre (L3 do G1).

O meu pai, como ele é deficiente, eu tenho que levar no médico. Eu tenho que deixar ele na porta, posso até sair depois e estacionar. Eu desço do carro, eu paro o trânsito, eu vou e faço assim. Eu faço assim com a mão, abro, desço ele com a bengalinha, e o povo tá vendo. Mas eu preciso parar o trânsito (L3 do G1).

Eles vão de carro,(se referindo aos filhos) eu saio do escritório, do serviço, pego eles na escola e venho a pé. A acessibilidade mais difícil é na hora da volta, porque o trânsito está muito intenso e a gente vem a pé, então é mais complicado (L2 do G1).

Agora, a escola do meu filho é fica perto de outra escola, e depois, mais na frente, tem outra, ai cê

⁵¹ Disponível em:<[www. ufrb.edu.br](http://www.ufrb.edu.br)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

imagina a confusão na hora de chegar e sair da escola, é uma complicação. Então eu já combino com ele que sempre (...) eu não busco na hora. Fica lá esperando às vezes, 20 minutos, porque não tem jeito. Eu vou ficar extremamente irritada e eu vou levar o mesmo tempo. Então eu sempre combino que eu pego ele, um pouco, uns 20 minutos após o término da aula dele, porque aí, já desafogou mais (L3 do G1).

Nas discussões referentes à categoria terceira jornada, as integrantes de cada grupo enfatizaram nos seus apontamentos que o trabalho exercido por elas, além de fonte de renda para auxiliar no sustento da família, o que talvez lhes garanta certo reconhecimento social, quase sempre é inferior ao dos homens. Para a maioria das entrevistadas o trabalho é essencial à vida de cada uma delas, cujo sentido foi moldado desde a infância por meio da herança cultural de cada família.

Para aquelas originárias de classes sociais mais baixas, o trabalho está associado à sobrevivência, oportunidade de estudar, crescimento profissional e melhoria das condições de vida. Para as de classe mais alta, representa também a oportunidade de independência e autonomia em relação aos seus companheiros. Para se dedicarem aos estudos, conforme relataram, abdicaram do lazer, não como um sacrifício, mas como uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida de sua família e delas próprias. Segundo seus relatos, se veem obrigadas a “conciliar” as atividades profissionais, o cuidado com a família e as exigências da educação continuada. As narrativas de L3 do G2, L4 do G2 e L1 do G2 confirmam as proposições apresentadas,

A gente trabalha muito e, mesmo nós mulheres, a gente trabalha e pensa que não trabalhou. Quantas vezes o marido da gente chega: “uai, você não foi trabalhar?”. *Vixe!* Estou desde manhã cedo trabalhando, já arrumei a casa, já lavei a roupa, já fiz um monte de coisa, mas eles acham que isso não é trabalho. Então a mulher sofre uma discriminação enorme na questão do trabalho, isso é trabalho! a mulher trabalha o tempo inteiro, vinte e quatro horas, faz várias profissões ao mesmo tempo.... . Então as mulheres hoje mais que trabalham dentro da cidade é na área da educação, tem algumas dentro das fábricas mas

muito exploradas, dentro de família são exploradas porque elas têm que trabalhar fora, chegar, lavar roupa, dar a janta na hora certa, tem marido que ainda bate nelas porque às vezes chega e não tem o arroz cozido. Então, acho que tem muita coisa que melhorar aí, dar oportunidade que as mulheres são geralmente discriminadas hoje até dentro da família, o marido ainda não aprendeu, algumas coisas que é trabalho ele acha que não é trabalho, né Dona Lola? Ele fala assim cheguei cansado do trabalho, você não trabalha, e tá com esse desânimo? E fez um montão de coisas, né (se referindo a mulher)? A mulher é sempre uma explorada, explorada mesmo!

Hoje eu cuido das minhas netas, em casa, são três graças, tem dia que vou deitar estou *moída*, trabalho igual uma condenada, porque cuido delas e duas são pequeninhas, uma de um ano e outra de dois anos, faço isso pra minha filha poder trabalha em paz, pois é separada e não tem a ajuda do marido. Cê vê num tem nem creche pra ela deixa as 'minina', então sobra pra mim, né? Ai ela me ajuda um pouco, dá umas coisinha que eu preciso, é assim né?

E depois assim, além de trabalhar durante o dia ainda tem que chegar em casa, limpar a casa, tem que lavar roupa, meia noite tem dia que ainda estou lavando roupa, e estender aquele negócio todo, da faxina na casa mesmo tem dia que chega lá e eu estou dando faxina, acho que um pouco é essa vivência que a gente tem.

A vontade de estabelecer relações verdadeiramente iguais não é suficiente para que mudanças aconteçam, pois é como se a divisão dos sexos fizesse parte da ordem das coisas, natural e inevitável. Para Bourdieu,

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o

lugar de assembléia ou de mercado, reservada aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2012, p. 18).

As relações estabelecidas no âmbito privado, em que às mulheres cabem as tarefas domésticas, afetam diretamente a sua vivência no espaço público. Além da longa jornada de trabalho fora de casa, ao regressarem elas têm incumbências que devem ser cumpridas, pois o trabalho fora de casa, segundo relataram, não podem comprometer suas obrigações diárias no lar. As participantes do G3 revelam essa realidade por meio de seus apontamentos:

Quando chego em casa, chego as três e meia, vou arrumar cozinha, vou lavar um uniforme do menino para o outro dia, né, lavar uma garagem, lavar um banheiro. Ai começa a fazer janta e terminar cedo também pra mim dormir cedo, porque eu trabalho quatro e meia da manhã. Então a hora que da sete e meia, oito horas eu já tô dormindo em qualquer lugar que eu encostar. E fazer tudo correndo para mim conseguir deitar cedo. (L3 do G3)

Cê fazer a janta pra levar no outro dia, né? Levar comida pra... É, no meu caso, eu também chego quinze para as quatro, quatro. Dou uma 'discansadinha', porque também não pode ser muito senão não dá tempo, aí vou arrumar a casa, lavar banheiro, fazer janta e roupa. Assim, eu na minha casa, roupa eu costume lavar mais no sábado, porque sábado eu já mudei meu horário de serviço, que eu vou de seis as três e no sábado de doze às quatro. Ai eu lavo na parte da manhã no sábado, varro quintal. Eu tenho uns bichinho lá em casa, umas galinha, essas coisinha que eu cuido antes de ir trabalhar. Levanto cinco, vou lá, coloco comer pra eles tudinho e depois, como eu moro sozinha, né, eu sou mãe, mãe e pai do meu 'minino'. (L4 do G3).

E é assim, eles acham que a mulher não dá conta e dá. Afinal de contas, levanto 5 horas da manhã, arrumo a casa, faço comida, lavo o quintal, lavo a roupa, faço as coisas do menino, vai trabalhar. E tá rindo, brincando, não é? Ainda é mais feliz” (L2 do G3)

Chego 11 horas termino o serviço de casa, arrumar a cozinha que já deixo tudo arrumado na cozinha. E fora que tem que cuidar do marido. (L2 do G3)

Esses dias que eu fiquei chateada com meu marido porque ele falou comigo assim: “-Mas cê não faz nada!” E gente, meu Deus. Como que eu não faço nada? (e ri). Eu sou uma pessoa que levanta cedo, vai trabalhar, trabalha o dia inteiro. Eu costumo falar assim, de que, é eu bato ponto la na escola, eu bato 1º turno, 2º turno, ai eu vou la pra casa, 3º turno é la em casa. Ai , ele vira pra mim e fala , “-mas cê num ta dando conta de fazer...cê num ta fazendo nada!”. Gente! Eu chego faço a comida, arrumo a casa e não faço nada? Tá pouco. E o tanto que eu já trabalhei o dia inteiro, né? Ai eu escutei e falei: Meus Deus mas eu não não gosto de discutir não, isso dói lá dentro! Dói que caladinho assim que... mas não respondo também não, é milho calá mesmo, se não é tanta ignorância, cê nem imagina. (L1 do G3)

É. Que chega e vai fazer a janta. Tem... igual eu falei, que dizer, que o banheiro e a cozinha a gente tem que olhar o que é o lugar, né, que tem que ficar limpo durante a semana. Mas, a faxina mesmo, eu trabalho até... segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado até onze horas. Então fica a tarde de sábado e o domingo que fica pra tá limpando a casa. E eu chego a noite e vou ajeitando as coisas que eu vejo que tem mais necessidade. A janta é o principal. Tem que ir chegando e ‘fazeno’. (L1 do G3)

Sábado eu lavo minhas roupa, se eu não fizer isso eu lavo no domingo. E agora que já prometi que

meu domingo é meu e dele, então eu já parei de fazer esses serviço. Se deu pra lavar sábado, lavei, se não, eu vou lavando assim, igual essa semana passada mesmo, final de semana eu sai e não deu pra mim lavar, ai eu chego lá, enquanto a máquina ta cuidando da roupa eu to varrendo casa, ‘lavano’ uma vasilha, ‘pôno’ a comida no fogo, ‘torceno’ as roupa. Ai, as vezes, eu deixo uma bacia que no outro dia eu enxaguo, joga no varal. Então eu lavo três vezes na semana as roupa quando eu tiro o final de semana pra sair. Quando eu vou sair pra fazer feira também, a mesma coisa (L4 do G3).

3.4 TRABALHO COM A FAMÍLIA E LUGARES-ESPAÇOS

3.4.1 ESCOLA DOS FILHOS

Quando a abordagem se refere à escola dos filhos, é interessante perceber que as entrevistadas consideram a criação e educação dos filhos como uma atividade conjugal. Entretanto, na maioria das vezes, elas exercem essa tarefa sozinhas. No modelo patriarcal, cabe às mulheres o desempenho de atividades afetivas como o cuidado e educação dos filhos e de atividades domésticas. Ao homem, cabe a execução de atividades instrumentais e intelectuais. De acordo com Oliveira,

[...] esse arranjo familiar, que variou de intensidade nos diversos contextos sociais e ao longo do tempo, se fortaleceu em razão da marginalização imposta à mulher no espaço público do trabalho, sobretudo nos empregos de mais prestígios e remuneração. A ideologia das “esferas separadas” leva a considerar o espaço privado da família como lugar “natural” da mulher, e o emprego remunerado e o mercado como o espaço masculino por excelência (OLIVEIRA, 2008, p. 126).

São elas, conforme disseram, que levam e buscam os filhos na escola, apenas algumas, duas do G1, segundo informaram, contam com o transporte escolar para os filhos e ainda têm a ajuda de uma auxiliar (professoras particulares) para o acompanhamento das tarefas escolares. As demais, principalmente as integrantes do G3, levam e buscam seus

filhos, ensinam as tarefas, vão às reuniões da escola. L7, do G3, mencionou:

outro dia até na festa dos pais na escola tive que ir representado meu esposo, pois tinha jogo de futebol e ele não queria perder o jogo. Fiquei com dó de meu filho e fui, tadinho num ia ter pra quem entrega a lembrancinha que fez na escola. Ainda cheguei e falei pra diretora que o pai dele tava ‘trabalhando’, por isso fui ‘representano’.

Diante das muitas atribuições, elas disseram que muitas vezes têm de recorrer à ajuda de algumas pessoas, como avós, tias, vizinhas (aquelas que não têm uma boa condição financeira). Já as entrevistadas do G1 recorrem a babás, escola em tempo integral, entre outras. É certo que algumas, eventualmente, contam com o auxílio do marido, mas, na maioria das vezes, são elas que assumem esses compromissos, o que sobrecarrega as mulheres nas tarefas desempenhadas no dia a dia.

Para as integrantes do G1, a escola passa a ser uma continuidade do ambiente doméstico. O fato de poderem matricular seus filhos em uma escola da rede privada representa para as mulheres do G1 (as arquitetas) uma segurança, tanto para elas próprias quanto para os filhos. As participantes do G2, algumas, e a maioria do G3 não tem essa mesma condição. Sendo assim, precisam desenvolver estratégias para darem conta de sua tarefa principal, como afirmou L5 do G3: “num posso deixa, ele sem escola, né? É a única coisa que posso dá pro meu filho, e vê ele um dia formado é a minha principal obrigação”.

Em seus estudos Gonzaga (2004, p.38) aponta que em São Paulo a luta por creches, fomentada pelo movimento de mulheres, criou uma demanda para que fossem elaborados projetos específicos de arquitetura e de localização onde havia carência desses equipamentos:

[...] a reivindicação por creches [feita pelos movimentos de mulheres] foi extremamente significativa, constituiu um sinal de mudança nas relações sociais de gênero, aprofundando a transformação das relações familiares que já se verificava havia décadas, mas que se intensificou na medida em que as mulheres maciçamente foram obrigadas a participar do mercado de trabalho, devido ao arrocho salarial que impedia seus maridos ou companheiros de prover sozinhos o sustento da família. (...) E o resultado foi que a

rede municipal de creches construída na cidade de São Paulo acabou por cumprir importante papel como um elo estruturador no processo de urbanização da periferia.

O relato apresentado por L4 do G2 despertou a atenção de todas no grupo, ela fez apontamentos que parece ter alertado as demais para uma situação que precisa ser melhor discutida e que também deve ser reivindicada por todas. Segundo a participante:

Nós temos uma cidade onde há universidades, muitas escolas, mas é uma educação que está sucateada, por exemplo, quando a gente participa de um debate como esse eu venho te dizer que eu não aprendi isso no banco da faculdade, o professor não me ensinou isso, eu aprendi na escola da vida... Uma cidade mal planejada, faz a escola, mas não faz quadras esportivas, faz salas muito pequenas, não é arejadas, então, os meninos são sufocados, não tem uma verdadeira educação, precisa educar e tem que ter um espaço educador. Muitas escolas são fechadas de grades, infelizmente... Mais Educação não tem espaço nas escolas, os meninos ficam perturbando nos outros horários de trabalho. Eles, os políticos, ficam pegando dinheiro público e jogando no ralo, e incomoda porque isso não tá certo, isso gera intolerância... o que eu aprendi na vida não foi a escola que me ensinou, eu aprendi é na luta mesmo, vendo a ferida dos outros, ajudando a cuidar dela, o que aprendi, o que eu sei hoje, não foi a escola que me ensinou.

Nos apontamentos de L6 do G2 observei outras preocupações e verifiquei que elas estão sempre relacionadas aos cuidados com os filhos, ou seja, para as mulheres, a família está sempre em primeiro lugar:

Eu procuro colocar minha vida no sentido de fazer meu horário de almoço, num tempo que eu tenho que estar também, pra poder *ver eles* indo pra escola a tarde, quem estuda a tarde. Procuro estar ajeitando a tarde pra hora que eles estão chegando da escola. (L1 do G2)

Sempre quis estudar, mas como foi difícil, com criança pequena, indo pra escola, sem dinheiro pra ir, ia a pé, saindo de lá do Santo Inácio, só quem conhece sabe a distância, do Santo Inácio a escola Normal a pé, era uma hora, tinha que sair seis horas da tarde chegava na escola Normal sete horas, saía de lá onze e chegava em casa meia noite. Isso deixando meu menino pequeno. Ficava com o coração doendo de ter de deixar ele com minha mãe, até meu marido chegar do trabalho. Muitas vezes ouvi reclamação dele que tinha que voltar correndo pra casa pra eu ir estudar. (L2 do G2)

Não é fácil, meu marido é pedreiro, então ele construiu aquela escola nova lá, que ficou linda, mais nosso filho não pode estudar ali. (L3 do G2)

As integrantes do G3 apresentaram grande preocupação com a questão das drogas dentro da escola, no seu entorno e no percurso, quando os filhos vão e voltam, trajeto que geralmente fazem a pé e quase sempre sozinhos. Segundo informaram, o bairro onde moram é muito perigoso e elas têm receio de que seus filhos sejam aliciados pelos traficantes. Tal situação causa inquietação até que os filhos retornem da escola.

Como falei eu sou mãe, mãe e pai do meu menino. Não tenho a figura masculina dentro de casa e meu menino pequeno de doze anos e ele levanta e vai pra escola, então eu tenho muito medo, porque os bandido fica tudo lá até na porta da escola eu já vi, eles fica esperando uma oportunidade pra envolver os meninos pequenos na bandidagem deles. (L3 do G2)

O meu menino mesmo, ele (...). Teve uma época que eu fiquei preocupadíssima. Ele não queria ir para a escola. Eu “Por que não quer ir para a escola?”. Ai, vamos ver o que está acontecendo. Ai ele falou assim “Mãe, vou te contar, mas eu tô com medo. Eu tô sendo abordado dentro da escola para oferecer droga”. E ele, nesta época, tinha 11 anos. Ele fala comigo que tem vez que ele não consegue usar o banheiro da escola porque fede

demais à droga. Ai eu fui na escola, comentei com a professora, a diretora, que ele não queria ir para a escola, de jeito nenhum, que eu não sabia o que fazer, não tinha condições de pagar uma van para levar ele para outra escola. Não tinha mesmo, de forma alguma, meios de levar ele para outra escola. Ai foi e tomou providências. Segundo falam, é (...), melhorou assim. Ele, às vezes eu pergunto, ele fala “Mãe, não me ofereceu mais. (L4 do G3)

No meu bairro eles inventaram aquele ensino integral. Porque eles entram 7 horas e saem, deveriam sair às 17h, mas saem as 14h30. Só que, particularmente, eu não gosto que meu filho fique. Já aconteceu muuuuita coisinha, eu sentia, vou ser sincera e falar, me desculpa o governador, mas isso ai é mais ibope. Eles querem mais é chamar a atenção. Porque a escola ali é pobre, não tem estrutura nenhuma, nenhuma, nenhuma, nem para alfabetizar. Eles não têm estrutura e tem três projetos dentro de uma escola que mal, mal dá educação. Eles têm o projeto mais educação, aquele que a criança sai da escola, sai da aula, da sala de aula e fica ali numa oficina de dança, de capoeira e tudo mais. Mas eles não cuidam como deviam cuidar. Tem o tempo, é (...), o segundo tempo que é também similar, parecido, idêntico, só muda de nome. E tem aquele, é (...) o integral, né, que é esse e tem o que vai para sala de aula estudar português e matemática. Mas também deixa a desejar. Porque, se você tem uma lista de nomes de alunos e sabe que aquele menino da sua sala está lá fora, qual é teu papel? Procurar, se ele não estiver é comunicar, se ele entrou na sala, entrou. A não ser que eles ficam na quadra brincando e jogando. Então, eu, lá no meu bairro é muito, muito, muito difícil, tudo. (L4 do G3)

Ah, uma coisa que eu estou lembrando aqui que está beneficiando os bairros lá perto de casa é um ônibus que a prefeitura colocou para levar as crianças para as escolas distantes das casas delas. Ai, isso eu acho que é uma coisa boa, porque tem,

igual o Américo Martinho, eu estudei lá e é longe pra caramba. Eu ia todos os dias. Fiquei três anos indo e voltando. Para ir é uma beleza, mas para voltar é (...) o sol quente demais. Então, isso, eu acho uma boa, entendeu? Porque as crianças podem pegar o ônibus e ir para as escolas. (L7 do G3)

3.4.2 CUIDADOS COM A SAÚDE

As integrantes do G1 discorreram sobre a localização dos consultórios médicos. Segundo informaram, a maioria se concentra no centro da cidade, o que, para elas, traz vários tipos de problemas, como especulação imobiliária, trânsito intenso no percurso, falta de acessibilidade e estacionamento. A Portaria nº 022/2.015 da Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros – MCTRANS, regula vagas de estacionamento para todos os tipos de estabelecimentos comerciais, sendo que algumas dessas devem ser reservadas para os consultórios médicos, no entanto esse número não é suficiente para atender a demanda. Além disso, elas evidenciam que muitos consultórios são adaptações de antigas residências e que, por isso, não estão inclusos no número estipulado de vagas para esse tipo de estabelecimento.

A parte dos médicos, eles se concentram, a maioria dos consultórios estão concentrados na região em volta da Santa Casa. No centro urbano, mas principalmente eles concentram (...). Se você for pegar no geral eles estão ali. Então, os imóveis residenciais estão sendo vendidos com um valor muito acima porque pode colocar clínica ali. Os médicos ligam, né, a clínica com a Santa Casa, ao hospital... O meu pai, como ele é deficiente, eu tenho que levar no médico. Eu tenho que deixar ele na porta, posso até sair depois e estacionar. Eu desço do carro, eu paro o trânsito, eu vou e faço assim. Eu faço assim com a mão, abro, desço ele com a bengalinha, e o povo tá vendo. Mas eu preciso parar o trânsito...(L3 do G1)

As mulheres do G2, assim como as do G3 apontaram para o descaso do município com a saúde. Os relatos expressaram a necessidade de melhorias para as dificuldades que a população enfrenta

para conseguirem consulta médica. Dificuldade maior, segundo elas, é quando precisam fazer exames ou internação. As integrantes comentaram que é comum ficarem aguardando nos corredores dos hospitais: “e fica tudo mundo misturado, mulher, homem e até crianças ficam lá aguardando internação”. (L1 do G2).

Segundo França *et al* (2010), a cidade de Montes Claros oferece praticamente todos os serviços ambulatoriais e hospitalares de alta complexidade necessários à avaliação, diagnóstico e tratamento. Também possui equipamentos de alta resolução para a realização de quase todos os processos preconizados pelo SUS, inclusive transplantes. A variedade e especialização desses setores motivam fluxos populacionais intensos provenientes da mesorregião Norte, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e também do Sul do da Bahia. Assim, todos os dias os hospitais de Montes Claros recebem pacientes de vários municípios do Norte de Minas que necessitam de serviços básicos ou de alta complexidade que não existem em seus locais de origem.

Em audiência pública realizada na quinta-feira (23/04/2015), na Câmara Municipal de Montes Claros, a deputada Federal Raquel Muniz destacou que os hospitais de Montes Claros atendem a população de todo Norte de Minas e Sul da Bahia. A deputada informou: “é possível fazer saúde de qualidade, o desafio é levar ela para todos, uma vez que a cidade apesar de possuir aproximadamente 360 mil habitantes, atende atualmente cerca de 1,6 milhão de pessoas”. Apesar dessas considerações em relação à saúde pública oferecida pela cidade, as entrevistadas de quase todos os GFs deixaram claro, por meio de seus relatos, a insatisfação com o serviço de saúde do município:

A saúde de Montes Claros vai muito mal, o pobre não tem direito à saúde, tem pessoas que quando ele consegue fazer o exame que chega no médico ele pede o exame de novo porque aquele exame já tá muito velho e tem que ver atualmente como está o paciente, uma ressonância magnética está lá há mais de dois anos e a pessoa não pode fazer... eu considero que as pessoas pobres de Montes Claros é pior que um outro animal, porque nós temos animais que a gente tem que defender os animais irracionais, mas tem cão e cachorro nessa cidade que é mais bem tratado que um ser humano, então isso me incomoda, porque é um direito... (L3 do G2)

E eu ainda tenho mãe de oitenta e cinco anos e ainda hoje eu estava falando com ela que é muito difícil trazê-la ao médico, se põe dentro de um carro e tem que achar um lugar pra estacionar é um sacrifício. (L1 do G2)

Mas eu amo essa luta que a gente tem, lutar pelas pessoas, pela saúde, eu gosto tanto de ajudar as pessoas sobre a saúde, enfim, tudo que você está ajudando uma pessoa ou uma comunidade ou estar junto com pessoas que estão defendendo a vida, eu acho muito importante e é o meu jeito de trabalhar ali. (L6 do G2)

Na verdade se você for olhar a questão de ter direito, os direitos sociais, você vai olhar que ela passa por esse viés, é um viés que quem administra vai dar direito a uma saúde de qualidade, vai dar direito a uma moradia de qualidade, vai dar direito a uma educação de qualidade, então isso, é o que nós não temos ainda efetivado, a gente sabe que existe os direitos garantidos, mas a efetivação disso não, e até por um processo político, e aí esse norte de Minas ainda impera, esse resquício de um coronelismo muito forte. (L1 do G2)

A saúde aqui em Montes Claros é péssima, isso a gente sabe, é uma coisa que dói na gente, isso eu estou sofrendo na pele o que eu vejo dentro dos hospitais porque eu tenho uma neta que é doente e a gente sempre está precisando da saúde, então a gente sempre que vai internar, normalmente faz isso no corredor de hospital porque não tem leito nos hospitais, então eu não gosto do tratamento da saúde aqui... (L4 do G2)

Em frente a minha casa é o PSF, a gente vive muito bem com o pessoal do PSF, vai lá em casa fazer pesquisa. Sempre eles *vai* na minha casa, sempre que quer saber como é a história da comunidade, como começou e o que você tem pra falar sobre a saúde. Então eles *vai* lá pra casa e Dra Rosana também, se ela sentir qualquer coisa, esses dias ela sentiu uma dor de barriga,

vomitando, correu lá pra casa. Eu fui dar a ela o soro e ela foi pro banheiro. “Dona Rosana toma o soro”. “Não quero, não quero, vou deitar um pouco no sofá” aí ela foi no banheiro, eu peguei logo o sal, a água e o açúcar deixei em cima da mesa e quando ela saiu aí agora eu já fui dando, eu tenho muita fé, quando é esse negócio de vomita e a pessoa tá desarruinando o intestino tenho muita fé com soro, sabe? Pois se acredita que até hoje ela fala disso, parece até que ela não confia muito no soro não, então é assim muito diálogo também... (L6 do G2)

As integrantes do G3 relataram ações positivas do município no que diz respeito à saúde. Segundo as mulheres do G3, alguns projetos e campanhas de prevenção são realizados nos bairros, atendendo as necessidades de muitas mulheres que não têm condições de ir aos consultórios médicos ou mesmo aos hospitais. Também relataram como ponto positivo ações comunitárias que são desenvolvidas nos bairros onde moram, como aferição pressão, glicemia capilar, academias ao ar livre, entre outras. Todavia, foram unânimes em afirmar que essas ações ocorrem de forma esporádica, não são sistematizadas.

Uma coisa que é boa assim, que eu acho que ainda traz uma valorização assim, são esses projetos que eles faz na praça doutor Carlos. Igual o pessoal do exército né, faz aquelas campanha. O pessoal da área de saúde mesmo lá tá, é igual sobre o câncer da mulher, do homem. Agora mesmo vai ter, eles vão aferir a pressão, etc. As vezes não é nem muito divulgado, a gente sabe assim, se a gente assistir um noticiário, mas assim, pra divulgar pra divulgar, pra saber ... Uma coisa mesmo, lá no meu bairro mesmo, que... assim que melhorou bastante, foi essa ginástica pros idosos né, que era do curso da área de saúde, aí como a turma tava muito grande, aí eles passaram pra lá no JK, na porta da igreja, então lá tinha muito usuário de droga, principalmente os aluno lá, sempre tavam lá. Então assim o que afastou eles foi isso, por causa da ginástica nossa. (L2 do G3)

O que melhorou lá no meu bairro, e também que eu sempre falava na cidade, nunca teve, esse ano

apareceu, foi o PSF. Não tinha. Então assim, melhorou bastante, tanto que meu irmão está passando por problemas de saúde e ele fez uns exames. A menina lá cuidando, levava o resultado no médico. Então, foi uma coisa que melhorou bastante. Sempre a gente quis que acontecesse, mas nunca aconteceu pelo fato, né, de ter uma faculdade da saúde, né?(se referindo a faculdade de propriedade do prefeito) Lá perto de nós, ninguém nunca fez nada, dou graças a Deus que pelo menos isso ele colocou, e as meninas são muito boas, muito atenciosas. (L2 do G3)

3.4.3 IR ÀS COMPRAS

As integrantes do G1 relataram a facilidade que têm para ir às compras em Montes claros, nesse setor o estacionamento é fácil em supermercados, *shoppings*. Mesmo com os grandes estabelecimentos comerciais no centro ou nas regiões centrais da cidade, conforme expuseram, ela contam também com um vasto comércio nos bairros onde moram, esses atendem suas necessidades imediatas.

Eu tenho tudo, muito fácil acesso. Eu tenho supermercado grande, eu tenho uma mercearia, eu tenho uma padaria, eu tenho uma biscoitaria, eu tenho escola, eu tenho médico, aqui para mim tá bom, um céu.”

“Isso que eu ia falar. Eu acho que no nosso caso, todos os supermercados tem estacionamentos, né? Hoje a gente já tem essa facilidade. E tem nos bairros, a maioria tem, aquele 'armazeizinho' que na hora que você precisa, na hora do aperto (...). (L3 do G1)

Montes Claros já te proporciona alguns confortos. Você tem bons supermercados, o comércio me atende perfeitamente nas minhas necessidades maiores . Você tem aquela liberdade (...). (L5 do G1)

O G2 não se manifestou quanto à necessidade de ir às compras. O G3 apresentou relatos bastante diversificados, algumas apontaram dificuldades, outras disseram que é bem tranquilo, pois têm mercado

bem próximo às suas residências. Destaco que em quase todos os casos são as mulheres as responsáveis por ir às compras, tanto de alimentos como de roupas ou calçados para os filhos e até para o marido, em alguns casos. Para isso elas disseram que aproveitam o horário de almoço ou ao final do dia, depois que saem do trabalho. L7, do G3, relatou:

Meu esposo trabalha a semana toda, até sábado, aí ele não tem tempo de ir lá na cidade comprar alguma coisa pra ele, roupa ou sapato, então eu aproveito no horário de almoço corro lá na loja pego alguma coisa que sei que é do gosto dele e levo pra ele vê. Se ele não ‘gostá’ ou não servir, de tarde levo e troco (risos) tem vez que fico pra lá pra cá até da certo dele agradar com o que eu peguei pra ele.

Pelos relatos observei que a circularidade das mulheres pela cidade com fins de compras para a família ou para elas mesmas é bastante intenso. Elas frequentam as lojas, os mercados do centro da cidade e também dos bairros, vão aos *shoppings* center. Este é escolhido pela maioria das integrantes do G1 em virtude da facilidade de acesso, por ter estacionamento próprio e também pela segurança. Nesse sentido, Camurça; Gouveia comentam:

As mulheres estão nas cidades, as mulheres estão em todos os lugares. Ainda que esta constatação possa parecer uma obviedade e a pergunta que dá título a este texto uma retórica vazia, vez por outra nos damos conta que o que parece evidente por vezes oculta uma trama complexa onde o estar e transitar fisicamente em um dado território não significa automaticamente a ocupação do mesmo como espaço próprio, ou mais grave ainda, como espaço público, lugar da cidadania (CAMURÇA; GOUVEIA, 2005, s/p).

Aquelas que fazem compras no centro da cidade, principalmente as do G2, têm dificuldades com o transporte dos produtos, apesar de alguns supermercados fazerem a entrega, cobram pelo serviço e, não entregam produtos perecíveis, obrigando essas mulheres ao desconforto de carregarem sacolas em um ônibus lotado, visto que, conforme relataram, sobretudo, nos finais de semana o

número de transporte coletivo urbano é reduzido. As ponderações das integrantes trazem evidências das dificuldades por que passam para acessarem os supermercados, lojas e comércios da cidade, principalmente no retorno com as compras. Assim expuseram:

É, o supermercado entrega. Eu pago uma taxa que eu acho um roubo, mas tem uma taxa, porque (...) é (...) 6 reais para entregar, já é um pacote de açúcar. No caso 5 quilos de açúcar, né? Mas mesmo assim, infelizmente, eu não tenho veículo para ir e fazer a compra. Então, tenho que pagar. Se eu já fizer uma compra rápida, igual já aconteceu, de eu não ter e estar faltando as coisa em casa e precisar de alguma coisa em casa naquele período e eu não der conta de levar na lotação, que é horrível, eu tenho que pagar 15 reais para eles levarem em casa. E eles levam também só o não perecível. Os perecíveis você tem que enfrentar a lotação, com aquele monte de sacola na mão, para chegar em casa. (L4 do G3)

Pego a lotação, corro, vou fazer feira ai, é, eu fico contando com o vizinho receber a feira pra mim no outro dia. Ou então, o pessoal do supermercado agora já são meus amigo, eles já abre o portão, coloca na minha área, fecha o portão. Esses dias atrás eu tava lá esperando e eu falei "gente não tem vizinho nenhum na rua pra receber minha feira, eu vou ter que receber", e precisava sair. "Meu Deus, que eu vou fazer agora?". Ai o rapaz chegou "-que milagre! Encontrei você aqui na sua casa!". Porque o horário que ele entrega é o horário que eu 'to' trabalhando e meu 'fi' na escola. (L4 do G3)

Eu mesmo que cuido, né, dos meus filhos. Minha menina já está mocinha com 15 anos. Então nas compras eu tenho que levá-la. Eles querem, gostam de escolher, né? Eu não posso mais comprar para ela sozinha, ai ela tem que escolher. Já o menino não, às vezes eu nem trago, ele tem 7 anos e eu mesma compro pra ele. Mas ela não, eu gosto mais de ir no Shopping. Eu venho muito, sabe? Aqui você acha tudo. Geralmente durante o dia, no centro, eu não tenho muito tempo para ficar, é escuro também. A gente tira a tardinha, a

noite, no sábado (celular tocando) (Incompreensível). Eu acostumei muito mesmo com o Shopping, por causa do horário, né? (L3 do G3)

Esse setor de comprar, difícil eu levar ele (se referindo ao filho). Mas antes de sair ele sempre fala: “Mãe, eu quero isso, isso, isso e isso”. Ele já sabe escolher as coisas dele e eu procuro (...) é (...) comprar os gostinhos dele. Agora mesmo no começo, eu que vou e ele fica em casa. Eu uso o centro de Montes Claros para comprar as roupas, naquelas lojas ali. E o supermercado, aquele supermercado que fica próximo do centro. No centro né? Então é esse aí. (L4 do G3)

Eu, quando é o dia de fazer a feira, eu (...) meu marido tem uma moto, né, então a gente usa muito (...). Aí então, a gente deixa o menino meu, não temos um menino de 2 anos, né, não pode andar mais que duas pessoas no moto, a gente deixa ele com o vizinho ou então com a minha mãe mesmo, no caso, porque ela pode olhar. A gente vai, faz a feira, traz as sacolas na mão, né, e o restante a gente paga também 6 reais. Eu acho que eu e ela faz o mesmo supermercado. E (...) às vezes eu tenho que vir de lotação, né? Porque nem sempre pode vir trazer. E é o mesmo problema (...) aquele monte de sacola na lotação. E assim, é muito ruim. (L7 do G3)

Eu também, minha caçula está com 17, a minha filha com 24, outro 22, outro 18 e a caçula com 17, que eles adoram. Então assim, eles me ajudam muito neste momento, desde que seja no sábado, porque eles também está (...) neste momento, né? Então assim, eles amam ir fazer feira comigo. Se é para comprar roupa, nossa senhora. Mas só que eles não compram só (...) roupas, esses negócios. Meu menino tem 18 anos. Quando ele quer alguma coisa, ele fica me ligando. Ele trabalha aqui, né, no Shopping. “Vem mãe, vem”, para ajudar ele a escolher, sabe? Aí eu tenho que vir (incompreensível). Agora a que tem 24 ela já compra (incompreensível) tem roupa aquela mulher. E a feira também é uma festa (risos) (incompreensível). Se por ventura eu não puder,

né, eles já sabem. Eles já sabem tudo onde que eu passo ali no centro também, né? Comprar no supermercado, onde está mais em conta, a gente sempre pechincha, é assim, né? Meu marido é o que fica fora o dia inteiro, ele não vê, ele fica perdidinho quando ele (...) quando ele vem no supermercado. Ele pega tudo errado e tal. Meus meninos são parceiros porque eles sempre vêm comigo. Ele passa o dinheiro pra nós compra o necessário, tranquilo. (L5 do G3)

Eu não compro no supermercado porque meu marido trabalha numa venda lá em casa. Ele também gosta muito de comprar. Mas tudo ele “Pega lá dentro”, na venda. (L1 do G3)

Mas não é, é que eu gosto de comprar. Às vezes as roupa, esses negócios (...) hoje eu compro só para mim e para meu marido. Eu compro no meu horário de almoço. Ai tem alguma coisa para comprar, eu desço de onde eu trabalho, eu desço lá no centro, que é mais fácil para mim. Agora os meninos não precisa mais de mim para comprar. (L1 do G3)

3.5 LAZER E LUGARES-ESPAÇOS

3.5.1 LAZER NO SHOPPING, BARZINHOS E BOTEÇOS

De acordo com o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Montes Claros, Tarcísio Edmar Figueiredo Rosa, Montes Claros oferece limitadas possibilidades de lazer. Segundo o presidente do sindicato, a falta de atrativos naturais na cidade pode explicar o expressivo número de “barzinho” (buteços), são aproximadamente 3.000 bares e botequins que a cidade possui, também por ser considerada um polo universitário. Desta forma, um dos atrativos mais procurados são esses estabelecimentos.

Ainda, de acordo com Tarcísio Edmar, o calendário turístico da cidade é bastante diversificado, são eventos como exposição agropecuária, as tradicionais Festas de Agosto, a FENICS – Feira Nacional da Indústria Comércio e Serviços de Montes Claros, o Psiu Poético, entre outros. Todavia, essa diversidade de eventos, não significa possibilidade de diversão garantida às mulheres, foi o que percebi pelas narrativas das entrevistadas. Conforme relataram os barzinhos e os eventos apontados pelo presidente já são considerados uma cultura do lugar, uma forma de preservar os

hábitos da cultura popular, são referência para a cidade. Todavia, elas foram unânimes em dizer que não é muito fácil pra elas terem acesso a esses eventos ou espaços (no caso dos barzinhos) de lazer.

São várias as inconveniências apontadas por elas, seja por condições financeiras, visto que são diversões que comprometem bastante o orçamento familiar, ou ainda pela dificuldade de transporte, também por causa de companhia, enfim, o fato é que para elas (as mulheres) é muito difícil frequentarem esses ambientes. Quando o fazem, quase sempre, se veem obrigadas a terem que voltar mais cedo para casa, em decorrência dos riscos a que estão expostas ao transitarem tarde pelas ruas escuras e desertas da cidade, lembrando que os coletivos não circulam até altas horas, como já aludiram, e mesmo assim tem os percalços, também já apontados com os pontos de ônibus, entre outras circunstâncias. Alguns depoimentos revelam bem essa situação:

Eu sempre costumo brincar com elas assim, que eu, se eu tivesse um meio de transporte que me levasse para casa em segurança, não precisaria depender dos outros. Eu ficaria até mais tarde. Mas eu preciso de moto táxi, eu não sei se eu vou pegar um moto táxi de confiança. Tem que sair mais cedo para pegar a lotação que é o meio mais seguro que tem e assim mesmo, nem tanto. Agora, se eu tivesse um carro, uma moto, eu amanhecia o dia na balada (risos). Porque eu amo sair. E quando a gente 'reuni', a gente procura reunir mais cedo para terminar mais cedo para voltar mais cedo para casa. Na lotação, tem que voltar à noite com a lotação e é um perigo ficar naquele ponto (L4 do G3).

Eu costumo levar ele mais no restaurante que tem um parquinho, aos domingos e aos sábados, às vezes, né, para ele brincar. (L7 do G3).

Por meio das falas das integrantes dos GFs é possível constatar que a questão econômica representa uma barreira importante para que elas possam frequentar os espaços de lazer da cidade, haja vista que são espaços que demandam gastos. São raros, na cidade, locais públicos que ofereçam diversão para as mulheres e seus filhos sem que elas tenham que gastar. Segundo disseram, as praças são mal iluminadas, mal conservadas e, em sua maioria, não oferecem segurança. As integrantes do G3, residentes na periferia da cidade, normalmente possuem baixa

renda e sofrem restrições maiores, pois além de morarem distante dos centros de eventos da cidade, o que dificulta a locomoção, são acontecimentos que não se adequam às suas rendas familiares.

As participantes casadas do G1 informaram que frequentam mais os *shoppings center* da cidade, pois elas consideram o local seguro por ser fechado, iluminado e oferecer mais comodidade para elas e para os seus filhos, como enfatizou L2: “eu costumo ir ao shopping nos fins de semana. É muito melhor pra ir com as crianças, tem espaço, estacionamento fácil, tem parquinho para elas e tudo. Ah... me sinto mais segura.” Outros relatos também fizeram referencia ao *shopping* como lugar/espaço mais acessível:

No Clube, no *shopping*, meu filho, com a idade que tá, por exemplo, adolescente com 16 anos, ele não quer sair no final de semana se não for pra lá. Então eu prefiro, penso que é mais seguro. Tem cinema, tem tudo num só lugar. (L3 do G1).

É mais shopping mesmo. Não tenho (...). É bem complicado aqui. Se você for sábado à noite num shopping, que uns gostam de shopping, é só jovem. É só adolescente com seus 12, 13 anos (...). (L5 do G1).

Acho que é um lugar que os pais acham mais seguro, só dá jovem. Você não vê ninguém comprando, mas os corredores estão cheios. Quando a gente era adolescente né, a gente ia para um programa, e o programa com 12 anos era ir no *shopping*, ir no cinema, na casa da *esfiha* e depois tomar um sorvete e ir embora... (L8 do G1).

Para mim é igual o que ela falou. Para a gente que é jovem tem barzinhos, boates, tem muitas festas aqui, mas na época de férias mesmo, ou feriado, fora isso não tem nada. (L8 do G1).

A primeira vez, o primeiro menino que fui beijar na boca também foi no shopping (risos). (L7 do G1).

Em Montes Claros o povo gosta muito de barzinho, né, de boteco... E o que eu mais sinto falta aqui, em termos de cidade, é na área, na

parte, do lazer. Eu acho que falta muito. Hoje é só barzinho. Montes Claros essa é praticamente a cultura do lugar, é barzinho. Você não tem mais parques, você vai pro buteco, geralmente, né? Não tem outras opções, nem com crianças, né? (L3 do G1).

Normalmente vou num barzinho, mas na hora de voltar pra casa vem a preocupação, passar sozinha naquelas ruas escuras e desertas do meu bairro. Aí tem hora que acabo desistindo. Cê sai na rua num vê um policial, aí eu penso se nem a polícia tá na rua o que que eu vou fazer lá (risos) . (L4 do G3).

Aqui em Montes Claros não tem lazer, o lazer do jovem aqui, onde ele vai, é um cinema, é um *shopping*. Se ele tiver dinheiro ele tem lazer, se não tiver não tem lazer. (L4 do G2).

O local que tem cinema para nós, né, assim, é distante por causa dos filhos, os adolescentes, a maioria eu acho que vai para o Shopping. Quer andar aqui, quer ir no cinema. E o transporte, como é lotação, as mães dos adolescentes, ficam com medo. Porque, a marginalidade tá assim ó. Então, tem mãe que não deixa o filho sair, ou priva o filho, por causa disso... quando é o lazer, assim, só eu e meu marido, a gente costuma vir aqui no shopping, no cinema, na área de alimentação. (L7 do G3).

Souza Neto *et al* (2010) realizaram uma pesquisa, a qual aponta que 35,6% da população urbana do município de Montes Claros não praticam as atividades de lazer que gostariam por dificuldade de acesso; 56,5% afirmam que a violência dificulta a vivência de lazer no bairro. Já Silva *et al*. (2010) apontam que 24,2% da população do município afirmam que não existe nenhum equipamento de lazer no bairro onde moram.

3.5.2 CULTURA LOCAL

As narrativas levam a perceber que, pelo menos para a maioria das mulheres entrevistadas, cuidar da casa e da família, além de trabalhar, acaba eliminando outras formas de lazer e sociabilidade, por

falta de tempo e disposição. Os depoimentos das mulheres indicam que elas têm pouco tempo para o lazer, assim, resta-lhes a televisão. Conforme disseram, assistindo à televisão elas podem aproveitar para adiantar algumas atividades da casa, como passar roupa, costurar, tricotar e fazer comida. A maioria, principalmente as do G2 e G3, não vão ao cinema, nem ao teatro, nem a shows. Parte dessa opção por ficar em casa está relacionada às dificuldades de transporte, passam horas no traslado de casa para o trabalho, do trabalho para a casa e quando chegam querem mesmo é descansar, afirmaram.

Minha irmã tem uma criança que, de vez em quando assim, ela sai com a bicicleta e vai ali na pracinha, andando na Rosa Mística. Final de semana mesmo, como ele adora cavalo e quer andar só vestido de cowboy, ela leva ele para um **haras**. Tem uns haras aqui. Eles vão almoçar nos haras, é o máximo que eles fazem(...). Ou então assim, dividi, vai na casa dos amigos, assim fica até mais barato, né? (L1 do G2).

Eu, de vez em quando vou na **feirinha de artesanato**. Eu adoro artesanato. Eu vou, converso, olho as coisinhas, compro. Eu gosto muito...Montes Claros tem uma cultura muito forte. Nós temos escritores, temos grupos folclóricos importantíssimos. Minha irmã, inclusive, fez parte do Banzé, trouxe um festival internacional. Uma mobilização imensa para Montes Claros. Então, ela tem essa coisa da arte, da cultura, do artesanato, mas eu acho que isso ainda não é tão valorizado e é esse aspecto que a gente fica triste. (L3 do G1).

Se a gente for olhar o festival folclórico, né... esse que acontece de dois em dois anos. Ele agita, ele movimenta. Então, na época que tem essas festas, as pessoas elas vão. A festa do pequi movimenta também. Antes era ali, lá na praça, né? E agora o que acontece (...), então, você vê que o povo, realmente, (...) há uma facilidade, porque são festas populares, até por causa do acesso. (L3 do G1).

O grupo reclamou também da falta de manutenção dos equipamentos urbanos, como as academias ao ar livre. Também, na maioria dos depoimentos de todos os GFs, as praças foram alvo de reclamação. Elas disseram que constantemente a rede de televisão local exibe extensas reportagens falando sobre o problema, cobrando melhoramentos, mas nada é feito, ou quando faz é apenas algo paliativo. Segundo L5 do G2: “depois que passa a reportagem eles vem e mexe pra lá e pra cá, faz um remendo aqui, outro ali e pronto, passa uns dias e volta tudo como antes, mato, lixo, bancos quebrados”.

Sobre as festas de agosto, novas reclamações desta vez porque:

Todo ano eles ‘muda’ de local e não quer nem também se as pessoas vão gostar ou não, eu penso assim se são populares, tem que ser pro povo num local bom pra ele ir, né? Não ele leva lá pro centro, assim fica bom é pra quem tem dinheiro, que pode ‘pagá’. Nós, não. Num tem nem dinheiro pra ir e pra voltar (L6 do G3)

Aonde que a gente faz o lazer da gente? A coisa que eu mais faço de lazer é ir pra roça, pra descansar a cabeça. Às vezes a gente vai pra **roça**, leva um baralho, um dominó. Às vezes as meninas *gosta* de jogar porta-bandeira, junta os vizinhos lá e vai jogar porta-bandeira, aquele jogo de latinha com bola de meia, futebol, mas é na chácara que a gente tem porque as praças daqui hoje tão além de sujas, não têm iluminação e as pessoas, muitos que frequentam lá estão usando a praça para as drogas, falta policiamento (L2 do G2)

Aqui em Montes Claros não tem não. Onde tem é pago. Onde tem é pago. O SESC paga também, claro, mensalidade. Aqui em Montes Claros não tem mais nada. Aquela praça de Esportes mesmo, antes a gente ia era lá, mas agora as taxas que cobra lá, as exigências de lá, eu nem sei se funciona lá mais. Quando tem uma exposição, na época da Exposição **paga** um absurdo pra entrar (L4 do G2).

Se vê que são tempos, por exemplo, uma quadra de futebol, poderia ser utilizada como espaço de lazer, mas tudo hoje você tem que ter um dinheiro

e além de ter o dinheiro pra **pagar** pra entrar você tem que ter o dinheiro pra **pagar** o transporte para ir, ou então você tem que ter uma condução pra ir e pra ir de condução você tem que ter o dinheiro pra **pagar** o estacionamento. Então o negócio começa dificultando a vida e é preferível você ficar sossegado **dentro de casa** do que você sair (L1 do G2).

Eu acho que nos bairros hoje tem esse problema sério. Tem até um título da cidade da arte e da cultura, mas tem algumas atividades, por exemplo, a festa do pequi, seria um espaço de lazer que poderia ser utilizado, mas olha a distância, é na Praça dos Jatobás, quem é que *tá* lá na região do Delfim que vai pra Praça dos Jatobás? Você tem que pegar dois ônibus, ou então no Maracanã. Então é um lugar que favorece um **grupo seletivo** a participar. Pra quem *tá* nos bairros de periferia nós não temos. Os campos de futebol hoje estão se tornando campos de várzea e esses campos de várzea tem que ser com a liberação do município. Então aquele negócio que os meninos tinham de jogar futebol pelos campos, que era um espaço que os meninos tinham no bairro também não *está tendo* mais, as que tem é pra **grupos organizados elitizados**, as quadras tem horário marcado. Ou você faz um esforço de **pagar** uma cota num clube pra poder favorecer que uma ou duas vezes no ano seu filho tenha direito de ir a um clube ou você faz uma opção de fazer como a gente faz lá em casa, duas vezes ao ano ir em Óleos D'água (cidade vizinha) tomar banho na beira do rio, são os espaços de lazer que tem. Ou então é a televisão e a internet que é o espaço de lazer, mas assim, o que a cidade oferece nós não temos (L1 do G2).

Os lotes vagos de primeiro dava para os meninos brincar, fazer um campinho, os lotes vagos hoje é lugar de guardar o lixo da cidade (L5 do G2).

Na zona rural até que ainda funciona, porque lá é entre eles. Porque o futebol para o adolescente na zona rural é bem à vontade... é no município

daqui, mas *é* eles lá *que* promove, não o município (L4 do G2).

Tem uma secretaria de cultura e lazer, mas que não funciona (...) a família tem que ter um dinheiro pra poder ir e participar do lazer, ou numa chácara com a família. As crianças nossas nos bairros não tem lazer (L2 do G2).

Lazer nosso? Ir pra rua, pras lutas, brigar com o povo pra ver se melhora a cidade, *é* só isso, o lazer nosso *é* esse (L4 do G2).

Eu acho que Montes Claros não tem, porque às vezes os *rio* próximos a Montes Claros, as pessoas aproveitavam, levavam pra fazer o “picnic” lá, brincar, mas a maioria secaram. Os dois parques que *é* o Sapucaia e o outro que poderia oferecer um espaço mais legal *tá* todo em mato, *tá* muito sujo, os brinquedos tudo estragado, os animais muitos eles tiraram de lá, uns morreram, muito sujo, fedido. Então lazer pra nossa juventude *é* um direito que *tá* completamente violado (L2 do G2)

Outro problema apontado como gravíssimo e que, segundo elas, ninguém faz nada, “o poder público não toma nenhuma providências”, *é* o uso de drogas pelos adolescentes. Segundo afirmaram, em consequência da falta de lazer e de atividades culturais, muitas vezes, os jovens se envolvem as drogas: “aqui nós não temos nada em termos de lazer”, afirmaram. Essa realidade gera, conforme falaram, uma ociosidade extremamente nefasta, que viria direcionando os jovens às drogas e os adultos ao alcoolismo, problema cada vez mais frequente no entender de algumas das entrevistadas. Nem o cinema da cidade possui preço acessível, segundo disseram. Abaixo algumas considerações das participantes que ajudam a entender o que a cidade de Montes Claros representa para essas montes-clarenses.

Meu marido ele não gosta muito de sair não. Mas eu saio. Eu vou na casa de mãe, tenho a minha ginástica, eu vou à missa, sempre tô procurando alguma coisinha, né? A gente num pode ‘vivê’ sem diversão, né? (L5 do G3).

Ai, por isso que eu falo, eu tenho minha ginástica segunda, quarta e sexta. A gente tá ficando mais velho, dentro de casa vai aquietando, então, se a gente parar (...).Única coisa que tinha era a feirinha de sábado e domingo, tiraram. Também foi aqui da matriz. (se referindo sobre a mudança da feirinha para a praça Jatobá na zona sul). . Agora mesmo, esse negócio do pequi foi lá longe no jatobá, (todas balançam a cabeça reafirmando) Dessa vez foi longe hein? É pra ninguém ir, e foi bom porque teve sertanejo. Teve forro, agora quem vai? para o povão lá....”(L2 do G3)

Eu prefiro ficar em casa mesmo, assim não corro risco (risos)(L3 do G2).

Há eu saio com meus meninos. Final de semana, festinha de aniversário. Meus meninos nunca vi os meninos para ser convidado para ir em festinha de aniversário (risos). De final de semana eu ando para a roça. Meus meninos acostumou ir para a roça. Quando chega sexta feira, quinta, sexta, “O mãe, vamos para roça amanhã?

Ai, meu Deus, não sei não”. “Mãe eu não consigo ficar final de semana aqui. Eu gosto de ir para a roça”. Ai vai só volto domingo de noite, adora. Gosto muito de sair, ir para festinha, mais tranquilo(L3 do G3).

Eu, quando o pai dele morava em casa, a gente ia muito para chácara, rio, final de tarde no rio que tinha depois do almoço. Pescaria. Ai, depois que ele saiu, a gente fica mais em casa, só eu e ele, né? Minha família não é daqui. É só eu e ele. Tem mais outros parentes. E ele brinca com os meninos, vizinhos, na porta. Como eu falei, meu bairro é super tranquilo e eu não fico preocupada de forma alguma. Eu fico dentro de casa vendo televisão e ele fica brincando na porta. Ou, eles vão lá para casa jogar vídeo game, brincar no quintal...se pudesse saia todo domingo eu ia para a roça, ia para fazenda, para chácara. De preferência, porque eu gosto mais do estilo é (...) rural. Beira de rio, fazer um churrasquinho, que é uma delícia. Chegar 7 horas da manhã no

domingo e voltar às quatro da tarde. Mas como eu sozinha não tenho veículo, dependo de outras pessoas e não tem, então eu fico em casa mesmo. Ele brincando com os coleguinhas, e eu (...) só, né? (L4 do G3).

Lá em casa, com a família (...). Assim, meu marido é muito caseiro também. Eu também. Acho que devido de cansar, de trabalhar demais. Aí eu prefiro ficar em casa, assistir televisão (L5 do G3).

Eu tenho um menino de 2 anos, aqui eu não costumo trazer não. Nunca trouxe ele no shopping não. Na lotação, tem que voltar à noite com a lotação e é um perigo ficar naquele ponto. Eu costumo levar ele mais no restaurante que tem um parquinho, aos domingos e aos sábados, às vezes, né, para ele brincar. Ele brinca até cansar do parquinho (L7 do G3).

Catopé, meu padraсто ele toca, ele mexe com isso. Ele até já tocou na escola. Uma vez foi um grupo lá, lá na faculdade. Já tocou lá. Ele chama Simedede, ele já tocou lá. Ele ama, é a vida dele. Se falar para ele sair do catopé ele morre (L7 do G3).

É assim, a cidade, para esses negócios assim, eu não gosto (L1 do G3).

Às vezes, eu, particularmente, para mim, não oferece não (L4 do G3).

E a cidade também não oferece (L1 do G3).

Porque geralmente, para mim, não oferece (L4 do G3).

3. 6 - SOCIABILIDADE (COTIDIANO COM AS VIZINHAS, AMIGAS) E LUGARES-ESPAÇOS

3.6.1 - CATEGORIA: COTIDIANO NAS RELAÇÕES COM OS VIZINHOS, AMIGAS

Duas das participantes do G1 relataram manter um relacionamento mais superficial com os seus vizinhos, pois, segundo

disseram, temem ocorrer algum inconveniente. Assim preferem manter uma relação mais distante como os vizinhos. Outra participante, também do G1, considera que seja importante se relacionar bem com os vizinhos, contudo, não é de frequentar ou ter uma convivência mais estreita com eles. Essas participantes não desfrutam de uma amizade e convivência mais próximas, pois, para elas, esse tipo de relacionamento não é bom.

Eu sou meio incomodada com vizinho... Eu nem gosto muito dessa mexida com vizinho (L3 do G1).

Eu tenho um vizinho que fica na porta de casa 24 horas por dia. Ele dá conta de tudo, até me engravidar ele engravidou. Teve uma época que eu engordei muito, ele espalhou para a vizinhança que eu estava grávida. Ele dá conta de tudo, por isso, não dou nem confiança (L7 do G1).

Tem a parte da vizinhança, que a gente ainda tem essa cultura com o vizinho, que um olha pelo outro... Mas essa coisa de frequentar, a nossa casa, são dos familiares, só os amigos mais íntimos (L3 do G1).

Somente duas das participantes do G1 percebem que os vizinhos ajudam a compor a rede social e complementam a família, podendo ser considerados como pessoas fundamentais para algum tipo de ajuda quando têm uma necessidade. Essas moram longe dos familiares, de acordo com o que falaram, e assim procuram se relacionar bem com os vizinhos e estabelecer um relacionamento mais próximo. Percebemos, pelos relatos que as relações sociais, em geral, estão cada vez mais fragilizadas.

Eu acho que é, realmente, que nós todos estamos ficando cada vez mais individualistas... É importante essa questão, não é feia nem errada, de sentar na sua própria casa para conversar com o vizinho e saber um pouco dele, um pouco da vida dele. Eu não entendo isso como fofoca. Eu entendo como uma interação social (L1 do G1).

O comentário de L1 do G1 propicia uma reflexão sobre a necessidade de se estabelecer uma solidariedade com aqueles que estão à volta, pois, segundo informou, todos precisam uns dos outros.

No dia em que nós não nos intrometermos, no dia em que a gente não participar, no dia em que a gente não nos sensibilizar com a dor do outro, a gente vai deixar de ser humano. A gente vai passar a ser irracional. Acho que o papel da mulher é importante nisso, tanto quanto as crianças, porque as relações das mulheres são mais estreitas. Tanto em relação à família quanto aos vizinhos. Há sim uma preocupação, né? Eu estou aqui e estou preocupada com a minha vizinha que está internada. Há sim esta preocupação. Sentir essa dor. Se ela têm os filhos e se estão todos mobilizados por causa da senhora idosa que está internada, então a gente sente. Eu acho que isso que é ser humano (L6 do G1).

Nessa perspectiva, Gonzaga traz importantes informações. Para a autora:

O processo de urbanização comum ao crescimento das cidades, a verticalização das cidades, a arquitetura contribuiu para isso, o modelo de prédios residenciais e comerciais e os condomínios fechados fez os vínculos entre moradores se perderem. O máximo que fazemos hoje é cumprimentar o vizinho dentro do elevador, dificilmente vizinhos de condomínio se conhecem. A necessidade de privacidade criou restrições no espaço familiar. Hoje mal conhecemos quem mora ao lado. Não é especular a vida do vizinho, mas é mostrar que se ele precisar de ajuda tem com quem contar, no entanto em sociedades tradicionais, era comum até trocar coisas com os vizinhos. Nas cidades menores as casas ainda são uma do lado da outra, existe essa frequência de se encontrar na porta para conversar (GONZAGA, 2011, p. 56).

Para as mulheres do G2 a união entre os vizinhos faz parte da rede social e, além do fato de favorecer a troca de experiências permite também passar o tempo, desabafar, falar e conversar com outras pessoas, o que consideram ser de extrema importância para o bem-estar emocional, afetivo e psicológico dos indivíduos.

No final de semana, quando estou sem a minha secretária, eu vou varrer a porta, aí eu vou varrer a folhinha lá. A vizinha vai também e a gente conversa, bate um papinho. (L3 do G1)

Um trem que eu gosto é essa relação com os vizinhos, nós ainda mantemos aquele negócio de fim de tarde sentar na porta, todo mundo conversar, a troca de uma coisa com outra, todo mundo prestar atenção: “o fulano não saiu na rua hoje, deve estar doente”. (L1 do G2)

Nesse mesmo grupo foi possível perceber um vínculo de solidariedade entre os vizinhos, especialmente diante de situações de dificuldade ou necessidade de ajuda, como o relato da ajuda dos vizinhos na realização das tarefas domésticas, além da doação de alimentos:

Até hoje, apesar dessa mudança de supermercado próximo a casa da gente, ainda tem aquela coisa da vizinha chegar e: Célia, me dá um pedaço de cebola, me arranja uma colher de corante. A gente ainda tem esse relacionamento, e é um carinho muito bom de a gente tá dividindo as coisas que tem. Esses dias mesmo a minha vizinha, chegou gente na casa dela, e a feira dela tava pouquinho, não tinha feito feira ainda e chegou os parentes de fora e ela correu lá em casa: Célia, me arranja arroz, feijão que eu não tenho feira. Eu falei: Leva um pacote, aí eu transferi pra ela um pacote de arroz, dois de feijão. (L2 do G2)

Observei que as mulheres desse grupo e algumas do G1 estabelecem laços de vizinhança. Para elas, isso ajuda a vencer as muitas dificuldades que passam no dia a dia. L4 do G3 informou que é sozinha, só ela e o filho, assim, “se não tiver um bom relacionamento com os vizinhos, quem irá ajudá-la nas suas necessidades?” L4, assim como as

demais, conserva amizades “antigas e verdadeiras”, até com ex-vizinhas. Nesse caso, elas deixam entrever que as relações de vizinhança são de longa data, marcado pela infância e educação conjunta dos filhos. Percebemos ainda, pelos comentários, que os vínculos de amizades tidas como verdadeiras e estáveis apresentam-se cada vez mais raros em suas vidas e que, embora amizades de longa data ainda permaneçam, há certa dificuldade em iniciar ou manter novos amigos que possam ser considerados verdadeiros e prontos para ajudar em todos os momentos:

Então você sempre tem isso, seja alegria, seja na tristeza, a comunidade te oferece isso, a relação da vizinhança. Para os bairros mais antigos, que já não é a mesma coisa hoje em bairros novos. Como Flávia lembrou dos conjuntos habitacionais hoje. Esse laço, hoje, não existe nos bairros novos e nos conjuntos habitacionais...”

“Meu menino falou isso lá no bairro que ele tá do Independência, que ele ‘chegô’ lá e nossa o povo não dá assunto pra ninguém. (L4 do G2)

Ah, os meu não tenho muito contato não. É tudo vizinho novo... Hoje eu sou mais caseira porque os vizinhos mais antigos não mora ali mais. (L2 do G3)

Destaco no discurso das integrantes do G3 que a rede social representada pelos vizinhos desempenha um papel ativo importante, podendo revelar sentimentos importantes, como confiança, lealdade, empenho, tolerância, respeito, consideração, afeto, e apoio. Observei também um sentimento de solidariedade entre os vizinhos em casos de necessidade ou em situação de dificuldade. Para as entrevistadas que já pediram ajuda a seus vizinhos, esse tipo de suporte foi representado pelo apoio material e de serviços, acrescido do apoio emocional:

Conto com os vizinhos que são bem camaradas comigo, cuida dele, telefona se aconteceu alguma coisa com ele e é isso aí... eu fico contando com o vizinho receber a feira pra mim no outro dia... É um vizinho olhando o outro... Pois é. Eu além de contar com meus vizinhos, muito, muito, muito mesmo. E quando está tendo festinha na casa de alguém eu vou, a porta está escancarada, eu passo

na rua, ai “Vem cá fulana, vem tomar uma cachaciiiiinha aqui (risos). (L4 do G3)

Então, são bem festeiros eles, não todo dia, tem dia que passa carreiro na casa. Não me incomodo de jeito nenhum com outro, não tem briga, não tem confusão, não tem nada. Som alto, muita gargalhada e (...) é isso. Todo mundo gosta de todo mundo, se dá super bem. Eu posso contar com eles. Como estou só eu com meu menino, eles falam “Olha, adoeceu, pode bater no portão, telefona, me chama, não importa a hora, levo no hospital, não tenho isso”. E assim, a maioria do povo do bairro é assim. (L4 do G2).

Eu sou assim uma vizinha prestativa, precisou de mim eu gosto de ajudar. (L1 do G3).

As amigas das entrevistadas podem ser mensuradas em variados graus de intimidade, conforme L3 do G3: “Meus vizinhos, os dois dos lados que a gente tem mais contato, os outros são bons vizinhos também, mas de boa tarde, boa noite”. (L3 do G3). Pela fala das entrevistadas do G2 e G3, verifiquei o que elas entendem como a real função da boa vizinhança, que atua em prol de seu bem-estar e lhes presta apoio. Essa rede social formada pelos laços de amizade constitui uma forma de enfrentamento das adversidades da vida, podendo ser tão forte esse vínculo quanto os laços com a família consanguínea e até mais fortes que eles, deixaram claro.

Mas em outro aspecto, a violência, nós vimos crescer a violência, mas se você for fazer um comparativo, né, em relação a outros centros, ainda dá para viver em Montes Claros. Você consegue ainda ter uma qualidade de vida, uma despreocupação. Tem a parte da vizinhança, que a gente ainda tem essa cultura com o vizinho, que um olha pelo outro. O parente mais próximo, e acho que é importante. Então, nesse aspecto, eu acho muito positivo(L3 do G1).

Eu tenho um vizinho que fica na porta de casa 24 horas por dia. Ele dá conta de tudo, até me engravidar ele engravidou. Teve uma época que eu engordei muito, ele espalhou para a vizinhança

que eu estava grávida. Ele dá conta de tudo... Mas assim, em questão dos outros vizinhos, eu me dou bem. Questão de um “oi, oi”, não tenho muita intimidade não. Não tenho nenhum vizinho que frequenta minha casa, que é meu amigo, não. “Oi, oi”, mesmo... Assim, a gente não tem mais aquele negócio de sentar na porta, de bater papo com vizinho. (L7 do G1)

Eu nunca fui na casa de vizinho e nenhum vizinho foi na minha casa. A minha socialização mesmo é (...) eu sou muito família, então somos nós e a nossa família. Então eu tenho mais contato assim, por exemplo, com os vizinhos dos meus pais do que com os meus aqui, não conheço. E assim, adoro desse jeito. Eu sou meio incomodada com vizinho... Agora, eu sou uma má vizinha. Eu reconheço. Eu nem gosto muito dessa mexida com vizinho. Eu sou muito incomodada(L2 do G1).

Eu sou uma pessoa que adora bater um papo, conversar, meu jeito. Qual é a minha relação com os vizinhos? No final de semana, quando estou sem a minha secretária, eu vou varrer a porta, aí eu vou varrer a folhinha lá. A vizinha vai também e a gente conversa, bate um papinho. Mas essa coisa de frequentar, a nossa casa, são dos familiares, infelizmente dos amigos mais íntimos...Hoje, na casa da minha mãe, uma vizinha permaneceu, os outros do lado mudaram e vieram outras e daí cortou essa relação(L3 do G1).

As relações com os vizinhos. A gente conhece o vizinho. Não que essa relação seja (...). Eu acho que é, realmente, que nós todos estamos ficando cada vez mais individualistas. Isso se deve ao fato desse desenvolvimento tecnológico, né? A gente fica muito em casa. É importante essa questão, não é feia nem errada, de sentar na sua própria casa para conversar com o vizinho e saber um pouco dele, um pouco da vida dele. Eu não entendo isso como fofoca. Eu entendo como uma interação social. Isso se perde a cada dia mais. Parece até uma morte assim, né? (L1 do G1).

No dia em que nós não nos intrometermos, no dia em que a gente não participar, no dia em que a gente não nos sensibilizar com a dor do outro, a gente vai deixar de ser humano. A gente vai passar a ser irracional. Acho que o papel da mulher é importante nisso, tanto quanto as crianças, porque as relações das mulheres são mais estreitas. Tanto em relação à família quanto aos vizinhos. Há sim uma preocupação, né? Eu estou aqui e estou preocupada com a minha vizinha que está internada. Há sim esta preocupação. Sentir essa dor. Se ela têm os filhos e se estão todos mobilizados por causa da senhora idosa que está internada. Então, a gente sente. Eu acho que isso que é ser humano intrometermos.

O meu bairro assim, ele já é mais movimentado. Tem muito tempo que eu moro lá e meu pai frequenta bastante os botecos lá. Então, todo mundo me conhece como a filha do Sergião. Minha vó mora duas ruas para cima. Então assim, sempre os botecos estão abertos, todo mundo me conhece, então não tem tanto problema ficar indo voltando da casa dela. Posso chegar em qualquer horário, tenho essa liberdade. Minha tia mora um pouco mais (...), na mesma rua e mais na frente. Meu namorado também mora lá perto. Então assim, eu vou e volto sem problemas, porque é bem movimentado o bairro e todo mundo me conhece. (L7 do G1)

Um trem que eu gosto é essa relação com os *vizinhos*, nós ainda mantemos aquele negócio de fim de tarde sentar na porta, todo mundo conversar, a troca de uma coisa com outra, todo mundo prestar atenção: “o fulano não saiu na rua hoje, deve estar doente”... Então você sempre tem isso, seja alegria, seja na tristeza, a comunidade te oferece isso, a relação da vizinhança. Para os bairros mais antigos, que já não é a mesma coisa hoje em bairros novos. Como Flávia lembrou dos conjuntos habitacionais hoje. Esse laço, hoje, não existe nos bairros novos e nos conjuntos habitacionais... E além dos vizinhos, nós temos um ciclo, acho que até esse grupo, a gente tem um

negócio de pertencer muito bom, acho que a gente consegue desabafar, leva problema uma para a outra ajudar a resolver (L1 do G2).

Meu menino falou isso lá no bairro que ele tá do Independência, que ele chego lá e nossa o povo não dá assunto pra ninguém, e ele é muito comunicativo, então ele deu pra ‘mexê’ com os vizinhos e uma ‘muié’ disse você é o primeiro vizinho que cutuca todo mundo se chega de tarde grita um grita outro pergunta quem foi que ‘robô’ sujeira da porta de sua casa, quem vai ‘ajuda’ você a varrer, num instantinho você comunica com todo mundo, diz ele que é a coisa mais esquisita, você não vê um vizinho conversar, e que ele conversa! (batendo na mesa com orgulho) (L4 do G2).

Tem os vizinhos de frente, eles são *ótimo* pra mim, a gente combina, conversa. Outro dia morreu um vizinho lá e foi enterrado, eu fiquei sabendo dali três dias, eu virei e falei: “Gente! O que que é isso? Só porque eu tava pelejando com minha neta doente eu fiquei três dias sem sair aqui na porta, porque eu saia de dentro do carro e entrava e voltava pro hospital. Vocês não me avisaram que seu pai morreu, meu filho, o que é que foi?”. Ele olhou pra mim chorando : “Eu tenho certeza, meu coração doeu, mas sabe por que que eu não avisei? Porque eu vi o sofrimento que você tava com a menina sua no hospital, meu pai era muito apegado com você e você ia sofrer muito. Eu não quis te avisar porque era o sofrimento doente e via também que vocês dois eram muito apegados”. Então a gente é muito ligado, meus vizinhos (L4 do G2).

Em frente a minha casa é o PSF, a gente vive muito bem com o pessoal do PSF, vai lá em casa fazer pesquisa. Sempre eles *vai* na minha casa, sempre que quer saber como é a historia da comunidade, como começou e o que você tem pra falar sobre a saúde. Então eles *vai* lá pra casa e dotora Rosana também, se ela sentir qualquer coisa, esses dias ela sentiu uma dor de barriga,

vomitando, correu lá pra casa. Eu fui dar a ela o soro e ela foi pro banheiro. “Dona Rosana toma o soro”. “Não quero, não quero, vou deitar um pouco no sofá” aí ela foi no banheiro, eu peguei logo o sal, a água e o açúcar deixei em cima da mesa e quando ela saiu aí agora eu já fui dando, eu tenho muita fé, qdo é esse negócio de vomita e a pessoa tá desarruinando o intestino tenho muita fé com soro, sabe? Pois se acredita que até hoje ela fala disso, parece até que ela não confia muito no soro não, então é assim muito dialogo também... Então eu sempre falo para os meus filhos: “Onde que vocês *morar*, vocês *faz* amizades com as pessoas, porque eu acho que os parentes da gente *é* esses vizinhos. Porque na hora que a gente precisa você não vai buscar o pessoal que mora em São Paulo, povo que mora na Bahia ou que mora em qualquer outro lugar. Você tem que viver bem, tem que ter esse diálogo, sempre falo isso para os meus filhos, na hora que você precisar (L6 do G2).

Minha experiência com meus vizinhos que eles, têm uma que sabe tudo que acontece, porque ela fica na porta tomando conta da vida de todo mundo é a vida da gente, quando acontece alguma coisa eu não posso sair na rua porque se eu sair no portão eu não volto pra dentro e meu serviço fica tudo pela metade. Porque vou saber de tudo que *tá* acontecendo e por aí vai. Então é uma convivência muito boa. (L5 do G2).

Até hoje, apesar dessa mudança de supermercado próximo a casa da gente, ainda tem aquela coisa da vizinha chegar e: “Célia, me dá um pedaço de cebola, me arranja uma colher de corante”. A gente ainda tem esse relacionamento, e é um carinho muito bom de a gente *tá* dividindo as coisas que tem. Esses dias mesmo a minha vizinha, chegou gente na casa dela, e a feira dela tava pouquinha, não tinha feito feira ainda e chegou os parentes de fora e ela correu lá em casa: “Célia, me arranja arroz, feijão que eu não tenho feira”. Eu falei: “Leva um pacote”, aí eu transferi pra ela um pacote de arroz, dois de feijão. Então

essa coisa de confiança, das amizades... só basta a criança chorar, a gente já tá batendo nas portas, vendo o que é que aconteceu, se caiu, se machucou, se tá sentindo alguma coisa. E as famílias que moram na mesma rua só que um pouco mais longe, mesmo assim a gente tem uma grande amizade, a hora que passa a gente cumprimenta a pessoa pelo nome (L2 do G2).

Assim, eu graças a Deus tenho bons vizinhos que até hoje ninguém nunca, tem dois anos que a gente mora sozinho, eu e ele, e quando eu comecei a fazer isso ele tinha dez anos, tem, conto com o vizinhos que são bem camaradas comigo, cuida dele, telefona se aconteceu alguma coisa com ele e é isso ai... eu fico contando com o vizinho receber a feira pra mim no outro dia... É um vizinho olhando o outro... Pois é. Eu além de contar com meus vizinhos, muito, muito, muito mesmo. E quando está tendo festinha na casa de alguém eu vou, a porta está escancarada, eu passo na rua, ai “Vem cá fulana, vem tomar uma cachaciiiiinha aqui”. Então, são bem festeiros eles, não todo dia, tem dia que passa carreiro na casa. Não me incomodo de jeito nenhum com outro, não tem briga, não tem confusão, não tem nada. Som alto, muita gargalhada e (...) é isso. Todo mundo gosta de todo mundo, se dá super bem. Eu posso contar com eles. Como estou só eu com meu menino, eles falam “Olha, adoeceu, pode bater no portão, telefona, me chama, não importa a hora, levo no hospital, não tenho isso”. E assim, a maioria do povo do bairro é assim (L4 do G3).

Ah, os meu não tenho muito contato não, (Incompreensível). É tudo vizinho novo... Hoje eu sou mais caseira porque os vizinhos mais antigos não mora ali mais (L2 do G3).

Meus vizinhos, os dois dos lados que a gente tem mais contato, os outros são bons vizinhos também, mas de boa tarde, boa noite. Os dois da lateral são os que eu mais converso, chamo pelo muro, dá um doce, um bolo (risos). Lá ainda é assim (L3 do G3).

Conto. Às vezes eu preciso. Meu menino tem 7 anos, ele estuda aqui no centro. Então, às vezes, dá a hora da van dele chegar em casa e eu não cheguei ainda. Ai eu ligo com o moço da van e peço para ele deixar na vizinha. Ela mesma coisa (L3 do G3).

Meus vizinhos também é ótimo. Não tenho do que me queixar não. No máximo, tem uma velha que mora lá perto de casa viu, que só Jesus na causa (olhando pra cima, ironicamente...)(risos) (L6 do G3).

Os meus vizinhos são bons, eu também não tenho contato muito com eles não. Eu moro numa chácara, então meu vizinho é bem distante mesmo. Então lá em casa a gente pode ouvir som, lá em casa as meninas até fala, “Nossa Mãe, nós briga, nós (...) e não perturba ninguém, porque os vizinhos estão tão distantes, né?”. Não tem muito contato. Então assim, é legal. Mas se precisar, conheço, mas eles mais precisam da gente do que a gente deles. Né, mas é muito legal (L5 do G3).

Os meus vizinhos são muito bons. Meu marido ele é muito popular, acho que é porque ele trabalha na venda, né? Conhece todo mundo, gosta muito de ajudar. Os meus vizinhos são muito bons e não tenho do que reclamar deles. Eu não sou aquela vizinha de ficar dentro da casa dos outros, eu não sei o que que é isso... Eu sou assim uma vizinha prestativa, precisou de mim eu gosto de ajuda (...)(L1 do G3).

Conforme os dizeres das participantes dos três GFs percebe-se que as mulheres têm uma participação muito ativa no desempenho do cuidado com os familiares, vizinhos e amigos, o que as leva a estabelecer laços informais com frequência e a dar aos relacionamentos mais próximos grande valor. Assim, ter uma boa rede de vizinhos pode, em alguns casos, suprir a necessidade que algumas mulheres têm por não morarem próximas de seus familiares. Também percebemos, nas falas dessas mulheres que conviver de forma pacífica e harmônica com os vizinhos é maneira de garantir a segurança, principalmente para aquelas que moram em bairros distantes, ou longe de seus familiares.

3.7. CONSIDERAÇÕES DOS GF'S

3.7.1 CATEGORIA: SER MULHER NA CIDADE DE MONTES CLAROS É...

Essa categoria, a meu ver, pode representar o grande mote dessa pesquisa. Até aqui foram, somente neste capítulo, variados discursos, falas, considerações, apontamentos, a partir dos quais procurei pistas do que poderia ser assinalado como traços de desigualdades ou processo de exclusão das montes-clarenses. Diversos momentos ou em diversas passagens foram surgindo falas, inconscientes ou não, que, aos poucos, iam dizendo sobre as entrevistadas. Percebemos, por diversas vezes, olhares perdidos, silenciados, calados por um motivo ou outro. Talvez essa pesquisa não possa medir qualitativamente esses olhares, até mesmo, as muitas palavras que ficaram abafadas ou se fizeram calar; “vivemos amordaçadas” palavras de L3 do G2, porém pode nos dizer que ainda tem muito o que se falar e entender sobre essas mulheres e outras que não aparecem, mas sabemos que existem. Essa e outras expressões, e aqui tomei a liberdade de usar o termo (expressões) na sua polissemia, disseram e ainda vão dizer muito mais sobre a (in)visibilidade das mulheres na cidade de Montes Claros

Foi observando, acompanhando, ouvido, “permitido” suas falas, que pude apreender em cada gesto, cada olhar, cada som produzido, talvez seja impossível dizer, “cada percepção e pensamento”, mas é como se, até isso, tivesse alcançado, que foi sendo revelado “o que é ser mulher na cidade de Montes Claros.

Somos conscientes de que a pesquisa acadêmica não comporta sentimentos ou “sentimentalismos”, contudo, para além da cientificidade de meu trabalho, foi por meio de um conjunto de coisas, como já foi exposto, (olhares, gestos, sons e até silêncios) que foram surgindo as respostas ou conjecturas (talvez) do ser mulher em Montes Claros. Assim exigir direitos que lhes são negados ou mesmo querer um reconhecimento que não lhes é concedido, possa trazer a proposição perquirida neste estudo. As falas abaixo elencadas, e vale destacar que independente do GF a qual pertençam, trazem apontamentos de uma realidade que pode estar (in)visível e que também as coloque em situação de (in)visibilidade:

A gente sente que ainda há pouca representatividade. Poderia ser maior, até nos meios políticos, nas secretarias e tudo (L3 do G1).

Eu vejo assim, tirando esse medo (...). Meu marido sai de casa com mais facilidade que eu. Andar a pé, a questão do ônibus. Isso são problemas da cidade pertinentes à mulher... questão de violência, assédio, eu acho que a mulher ainda sofre mais do que o homem (L5 do G1).

Nós temos um dizer, e como a gente mexe muito com a palavra de Deus, a bíblia. A gente fala que nós temos que ter como mulher a ousadia de Débora, sabedoria de Ruth, a alegria de Miriam, a altivez de Débora e a gente vai lembrando dessas mulheres, Judith, a humildade de Maria pra gente conseguir superar tudo isso, mas eu falo assim, são com coragem, são guerreiras, mas eu acho que a coisa mais bonita é essa beleza de ser mulher na cidade de Montes Claros. Porque uma das grandes coisas, se a gente for na avaliação que nós aqui fazemos, é a organização e os avanços que Montes Claros conseguiu ter, tem dedos dessas mulheres, e que faltam muitas que não *tão* aqui, que já passaram, algumas já morreram, outras já cansaram e outras não *tão*. Essa é a grande beleza (L1 do G2).

Também é bom, não tem outro lugar (risos) Tem que ser em Montes Claros? (L2 do G3).

E a gente já está assim, igual (...). Aprendi a fazer muita coisa, muitas coisas mesmo que um homem faz. Então eu vejo que eu estou com um homem assim (...) só não aguento pegar peso, igual esse dia eu tava arrancando árvore lá, ai eu falei, “Oh! que falta um homem me faz” (risos). Ai tinha um homem perto de mim e ficou olhando assim para mim (risos). Ele falou assim “Por quê?” Ai eu falei assim: Porque tô sentindo falta de homem só neste horário, só para tirar a árvore (risos) (L4 do G3).

Porque eu acho que a mulher já conquistou muita coisa. Antigamente a mulher se sentia muito inválida perante ao homem, né? Tudo tinha que

ser o homem, se não tivesse um homem dentro de casa, pronto(L4 do G3).

Isso é o que eu ia falar, o problema maior da mulher não ser mais desenvolvida, sair, passear é o sentido da segurança. A mulher ainda é um sexo muito frágil diante de muitas cabeças por aí. Eu mesma falo um homem vai abordar um homem? Não vai, é mais fácil abordar uma mulher...Por que até mesmo mulher no volante, à noite, ela pode ser perseguida, mais do que o homem (L4 do G3).

Eu mesmo, hoje não, mas antes há 5 anos atrás eu gostava muito de ir no Show no parque. Eu parei de ir porque eu fui assaltada. Então, tipo assim, isso me marcou, eu penso que eu vou ser assaltada toda vez. Toda vez que eu vou (L7 do G3).

Eu sempre costumo brincar com elas assim, que eu, se eu tivesse um meio de transporte que me levasse para casa em segurança, não precisaria depender dos outros. Eu ficaria até mais tarde. Mas eu preciso de moto táxi, eu não sei se eu vou pegar um moto táxi de confiança. Tem que sair mais cedo para pegar a lotação que é o meio mais seguro que tem e assim mesmo, nem tanto. Agora, se eu tivesse um carro, uma moto, eu amanhecia o dia na balada (risos). Porque eu amo sair. E quando a gente reuni, a gente procura reunir mais cedo para terminar mais cedo para voltar mais cedo para casa (L4 do G3).

Em sua maioria, as mulheres-mães, trabalhadoras, estudantes, jovens, adultas, idosas, filhas, e tantas outras são, em Montes Claros, a extensão de seu papel no âmbito privado, suas casas, seus lares. De tal modo, o cuidar como professoras, enfermeiras, merendeiras, faxineiras, empregadas domésticas, “pães” (termo utilizado por L4 do G3), habitantes da zona sul, norte, leste ou oeste da cidade, grande parte nas periferias ou favelas, estão nos mercados, feiras livres, filas de banco e de instituições governamentais, hospitais e praças, igrejas e escolas, sendo elas, sem muitas vezes, ser na cidade.

O espaço público e o privado se misturam na vida dessas mulheres, é o reflexo das relações sociais e econômicas, é a subjugação

e a discriminação por gênero, que se materializa nas complexas relações de gênero. Uma cidade sexista em que predomina o masculino, em que as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu gênero, e por isso podemos dizer que as relações de gênero são relações de dominação.

Então, o que se pode apreender de tudo é a ideia de que, transformar o modo como há muito tempo se vem organizando as relações entre homens e mulheres nas sociedades, não é simplesmente trocar os lugares de quem domina e de quem é dominado, nem é achar que se vai acabar com mulheres e homens e ficar tudo uma coisa só. Na verdade, o que se faz necessário nesse contexto, precisei revogar a ideia de que diferenças nos corpos - sejam elas sexuais, raciais ou de idade - justifiquem desigualdades, opressão, discriminação e injustiça. Podemos ser bem diferentes, e na verdade o somos, mas o que somos e o que fazemos tem, e deve ter sempre, o mesmo valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não parecia justo que um véu de invisibilidade
as cobrisse, não deixando que mostrassem o
quanto são capazes e merecedoras do melhor.*

(‘A mulher invisível’, Cnpq, Sem autoria)

A cidade tem origem na necessidade de contato, comunicação, organização e troca. Da *polis* decorreu a política e, com os pioneiros gregos, nasceu o estreito vínculo entre participação ativa e vida na cidade. Hoje o mundo é urbano, grande parte de seus habitantes vive nas cidades — palco de luta em jogos incessantes de variados interesses. A vida na cidade é um desafio, as relações que se estabelecem quotidianamente nos seus mais variados espaços, quase sempre, são conflitantes e permeadas por interesses diversos. Qualquer que seja a escala de análise que se faça a respeito dos espaços da cidade, a perspectiva é de que se trata de uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes em permanente interação.

Os problemas que encontramos nas grandes cidades brasileiras, guardadas as devidas proporções, estão também presentes nas médias e pequenas cidades. A diferença está na proporção em que as questões, diversificadas e recorrentes, se apresentam, todas demandando complexa solução. Esses problemas não são novos, fazem parte do cotidiano daqueles que nela vive e cada vez mais se avolumam: periferias longínquas e desprovidas de serviços e equipamentos essenciais; favelas nascem e se expandem; a retenção especulativa de terrenos é constante; o adensamento e a verticalização sem precedentes podem ser verificados com frequência. A distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização é historicamente injusta e resultante de décadas de descaso, de incompreensão, de preconceito, e de atuação privilegiada voltada apenas para alguns setores da cidade.

Nessa perspectiva, aferi que a questão do acesso à cidade é central no que diz respeito à radicalização da cidadania e que muitas vezes parece ser esquecida nos debates públicos. Possuir acesso à cidade significa poder vivenciar-la, significa a possibilidade de integração com o espaço público, significa ter a possibilidade de se locomover pelo espaço em que se vive a qualquer hora, sobretudo, significa intervenção e diálogo com a cidade, expressão de encontros e descobertas. Nesse sentido, os espaços da cidade deveriam ser o lugar de convivência, de troca de experiências, de diversidade, do encontro, enfim, de vida, segundo nos ensina Carlos (2007).

As discussões sobre direito à cidade a partir de uma perspectiva de gênero ainda é insipiente, trata-se de um tema complexo com muitas variáveis e desdobramentos, visto que como atesta Levebvre (2011), o espaço não é só a dimensão material-concreta fixa e neutra onde as relações sociais se dão, ele constitui e é constituído pelas relações de poder que atravessam a sociedade. A incorporação do gênero como categoria abre caminho para a compreensão das desigualdades persistentes entre homens e mulheres. O gênero é abordado como um elemento constitutivo das relações sociais e como forma básica de configurar as relações de poder, superando a visão de que as reproduções dominantes são naturais e inquestionáveis. No debate sobre segregação e gênero na cidade, o pano de fundo é: quem ocupa qual espaço e quem não ocupa ou deve ser excluído.

Nessa perspectiva, a segregação é tão marcante na vida das mulheres que muitas afirmam nunca terem pensado ou conversado a respeito de como a cidade poderia ser pensada para além das suas responsabilidades domésticas (no espaço privado), para que elas pudessem usufruir o espaço (dito como) público ou serem mais autônomas: “já fomos à rua por tantos direitos e, no entanto, nunca discutimos o direito das mulheres à cidade. Acho muito importante essa pesquisa e tenho certeza que teremos muitas mulheres querendo participar”. A frase emblemática, proferida pela coordenadora dos movimentos sociais da cidade, a meu ver, permite abranger que se as características dos lugares/espços são, assim como as características entre os gêneros, produzidas culturalmente: o espaço urbano é produto social.

As performances são referentes ao conjunto de relações que segregam e delimitam as ocupações dos lugares/espços. O significado do que é ser homem e do que é ser mulher é proveniente das relações de poder que se constroem em determinados ambientes sociais que culminam em espacialidades diferenciadas pelas condições de gênero. Nos mais variados espços da cidade, a convivência diária se realiza de forma desigual, caracterizada por ambientes precários, inacessíveis e inseguros. Estes retiram das pessoas e, no caso específico desta pesquisa, **das mulheres**, a possibilidade de se completar como ser humano, por meio da interação social.

Dentro desse contexto, as proposições deste estudo nos levam a inferir que as cidades, e no caso do meu *locus* de pesquisa – Montes Claros, fora, nas palavras da memorialista Yvonne Silveira (1999), historicamente construída e concebida sob olhares masculinos, sem se levar em conta a necessidade de se pensar e construir uma cidade

também para as mulheres, reproduzindo a lógica perversa de que apenas o ambiente doméstico é o lugar/espço de permanência delas, negando a sua existência nos espaços públicos e tornando-as cada vez mais apenas meras expectadoras do viver na cidade.

Teóricos sociais como Bourdieu, Beauvoir, Perrot, Saffioti, Joan Scott, Judith Butler, Rago, entre outros abordados nesta pesquisa, valorizam os estudos da vida cotidiana, criando novas investigações das mentalidades, dos sentimentos, da sexualidade, do gênero. Os conceitos apresentados por essas autoras e autor têm possibilitado, de acordo com cada abordagem, identificar espaços de (in)visibilidade feminina na cidade. Sem “história”, por um longo período, as mulheres foram (in)visíveis, assim como outras categorias como os homossexuais, índios, negros, ciganos e crianças.

A participação feminina relatada pelas memórias cotidianas das mulheres montes-clarenses, reveladas por meio das entrevistas dos Grupos Focais, expressam sua (in)visibilidade, ao vivenciarem de forma tão direta a falta ou insuficiência das políticas afirmativas de gênero, dos serviços e dos equipamentos urbanos, da falta de infraestrutura dos bairros onde moram, das ruas escuras e praças mal iluminadas do medo e da insegurança quando retornam do trabalho, do traslado nos transportes coletivos, e outros. O espaço público e privado reflete as relações sociais e econômicas e, no caso das mulheres, a subjugação e discriminação por gênero que se materializam com a enorme responsabilidade a elas imposta. Esta aparece no tecido da cidade em seus trajetos, no tipo de profissão e trabalho que têm, no acesso aos espaços públicos, no lugar/espço onde moram, formando um retrato muito visível de sua marginalização/exclusão.

A cidade de Montes Claros apresenta uma estrutura espacial desigual, revelando áreas, onde se encontram pessoas com maior poder aquisitivo e áreas com locais onde moram segmentos sociais com menores níveis de renda. Desta forma, as mulheres dos GF's foram selecionadas de estratos sociais diferenciados, qual indicam uma distribuição de riquezas desiguais, habitam em lugares/espços diferenciados. A mulheres pertencentes aos estratos sociais mais ricos ficam nas áreas mais centrais dotadas de toda infraestrutura e com maiores preços, e as mais pobres ficam relegadas às periferias distantes e desprovidas de equipamentos e serviços.

Uma questão perpassa os três estratos sociais das entrevistadas: a reprodução do cuidado. O cuidado com a casa, o cuidado com os filhos, o cuidado com a família, o cuidado com os pais (idosos), o cuidado com as compras. Essas mulheres ainda são, em sua

grande maioria, as principais responsáveis pelos trabalhos referentes à esfera da reprodução. No entanto, elas apresentam pouca sensibilidade de gênero em relação aos espaços da cidade, reafirmando o que Bourdieu (2012) sinaliza como sendo violência simbólica, elas não percebem a dominação masculina nos lugares/espaços da cidade, invisível as suas próprias vítimas, perpetuando assim essa dominação, pois quem não percebe que está sendo violentado simbolicamente é incapaz de se insurgir contra e, assim, acaba reproduzindo a lógica dominante.

Aqui destaco que as participantes desta pesquisa se sentem inseguras nos lugares/ espaços da cidade de Montes Claros, todas tinham um "mapa mental" de seu bairro com ruas movimentadas e outras a se evitar, adotam estratégias para não serem notadas e assediadas, sobretudo à noite. Usam roupas simples, andam rápido sem responder aos assédios, e dão preferência a andar em grupo. Percebe-se que o uso do espaço público não é o mesmo para os dois gêneros: os homens ocupam as calçadas, os bares, as quadras poliesportivas, pistas de skate, campos de futebol, enquanto que elas vão os lugares/espaços de mulher: o supermercado, a feira, o posto de saúde, a escola das crianças, ou seja, o espaço público admitido para as mulheres é o "espaço expandido do lar".

Por ser a mulher, na grande maioria das vezes, a gestora do espaço e do cotidiano da casa, responsável ainda pela educação, saúde e alimentação, seu tempo dispendido na cidade é sempre uma luta travada contra o relógio visando ter tempo suficiente para todas as tarefas. O transporte, o lugar que habitam, a falta de infraestrutura dificultam sobremaneira seu cotidiano, reafirmando que a violência física e moral continuam presentes, assim como o medo pela rua.

Ainda, considerando que o G1 são mulheres que profissionalmente se dedicam a área do urbanismo, atividade técnica relacionada com o estudo, regulação, controle e planejamento da cidade, possuem, portanto um olhar legalista/tecnocrata da cidade, nesta pesquisa, podemos inquerir que possuem pouquíssima sensibilidade de gênero, o que pode indicar que na formação da Arquiteta Urbanista ainda não está engendrando ou sequer adentrou abordagens sobre relações de gênero e cidade, o que colabora para a reprodução histórica a que as mulheres estão subjugadas. Joseli Maria Silva, em seu artigo **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano** corrobora ao afirmar que a exploração acadêmica das relações de gênero e espaço no Brasil reúne, ainda hoje, um número reduzido de pesquisadores com produção sistemática na área.

As mulheres estão nos espaços privados e também nos espaços públicos, em todas as profissões, ocupando todos os cargos e níveis, sendo a maioria da população. Segundo pondera Gouveia (2005), estão nas cidades, em todos os lugares/espaços, contudo, o estar e transitar fisicamente em um dado território não significa a ocupação do mesmo como espaço próprio, como espaço público, como lugar/espaço de cidadania. Aqui se encontra a forma como utilizei o termo (In)visibilidade neste estudo, as mulheres são minoria nos espaços de direção, de organizações e nos espaços de representação política, como nas esferas públicas de gestão, **elas estão lá**. À sua maneira, usam a cidade, se movimentam, trabalham, mas não são ouvidas. Enquanto número, são incluídas nas estatísticas da cidade, usam o transporte coletivo, são contribuintes, residem na cidade, são mães, solteiras, empregadas e empregadoras, estão inclusas no número de acidentados, nos índices de estupro, nos anos de estudo, nos identificadores de saúde, de trabalho, enfim, são maioria no censo demográfico brasileiro e também no número de adultos votantes. Ao serem incluídas nas estatísticas, elas são visíveis, no entanto, ainda não são ouvidas/consultadas nos processos de tomada de decisão, e assim se revelam (in)visíveis.

Elas ainda são minoria no Conselho Nacional das Cidades – Ministério das cidades, o que evidencia a desigualdade entre homens e mulheres nos espaços de poder, especialmente naquele espaço de formulação da política, tornando ainda mais difícil a tarefa de dar visibilidade à problemática das mulheres. De fato, depoimentos de conselheiras revelam a dificuldade de pautar questões de gênero no interior das cidades, majoritariamente masculino e resistente a propostas de políticas afirmativas que transforme a realidade das mulheres nos espaços públicos. Ao analisar as falas dos três grupos focais percebi que o (in)visível de que falavam as clássicas feministas já se transformou, está visível. As mulheres se percebem na cidade, no entanto, as relações de gênero estabelecidas no âmbito da cidade ainda representam barreiras que precisam ser rompidas.

Nessa perspectiva, ainda que timidamente, algumas ações são promovidas no cenário nacional. O país aprovou, em 2009, uma lei estipulando que ao menos 30% das vagas dos candidatos às eleições sejam ocupadas por mulheres. Entretanto, nas palavras da deputada Soraya Santos do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro, a regra não garantiu a paridade porque muitas candidatas são preteridas em relação aos homens nos

financiamentos de campanha ou no tempo gratuito que têm na televisão (Anexo I).

Em 25 de agosto de 2015 o senado aprovou, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição (PEC 98/2015), que estabelece cotas para as mulheres nas eleições para os cargos políticos de deputada federal, estadual e vereadoras. Com 65 votos favoráveis e apenas 7 contrários, o texto da citada emenda prevê um percentual mínimo de representação de cada gênero na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais. As regras são estabelecidas para as três legislaturas seguintes àquela em que a PEC for promulgada. Na primeira legislatura subsequente, a cota é de pelo menos 10%; na segunda, 12%; e na terceira, 16%.

No dia 8 de setembro deste ano, o Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 98/2015), a qual reserva a cada gênero um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. A aprovação, no entanto, foi marcada por uma polêmica sobre a redação da PEC. O senador Magno Malta do Partido Republicano do Espírito Santo questionou a expressão “cada gênero” no texto da proposta. Para o senador, seria uma “expressão subliminar” para permitir, no futuro, o pedido de cotas na política para transexuais e homossexuais.

A senadora Rose de Freitas do PMDB do Espírito Santo reagiu, dizendo que “nenhuma má interpretação pode conduzir uma luta tão intensa em uma hora que temos de convergir forças”. Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro – PSB-BA, disse que, na verdade, só existem dois gêneros, o masculino e o feminino. Ela sugeriu colocar a expressão “gênero feminino” e “gênero masculino”, como forma de superar o impasse — o que foi aceito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo relator da proposta, senador Romero Jucá do PMDB-RR. A senadora ainda negou que a proposta desqualifique o voto popular e apontou que a proposta ajuda a firmar a posição da mulher na sociedade. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, onde também precisa passar por dois turnos de votação antes de ser promulgada pelo Congresso Nacional.

No contexto desta pesquisa, apesar do crescente desenvolvimento ocorrido nos últimos anos, como destaque no último capítulo desta dissertação, a representatividade política das mulheres não acompanhou o crescimento da cidade. Constata-se um número inexpressível de conselheiras, vereadoras, deputadas, senadoras, líderes de movimentos sociais. A Câmara Municipal da Cidade de Montes

Claros é formada por quatro diretores e dezessete vereadores e uma única vereadora. Considerando que a Câmara Municipal pressupõe um espaço de debates e discussões em torno das ações do Poder Legislativo local, sobre assuntos de interesse dos cidadãos e cidadãs, verifiquei exemplos de desvalorização e desrespeito à participação das mulheres, como no episódio ocorrido no dia 26 de novembro de 2013, em que um vereador da casa, em entrevista à TV Câmara, se referiu a uma militante aguerrida, que luta em prol de uma cidade melhor para todos, com os dizeres “se eu pudesse, eu mesmo dava um coro nela”, “vem pra cá porque quer arranjar um marido”, “eu vomito ela”.

Essa atitude não pode ser vista como uma manifestação isolada, visto que se trata de alguém que, supostamente, fora eleito para representar o interesse do cidadão. Trata-se, pois, de uma afronta à população, representa, no contexto da vida das mulheres montesclarenses, uma falta de compromisso ético-político contra todas as formas de desigualdade, discriminação e opressão, que marcam a vida das mulheres na cidade.

Ressalto, contudo, que um dos grandes problemas referentes às “conflituosas” relações de gêneros percebidas na cidade de Montes Claros, que se evidenciam nos relatos das entrevistadas para este estudo, não está diretamente relacionado aos direitos que têm como cidadãs, mas à participação delas na esfera política. Ainda assim, embora não haja representação feminina nos espaços de decisões da cidade de Montes Claros, elas estão presentes nas organizações comunitárias, de forma voluntária, por considerarem importante o engajamento em movimentos sociais que reivindicam melhorias para a população em geral. Assim relataram “[...] mesmo de longe, dez horas da noite, amanhã vai ter uma discussão na câmara e não pode faltar ninguém, **você larga as panelas e vai, o contato é por telefone.** (L3 G2). Elas estão presentes, engajadas, ativas, em uma dinâmica de protesto, na luta pela liberdade de viver sem os padrões de opressão baseados nas relações de gênero, talvez não o façam conscientes disso e também não sejam ouvidas, mas estão presentes por meio de seus “surdos protestos”.

Pensar a construção de uma sociedade justa, igualitária passa obrigatoriamente por reconhecer as diferenças, a diversidade e rejeitar mecanismos discriminatórios. A promoção da entrada das mulheres em todas as instâncias e em todos os níveis de debate e decisão de políticas públicas deve ter como objetivo, de acordo com A Carta Europeia Para a Igualdade Das Mulheres e Dos Homens na Vida Local (2006), a promoção de uma sociedade mais emancipada, livre de estereótipos constrangedores que travam toda a evolução favorável às mulheres em

matéria de planejamento e serviços urbanos, de segurança e de mobilidade. Importa salientar que, no intuito de alcançar esses objetivos, a Carta aponta a mudança de mecanismos e mentalidades e a necessidade de remover os obstáculos que fazem com que as mulheres não tenham ainda plenos direitos à cidade.

Deve-se ainda levar em conta que não se podem reduzir as mulheres a uma identidade unívoca e universal. Segundo Judith Butler, “(...) a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das mulheres” (BUTLER, 2003, p. 35). Portanto, Butler argumenta que as mulheres possuem outros elementos identitários como etnia, religião, classe social e que, acionados juntamente com o gênero, as tornam seres plurais.

A cidade é plural e as pluralidades dos sujeitos e das relações existentes fazem dela um campo privilegiado de lutas e as disparidades territoriais afetam diferenciadamente os grupos sociais. Destarte, analisar a importância da atuação das mulheres nas cidades diz respeito, também, a identificação das condições dos bens públicos disponíveis – equipamentos educacionais, como berçários, creches e escolas de diferentes níveis; serviços de saúde com horários alternativos que atenda as suas demandas, de transporte e de mobilidade; de segurança; de lazer: o conjunto de bens materiais e imateriais que traduzem os direitos de cidadania das mulheres.

Ainda de acordo com a Carta Europeia Para A Igualdade Das Mulheres E Dos Homens Na Vida Local, a exclusão das mulheres nas cidades incita o debate contemporâneo sobre uma nova filosofia de planificação e planejamento territorial, em que o recorte e a dimensão de gênero sejam indispensáveis para garantir o direito das mulheres à cidade a partir de que “pensar e remodelar a cidade através do olhar das mulheres aporta um novo equilíbrio e outra dimensão”. Todavia, promover cidades inclusivas para as mulheres vai além de políticas que garantam infraestrutura adequada aos espaços públicos ou de respeitar os direitos de igualdade estabelecidos por lei. A questão aqui se refere à participação política e ao “empoderamento” das mulheres nesse debate.

Débora de Araújo, militante do Levante Popular da Juventude e estudante de direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, adverte que é tarefa de todas nós mulheres pensar e debater acerca do modelo de cidade que queremos. Não podemos deixar que a opressão que por séculos nos relegou ao espaço privado do lar, nos siga quando formos à rua. As relações de gênero, marcadas pelo controle e submissão das mulheres, não podem ser reproduzidas na cidade.

Queremos participar dos processos de decisão para que a segurança das mulheres seja valorada acima da segurança de prédios.

É imperioso lutar por uma cidade democrática, segura, onde as mulheres possam ir onde quiser, usar o que quiserem, fazer o que quiser, sem que assim estejam expostas a alguma forma de violência e/ou constrangimento, entendendo que tudo aquilo a que estão submetidas domina, define e limita as suas possibilidades de ser, sentir e viver a cidade, de forma paritária. Dychtwald, Maddy; Larson; Christine, em *O poder econômico das mulheres: entenda como a independência feminina pode influenciar o mundo positivamente*, asseveram que, atualmente as políticas públicas que valorizam o investimento social reduzem a importância das mulheres, apesar do fato de que uma “sensibilidade de gênero” faça parte de sua abordagem.

Ainda que as abordagens deste estudo não encerrem a discussão acerca da cidade e da (in)visibilidade das mulheres nos espaços públicos, aferi que as conjecturas desta pesquisa, em certa medida, me ajudam a apreender a respeito das complexas relações de gênero. As discussões e apontamentos das mulheres participantes deste estudo possibilitam entrever que elas sempre reproduziram o espaço construído no público e no privado, que estão em todos os lugares/espacos, por eles circulam, constroem relações de pertencimento, reproduzem e estabelecem suas vivências, se preocupam umas com as outras, atentas aos olhares masculinos, muitas vezes até submissas a esses olhares. Ainda que elas não percebam ou não se deem conta das questões de gênero que perpassam as relações entre homens e mulheres, fazem do seu espaço um ser e estar no mundo, um ser e estar na cidade.

À guisa de conclusão, a pesquisa empreendida permite inferir que na cidade de Montes Claros a vivência das mulheres encontra-se compartimentada em detrimento das lógicas espaciais e dos conflitos sociais. Também que as relações de gênero ainda são elementos que influenciam a circulação das montes-clarenses. Por meio da fala das entrevistadas percebi o quanto as relações de gênero reduzem os seus deslocamentos intraurbanos.

Assim sendo, minha pretensão é contribuir para a constituição de um saber solidário que considere os novos e velhos processos sociais ainda negligenciados pelas análises acadêmicas no que refere à acessibilidade das mulheres aos espaços públicos. E, considerando a formação profissional (Arquiteta Urbanista), trazer à tona um debate acerca da prática de arquitetos(as) urbanistas ainda permeada pela lógica

do “mundo dos homens”, a qual, em certa medida, se mostra indiferente às situações de vulnerabilidade diferenciada para homens e mulheres.

Espero que os estudos aqui empreendidos se tornem instrumento de pesquisa e reflexão no intuito de entender o universo das mulheres para uma melhor habitabilidade de todo o contexto urbano. Da mesma forma, espero também colaborar com a atuação política no cerne da palavra, em que as mulheres – como representantes de um grupo – entendam a historicidade das lutas e reivindicações em prol da conquista de seu espaço nas cidades.

Não gosto de lágrimas, ainda em olhos de mulheres, sejam ou não bonitas; são confissões de fraqueza, e eu nasci com tédio aos fracos. Ao cabo, as mulheres são menos fracas que os homens, ou mais pacientes, mais capazes de sofrer a dor e a adversidade... (Machado de Assis)

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira/Pitanguy Jacqueline. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003- (Coleção primeiros passos; 44).

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Cidades Médias e Organização do Espaço no Brasil**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte: n.5, p.5-34, Junho, 1984.

ANDRADE, M. **A Vida Comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ARAÚJO, Lara. **As Maculadas**. Revista Tuia. Ed. Plano 12 Comunicação e Marketing em parceria com a Unimontes. Nº1, set/out de 2013. Disponível em: <<http://www.revistatuia.com/tuia/tuia01/>>, acesso em 11.08.2014.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Relógio D'Água, Lisboa, 2001.

ÁVILA, Maria Betânia – **Feminismo e sujeito político**. In Revista PROPOSTA, FASE, Ano 29, nº 84/85, Rio de Janeiro, março/agosto de 2000.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet, 4ª ed. SP: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENÉVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

BIROLI, Flávia. **Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça**. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Pascalian meditations**. Cambridge: Polity Press, 2000 [1997]. (p.175-177).

BOURDIEU, Pierre. Entrevista por Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2012.160p.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Março de 1985.

BRASIL.[Constituição (1988)].**Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos ; n. 67)

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.80 p.I

BRASIL. **Medida Provisória (MP) nº 2.220**, de 4 de setembro de 2001/01. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm)>. Acesso em 12 set 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero? SOS CORPO** - Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2004.

CALIÓ, Sônia Alves; LOPES, Maria Margarida. **Mulher e espaço urbano**. Assessoria dos direitos da Mulher, Prefeitura Municipal de Santo André: 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL. Elaborada e promovida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros. Presented at CEMR's general assembly, Innsbruck May 2006. Written by CEMR in the framework of the Vth community action programme for equality of women and men. Contact: Sandra Ceciariini sandra.ceciarini@ccre.org. Disponível em: <http://www.igualdade.cm-abrantes.pt/docs/charte_egalite_pt.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHAUÍ, M. **Senso comum e transparência**. In: LERNER, J. (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Editora Oficial do Estado, 1996/1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo, Editora Ática, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Niterói. Revista Gênero. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Duby, G.; Perrot, M. **História das mulheres**. Porto: Afrontamento, 1990.

FENSTER, Tovi. **O direito à cidade Gendered: diferentes formas de pertença na Vida Cotidiana**. Revista de Estudos de Gênero, vol. 14, pp. 217-231. Novembro de 2005.

FONSECA, Luciana Silva. **Planejamento Urbano: Uma análise na configuração do espaço urbano de Montes Claros – MG**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Unimontes, Montes Claros, 2010.

FRANÇA, Iara Soares de. QUEIROZ, Caroline Gabriele Trindade. **Rede urbana regional e os fluxos no setor de saúde no norte de Minas Gerais**. Hygeia, ISSN: 1980-1726 Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde – Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>>, acesso em: 25.08.2015.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005. 77p. Série Pesquisa em Educação - 10.

GOITIA, F.C. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

GONDIM, S. M. G.. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, v.12, n. 24, p. 149-16, 2003;

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. Tese de doutorado, FAUUSP, julho de 2004.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo: Annablume, 2011.

GOUVEIA, Taciana. **Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades?** 2005. Fórum Nacional de Reforma Urbana. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2013.

GUIMARÃES, Valter Soares. **O grupo focal e o conhecimento sobre identidade profissional dos professores.** In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, Evandro; FRANCO, M. A. S. Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo : Edições Loyola, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: **Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE. Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil: 2000. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=314330>, com acesso em 28 dez 2013.

IPEA, UNIFEM, SPM. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: análise preliminar.** 3 ed. Brasília: IPEA, 2008.

IPEA **A mobilidade urbana no Brasil. [Brasília]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro; n. 94. 2011.

JENSON, Jane. **Políticas públicas e investimento social: quais as conseqüências para a cidadania social das mulheres?** In: Estudos de Sociologia (Estudos de Gênero)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara:UNESP, 1º semestre de 2012, pp. 87-106.

KERGO At, Danièle (2012) **Se battre, disent-elles... Paris, La Dispute** (col. Le Genre du Monde). Tradução.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.** Rio de Janeiro: IPPUR, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. São Paulo: Centauro, 2001
LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora: Unesp, 1998.

LEITE, Adriana Filgueira. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21 / 1998.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

LENY, A. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

LESSA, Simone Narciso. SILVEIRA, Aurea Viviane Fagundes. **Reestruturação do patrimônio cultural de Montes Claros – MG**. Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, ano 10, n. 15, dez. 2012.(p. 12).

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da estrela**. R.J, Ed. Rocco, 1977.

LOBATO, Roberto Corrêa. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

LOPES, E. S. L., Neri, A. L. & Park, M. B. (2005). **Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea**. *Textos sobre Envelhecimento*, 8(2), 30-32.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACEDO, Márcia S. **Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres**. In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes Novib; SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

MAGNANI, José Guilherme C.. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. In: Revista brasileira de ciências sociais, vol. 17, n. 49. São Paulo: jun. 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo - desigualdade, ilegalidade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In A Cidade do Pensamento Único – Desmanchando Consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2000.

MARICATO, Ermínia. ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consenso/ cap. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Editora Vozes, 3ª edição. Petrópolis, 2002.

MARICATO, E. & SANTOS JÚNIOR, O. A. **Construindo a política urbana: participação democrática e o direito a cidade**. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS JUNIOR, O. A. (orgs.). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

MARICATO, Ermínia. **O Estatuto da cidade periférica in O Estatuto da Cidade : comentado**. /organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

MARTIN, Nuria Belloso. **Os novos desafios da cidadania**. Tradução de Clóvis Gorczewski – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

MARTINEZ, Zaida Muxi. **Space is not neutral: Some reflections on habitation and the city from a gender standpoint**. Centre on Housing Rights and Evictions, Bulletin on Housing Rights and the Right to the City in Latin America, vol. 1, no. 5, pp. 3-4. December 2008-January 2009.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Historia das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas**. Revista Olhares Feministas / Hildete Pereira de Meló, Adriana Piscitelli, Sonia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). - Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2009. 504 p. - (Coleção Educação para Todos ; v. 1 0).

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. 284 p.

MENEZES, M. A. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 39, p. 221-253. Editora UFPR, 2003.

MONTES CLAROS. Arquivo Câmara Municipal. **Plano Diretor de Montes Claros: leis de urbanismo e zoneamento, classificação de uso do solo e Código de Obras**. Montes Claros: PMMC, 1970.

MONTES CLAROS. Arquivo Câmara Municipal. **Plano de Desenvolvimento de Montes Claros: Diretrizes de 1991**. Montes Claros: PMMC, 1991. 145

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica. **Plano Diretor de Montes Claros de 2001**. Montes Claros: PMMC, 2001.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Campinas: Moderna, 1999.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997.

MOTTA, Alda Britto da. **Nova História das Mulheres no Brasil**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Antônio Augusto Pereira. **Montes claros sob os olhos da arquitetura**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, Minas Gerais – Brasil, Volume II, 2008. Disponível em: <http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm>. Acesso em 13/02/2015.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima. **Violência no sertão: prática natural ou atentado as regras e as leis no norte de Minas e em Montes Claros entre 1830 e 1930**. 2013. 336 f. Tese (Doutorado

em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NERY, Samantha. O. **Grupo focal.** (Extraído do Projeto Itajubá – Tecnópolis) 1997.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **OS ESTUDOS SOBRE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. ENCE/IBGE.

OLIVEIRA, Z.L. C. **A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?** In: Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. **Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa Paraná.** Revista de História Regional, v. 12, p. 175-195, 2007.

PAULA, A. N. R. de. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida.** Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG, 2003.

PEREIRA, Anete Marília; SOARES, B. R. **Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros-MG.** In: SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA. UBERLÂNDIA, 4., 2006, Uberlândia. Anais. Uberlândia, 2006.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares (Org.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A CIDADE DO FAVOR: Montes Claros em meados do século XX.** Editora: Unimontes. 2002.

PEREIRA, M. J. B. et al. Grupo focal: **experiência na coleta de dados do Projeto CIPESC–Brasil.** In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. A classificação internacional das práticas de

enfermagem em saúde coletiva – CIPESC. Brasília: ABEN. 1999. (Série didática: Enfermagem no SUS).

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PITANGUY, Jacqueline. **Gênero, cidadania e direitos humanos**. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (org) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia Brasileira**. Tempo Social -Rev. Sociologia da USP, S. Paulo, v.7, n.1-2, p. 67-82, 1995.

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. **Feminizar é preciso: por uma cultura filógena**. Publicado na revista: São Paulo Em Perspectiva, 2001, p. 59,60.

RIBEIRO, Liliana. CISCOSA-Coordenação da Rede Mulher e Habitat – LAC. Cidade de Córdoba, Argentina. **Plataforma política da Rede Mulher e Habitat da América Latina** - Cidade de Córdoba, Argentina. Junho de 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Plano diretor e gestão democrática da cidade**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em Disputa: Transformando modos de vida no sertão e na cidade**. Jundiaí, Paco Ed. (2013).

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

RUAS, Edna de Freitas Gomes et al. **Anais do 2º Encontro Internacional de Pesquisadores: esporte, saúde, psicologia e bem-estar**. Edição 1 - Ano Edição - 2014 Tipo de Suporte - Internet - Editor(a) Ed. UNIMONTES. Participações Maria de Fatima de Matos Maia et al. (ORGANIZADOR.)

RUEDIGER, Marco A.; RICCIO, Vicente. **Grupo focal: método e análise simbólica da organização e da sociedade**. In: VIEIRA, Marcelo M.F; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.) Pesquisa qualitativa em administração. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B.. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 16, 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALZSMAN, Janet. **Equidad y género: una teoría integrada de estabilidad y cambio**. Tradução de María Coy. Madri: Cátedra, 1992.

SCOTT, Joan. "**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**". Educação & Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (org.) A Escrita da História: novas perspectivas. 4^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. "**La querelle des femmes**" no final do século XX. *Estudos feministas*. Florianópolis, 09(2), 2001, p.376.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. Florianópolis, Editora das Mulheres, 2002, p.48.

SETTON, Maria da Graça Jacintho Setton. **A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, nº 20, maio/jun/Jul/ago, 2002.

SILVA, Maria Escolástica Álvares da. **Mulher: Substantivo Masculino**. Campinas: UNICAMP, 1988.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134. 2007.

SILVA, Lindon Jonhson Dias da. **A modernidade no sertão: A experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, 2008.

SILVA, Luciano Pereira da. *et al.* **Lazer, política e espaços públicos na perspectiva da população.** In. PEREIRA, Laurindo Mékie; SILVA, Luciano Pereira (Org.) **Políticas e vivências de lazer na cidade:** o caso de Montes Claros/MG. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2010.

SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de Ontem e de Hoje.** 2. Ed. Montes Claros, MG. Academia Montesclareense de Letras, 1999.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno Urbano. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SMITH, Susan. **Teoria política e geografia humana.** In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.) *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 65-89.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297-311.

SOUZA NETO, Georgino Jorge *et al.* **A prática do lazer na cidade: a percepção da população.** In. PEREIRA, Laurindo Mékie; SILVA, Luciano Pereira (Orgs.) **Políticas e vivências de lazer na cidade:** o caso de Montes Claros/MG. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2010.

SOUZA, M. L. de. **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social.** Território. Ano II, n. 3, p. 13-35, jul/dez, 1997.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um conceito-problema.** Território, Ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez., 1998.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Trad. Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

TUPINAMBÁ GRAÇA, Ruth. **Montes Claros - Eterna lembrança / Memórias**. Secretaria Municipal de Cultura, Consórcio Literário - Oficina das Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, 2010.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. Organizadores. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. – São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VICHAS, R. P. **Complete Handbook of Profitable Marketing Research Techniques**. New Jersey: Englewood Cliffs e Prentice-Hall, 1982.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. **Conceito e categorias da cidade**. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Fonte: Site da Prefeitura de Montes Claros. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm>. Acesso em: em 27 dez 2013.

APÊNDICES

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntária, do estudo que tem como pesquisador responsável a aluna de Mestrado Cabriella Novello, do curso de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que pode ser contatada pelo e-mail cabriella.novello@ifnmg.edu.br e pelos telefones (38)9875 XXXX e (38) 3223XXXX. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres, visando, por parte da referida aluna a realização de uma pesquisa com o foco de análise no direito à cidade e gênero, ou seja, entender os usos da cidade de Montes Claros pela mulheres. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e minha participação consistirá em conceder uma entrevista, na modalidade de grupo focal, que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização e que, nesse caso, será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Montes Claros, ____ de _____ de 2014.

Apêndice B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ/
FILMAGEM

Eu, _____,
depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa com foco no Direito à cidade e gênero poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação/filmagem de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Cabriella Novello a realizar:

(X) gravação de voz e (X) filmagem

de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora da pesquisa Cabriella Novello, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Montes Claros, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

Apêndice C

Descrição do perfil do entrevistado	
<p>A seguir você preencherá um questionário com dados de interesse sobre seu perfil e relações com a cidade. Caso sinta-se incomodado em responder a alguma pergunta do questionário, marque as alternativas de não declaração, mas não deixe de responder. Apenas pedimos que você preencha o questionário com sinceridade. Os dados serão utilizados de forma categorizada, sendo mantidos em sigilo informações pessoais.</p>	
<p>1. Nome do entrevistado:</p> <p>_____</p> <p>Telefone para contato: _____</p> <p>E-mail: _____</p>	
<p>2. Pseudônimo _____</p>	
<p>3. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p>	<p>4. Idade:</p> <p>_____</p> <p>anos completos.</p>
<p>5. Estado Civil:</p> <p><input type="checkbox"/> Solteira <input type="checkbox"/> Casada <input type="checkbox"/> Separada / Divorciada</p> <p><input type="checkbox"/> Viúva</p>	
<p>6. Naturalidade:</p> <p><input type="checkbox"/> Brasileiro(a) <input type="checkbox"/> Estrangeiro(a) naturalizado(a) Qual país? _____</p>	
<p>7. Estado de origem: _____</p> <p>Município de origem: _____</p>	
<p>8. Em seu município de origem você morava na região:</p> <p><input type="checkbox"/> Urbana (cidade) <input type="checkbox"/> Rural (fazenda, sítio, chácara, aldeia, vila agrícola, etc.)</p>	

alguma remuneração.

Não trabalho.

21. Qual é a sua renda familiar mensal?

Menos de 1 salário mínimo (até R\$724)

De um a dois salários mínimos (entre R\$724 e R\$1.448)

De dois a cinco salários mínimos (entre R\$1.448 e R\$3.620)

De cinco a dez salários mínimos (entre R\$3.620 e R\$7.224)

De dez a quinze salários mínimos (entre R\$7.224 e R\$ 10.860)

De quinze a vinte salários mínimos (entre R\$10.860 e R\$ 14.480)

De vinte a quarenta salários mínimos (entre R\$14.480 e R\$28.960)

Mais de quarenta salários mínimos (acima de R\$ 28.960)

Prefiro não declarar

22. Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?

Não trabalho e sou sustentado por minha família ou outras pessoas

Trabalho e sou sustentado parcialmente por minha família ou outras pessoas

Trabalho e sou responsável apenas por meu próprio sustento

Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família

Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família

Outra situação _____

23. Quantas pessoas (contando com você) contribuem para a renda da sua família?

Uma Duas Três

Quatro Seis Sete

Cinco Dez Mais.

Nove Dez Mais.

Quantas? _____

24. Quantas pessoas (contando com você) vivem da renda da sua família?

Uma Duas Três

Quatro Seis Sete

Cinco Seis Sete

<input type="checkbox"/> Oito <input type="checkbox"/> Nove Quantas? _____	<input type="checkbox"/> Dez	<input type="checkbox"/> Mais.
25. Você identifica preconceito contra a mulher na sociedade brasileira?		
<input type="checkbox"/> Sim, muito um pouco	<input type="checkbox"/> Sim, moderadamente <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim,
26. Você já sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de ser mulher?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
27. Você já foi vítima de algum tipo de ato violento, tal como sequestro, sequestro relâmpago, espancamento, estupro, ou outro?		
<input type="checkbox"/> Sim, uma vez <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar	<input type="checkbox"/> Sim, mais de uma vez	<input type="checkbox"/> Não
28. Você identifica algum tipo de violência contra a mulher na sua cidade? explique:		
_____ _____ _____ _____		
29. Em sua opinião, a participação da mulher na cidade...		
<input type="checkbox"/> É fraca e não há porquê mudar <input type="checkbox"/> Ainda é muito fraca e custa a melhorar <input type="checkbox"/> Ainda é fraca mas vem melhorando muito com o passar dos anos <input type="checkbox"/> É fraca e não creio que vá mudar muito nos próximos tempos <input type="checkbox"/> É moderada e ainda precisa melhorar <input type="checkbox"/> Está boa e não precisa mudar <input type="checkbox"/> Não tenho uma opinião formada sobre o assunto		

Apêndice D

GUIA DE PERGUNTAS PARA O GRUPO FOCAL			
BLOCOS	OBJETIVO	PERGUNTAS	TEMPO
MOTIVAÇÃO DA ENTREVISTA	Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informar sobre o tema e objetivos do trabalho 2. Solicitar a colaboração do entrevistado, explicando a sua importância para o estudo em curso 3. Assegurar o anonimato das opiniões 4. Garantir informação sobre o resultado obtido 5. Pedir autorização para gravar a entrevista 	15'
I - A CIDADE DE MONTES CLAROS	Identificar os principais problemas que afetam a população feminina no uso da cidade	<p>Qual sua opinião sobre Montes Claros atualmente?</p> <p>Você gosta de morar aqui?</p> <p>O que mais gosta na cidade?</p> <p>O que menos gosta na cidade?</p> <p>Porque moram em Montes Claros?</p> <p>Pretendem mudar do local onde moram?</p>	15'
II - TRABALHO PROFISSIONAL E LUGARES-ESPAÇOS	Conhecer as diferentes atividades e funções profissionais exercidas pelas entrevistadas e em	<p>Como é a jornada de trabalho?</p> <p>Trabalha perto da moradia?</p> <p>Como se dá a acessibilidade?</p> <p>Quanto tempo leva</p>	15'

	quais espaços são realizados	para chegar ao trabalho? Numero de transporte para o trabalho Problemas no percurso O fato de ser mulher determina a região onde trabalha? Cidade das oportunidades, do trabalho	
III - TRABALHO COM A FAMÍLIA E LUGARES-ESPAÇOS	Identificar espaços e locais importantes para o cuidado da família e como influenciam nas relações familiares	Quanto tempo em média gasta fazendo ou orientando os trabalhos domésticos Escola dos filhos Médico Lavanderias Compras consumo de bens não duráveis pagamentos de contas Cuidado com idosos Compras consumo de bens não duráveis, de bens semiduráveis e duráveis.	15'
IV - LAZER E LUGARES-ESPAÇOS	Identificar espaços utilizados pelas mulheres para Lazer ou Consumo Cultural	O que gostam de fazer quando não estão trabalhando? O que fazem quando não estão trabalhando? Atividades no tempo livre nos dias úteis e finais de semana Assistem TV, vão ao cinema, vão a shows, vão a clubes, ao teatro, a parques, a praças, Bares, Shopping Center, Esporte, Igreja	15'
V - SOCIABILIDAD	Identificar como se dão as relações	Fazem visitas a parentes e amigos	15'

E (COTIDIANO COM AS VIZINHAS, AMIGAS) E LUGARES-ESPAÇOS	sociais para essas mulheres e onde se efetivam	Conversam com as vizinhas, Viajam, Passeiam pelas ruas, Como passeiam sozinhas ou acompanhadas? A cidade é Violenta?	
VI Considerações finais	– Conhecer como os diferentes estratos sociais de mulheres percebem a cidade de Montes Claros.	Qual o papel que a cidade de Montes Claros tem na sua vida? Ser mulher na cidade de Montes Claros é...? O que a cidade de Montes Claros precisa para seguir adiante? Quais expectativas você tem para o futuro, a respeito da cidade de Montes Claros?	15'

ANEXOS

Anexo I

A mulher invisível

Ela não era como as mulheres dos livros de história. Não provocava revoluções, não ditava regras nem mudava o mundo. Tampouco era como as mulheres dos contos de fadas, faltava-lhe a ingenuidade, parecia faltar também um final feliz depois de tudo. Ela fazia parte do mundo real e na anarquia indiferente da realidade cada ser precisa lutar por seu espaço, sem se importar muito com a forma de como as coisas devem ser e acontecer, ou esperar por condecorações e finais felizes. Sua vida era trágica e cômica, seus dias tendiam à rotina, acordava sempre na mesma hora, fazia as mesmas coisas, parecia presa em um longo e interminável dia cinzento e frio. E havia mais: ela era ignorada em todo lugar, algo realmente pior do que ser confrontada ou simplesmente desprezada.

Um dia pela manhã resolveu fazer algo diferente, colocou-se em frente a um espelho e chocada entendeu o problema, ela era invisível. Não existia nada ali. Estava explicado então o motivo de ser ignorada. Como qualquer ser sensível e delicado, chorou por horas, afinal, não é algo muito animador de repente se dar conta que é invisível. Começava a pensar em como as coisas ficariam agora, como iria seguir sua vida, como ficariam seus planos e ambições. Tentou espelhos diferentes e nada. Espelhos não mentem, alguém havia dito uma vez.

Depois de dias e dias pensando e tentando encontrar uma solução para o problema da invisibilidade, a mulher invisível saiu para a rua e uma vez lá, notou coisas que não havia notado antes. Havia todo tipo de coisa na rua, indiferença, desigualdade, humilhação e ali estava ela, na esperança de que ao menos alguém ouvisse a sua voz. Vendo aquilo, a mulher invisível então se conformou, não havia mais nada a se fazer. Como ser notada se era invisível? Certamente tinha voz, mas seu discurso não era tomado como sério nem digno de respeito. Ninguém a ouvia, ela parecia estar gritando a sete palmas de distância, bem lá no fundo. Seguia incompreendida e só, à margem, observando em silêncio.

Como era invisível, podia estar em qualquer lugar. E estava: nas empresas, nas lojas, nos restaurantes, nas farmácias, em todo o lugar. Foi aí que notou algo estranho, onde estavam todas as outras mulheres? A resposta se formou de forma clara em sua mente, era obvio, todas

eram invisíveis. Por isso não se manifestavam, por isso não eram notadas. Já estavam todas conformadas. Não estavam nos livros de histórias por um grande feito, não foram imortalizadas pelas mãos de um escritor. Talvez fossem normais demais, talvez fizessem coisas tão triviais que isso não significasse nada. Era como se estivessem em outra dimensão, em outro plano, um lugar tão longe e esquecido que era impossível enxergá-las.

Algo parecia definitivamente errado, as mulheres não estavam sempre tentando melhorar a aparência, aprendendo coisas novas, ampliando seus conhecimentos, rastreando melhores oportunidades justamente para serem notadas? Não parecia justo que um véu de invisibilidade as cobrisse, não deixando que mostrassem o quanto são capazes e merecedoras do melhor. Para onde quer que ela olhasse via apenas homens, bem sucedidos ou não, desfrutando de uma sociedade que em sua opinião os favorecia. Uma sociedade machista. Mas algo não se adequava à sua teoria, pois para que haja um homem machista, deve-se existir uma mulher que se submeta a ele, certo? E parecia que ali não havia nenhuma mulher se submetendo a ninguém. Talvez estivesse exagerando as coisas.

Em uma de suas andanças, a mulher invisível deparou-se com uma aglomeração de pessoas que gritava vivas e exaltava quem quer que estivesse falando em cima de um palco improvisado. Sobre o palco ela reconheceu o prefeito da cidade, o credor das propostas utópicas de igualdade. Ele e seus homens discursavam a todos os seus feitos, proclamavam as melhoras conquistadas, tentavam a todo custo convencer seus ouvintes dizendo que todos viviam agora em uma cidade mais igual, mais justa, que todos tinham os mesmos direitos. Quanta hipocrisia em tão pequeno espaço, a mulher invisível pensou. Será que além de as mulheres terem ficado invisíveis, os homens tinham agora problemas para enxergar a verdade também? Não podia ser possível que eles não vissem tamanha desigualdade, de todos os tipos, todas as vezes que saíam na rua.

A cada lugar que passava, silenciosa como sempre, a mulher invisível via coisas que teoricamente não deviam existir, até mesmo as leis proibiam. E havia também coisas que deveriam existir, direitos, mas isso de algum modo não se realizava. E estas coisas pareciam-lhe um estranho paradoxo, onde havia luta e conformismo, ideias de liberdade e sentimentos de submissão. Começava a achar que o conceito de mulher e o de voz eram opostos perfeitos. Talvez quando as páginas da história fossem enfim viradas as pessoas olhassem para trás e vissem a tamanha injustiça que cometiam quase sem perceber. Falando em injustiças, a

mulher invisível pensou em si mesma, em sua trágica situação e em como uma solução parecia impossível. Lembrou-se da rotina que tinha antes de calar-se diante de sua suposta invisibilidade. Então ela não era invisível, não podia ser. Mas os espelhos não mentem, não é mesmo? Não, decidi por fim que ela não era invisível, quer espelhos mintam, quer não. Era a sociedade que estava cega. Era a sociedade que eliminava de seu campo de visão todas as Marias, Joanas, Marcelas e Priscilas, quase sem perceber, tirando-lhes chances, impondo a elas situações ridículas.

A máscara que recobria a sociedade escondia uma realidade preconceituosa, onde coisas mínimas, como a diferença entre salários de um homem e de uma mulher, em uma empresa, faziam parte de um todo significativo, um todo que dava o incrível – e assustador – poder de invisibilidade às mulheres. Durante a história do homem no Brasil, da colonização à atualidade, muito havia se lutado pela chamada igualdade. A mulher nos tempos coloniais do país, por exemplo, havia ficado totalmente à margem, excluída da sociedade. Muito tempo havia se passado desde que a humanidade evoluiu, mas essa evolução não parecia alcançar o interior das casas, onde a mulher seguia presa a costumes e obrigações, dependendo do marido, sendo submissa às suas vontades.

Então com o tempo, o que parecia utopia, impossível demais para ser tomado como verdade, começou a acontecer. A mulher enfim se libertava das correntes do casamento, dos antigos costumes e das autoritárias e nada democráticas leis da sociedade machista que outrora dominava. E a muralha se desfazia cada vez mais. Passava-se então a substituir a dona de casa e a mãe de família pela doutora, chefe, juíza, ministra, presidente. Apesar de tudo, sutis diferenças ainda marcavam os tempos de antes e o agora. A desigualdade era muito mais explícita e muito mais tolerada antes e, hoje em dia, apesar de disfarçada, há voz que se manifeste contra ela, assim como há voz que hesite, e por isso ainda está longe do ideal. Estariam todos então vivendo uma nova fase da história, ou apenas vivenciando uma nova versão de uma velha história, onde há muita teoria, muita discussão e falta de ação ou até mesmo um conformismo tão enraizado que se torna difícil realmente existir uma igualdade, mesmo que a história já tenha provado que a tal superioridade masculina seja um grande equívoco. A mulher invisível que o diga.

Autoria anônima.

Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/963166ca-cdf8-409a-a1d3-50fb497de6dc>>. Acesso em: 06.09.2015.

TERRÍVEIS PRESENTIMENTOS

Ruth Tupinambá Graça

Eu fico olhando da janela do meu quarto, no sexto andar a beleza da nossa cidade. Não há nenhuma outra com um céu tão lindo. Ela é também uma cidade agradecida. Com as poucas chuvas que tivemos percebo uma enorme transformação. As serras que a contornam antes tão ressequidas estão agora mais bonitas, mais verdes. Percebe-se até os ipês floridos colorindo a paisagem afirmando -nos a persistência da natureza tão perseguida pelo homem.

Uma linha verde sinuosa e bem delineada, contrastando com o céu azul contorna toda a cidade podendo-se notar a sua extensão e o quanto ela cresceu. Não me canso de admirar os morros "Dois Irmãos" que apesar de toda a maldade e exploração das Empresas de Cimento, que vêm corroendo-os covardemente pelas costas tanto, que ouvi dizer que eles estão parecendo uma boca da qual se arrancaram Todos os dentes ficando apenas os buracos.... Mas apesar de tudo eles continuam firmes e como dois guardiões guardando a nossa cidade.

Montes Claros nasceu para ser uma cidade ideal, bonita, pacata, teve outrora uma qualidade de vida que até hoje nos lembramos com saudade. Durante anos ela foi uma cidade simples, pequena, iluminada, a noite, apenas pelo luar do sertão. Aquele luar que hoje não mais percebemos assim como tantas outras belezas que desapareceram do sertão mineiro Onde andarão agora as famílias que naquele tempo, se comunicavam numa convivência tão amiga?

Mesmo com todas as dificuldades e desconforto de uma cidade pequena eram felizes como verdadeiras famílias de mineiros. Sentavam-se em cadeiras na calçada com os vizinhos, batiam longos papos, horas privilegiadas (que hoje não temos) em que cada qual vinha aderir, sem cerimônia, pois sabiam que eram bem vindos e cada qual tinha uma novidade para contar: um acontecimento político importante, casamentos, fofocas de família, namorados e pretendentes das "donzelas", enfim os acontecimentos que as amigas precisavam saber tudo na maior confiança. Ali mesmo servia-se um cafezinho gostoso com biscoitos caseiros, trocavam -se receitas, enquanto as crianças se esbaldavam na rua despreocupadas e também felizes.

Tinham realmente uma infância porque a cidade era aconchegante tranquila, livre das maldades e violências. Até então desde a sua

fundação, Montes Claros era uma cidade pequena, poucos habitantes esquecida pelo nosso governo que nem se percebia a existência daquela "gema" preciosa encrustada neste abandonado sertão mineiro, tantos anos sem comunicação e transporte. Mas o que aconteceu?

Com a chegada do trem de ferro em 1926 e as facilidades de comunicação ela cresceu desordenadamente, tanto vertical como horizontalmente, sem um Plano Diretor que a transformasse numa cidade bem traçada com todos os requisitos necessários ao seu desenvolvimento físico, econômico e social. Velozmente seus habitantes chegaram á 400.000 e os montesclarenses dormindo em "berço esplendido" não perceberam a invasão que aqui se ocorreu devido a sua fama de cidade hospitaleira (que todos recebe com o coração) e de grande futuro.

Ela cresceu muito é um fato inegável mas a qualidade de vida caiu. Temos comunicação, transporte, residências maravilhosas, condomínios invejáveis. Edifícios subindo dia a dia, como num passe de mágica, faculdades de todos os tipos, um mundo de lojas lanchonetes aparecem de repente. As ruas estreitas entupidas de carros e motos dificultando o transito.

Mas o que adianta tudo isto se vivemos escorraçados, medrosos, escondidos atrás das cercas elétricas enquanto os bandidos, ladrões e assassinos andam soltos matando e roubando sem punição? É que o progresso de uma cidade não deve ser baseado só na economia. Infelizmente o ter suplantou o ser. Todos querem fortuna e posições vantajosas. Deslumbrados com o crescimento físico e econômico da nossa cidade se esquecem que ela não tem estrutura suficiente Para tanto desenvolvimento. Falta água, esgoto em toda a cidade. A saúde, educação e higiene da cidade estão em crise. Faltam escolas municipais e estaduais de ensino fundamental(com tempo integral) prejudicando, principalmente a periferia com a falta de assistência às crianças e jovens, aumentando o numero de candidatos ás drogas.

A violência assusta e gera o medo. Não há esperança. Até onde chegará esta angustia e sofrimento? A Administração Publica não poderá resolver tudo sozinha. É necessário a colaboração de todos os meios. Deixem de lado o egoísmo, as "paixões políticas", as "picuinhas de partidos", reunindo-se todos numa mesa redonda: Administração Pública, Comunidade, Partidos Políticos, Deputados e Vereadores com um só pensamento: Socorrer Montes Claros!!....

Sou a vovó da cidade (97 anos) e como tal acompanhando-a em toda esta trajetória posso até dar um puxão de orelha nos montesclarenses, Acordem!... E que esta providência seja urgente. Do contrário o fracasso

da nossa cidade será um fato consumado e não adiantará , mais tarde, chorar o leite derramado.

(N. da Redação: Ruth Tupinambá Graça, de 97 anos, é atualmente a mais importante memorialista de M. Claros. Nasceu aqui, viveu aqui, e conta as histórias da cidade com uma leveza que a distingue de todos, ao mesmo tempo em que é reconhecida pelo rigor e pela qualidade da sua memória. Mantém-se extraordinariamente ativa, viajando por toda parte, cuidando de filhos, netos e bisnetos, sem descuidar dos escritos que invariavelmente contemplam a sua cidade de criança, um burgo de não mais que 3 mil habitantes, no início do século passado. É merecidamente reverenciada por muitos como a Cora Coralina de Montes Claros, pelo alto, limpo e espontâneo lirismo de suas narrativas).

Disponível

em:

<<http://www.montesclarosmg.com.br/mural/cronistas.asp?cronista=Ruth%20Tupinamb%E>>. Acesso em 20.set.2015.

AnexoIII

Câmara rejeita criação de cota para mulheres no legislativo

16/06/2015 - 23h22 Atualizado em 17/06/2015 - 15h49

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



Bancada feminina tentou aprovar percentual de vagas para as mulheres no Legislativo. Foram 293 votos a favor da medida, mas o mínimo necessário era 308.

Por falta de votos, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta terça-feira (16) emenda apresentada pela bancada feminina à reforma política (PEC 182/07, do Senado) que garantia um percentual de vagas no Legislativo para as mulheres. Foram apenas 293 votos a favor do texto, mas o mínimo necessário era de 308. Houve 101 votos contrários e 53 abstenções.

O texto previa uma espécie de reserva de vagas para as mulheres nas próximas três **legislaturas**. Na primeira delas, de 10% do total de cadeiras na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas estaduais, nas câmaras de vereadores e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na segunda legislatura, o percentual subiria para 12% e, na terceira, para 15%. As vagas deveriam ser preenchidas pelo sistema proporcional. Se a cota não fosse preenchida, seria aplicado o princípio majoritário para as vagas remanescentes.

Debate em Plenário

No debate em Plenário, diversos deputados defenderam as cotas. A deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) disse que as mulheres já conquistaram marcos legais importantes, como as leis **Maria da Penha** e do Feminicídio. “Mas ainda precisamos enfrentar o modelo político que exclui a participação das mulheres”, disse ela, recordando o papel decisivo de uma das figuras mais significativas do feminismo no Brasil, a bióloga Bertha Lutz, que conquistou o direito da mulher de votar em 1932.

A deputada Moema Gramacho (PT-BA) defendeu maior participação das mulheres nos espaços de decisão política. “Nós ainda representamos apenas 10% dos legislativos, em média. Isso é muito desproporcional”, disse. “Hoje, dos 513 parlamentares [na Câmara dos Deputados], só temos 50 mulheres. Precisamos mudar isso.”

O líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), disse que o aumento da participação de mulheres no Parlamento envolve uma batalha jurídica, política e cultural. Segundo ele, o baixo percentual de mulheres na Câmara dos Deputados (9,9% das vagas, enquanto as mulheres são 52% da população) é “uma sequela de uma estrutura patriarcal e machista que transborda do ambiente familiar para as relações sociais e instâncias do poder público”.

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), por sua vez, disse não querer “superar os homens, mas atingir a igualdade”.



*O ranking considera apenas os órgãos equivalentes à Câmara dos Deputados

Fonte: Women in National Parliaments

Posição contrária

Por outro lado, o deputado João Rodrigues (PSD-SC) se disse contrário a qualquer tipo de cota que não seja relacionada à renda. “O Brasil está se transformando em País de cotas. Em estados e municípios, não é proibida a candidatura de mulher. Se criarmos cota, amanhã ou depois teremos deputadas federais eleitas com 5 mil, 10 mil ou meia dúzia de votos”, sustentou. “Não entramos aqui pelo sexo nem por opção sexual; foi pelo trabalho, pelo empenho e pelo compromisso com a sociedade”, finalizou.

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) discordou de Rodrigues e lembrou que cinco estados atualmente não têm mulheres como parte de sua representação no Congresso Nacional.

Já o deputado Delegado Edson Moreira (PTN-MG) citou a Constituição para lembrar que todos são iguais perante a lei. “Cotas daqui e dali e, daqui a pouco, todos estarão fazendo cirurgia para mudar de sexo para entrar no Congresso”, afirmou.

A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), lembrou que, mesmo em países do Oriente Médio, onde o tratamento dado a mulheres é discriminatório, a participação de mulheres na política é maior. “Precisamos entender o que o mundo fez para colocar o Brasil na posição 115 entre 190 países que integram o ranking de participação de mulheres na política”, comentou.

Disponível

em:<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/490383-CAMARA-REJEITA-CRIACAO-DE-COTA-PARA-MULHERES-NO-LEGISLATIVO.html>> Acesso em: 25.06.2015.

Anexo IV

Deputados rejeitam cota para mulheres no Congresso

Brasil | EL PAÍS Brasil

TALITA BEDINELLI São Paulo 17 JUN 2015 - 11:59 BRT

Deputados não incluíram na Constituição que 51 das 513 cadeiras seja para deputadas

Arquivado em: Mulheres política Reformas políticas Congresso Nacional Brasil Mulheres



Os deputados brasileiros impediram nesta terça-feira a criação de um mecanismo que garantiria a maior presença de mulheres nas casas legislativas brasileiras. Em uma votação permeada por observações machistas, eles não aprovaram uma emenda que incluiria na Constituição a reserva de 10% das vagas para deputadas, senadoras e vereadoras. A regra não traria mudanças bruscas. Apenas transformaria em lei a representatividade que já existe atualmente na Câmara, por exemplo, aumentando gradativamente, pelos próximos 12 anos, a proporção para 15%.

O Brasil, onde 52% dos eleitores é mulher, ocupa hoje o posto número 156 em um ranking de 188 países que considera a representação feminina no Parlamento feito pela União Interparlamentar. Está atrás até de países onde as mulheres têm menos direitos do que homens. Nas eleições do ano passado, 51 mulheres foram eleitas, mas uma está

afastada para ocupar cargo executivo. São, portanto, apenas 50 deputadas atuantes dentre os 513 deputados –uma taxa que, arredondada para mais, consegue alcançar 10% das cadeiras. O número, apesar de baixo, traz um aumento em relação à legislatura anterior, onde havia 45 mulheres. Não há, entretanto, nenhuma garantia de que ele não voltará a cair nas próximas eleições, por isso a aprovação da emenda era importante.

A bancada feminina, que neste ano mudou sua estratégia e decidiu votar em um bloco único nas questões mais importantes, não conseguiu o apoio dos 308 deputados necessários. Faltaram apenas 15 votos para que a emenda, discutida durante a reforma política, fosse aprovada.

O texto votado nesta terça era uma concessão. Era a versão de um acordo feito entre as lideranças partidárias e a bancada feminina. Inicialmente, a intenção delas era de que 30% das vagas de cada coligação partidária fossem preenchidas por mulheres, mas a proposta enfrentava muita resistência dos partidos maiores, que seriam os mais afetados. Após o acordo, o texto mudou a proporção para 10% das vagas que cada Estado tem direito no Congresso federal. A Bahia, por exemplo, com 39 vagas, deveria ter quatro deputadas –hoje tem três. Há cinco Estados que não conseguiram eleger nenhuma deputada mulher (Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe).

A cota, se aprovada, também valeria para os legislativos municipais e estaduais. A proposta aumentaria ainda participação feminina de forma gradativa. Na segunda legislatura depois de sua aprovação (iniciada em 2023, no caso federal), o número subiria para 12%; na terceira (a partir de 2027), para 15%. Depois, a regra deixaria de existir sob o argumento de que as mulheres teriam criado uma base para conseguir manter a representação sem a ajuda.

Entre muitos dos discursos feitos no Plenário, argumentava-se que o que se pedia era muito pouco. Nada além da representação que já existe. Mas a votação na noite desta terça foi marcada em muitos momentos por discursos que flertaram com o machismo, mesmo entre os defensores da regra. Um deputado chegou a dizer que era a favor da proposta "porque o Plenário ficaria mais bonito". Outro, defendeu a aprovação por ser "importante dar um voto de confiança às mulheres". Mas houve quem afirmou que a cota era "injusta" porque não considerava o mérito dos eleitos. "O artigo quinto da Constituição diz que todos são iguais independentemente de sexo e cor. Não há injustiça na disputa sadia. O que não é justo é que uma minoria, pequena e de pouco trabalho, conquistou uma cadeira que não é fácil", discursou o

delegado Edson Moreira (PTNMG). "Se passar essa norma, todos estarão fazendo cirurgias para mudar de sexo", completou.

Nenhum partido orientou seus deputados a votarem contra, por temerem associar suas siglas à derrota feminina. Mas apenas oito dos 16 blocos partidários orientaram a favor. Os outros oito liberaram seus deputados, incluindo o do PMDB e o PSDB, que estão entre os maiores. Dos 54 peemedebistas, 14 foram contrários; dos 51 tucanos, 12 (17, entretanto, preferiram se abster). A lista de como votou cada parlamentar pode ser vista aqui.

Pouco antes da votação ser encerrada, as deputadas se concentraram atrás do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que anunciaria o resultado, na expectativa de comemorarem juntas. Elas sabiam, entretanto, que a votação seria apertada. Ao se anunciar que haviam sido dados apenas 293 votos favoráveis à proposta, 15 a menos do que o necessário, elas desceram do palanque, em silêncio, resignadas. Uma faixa que pedia a paridade foi baixada.

Vagas eleitorais

O país aprovou em 2009 uma lei que estipula que ao menos 30% das vagas dos candidatos nas eleições devem ser de mulheres. As deputadas afirmam, entretanto, que a regra não garantiu a paridade porque muitas candidatas são preteridas em relação aos homens nos financiamentos de campanha ou no tempo gratuito que têm na televisão. Com isso, elas acabam tendo menos chance de vencer por terem menos visibilidade na disputa. "Essa regra se mostrou ineficiente. É preciso que se garanta a presença das mulheres em todos os níveis para que se possa construir as bases. É uma questão cultural, mas mulheres são 52% do eleitorado do país", disse ao EL PAÍS a deputada Soraya Santos (PMDBRJ).

Apesar da derrota, Santos comemorou a quantidade de votos conseguida nesta terça-feira e disse que o objetivo agora é trabalhar para convencer os senadores a aprovarem a emenda. Caso isso aconteça, o projeto tem que voltar novamente para a Câmara, para uma segunda votação.

Para a deputada Jô Moraes (PCdoBMG), militante feminista, foi uma conquista reverter a opinião de tantos deputados em um Congresso tão conservador. Com isso, acredita ela, seria possível arriscar apresentar uma nova Proposta de Emenda à Constituição no ano que vem, que trate apenas da cota para mulheres.

Mais reforma A Câmara também aprovou nesta terça outros pontos da reforma política, que entrou na terceira semana de discussão. Entre eles, a determinação de perda de mandato do político eleito que se

desligar do partido, salvo em casos de “grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela legenda”; a diminuição na quantidade de assinaturas necessárias para aprovar projetos de iniciativa popular (de 1,5 milhão para 500.000); e a exigência de impressão dos votos de todos os eleitores após o voto eletrônico. As medidas seguem para votação no Senado.

Disponível

em

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/17/politica/1434504925_025539.html 1/3>. Acesso em 05.08.2015.

*AnexoV***Cota mínima para mulheres no Legislativo passa em primeira votação**

Da Redação | 25/08/2015, 20h57 - ATUALIZADO EM 26/08/2015, 07h34



A participação feminina na política ganhou um reforço. O Plenário do Senado aprovou em primeiro turno, nesta terça-feira (25), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [98/2015](#), que reserva um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. Assim, a medida atinge Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, câmara legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. A proposta foi aprovada em primeiro turno com 65 votos favoráveis e 7 contrários.

A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura; e 16% na terceira. Caso o percentual mínimo não seja atingido por um determinado gênero, as vagas necessárias serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. A proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e faz parte das sugestões da Comissão da Reforma Política.

Elogios

Vários senadores louvaram a iniciativa que, segundo eles, irá diminuir a desigualdade de gênero na política. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ressaltou que as mulheres enfrentam mais dificuldades para optarem por uma carreira política e disse ter esperança que a proposta incentive a candidatura feminina. A senadora lembrou que o Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo de presença de mulheres no Congresso Nacional. Segundo ela, de um total de 190 países, o Brasil ocupa a 116º posição no ranking de representação feminina no Legislativo.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazzittion (PCdoB-AM), lamentou a posição do Brasil no ranking e classificou como “constrangedor” o fato de as mulheres terem que negociar uma cota no Legislativo. Para ela, o ideal seria que os partidos já tivessem consciência de montar suas listas com alternância de gênero e que as mulheres já tivessem alcançado a paridade com os homens. A senadora disse ter esperança de uma mudança cultural no país e de ver o dia que não será necessária de cota para que a mulher chegue ao Parlamento e ocupe um lugar "que é seu de direito".

O relator da comissão temporária da reforma política, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou, em seu relatório, que na esfera política há nítida desigualdade entre homens e mulheres em relação à ocupação de cargos públicos. Jucá argumentou que as mulheres são maioria na população e maioria no eleitorado, mas enfrentam dificuldades para conquistar cargos eletivos. Na Câmara dos Deputados, dos 513 cargos em disputa em 2014, apenas 51 foram ocupados por mulheres. No Senado, de um total de 81 vagas, somente 13 parlamentares são do sexo feminino. A PEC, porém, não modifica os critérios para eleição no Senado, já que este não faz uso do sistema proporcional.

Jucá destacou ainda que a ação afirmativa tem prazo definido. Na visão do senador, uma vez garantido o percentual de 16%, as barreiras socioculturais enfrentadas pelas mulheres serão reduzidas a tal ponto que, a partir da quarta legislatura subsequente à promulgação da PEC, não será mais necessário prever na legislação um nível mínimo de representação.

Voto contrário

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se posicionou contra a proposta afirmando que ela “fere o princípio da soberania do voto” já que o voto dado a uma mulher terá um peso maior do que o

dados a um homem. Para ele, o princípio da soberania popular deve ser respeitado e é o povo que deve definir, em última instância, sobre a composição das assembleias que os representam.

O que se pretende com essa emenda é dizer que a composição das assembleias não depende mais exclusivamente do povo, mas é pré-determinada pelo Congresso no exercício do poder constituinte derivado – protestou. O senador Aloysio Nunes ainda acrescentou que a proposta abre um precedente gravíssimo para que sejam solicitados outros tipos de cotas.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Disponível

em:

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/25/senado-aprova-cota-minima-para-mulheres-no-legislativo>>.

Acesso

em

05.09.2015.

Anexo VI

Senado aprova cota mínima para mulheres no Legislativo

Da Redação | 08/09/2015, 20h16 - ATUALIZADO EM 08/09/2015, 20h58



O Plenário do Senado aprovou em segundo turno, nesta terça-feira (8), a proposta de emenda à Constituição (PEC [98/2015](#)) que reserva a cada gênero um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. Assim, a medida abrange a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. Foram 53 votos a favor e apenas quatro contrários. A proposta já havia sido aprovada em primeiro turno no Senado em 25 de agosto e agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura e 16% na terceira. Caso o percentual mínimo não seja atingido por um determinado gênero, as vagas necessárias serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. A proposta altera o Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias e faz parte das sugestões da Comissão da Reforma Política.

Gênero

A aprovação em segundo turno, no entanto, foi marcada por uma polêmica sobre a redação da PEC. O senador Magno Malta (PR-ES) se manifestou contrário à cota, argumentando que “quem vota é o povo”. Ele ainda questionou a expressão “cada gênero” no texto da proposta. Para o senador, seria uma “expressão subliminar” para permitir, no futuro, o pedido de cotas na política para transexuais e homossexuais.

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) reagiu, dizendo que “nenhuma má interpretação pode conduzir uma luta tão intensa em uma hora que temos de convergir forças”. Lídice da Mata (PSB-BA) disse que, na verdade, só existem dois gêneros, o masculino e o feminino. Ela sugeriu colocar a expressão “gênero feminino” e “gênero masculino”, como forma de superar o impasse — o que foi aceito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A senadora ainda negou que a proposta desqualifique o voto popular e apontou que a proposta ajuda a firmar a posição da mulher na sociedade.

— Não é possível que os senhores acreditem que as mulheres sejam minoria apenas porque não gostam de política! Ora, pelo amor de Deus! — afirmou Lídice.

Com a alteração no texto, o senador Magno Malta decidiu apoiar a PEC.

Avanço

Na avaliação da senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), a proposta não é exatamente o que se queria, mas é um primeiro passo e uma alavanca para muitas mulheres que querem ser candidatas. A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) definiu a medida como um avanço para a atividade da mulher na política. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também destacaram a importância da PEC. O senador Humberto Costa (PT-PE) elogiou a proposta, mas lamentou que seja ainda um “passo muito pequeno”.

As condições para que a mulher faça política ainda são muito adversas — opinou o senador.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)Disponível em:<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/08/senado-aprova-cota-minima-para-mulheres-no-legislativo.>>Acesso: 05.10.2015

AnexoVII

Lugar de mulher é na Câmara e onde ela quiser!

Minas Gerais

06/dez/2013, 17h12

*Bárbara Mendes e Juliana Gorayeb

Ainda que pareça impossível, há os que insistem em negligenciar o grito de emancipação que vem tomando força em nosso país. Adiantamos aos surdos que “Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir”. Parece que o mês de junho e as lições que deixou vêm sendo esquecidas por seguidores do legado de Marco Feliciano. Em Montes Claros, dentro do Legislativo, um desses arrogantes tem estado em evidência. Tudo porque a presença de uma militante de um movimento chamado Ocupa Câmara, que acompanha as deliberações deste órgão de perto, incomodou-o. Era uma sessão ordinária, e a militante, junto com seus companheiros, reivindicava que sua voz, voz de povo que sabe de seus direitos, fosse ouvida. Em resposta, numa atitude de violência diante das câmeras, de machismo declarado, o arrogante em questão, vereador Pastor Altemar, trouxe ainda mais indignação por esfregar nos narizes de quem luta por igualdade que sua ingnorância supostamente nos “representa”.

Durante o intervalo, foi pedido a Altemar opinião acerca das manifestações que foram feitas na ocasião. Em entrevista à Tv Câmara, o pastor demonstrou total descontrole e incômodo com a constante presença de militantes e manifestantes nas reuniões. Altemar referia-se, numa postura extremamente preconceituosa, a Iara Pimentel, exemplo de militante aguerrida que luta em prol de uma cidade melhor para todos. É vergonhoso ter em sua cidade, como representante da população, um ser machista que não tem o mínimo de respeito com a porção feminina deste mesmo povo que o elegeu. Refiro-me a TODA uma porção feminina sim, já que foi um ato de violência contra todo o gênero!

Na entrevista, o Pastor usou frases como “se eu pudesse, eu mesmo dava um coro nela”, “vem pra cá porque quer arranjar um marido”, “eu vomito ela.”. Ter como representante alguém deste nível só mostra como a política montes-clarense está em péssimas mãos. Vivemos em uma sociedade patriarcal onde não se aceita mulher na política. Não se aceita mulher militante. Quando algumas poucas ousam ingressar neste mundo ainda visto como masculino, têm duas opções: ou viram

figurantes, cedendo aos interesses da maioria, ou tornam-se protagonistas e sofrem repressões. Viram alvos de pessoas totalmente machistas e arcaicas, sem nenhum preparo para REPRESENTAR, de fato, uma população, como exemplo maior o Vereador Pastor Altemar.

Ao vereador, o Juntos! Montes Claros GRITA que lugar de mulher é na rua, na câmara, em casa, nas escolas, nas faculdades, nas prefeituras, ONDE ELA QUISE! Que mulher consciente, crítica, ciente de suas concepções, sabe que é senhora de seus direitos, que pode e DEVE reivindicar que uma Câmara cheia de amarras ouça sua indignação, que se sobrepõe e, se depender do apoio do Juntos! Montes Claros, sempre se sobreporá à postura asquerosa de vereadores como o Pastor Altemar. O MACHISMO NÃO NOS REPRESENTA, seja na Câmara de Montes Claros ou em qualquer lugar deste planeta!

Segundo José Martí, "Nada causa mais horror a ordem que mulheres que lutam e sonham". Então, garantiremos horror à Câmara de Montes Claros até o dia em que nossas vozes puderem gritar, até o dia em que nossas pernas puderem nos aguentar e nossos sonhos persistirem!

Disponível em: <<http://juntos.org.br/2013/12/lugar-de-mulher-e-na-camara-e-onde-elaquiser/>>.

Vídeo:

<<http://www.youtube.com/watch?v=oWfIhSZA69k&feature=youtu.be&hd=1>>. Acesso em 01.03.2014.